



Edna Castro (org.)

Territórios em transformação na Amazônia

Saberes, rupturas e resistências



Territórios em transformação na Amazônia
Saberes, rupturas e resistências



Universidade Federal do Pará - UFPA
Reitor: Emmanuel Zagury Tourinho
Vice-Reitor: Gilmar Pereira da Silva
Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação: Rômulo Simões Angélica



Núcleo de Altos Estudos Amazônicos - NAEA
Diretor: Durbens Martins Nascimento
Diretor Adjunto: Armin Mathis

Conselho Editorial

Durbens Martins Nascimento – Presidente
Ana Lúcia Prado Reis dos Santos
Armin Mathis
Lairson Costa
Nírvia Ravena
Oriana Trindade de Almeida
Silvio José de Lima Figueiredo
Simaia do Socorro Sales das Mercês

Comissão Editorial

Flávio Gaitán – UNILA
Gisela Leitão – EUC (Colômbia)
Lucimara Costa – UFAM
Marion Glaser – LCTME (Alemanha)
Monica Aparecida da Rocha Silva – UFT
Nírvia Ravena – NAEA
Oriana Trindade de Almeida – NAEA
Peter May – UFRJ
Renato Boschi – IESP-UERJ

Coordenação de Comunicação e Difusão Científica

Ana Lúcia Prado Reis dos Santos – NAEA

Edna Castro
(org.)

Territórios em transformação na Amazônia
Saberes, rupturas e resistências

Belém
2017

Revisão

Albano Rita Gomes

Lairson Costa

Roseany Caxias

Rafaela Carneiro

Capa e editoração

Ione Sena

Dados Internacionais de Catalogação na publicação (CIP)
Biblioteca do NAEA/UFPA

Territórios em transformação na Amazônia - saberes, rupturas e resistências /
Edna Maria Ramos de Castro - organizadora. – Belém: NAEA, 2017.

408 p.

Inclui bibliografias

ISBN: 978-85-7143-155-3

1. Território. 2. Mineração. 3. Hidrelétricas. 4. Estradas, ferrovia e portos.
5. Cidades. 6. Experiências extensionistas. I. Edna Maria Ramos de Castro. II. Título.

CDD

NAEA

Rua Augusto Correa, 1

Campus Universitário do Guamá – Setor Profissional

CEP 66.075-110 • (91) 3201-7231 • naea@ufpa.br

Sumário

Introdução a territórios em transformação 7

I NOVAS CONFIGURAÇÕES NOS TERRITÓRIOS

Amazônia na encruzilhada: saque colonial e lutas de resistência 19
Edna Ramos de Castro

Conceito de natureza e suas implicações para o direito do meio ambiente 49
Simy de Almeida Corrêa

II MINERAÇÃO

Desastres e tensões em Barcarena à luz de disputas territoriais 65
Eunápio Dutra do Carmo

Mineração, indústria e portos: lógicas de desapropriações e deslocamentos forçados em Barcarena 81
Marcel Hazeu

Novos/velhos conflitos: a resistência quilombola e a persistência da lógica de exploração minerária 99
Suely Rodrigues Alves

Transparência pública nos municípios com atividades de mineração no Pará 117
Jader Ribeiro Gama

III HIDRELÉTRICAS

Estado de exceção como paradigma do desenvolvimento: uma análise sobre a hidrelétrica de Belo Monte 139
Sabrina Mesquita do Nascimento • Edna Ramos de Castro

Relações de poder na política energética brasileira: discursos e materiais das empresas no processo comunicacional sobre as hidrelétricas no rio Tapajós 177
Larissa Carreira da Cunha • Edna Ramos de Castro

Regulação da mídia: uma demanda pública 197
Pedro Loureiro de Bragança

Expansão energética na Amazônia: entre discursos e contradiscursos no Amapá 211
Marília Gabriela Silva Lobato • Arley José Silveira da Costa

IV ESTRADAS, FERROVIA E PORTOS

Identificação, análise e relação de poder da política portuária no Oeste do Pará (Itaituba) 231
Jondison Cardoso Rodrigues

Desenvolvimento da Amazônia? O Plano Br-163 Sustentável dez anos depois 253
Rosane Brito • Edna Ramos de Castro

As ferrovias como instrumento de territorialização empresarial em comunidades rurais 277
Raifran Castro

V CIDADES

Dimensões sociais das práticas alimentares e da sociobiodiversidade como expressão amazônica 299
Iraneide Souza Silva • Edna Ramos de Castro

A financeirização da cidade e o mercado imobiliário como espaços de reprodução e acumulação do capital 327
Welson de Sousa Cardoso

Desafios dos governos subnacionais amazônicos na governança das mudanças climáticas: experiências do Pará, do Acre e do Amazonas 343
Alberto Luiz Teixeira da Silva • William M. Rocha • Brenda Thainá T. de Castro

VI EXPERIÊNCIA EXTENSIONISTA

Barcarena livre: resistência e lutas de comunidades tradicionais frente aos desastres socioambientais da mineração 365
Eunápio do Carmo • Marcel Hazeu • Nádia Fialho • Solange Gayoso

Comunicação comunitária digital com *software* livre para os movimentos sociais de Barcarena: uma proposta extensionista para o campo da mineração 389
Jader Gama • Larissa Carreira • Jondison Rodrigues

INTRODUÇÃO A TERRITÓRIOS EM TRANSFORMAÇÃO

*Edna Ramos de Castro*¹

Este livro está composto de 18 artigos produzidos em pesquisas realizadas pelo *Grupo de Pesquisa Estado, Território, Trabalho e Mercados Globalizados (GETTAM)*, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, da Universidade Federal do Pará e cadastrado desde 1998 no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq, sob minha coordenação. Integra pesquisadores no Brasil e no exterior, mas sobretudo professores e discentes do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU), do NAEA/UFPA, interessados na perspectiva interdisciplinar e em abordagens da teoria crítica, da ecologia política e dos estudos decoloniais. Dividida em seis partes, o livro contém artigos que tratam de temas caros ao entendimento da Amazônia contemporânea, todos eles relacionados a processos diversos de transformação do território. As cinco primeiras partes reúnem trabalhos relativos às linhas temáticas do grupo e a última inclui dois artigos de reflexão decorrentes das oficinas com experimentação de trocas entre pesquisadores e movimentos sociais.

De uma ou de outra forma, esses textos consideram que a Amazônia está cada vez mais atravessada por conflitos face a processos e decisões definidos por agentes governamentais e privados, com poder hegemônico que pensam este espaço como *oportunidades* de mercado e de lucro fácil, reproduzindo as práticas coloniais, e bárbaras, de saque dos recursos naturais e da cultura, que atravessaram as Américas na colonização europeia. Procura-se entender a natureza das novas dinâmicas econômicas e políticas, os fluxos de pessoas, de instituições e capitais. Os trabalhos examinam situações específicas a partir de categorias referidas às transformações no território.

¹ Professora titular da Universidade Federal do Pará, atuando nos Programas de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido/NAEA e de Sociologia e Antropologia/IFCH, da UFPA. Pesquisadora de produtividade do CNPq e coordenadora do GETTAM/NAEA/UFPA.

A coletânea, portanto, reflete as pesquisas sobre as dinâmicas sociais, econômicas, políticas e ambientais que têm provocado grande transformação no Brasil, e nos territórios da Amazônia e da Pan-Amazônia. A realização do Seminário Internacional América Latina: Políticas e Conflitos Contemporâneos (SIALAT), na sua primeira versão em 2015, e o II SIALAT que ocorreu em 2017, com o tema *Colonialidade, poder e territórios*, reforçou os interesses e a urgência de investir-se nos estudos sobre o pensamento crítico latino-americano, e, também, do exercício de construção política de processos para além da emancipação, com objetivos centrados na experiência social, no corpo e no sensível, no lugar da cultura e do simbólico. Mas também na busca de identificar problemáticas comuns entre nossos países, de refletir sobre o olhar que produzimos sobre nós mesmos, e conseguir chegar à inversão do olhar, de ir ao encontro do que é autêntico no sentido de uma arqueologia do saber original.

Essa postura requer ainda pensar as ciências sociais no sentido de as desocidentalizar, de recuperar uma dada ciência prática que pensou, ao longo de milênios, a invenção e a reprodução da vida nas Américas. De certa forma, significa ir atrás de metodologias comparativas e pesquisas integradas. A abordagem nessa perspectiva crítica da inversão do olhar, tem permitido adotar novas linhas de interpretação sobre questões sociais, étnicas, territoriais, políticas e culturais, na busca de entender as interrelações desses processos com o movimento da economia mundial, com as dinâmicas da mundialização, formação de mercados e blocos de poder e novas configurações e estruturas em rede.

Em síntese, os textos desta coletânea tratam do Estado, do Território e do Mercado, numa perspectiva interdisciplinar, com ênfase na discussão sobre o desenvolvimento, as políticas públicas promovidas pelo Estado brasileiro, e a dinâmica de agências sociais, de conflitos e resistências. Mostram processos de intervenção, mobilidade do trabalho e do capital, transformações e conflitos sócio-étnico-territoriais, e, ao mesmo tempo, as estratégias empresariais nesse contexto de políticas desenvolvimentistas e modelo exportador da economia brasileira agroexportadora e de baixo valor industrial, do passado.

Alguns trabalhos voltam-se ao entendimento das políticas nacionais para o setor elétrico, em especial os grandes projetos hidrelétricos, e para os setores mineral e de transporte, considerando neste caso, sobretudo, a logística de escoamento da produção de *commodities* para mercados externos. O urbano é ainda revisado nas suas dinâmicas internas de expansão territorial e pela financeirização da moradia e do modelo de cidade-mercado. As interações rural-étnico-urbano aparecem em todas as partes do livro, considerando o enfoque que revela as agências, as disputas, os processos de dominação e resistência que se dão nos territórios urbanos e rurais.

O modelo de ocupação da terra, na Amazônia, incentivado pela SUDAM dos anos 1970 em diante, de grandes fazendas com financiamento público, e de intervenção maciça na exploração mineral, a exemplo do Programa Grande Carajás, ou de incentivo ao extrativismo de madeiras, associado ao modelo de polos de desenvolvimento, acabou revelando ao mundo outra Amazônia, a da floresta em chamas, de chacinas e mortes de índios e camponeses, de conflitos, de acirramento das disputas na fronteira.

O Pará está associado a uma história de violência colonial - coronelista e patrimonialista - relacionada ao território e às tensões sobre populações ali residentes, sobretudo no que diz respeito aos processos de colonização e abertura de grandes eixos rodoviários, desde a rodovia Belém-Brasília, nos anos 1960. Conflitos agrários, expropriação de populações tradicionais de suas terras, genocídio indígena, grilagem de terras, chacinas e mortes anunciadas por mandantes e seus pistoleiros, marcam as imagens e tornam a violência uma chave de interpretação da sociedade.

O mercado globalizado e os interesses econômicos nos recursos naturais ampliaram as pressões sobre as florestas, as águas, a terra e o sub-solo. Desde os anos 1990 observa-se um movimento de expansão das fronteiras do agronegócio na Amazônia. Os espaços transfronteiriços constituem-se em novas áreas de expansão de mercado, que tendem a se tornar mais acessíveis em função da nova logística de transportes nas áreas de fronteira, contando também com a participação de empresas de diversos setores econômicos.

A mineração é uma atividade econômica que atravessa os países da Pan-Amazônia. A fronteira minerária é um exemplo de investimentos em

processos extrativos minerais e, como demonstrado no debate na economia, um movimento identificado por eles como de “reprimarização”, apostando na exportação de produtos com baixo valor agregado. Um retorno do debate sobre desenvolvimento e suas expressões equivocadas como “vocação regional”.

Atualmente, observa-se um avanço do capital sobre novos territórios com recursos naturais. Há intensa mobilidade do capital com investimentos diretos em infraestrutura com operações logísticas, voltadas às *commodities* agrícolas e minerais. O olhar sobre os territórios com empreendimentos minerais nos revela a dimensão que podem ter os desastres sociais e ambientais. A *expertise* e os saberes técnicos estão longe de dimensionar o sentido dos desdobramentos que possam ocorrer na Amazônia, resultante dos processos de mineração que são, reconhecidamente, altamente poluentes. Eles representam o aumento de mobilidade do capital dado o crescimento dos interesses pelos minérios e os investimentos diretos em infra-estrutura. Os desastres sociais, étnicos e ambientais têm ocorrido com frequência em função de plantas de mineração e suas bacias de rejeito e das atividades portuárias.

No entanto, os impactos sociais e ambientais tem sido minimizados. Inúmeras empresas têm respondido com a produção de serviç os duvidosos de preservação e tem desrespeitado, sistematicamente, os condicionantes sociais e ambientais exigidos por lei. Em seus discursos, a sobrevivência dos empreendimentos de mineração exigem flexibilização de regras ambientais e dos direitos sociais e étnicos, em função da crise econ mica e do cenário mundial de competitividade, numa tentativa clara de repassar à sociedade e ao ambiente os custos de suas operações econômicas que são de natureza privada.

A violência e a supressão de direitos acompanha formas de apropriação dos recursos naturais. Os movimentos sociais que vêm lutando pela defesa de direitos sociais, étnicos e ambientais têm denunciado os processos de desterritorialização de populações rurais, deslocamentos forçados, impasses no uso dos rios, e, por isso, inviabilizando formas de trabalho e de reprodução da vida, com práticas impeditivas.

A política energética no Brasil, e, na qual se incluem as diretrizes para construção de hidrelétricas, atende a novas demandas da expansão do

setor extrativo mineral que tem ocupado papel determinante no processo de reprimarização da economia nacional, fortalecendo o modelo de crescimento com base na exportação de *commodities*. As consequências socioambientais têm sido amplamente apontadas. Efetivamente houve um importante debate nos anos 1980 e 1990 entre intelectuais, movimentos sociais, e profissionais de várias formações em torno dos problemas socioambientais advindos da construção de grandes obras hidrelétricas. Observa-se também um avanço na ordem jurídico-legal, a partir da Constituição de 1988, que transformou a legislação ambiental brasileira, atualmente violada para facilitar a institucionalização de garantias a agentes econômicos privados, de acesso a territórios sociais e étnicos.

Concentradores de grandes espaços geográficos, os projetos de mineração, no geral, são causadores de inúmeros problemas no território. O caráter poluidor da atividade tem produzido um campo de conflito que se agrava pela complexidade dos agentes econômicos em jogo. Isso pode se dar com a imediata instalação do projeto ou com o passar dos anos, caracterizando um avanço lento e gradativo das violências associadas à mineração.

No artigo intitulado *Amazônia na encruzilhada entre o saque colonial e a resistência*, Castro considera que nos últimos anos as políticas nacionais voltadas à Amazônia impulsionaram programas neodesenvolvimentistas com fortes investimentos de infra-estrutura. Sinalizavam o aparecimento de um novo momento de expansão mais rápida do capital. Certamente alguma similitude com o modelo adotado pelos militares nos anos 1960 e 1970, mas desta vez voltado à produção de *commodities* agrícolas, minerais, e ainda de celulose e outros recursos naturais com baixíssimo, ou nenhum, investimento em integração vertical de valor agregado. No plano nacional, continuam as políticas de ajuste fiscal, de reestruturação econômica neoliberal e de incentivos à exploração neoextrativista, entendendo este conceito de forma ampla o que inclui também o neoextrativismo, pois intensivo e de alto padrão de intervenção tecnológica, da terra e de seus nutrientes, e da água, via também as monoculturas do agronegócio.

O artigo de Corrêa vai nessa direção, de apontar a construção de um pensamento ocidental que se fez passando ao largo os direitos da natureza a

sua continuidade no tempo. Intitulado *Conceito de natureza e suas implicações para o direito do meio ambiente*, a reinvenção do direito e dos dispositivos éticos empreende um caminho de reconstrução do pensamento ocidental e o reconhecimento de outros saberes constituídos e constituintes que vão na direção de um projeto de sociedade plural, de resguardo da biodiversidade para gerações futuras, humanas e não humanas, reconhecimento de saberes e epístemes produzidos no mundo sobre as particularidades dos territórios, isso que de certa forma caracteriza a realidade de regiões como a Amazônia.

No artigo *Desastres e tensões em Barcarena: à luz de disputas territoriais*, Carmo observa as transformações no território do município de Barcarena. Acompanha a reestruturação produtiva agenciada pelas empresas transnacionais da mineração e os empreendimentos de infraestrutura que atuam no município e considera os desastres socioambientais relacionados à expansão de uma agenda de desenvolvimento econômico no contexto da geopolítica mundial. Esses movimentos apontam para o aumento das possibilidades de desastres socioambientais que incidem na qualidade de vida das populações e comunidades e na própria saúde ambiental do município, promovendo, recorrentemente, desigualdades sociais, espaciais e ambientais.

O avanço do capital na Amazônia vem acompanhado de disputas pela terra e conseqüentes desapropriações e deslocamentos forçados, acumulação por espoliação como define Harvey. No artigo *Mineração, indústria e portos: lógicas de desapropriação e deslocamentos forçados em Barcarena*, Hazeu analisa os deslocamentos forçados em torno das indústrias e portos no município Barcarena, na Amazônia, desde a década de 2010 base de um novo ciclo de acumulação capitalista na Amazônia. A análise sobre sistemas migratórios e transformações sociais em evidenciam tanto a dimensão da disputa quanto da dominação e resistência que é também a temática abordada por Alves em *Novos/velhos conflitos: resistência quilombola à lógica de exploração minerária*. A autora concentra o olhar sobre como as comunidades quilombolas buscam garantir seus direitos, sobretudo o reconhecimento do direito à terra que habitam. Além do próprio Estado, agentes representantes do campo econômico desempenham papel fundamental, dada a sistemática intervenção promovida

sobre suas terras e seus direitos, no contexto da dos conflitos entre comunidades e empresas mineradoras.

Para Jader Ribeiro Gama, a transparência é considerada um valor na atualidade e tem sido bastante usada inclusive no discurso de partidos políticos que buscam se alinhar a correntes de ideias mais progressistas e/ou buscam atrelar um novo discurso ao seu repertório. No Pará existe uma lacuna de pesquisas sobre transparência pública e um alto grau de municípios que ainda não se adequaram à Lei de Acesso à Informação confirmada mostra em *Transparência pública nos municípios com atividade de mineração no Pará e os obstáculos para sua implementação nos municípios de Oriximiná, Barcarena, Parauapebas e Marabá*.

O processo de construção e de legitimação por parte do empreendimento hidrelétrico Belo Monte, é analisado por Nascimento e Castro a partir da noção de Estado de exceção no entendimento de Giorgio Agamben. Em *Estado de exceção como paradigma do desenvolvimento: uma análise sobre a hidrelétrica de Belo Monte* observam a produção de consecutivas ilegalidades como forma de superar o sistema de controle imposto ao processo de implantação da hidrelétrica, e na consequente suspensão da norma como forma de garantir a validade a atos irregulares praticados tanto por agentes estatais quanto por empresas públicas ou privadas durante o licenciamento ambiental e a construção da usina. Assim, Belo Monte revela a autoridade da decisão política, que está presente não só no processo decisório em si, mas também nos próprios ritos legais. Lobato e Costa procuram visibilizar os conflitos derivados de intervenções governamentais que priorizam o caráter desenvolvimentista em detrimento do modo de vida das populações tradicionais que vivem em territórios explorados, examinando hidrelétricas no Amapá, e os planos governamentais para expansão de energia, como mostram em *A expansão energética entre discurso e contradiscursos no Amapá*.

Com enfoque centralizado na comunicação para entender outras dimensões da dominação imposta por grandes projetos hidrelétricos Carreira e Castro no artigo *Relações de poder na política energética brasileira: análise dos materiais usados pelas empresas no processo comunicacional do planejamento de*

hidrelétricas no rio Tapajós, revelam a conformação das imagens, de conceitos e de valores para entender a construção de discursos de legitimação e de convencimento nos processos de disputa de empresas sobre os territórios pretendidos para seus novos empreendimentos. na construção de uma suposta valorização do desenvolvimento. O desafio é entender o que significa poder no processo comunicacional do planejamento empresarial de hidrelétricas no rio Tapajós (São Luiz do Tapajós e Jatobá). Na mesma linha da análise crítica sobre o processo comunicacional, mas neste caso tomando a mídia como objeto de análise, Bragança em *Regulação da mídia: uma demanda pública*, Bragança argumenta acerca da necessidade de um marco regulatório para democratização da mídia no Brasil a partir de reflexões acerca da construção de narrativas feitas pela mídia tradicional hegemônica. Há um grupo limitado de agentes cujos grupos midiáticos estão ligados às elites políticas e econômicas, que intencionalmente confundem regulação com censura.

Os investimentos do Estado em infra-estrutura (portos, rodovias, ferrovias), associados à iniciativa privada, destinam-se especialmente aos setores da mineração e do agronegócio. Para Rodrigues, em seu artigo *Antecipação espacial e ordenamento no Oeste do Pará: identificação, análise e política portuária do município de Itaituba*, o governo federal, a partir de 2007, planejou e executou políticas públicas de infraestrutura de maneira continuada e de longo prazo, sobretudo, na área portuária, por meio de financiamento público, incentivos fiscais, concessões de terras e autorizações para construção de portos privados. Na Amazônia brasileira, essas ações apresentam um grande destaque, com massivos investimentos públicos e privados em obras de infraestrutura portuária. Outro artigo desta coletânea descreve as dinâmicas no Oeste do Pará, na região atravessada pela rodovia Cuiabá-Santarém, ou BR-163. No artigo *Dez anos depois do Plano Br-163 Sustentável: desenvolvimento dos conflitos* Brito e Castro repassam as mudanças e as novas dinâmicas econômicas, sociais e políticas, transcorridos dez anos do Plano para a Área de Influência da BR-163, plano este definido como estratégico pelo governo federal para o desenvolvimento socioeconômico e ambiental da Amazônia. Os municípios de Santarém, Itaituba, Novo Progresso e Sinop, nos estados do Pará e de Mato

Grosso integram o desenho do grande corredor de transporte multimodal em que se transformou a rodovia.

O tema da ferrovia para escoamento do minério é objeto do trabalho de Castro intitulado *As ferrovias como instrumento de territorialização empresarial em comunidades rurais procura acompanhar as decisões de prioridades*. No Brasil, investimentos públicos em grandes projetos econômicos, dentre eles os logísticos, e, em destaque, os ferroviários, para *commodities*, visam atender a demanda internacional. Em contrapartida, a redução do Estado e de seus serviços em comunidades rurais son impacto dos projetos. Esse contexto favorece a atuação das empresas no cotidiano comunitário, e o controle que busca exercer sobre o território, observado na relação entre a Vale S.A. e o assentamento Francisco Romão, em Açailândia, no Maranhão..

As cidades na Amazônia, com suas particularidades, tem experimentado grandes transformações no território. O texto de Sousa Cardoso aborda a relação entre especulação imobiliária e segregação social, no artigo em *A financeirização da cidade e o mercado imobiliário como espaços de reprodução e acumulação de capital*. O autor acompanha a consolidação do capital financeiro no processo de formação da cidade, cujos efeitos ampliaram-se com o fortalecimento do mercado de capitais, dialogando com as principais perspectivas teóricas defendidas por alguns autores entre eles Chesnais e Harvey quando se referem à mundialização do capital, cujos efeitos ampliaram-se, na atualidade, subsequente ao fortalecimento do mercado de capitais, a criação de um sistema financeiro globalizado de produção do espaço construído e financeirização da habitação. Seu locais de análise, no âmbito das metrópoles, é a cidade de Belém. Por outro lado, Silva e Castro abordam a cidade entre cultura e política, saberes e práticas, alinhada ao campo da alimentação, em *Dimensões sociais das práticas alimentares e da sociobiodiversidade como expressão amazônica*. Essencial na reprodução da vida, da cultura, do trabalho, das relações sociais, as práticas alimentares representam múltiplos significados em diferentes contextos históricos. As autoras problematizam a cultura alimentar paraense e buscam compreender as dimensões sociais e simbólicas das práticas alimentares e sua relação com a biodiversidade amazônica.

No artigo *Desafios dos governos subnacionais na governança das mudanças climáticas: experiências do Pará, do Acre e do Amazonas*, Silva, Rocha e Cardoso de Castro falam da emergência da preocupação com as florestas tropicais e como a Amazônia tornou-se pauta das discussões da comunidade internacional sobre os mecanismos de crédito de carbono, cooperação e regimes ambientais internacionais, no âmbito de agendas de negociação e implementação de estratégias de conservação e preservação ambiental.

Dois artigos se refletem às experiências de trocas culturais, tecnológicas e políticas em ambientes da extensão universitária. No primeiro, Carmo, Hazeu, Fialho e Gayoso, intitulado *Barcarena Livre: a experiência de resistência e de lutas sociais de comunidades tradicionais face aos desastres socioambientais da mineração*, discutem o surgimento de um movimento social no município de Barcarena, no Pará, auto-intitulado *Barcarena Livre*, evidenciando seus vínculos com o processo de organização da resistência de comunidades tradicionais e de trabalhadores frente à violação de seus direitos territoriais decorrentes da implantação do complexo industrial mineral, portuário e de infraestrutura logística desde a década de 1970. No segundo, de Gama, Carreira e Rodrigues, em *Comunicação comunitária digital com software livre para os movimentos sociais de Barcarena: uma proposta de extensão para o campo da mineração*, destacam a produção da contra-informação baseada na articulação política, ampliando o olhar e a percepção da sociedade a partir do processo de construção coletiva de saberes e de inovação tecnológica.

Finalmente, esta coletânea está a disposição da sociedade. Espera-se fomentar a reflexão e o debate sobre a contemporaneidade da Amazônia, face seus enormes desafios para manter sua integridade como região singular. Agradecemos ao CNPq, e à CAPES pelos recursos recebidos em projetos de pesquisa, embora na maior parte por meio de bolsas de estudo de mestrado e doutorado, uma bolsa de Produtividade de Pesquisa/CNPq, e duas bolsas de Iniciação Científica/CNPq, o apoio financeiro recebido da FAPESPA na forma de recursos ao projeto de pesquisa Hidrelétricas na Amazônia (HISAM), e o apoio institucional do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/NAEA, da UFPA. Tais apoios, no conjunto, tornaram possível a realização das pesquisas e a publicação desta coletânea.



|
NOVAS CONFIGURAÇÕES NOS TERRITÓRIOS

AMAZÔNIA NA ENCRUZILHADA: SAQUE COLONIAL E LUTAS DE RESISTÊNCIA

*Edna Ramos de Castro*¹

INTRODUÇÃO

A alteração territorial que presenciamos hoje na Amazônia, resulta de importantes mudanças que ocorreram na sociedade e na economia nas últimas décadas. Entre estas assinalamos as dinâmicas do mercado mundial de diferenciação interna de produtividade e valor que alteraram os processos de produção, os sistemas de uso da terra e a estrutura da propriedade. Seu entendimento requer que se considere a interação entre os processos locais e a dinâmica dos mercados globais, dimensão fundamental para se identificar as conexões lógicas que explicam os fluxos transnacionais e a pressão de estruturas e de agentes econômicos sobre os recursos naturais.

Por outro lado, o Estado retomou, através de suas políticas, processos de intervenção via planejamento do desenvolvimento, voltados a agenciamento de grandes grupos do país e do exterior. Nas últimas décadas as políticas nacionais para a Amazônia impulsionaram programas neodesenvolvimentistas com fortes investimentos de infraestrutura. Sinalizavam o aparecimento de um novo momento de expansão mais rápida do capital comprometido com a produção intensiva de *commodities* agrícolas e minerais, entre outras de uso intenso de recursos naturais e com baixíssimo, ou nenhum, investimento para integração vertical de valor agregado.

¹ Doutora em Sociologia pela École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris-França, Professora do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/NAEA, UFPA. Líder do Grupo de Pesquisa Trabalho, Empresas e Mercados Globalizados, do Diretório de Pesquisa do CNPq. Atualmente é membro da Diretoria da SBPC e da ANPOCS. E-mail: edna.mrcastro@gmail.com

A crise econômica mundial recente, que provocou uma retração do mercado mundial e uma redução na dinâmica das trocas, mostrou, no entanto, que os produtos primários continuam a ter papel importante na economia e na balança comercial brasileira. Aliás, nunca deixaram de ser. Trata-se de produtos agrícolas e de bens primários intensivos de recursos naturais. Se o Brasil diversificou, ao longo do século XX, seu parque industrial e aumentou sua inserção com manufaturados na economia mundo, nas últimas décadas priorizou as políticas de incentivo à produção e à exportação de *commodities* e aposta ainda, de forma determinante, no crescimento do agrobusiness e do mercado exportador de alimentos. Essa é uma das crenças cintilantes das elites do agro, ainda que o mercado esboce alta vulnerabilidade. O processo de desindustrialização em curso faz parte dessa tendência de reprimarização da economia (SALAMA, 2016). Em diferentes estados da Amazônia brasileira, empresas nacionais e internacionais reforçam suas estratégias de apropriação de terras e de recursos, para usos imediatos ou reserva de valor. A tendência seria o aprofundamento desse processo? Pesquisas sobre agricultura intensiva em especial cultivos de soja mostram essa euforia indiferente ao empobrecimento do solo ou ao esgotamento dos recursos hídricos, como observado nas safras de soja de 2016, no cerrado brasileiro, estado de Goiás, perdidas pela insuficiência de água.

O objetivo deste texto é mostrar a complexidade desses processos superpostos no território. A análise das políticas estatais e dos processos nacionais de incorporação de novas fronteiras ao mercado, precisa ser estudada. No caso brasileiro para mostrar pontos de interseção entre as políticas nacionais entre países de fronteira amazônica referente à produção de *commodities* agrícolas e minerais, e entender a dinâmica de agentes e agências sociais a partir dos conflitos e dos processos de dominação em curso.

1 ESTRATÉGIAS DO ESTADO FACE A GRANDES PROJETOS NA AMAZÔNIA

As ações do estado, suas estratégias conjugadas sobre o território, e dos agentes econômicos voltadas para a Amazônia, demonstram uma ampliação dos interesses na exploração dos recursos naturais e dos mercados, para além

de suas fronteiras políticas. O que está em jogo e agora de forma mais explícita nas políticas governamentais, inclusive de países com região amazônica, é a ocupação pelo mercado de territórios da Pan-Amazônia, essa imensa região privilegiada pela sua floresta tropical e rico potencial mineral, hídrico e de biodiversidade. Essas políticas consideram que a infraestrutura de transportes permitirá a ligação física do Atlântico ao Pacífico e, também, a incorporação de novos territórios ao mercado de terras. Sob essa perspectiva a região passa a ocupar uma posição central na geopolítica brasileira e sul-americana, tanto pelos Estados que a concebem como um espaço estratégico de integração no âmbito de uma economia mundializada, quanto pelo aumento de interesses por parte de grandes empresas e corporações.

A mundialização e a avidez de uma economia subordinada ao movimento do capital se impuseram ainda mais nas últimas décadas do século XX. Para a maioria dos países o caminho foi adaptar-se, de forma predominantemente passiva, ao bloco cada vez mais hierarquizado de países ricos do mundo. Os países com menor nível de desenvolvimento econômico e social, segundo padrões inspirados na economia de mercado, encontram-se marginalizados em função da concentração de capital e da polarização internacional que secciona países centrais daqueles com menos força no comércio internacional (CHESNAIS: 1996). Graças ao fortalecimento e às políticas de liberalização empreendidas desde os anos 1980, o capital recuperou a “possibilidade de voltar a escolher, em total liberdade, quais os países e camadas sociais que têm interesse para ele acompanhado por formas dramáticas de retrocesso econômico, político, social e humano” (CHESNAIS: 1996). Efetivamente, a crise financeira de 2008 escancarou a instabilidade do modelo excludente produzido pelo neoliberalismo e a artificialidade dessa economia volátil que segmenta e barbariza a sociedade e tem gerado problemas ambientais que estão chegando à beira do incontornável.

No plano econômico, a competição tende a se intensificar ainda mais. Empresas impulsionadas pela concorrência, depois de processos profundos de reestruturação desde o final do século passado, buscam novas formas de reduzir seus custos com estratégias de aumento da produtividade do trabalho e intensificação e inovação tecnológica (CASTRO, 2004). Formas flexíveis

de produção e novos padrões de gerenciamento são buscados, orientando-se em direção a demandas futuras. Observa-se a ampliação do movimento de concentração e centralização de capital, com empresas, grupos, corporações que se associam ou fusionam como estratégia de crescimento. É necessário reconhecer que as estratégias interempresariais têm revelado outras formas de arranjos institucionais, apesar da intensa competitividade no plano do mercado; e sua compreensão é fundamental, pois tais procedimentos acompanham a mundialização de padrões de consumo e mesmo de gestão do trabalho. A articulação de grandes empresas industriais e financeiras, visando ao funcionamento em rede, resulta também da unificação, nos países mais avançados, dos mercados financeiro, cambial, de títulos e de valores. A mineração, o outro braço forte da exportação de *commodities* na Amazônia, tem mostrado uma aceleração da produção de minérios por processos extrativistas, aumento da prospecção de ocorrências minerais e a corrida por parte de empresas nacionais e internacionais para se instalar nos nichos principais de ocorrências minerais.

Em inúmeros países da América Latina observou-se a oscilação dos preços das *commodities* (grãos, minérios etc.) no mercado internacional um processo de intensificação de investimentos nessa direção, o que significa priorizar a exportação de produtos com baixo valor agregado embora utilizando tecnologias de ponta da extração a circulação do produto. Esse processo tem a ver com a redução na dinâmica industrial interna, gerando impactos enormes sobre o nível do emprego interno. Observa-se, ainda, a retomada programas desenvolvimentistas na formulação de políticas nacionais, marcada por processos de reestruturação econômica neoliberal. Os interesses econômicos mundiais sobre os recursos naturais de solo e subsolo têm levado, continuamente, ao aumento das pressões sobre os territórios mais preservados no mundo, como é o caso da Amazônia com maior incidência de terras agriculturáveis, de florestas com rica biodiversidade e água abundante. Os espaços transfronteiriços, para além, portanto, da Amazônia brasileira, tornaram-se áreas de expansão de mercado, cujos interesses promovem alianças e disputas por empresas de diversos setores econômicos, e das políticas governamentais com os grandes projetos de infraestrutura de transporte e energia.²

² Trajetórias de Grandes projetos na Amazônia - O extrativismo.

Pela primeira vez, na Amazônia, o Estado repassa a construção e a gestão de um grande empreendimento do setor de energia hidráulica para a iniciativa privada, caso da Usina de Belo Monte. Isso não ocorreu com a hidrelétrica de Tucuruí, até o presente sob a administração de empresa estatal do sistema Eletrobrás, a Eletronorte. E nem com as usinas de Balbina e Samuel que se mantém na Eletrobrás. A usina de Belo Monte está sendo construída através de um protocolo que incentiva a relação entre o sistema público e o privado, justificando assim a viabilização de seu financiamento.

Mas a fronteira se refaz na atualidade. A Amazônia tornou-se central na perspectiva do Brasil se tornar um gigante das *commodities* agrícolas e minerais, conforme mostram os projetos e ações governamentais, de médio e curto prazo, voltados para a construção de grandes obras de infraestrutura (transporte, energia e comunicação)³. Semelhante ao ocorrido na década de 1970, com a cessão de terras para instalação do Programa Grande Carajás, as transformações em curso mostram a rapidez do processo de apropriação de terras e de assentamento das bases de um novo projeto empresarial. E que empurra para mais longe as fronteiras. Trata-se de um avanço em direção às fronteiras florestais, às reservas minerais, enfim, lá onde a natureza está mais preservadas. Nesse novo contexto do século XXI, Castro (2012) discute a relação entre território, territorialidade e os conflitos, identificando velhas práticas de planejamento baseadas na integração nacional, em que a logística de transporte permanece como eixo principal. E nessa direção que podemos entender os processos de mudança que ocorrem nessa porção amazônica da América Latina.

2 OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA E FORTALECIMENTO DO ESTADO

As noções de nacionalismo e desenvolvimentismo marcaram as orientações das políticas nacionais e dos planos nacionais de desenvolvimento

³ A monocultura de eucalipto, dendê e soja, e o neoextrativismo mineral se impõem junto com o avanço da fronteira hidrelétrica. Os interesses econômicos mundiais sobre os recursos naturais de solo e subsolo têm levado, continuamente, ao aumento das pressões sobre terras, florestas e água.

regional, com discursos de progresso e modernização. A ocupação de terras novas pela colonização, ou pela pecuária, em direção ao norte/oeste ligando os estados do sul e sudeste com do centro e norte do país, foi representada em diferentes programas governamentais, e períodos, como crescimento e progresso, ainda que outros termos associados batizassem as orientações de governo. Assim, a partir dos anos 70, o avanço sobre novas terras, com as frentes pioneiras se dará sob a noção de integração. Ideário presente nos atuais governos formulado como crescimento e “visão do futuro” e que pode ser lido nas diretrizes macropolíticas para a Amazônia brasileira.

Nessa perspectiva, as obras da engenharia de transporte foram relevantes ao avanço da fronteira agrícola e econômica. É o caso da Rodovia Belém-Brasília que atravessa territórios dos estados Pará, Goiás, Tocantins e Maranhão e cruza com a Rodovia Transamazônica ligando outros estados do Norte – Rondônia, Acre e Mato Grosso –, às regiões Nordeste, Sul e Sudeste do País. Colonização, estradas e grandes projetos constituíram pilares da política de integração nacional. Enfim, o avanço sobre os grandes espaços demanda a construção de obras de infraestrutura. Com a colonização também foi efetivada a expansão da agropecuária, atividade econômica, a mesma que, historicamente, serviu para abrir novas terras do Oeste de São Paulo, Paraná e Mato Grosso.

As elites brasileiras se alinhavam nesse projeto nacional, associando o conceito de integração ao de crescimento e desenvolvimento no qual formularam projetos para a Amazônia voltados à ampliação da integração ao mercado nacional e ao circuito de acumulação do capital (CASTRO, 2012). A Amazônia brasileira ainda é concebida, no seio dessas elites, enquanto fronteira de recursos, e vazio demográfico, na qual os investimentos econômicos possam agregar valores e refazer seu ciclo de acumulação com base nos novos estoques de recursos disponibilizados.

Os governos militares prosseguiram a mesma estratégia bandeirante da elite nacional que é de traçar o desenho da ocupação de terras para além das antigas fronteiras, para executar os programas civilizatórios, na sua versão autoritária de regime de exceção que condenou a sociedade ao silêncio. A partir de 1964, as políticas nacionais dos governos militares, voltadas para a

Amazônia, reeditam as mesmas bandeiras: integração nacional pela ocupação de espaços “vazios” demograficamente, visando ao progresso e à segurança nacional. A matriz conceitual – civilização, integração e progresso – recupera a mesma base conservadora das políticas de governos anteriores.

As vias fluviais da Amazônia, cada vez mais, têm sido pensadas como corredores de exportação. Ao longo dos séculos, sempre foram as principais vias de comunicação, de trocas econômicas, de escoamento da produção e de bens materiais e simbólicos, visto que os espaços portuários tiveram proeminência na estrutura de comércio e de circulação de pessoas. Hoje, a diferença reside na institucionalização dos processos de intervenção por parte dos Estados e da iniciativa privada, que tem a ver com a criação de outra regionalização supranacional, de novas concepções de tempo e de espaço que reconfiguram as redes técnicas e econômicas nos circuitos globais.

A política brasileira para a Amazônia se apoia no projeto desenvolvimentista e tem testado nas relações internacionais sua capacidade de negociar novos mercados no espaço sul-americano. Não se trata apenas de discursos diplomáticos, mas de ações concretas às vezes pouco visíveis. Elas efetivam-se pelas novas regulamentações e acordos de cooperação, que apontam na direção de financiamentos e projetos, sobretudo de infraestrutura, que permitam uma ligação multimodal entre os países. Verifica-se, na prática, a implantação de projetos destinados a vencer os desafios geográficos presentes na fronteira entre os países da bacia amazônica, no passado levado a termo pelo Projeto Calha Norte (1986) que mesmo executando as obras muito aquém do planejado, representou significativa intervenção nas áreas de fronteira assentando inúmeras bases físicas que permanecem, entre elas notadamente militares, fazendo com que várias cidades convivam com a presença do Exército no seu dia a dia de fronteira, como Bonfim, Paracaima, São Gabriel da Cachoeira, Benjamin Constant e Tabatinga.

Entre as estratégias reproduzidas em políticas, programas e projetos, como mostram Castro (2012) e Fearnside (2012), destacam-se o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC I e II), o Plano Nacional de Logística e Transportes (PNLT) e a Iniciativa de Integração Sul-americana (IIRSA). Aqui se fará uma breve discussão crítica apresentando as estratégias de intervenção

do Estado brasileiro na área de infraestrutura portuária para o Brasil e para a Amazônia, a partir das políticas portuárias, planos e programas implantados desde 2007. Isso representa uma ação continuada, com a retomada de políticas públicas pré-existentes, pois, no Brasil, desde o início da década de 1990, as ações estatais centravam-se em (pequenas) reformas, como a dissolução da Portobras (Empresa de Portos do Brasil S.A.) em 1990 – órgão federal que centralizava a gestão dos portos brasileiros; a reformulação dos marcos regulatórios para o setor, dos quais a Lei nº 8630/1993 é ilustrativa, conforme Monié (2011) e Goularti-Filho (2007); e o financiamento público via BNDES, isenções, desonerações e redução de impostos: IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços), PIS (Programa de Integração Social) e COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), conforme Rodrigues (2012). Essas novas políticas públicas portuárias perpassam não somente pela articulação entre políticas integradas de infraestrutura, transporte e logística, mas por aspectos políticos-organizacionais, normativos e estratégicos (TOMASSIAN; SALAS; SÁNCHEZ, 2010), que seriam, em síntese, a dimensão institucional, jurídico e político-econômico do Estado brasileiro.

3 RAZÃO COLONIAL NEOEXTRATIVISTA

As dinâmicas recentes no Brasil, desde a primeira década deste século, mostram o paradoxo de uma legislação ambiental avançada, a aprovação de dispositivos legais e institucionais, mas cujo desafio de manter a floresta em pé se torna impossível pelo avanço da fronteira do capital floresta adentro. O paradoxo também de reconhecimento de direitos à terra como bem comum, de povos indígenas e quilombolas, ao mesmo tempo que financia o avanço rápido da pecuária, das plantações de soja e dos megaempreendimentos em direção a esses territórios. Tais problemas definem a geografia dos conflitos no encontro dessas frentes.

Mas o que é extrativismo e por que neoextrativismo? A história da América Latina e do Brasil se inscreve pela exploração intensiva de recursos naturais; ao longo do tempo suas economias foram sustentadas pela extração

de recursos e sua exportação, e quanto mais ricos em recurso do solo e subsolo, parecem mais atraídos por esse tipo de atividades altamente perniciosas e de sacrifício à natureza. Assim considera Acosta que o extrativismo é uma "modalidade de acumulação que começou a ser forjada em grande escala há quinhentos anos. A economia mundial – o sistema capitalista – começou a ser estruturada com a conquista e colonização de América, África e Ásia."

Os processos de colonização das Américas colocaram em funcionamento mecanismos que permitiam o saque e a apropriação de riquezas como uma prática comum, o que se evidenciou em todos os territórios das Américas, com diferenças que tinham a ver, entre outros, com os tipos de recursos abundantes. As práticas extrativistas atravessam os séculos e chegam ao presente, mas agora com o uso de tecnologias de exploração mais performantes, e contando com uma mão de obra mais qualificada para atender às demandas de produtividade e competitividade. Mas a base do extrativismo é a exploração de matérias-primas "indispensáveis para o desenvolvimento industrial e o bem-estar do Norte global. E isso foi feito sem levar em conta a sustentabilidade dos projetos extrativistas ou o esgotamento dos recursos. Soma-se ainda o fato de que a maior parte da produção das empresas extrativistas não se destina ao consumo no mercado interno, mas sim à exportação." (ACOSTA, *idem*).

No entanto, se refletirmos sobre o acompanhamento, na história latino-americana, entre a hegemonia de processos produtivos extrativistas e a desigualdade social, com massas de trabalhadores cujos rendimentos são notadamente ínfimos, senão desempregados, e em condições de pobreza, seja no campo ou na cidade. O imaginário de uma sociedade cuja prática dominante repousa sobre a extração de recursos, e seu sistema econômico também se erige sobre ele, dando margem a se expandir um imaginário de poder "rentista".

Os países exportadores se especializaram na exportação de bens primários, de matérias-primas, dependentes de demandas de fora e que, ao longo do tempo, sofreram oscilações de preços e também a tendência à deterioração dos termos de troca. Para Acosta a "história das economias latino-americanas que são baseadas no petróleo e na mineração, até o presente, não promovem os encadeamentos dinâmicos tão necessários para se alcançar um desenvolvimento coerente da economia (2008:34).

4 POLÍTICA NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA COMO POLÍTICA TERRITORIAL

A política nacional de infraestrutura tornou-se central no atual modelo de crescimento econômico do país. Embora abranja todas as regiões, parte significativa dos investimentos destina-se à Amazônia. As obras de infraestrutura constituem um recurso estratégico de gestão por mobilizar recursos importantes, acionar parcerias e gerar emprego com relativa rapidez. Mas é, ao mesmo tempo, uma política territorial com fortes impactos na reconfiguração do espaço. O governo brasileiro, a partir de 2007, formulou, com base na “visão de futuro”, planos e programas voltados à infraestrutura com investimentos massivos nos setores elétrico, transporte e terminais portuários⁴, objetivando acelerar o crescimento econômico. Daí considerarmos necessário entender essa política no conjunto do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC I e II) que prioriza o transporte e a energia.

Pelo montante de recursos previstos para investimentos em hidrelétricas na Amazônia, confirma-se a relevância, no plano nacional, dos empreendimentos de mineração, e os interesses maiores sobre a regularização de hidrovias (FEARNSIDE, 2011; 2012; BERMANN, 2013). Segundo o setor elétrico, a Amazônia é a fronteira hidrelétrica do país, e deverá produzir, até 2020, 23% da energia gerada no Brasil, mais da metade dos 10% que já fornece à matriz energética nacional.⁵ O Quadro 1 indica, para o período de 2008 e 2012, o montante de financiamentos do BNDES para mega projetos hidrelétricos na Amazônia.

⁴ Na última década o Brasil perdeu 22 milhões de hectares de floresta, grande parte na Amazônia. Se fizermos um balanço, constatamos que do início da colonização até o ano de 1978, os desmatamentos tinham atingido cerca de 15,3 milhões de hectares da floresta. E de 1978 a 1988 passa a ter uma área desmatada de 37,8 milhões de hectares. Em 1990, a área desmatada era 41,5 milhões de hectares e atualmente, segue na seguinte proporção: a cada ano são devastados mais 2 milhões de hectares (MMA/IBAMA). Apesar de todo o esforço por parte do Estado, de ONG e de outros atores sociais, de discursos, de regulamentações e de ações fiscalizadoras, essa tendência retida a partir de 2005, foi retomada, sob a chancela do Estado e segue agora com altas taxas de desmatamento. O território desmatado, acumuladamente até 1999, correspondia a 13,9% do bioma Amazônia.

⁵ Em 2014 foram realizados quatro seminários sendo dois no Maranhão (Imperatriz e São Luís) e dois no Pará (Belém e Marabá) intitulados *Carajás: 30 anos depois*, para avaliar resultados no desenvolvimento social e econômico da região, problemas e conflitos gerados com o Programa Grande Carajás.

Quadro 1. Financiamentos do BNDES para megaprojetos hidrelétricos na Amazônia (2008-2012)

Ano	Projeto	Beneficiário	Valor Total	Data de liberação
2011 e 2012	Implantação da hidrelétrica de <u>Belo Monte</u> entre os municípios de Volta do Xingu (PA) e Altamira (PA).	NORTE ENERGIA S.A.	R\$ 25.387.812.308,00	12/03/2012; 18/12/2012; 31/03/2011; 16/06/2011
2009 e 2012	Implantação da hidrelétrica de <u>Jirau</u> no município de Porto Velho (RO) e do sistema de transmissão	ENERGIA SUSTENTÁVEL DO BRASIL S.A.	R\$ 9.545.000.000,00	29/06/2009; 29/06/2009; 18/09/2012; 18/09/2012
2009	Construção da hidrelétrica de Santo Antônio no município de Porto Velho (RO), além de linhas de transmissão.	SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.	R\$ 6.135.172.400,00	04/03/2009; 11/03/2009
2011 e 2012	Implantação da hidrelétrica de Teles Pires nos municípios de Paranaíta (MT) e Jacareacanga (PA)	COMPANHIA HIDRELÉTRICA TELES PIRES	R\$2.862.000.000,00	14/12/2011; 27/09/2012; 27/09/2012
2008 e 2011	Implantação da hidrelétrica Estreito entre os municípios de Estreito (MA), Palmeiras do Tocantins (TO) e Aguiarnópolis (TO). Projeto do PAC.	ENERGIA SUSTENTÁVEL DO BRASIL S.A. ALCOA ALUMÍNIO S.A, SUEZ ENERGIA RENOVÁVEL S/A CAMARGO CORREA GERAÇÃO DE ENERGIA S/A INTERCEMENT BRASIL S.A.	R\$2.695.028.400,00	11/03/2008; 11/03/2008; 11/03/2008; 20/03/2008; 20/03/2008; 13/06/2011

2012	Implantação da hidrelétrica Santo Antônio do Jari entre os municípios de Almerim (PA) e Laranjal do Jari (AP).	ECE PARTICIPAÇÕES S.A.	R\$736.807.000,00	13/12/2012
2008	Implantação da hidrelétrica de Dardanelos no município de Aripuanã (MT) e sistema de transmissão respectivo.	ENERGÉTICA ÁGUAS DA PEDRA S. A.	R\$485.090.000,00	07/10/2008
2012	Construção da hidrelétrica Ferreira Gomes no município de Ferreira Gomes (AP).	FERREIRA GOMES ENERGIA S.A.	R\$470.610.000,00	28/12/2012
TOTAL			R\$ 48.317.520.108,00	

Fonte: Quadro de Financiamentos, BNDES, 2014. Organização Edna Castro.

BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico Social. Financiamentos. Disponível em: <<http://www.bndesnaamazonia.org/financings/>>. Acesso em: 01/03/2017

Observação: Não estão incluídos os recursos destinados, nesse mesmo período, a outras obras direta ou indiretamente relacionadas a construção dessas hidrelétricas, tais como linhas de transmissão, construção de termelétricas, implantação de unidade retificadora de energia elétrica e implantação de subestações e de estações conversoras. Igualmente não estão incluídos os financiamentos para a construção de pequenas centrais hidrelétricas.

É necessário fazer o balanço de quem ganha e quem perde com as hidrelétricas na Amazônia. O estado do Pará, cuja hidrelétrica de Tucuruí, em 2015, celebrou 30 anos, tem a energia mais cara do Brasil, e nenhuma indústria se instalou na cidade de Tucuruí ou na Região de Integração do Lago de Tucuruí, que comporta inúmeros municípios. Todos eles têm o IDH deplorável, a floresta devastada e povos indígenas deslocados compulsoriamente a exemplo dos Gavião que foram forçados a se deslocar para outras terras, em Marabá, e que hoje enfrentam a ameaça de deslocamento pela construção da hidrelétrica de Marabá, também no rio Tocantins. No caso das hidrelétricas que estão sendo construídas ou em início de funcionamento, tanto Belo Monte, no rio Xingu, Marabá no rio Tocantins, ou ainda as usinas do rio Tapajós, todas no Pará, ou Teles Pires na fronteira do Pará com Mato Grosso, quanto Jirau e Santo Antônio, no rio Madeira, em Rondônia, são obras que compõem esse novo ciclo de ocupação colonial da Amazônia. Elas estão destinadas a servir às dinâmicas econômicas de diversas regiões do país e reduzir o custo das *commodities* minerais e agrícolas, com a energia nelas embutidas, transportadas aos Estados Unidos, Europa e países asiáticos.

Por outro lado, a pressão dos consumidores intensivos de energia, do setor mínerometalúrgico, tem contribuído com a visão autoritária de considerar os rios da Amazônia prioridade energética. Jirau e Santo Antônio irão jogar sua energia no sistema interligado para suprir, principalmente, as regiões Sudeste e Sul do país, como Belo Monte prevista para atender à grande demanda de energia de empresas eletro-intensivas, do setor mineral que há mais de 50 anos (ICOMI, Carajás, Mineração Rio do Norte, para citar algumas maiores) praticam o extrativismo mineral, não agregando valor ao minério, mas ao contrário, tem intensificado a exploração das minas, pelo aumento do volume de minério e de vagões de trem que atravessam as terras do Maranhão, visando compensar os lucros reduzidos com a queda do preço da tonelada no mercado internacional. São plantas que depredam recursos, violam direitos sociais, e agregam o mínimo de um leque de possibilidades industriais à economia do estado. Parte da energia a ser produzida pela Usina de Belo Monte entrará na interligação da rede nacional de energia.

Efetivamente, encontram-se nessa região dois terços (66,6%) do potencial hidrelétrico brasileiro. Muitos de seus rios apresentam alto potencial para gerar energia, destacando-se os rios Xingu, Tocantins, Araguaia, Madeira, Trombetas, Teles Pires e Tapajós, que atravessam vários estados. As consequências da construção de grandes barragens na Amazônia foram já amplamente analisadas (FEARNSIDE, 2012; BERMAN, 2013). Têm sido focalizados os impactos sobre o deslocamento de trabalhadores, sobre as mudanças nas condições de vida de famílias camponesas, além da emergência de conflitos, violência e pobreza no entorno dos empreendimentos, com aumento das taxas de desmatamento e continuidade na matriz extrativista. Em contrapartida, os grupos locais, em áreas urbanas, rurais e nas aldeias indígenas, resistem até o presente para evitar a barragem de rios, e sua poluição, para fins de geração de energia. Na maior parte das comunidades rurais e também nas áreas urbanas da Amazônia, a propriedade e a gestão coletiva dos recursos de água têm sido a chave do uso desse recurso sem grandes conflitos, e não somente pela sua abundância.

Em 1992, por meio de um debate, sobretudo impulsionado pelas grandes potências econômicas e agências multilaterais, a ideia da água como bem econômico e objeto de regulação pelo mercado mundial, enquanto agente econômico, apesar de tema extremamente polêmico e marcado por um debate acirrado sobre direitos humanos e da natureza, acaba se expandindo, e demonstra o crescente interesse pelo recurso direcionado para a exploração intensiva no modelo empresarial. A União Europeia tem apoiado suas empresas que desejem entrar nesse mercado na forma de cotização e subsídios. Os Estados Unidos também têm formulado ações visando fortalecer seus espaços de negociação nessa área. As empresas norte-americanas exercem uma dominação crescente sobre as exportações mundiais de serviços de tratamento e distribuição de água e de esgotamento sanitário. Ao controlar 18,8% do mercado mundial desses serviços, os EUA exportam duas vezes e meia mais que a Grã-Bretanha, seu concorrente mais próximo. Nessa mesma direção, a Política Nacional de Transportes, baseada em diretrizes do PAC I - 2007-2010, estabelece como prioridades os projetos voltados aos interesses de integração de mercado, nas áreas de: transporte rodoviário, transporte ferroviário, transporte hidroviário,

integração da malha multimodal de transporte e, também, melhorar a gestão pela modernização e racionalização da matriz de transporte.

A parte referente aos investimentos em obras para viabilizar a navegação e o transporte fluvial, embora com recursos minoritários, tem um papel relevante no conjunto das políticas de infraestrutura. Os rios da Amazônia tornaram-se um novo espaço de interesse de mercado, seja de empresas de mineração, do agronegócio, de transporte de cargas ou de uma série de outras atividades empresariais mobilizadas pelas grandes obras de infraestrutura, entre elas, com destaque, os terminais portuários. O tempo e a rapidez na instalação de empreendimentos minerais, na montagem de logísticas de transporte, na construção de terminais portuários, é impressionante pelo poder de transformação observada nos territórios. Grandes rios como o Amazonas, o Tocantins, o Xingu, o Madeira e o Tapajós, responsáveis pela capilaridade de uma extensa rede hidrográfica em imenso território de floresta, com uma história de ocupação milenar, tornaram-se territórios redefinidos pelas políticas nacionais e interesses dos grupos econômicos do setor mineral, do agronegócio, do papel e celulose e da pecuária, como se fossem territórios vazios.

As mega-hidrelétricas ali construídas são intervenções que atuam no local, que deixam impactos sociais e ambientais irreversíveis, mas os benefícios do processo de acumulação de capital se realiza fora, no “ambiente econômico” de outros territórios. Observa-se o mapeamento dos rios e a instalação de grandes portos de empresas de bandeiras estrangeiras. Os rios são nomeados, no contexto do planejamento nacional, como hidrovias. Nessa terminologia, a hidrovia do rio Madeira tornou-se um corredor de grandes cargas de grãos levadas em comboios, de Porto Velho, até os portos de Oriximiná e de Santarém. As formadas pelos rios Amazonas e Negro, com um terminal Ro-Ro em Manaus, e a hidrovia do Amazonas - Tocantins com terminal Ro-Ro em Belém. E o rio Xingu alterado pela hidrelétrica de Belo Monte, e com vários portos de empresas mineradoras em planejamento. Igualmente o rio Tapajós, além de dois grandes projetos de hidrelétricas, o porto de Miritituba, em Itaituba, e o Terminal portuário da Cargill, em Santarém, conformam um conjunto de intervenções de grande impacto sobre o território (RODRIGUES, CASTRO, 2013).

As diretrizes da política nacional de desenvolvimento e, setorialmente, a política de transporte e a portuária, são importantes para compreender as novas dinâmicas regionais e os processos de transformação no território. A partir de 2007 elas estão integradas à visão de futuro para inserção competitiva nos circuitos comerciais e produtivos globais. Flexibilizar os procedimentos, as instituições e os dispositivos legais foi um passo dado para adequar os procedimentos e serviços às exigências de tempo e espaço do mercado, flexibilização que já vinha ocorrendo nas relações de trabalho no porto de Belém desde a última década do século passado (CASTRO; GOMES, 2006) e agora com a reformulação dos marcos regulatórios do setor. Alguns movimentos nessa direção. Rodrigues e Castro (2013) mostram que houve a dissolução da Empresa de Portos do Brasil S.A. (Portobras) que centralizava a gestão dos portos brasileiros. Hoje essa gestão é transministerial e recebe garantias de financiamento público via BNDES com isenções, desonerações e diminuições de impostos (IPI, ICMS, Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS). Novos imperativos de produtividade e fluidez dos atores da logística, isto é, na rede e no espaço global de fluxos; reconhecimento de fragilidade de políticas portuárias anteriores no comércio exterior, face à globalização e à competitividade entre os portos regionais e mundiais.

Tomando o estado do Pará como exemplo para análise, pois para lá se dirige a maior parte dos investimentos seja em plantas hidrelétricas ou estruturas de transporte e portuária, a Figura 3 aponta as direções dos investimentos no território, em especial para as áreas de ocorrência mineral, e de interesses de grupos econômicos. O entendimento dessas dinâmicas exige a leitura da Figura 4 com as plantas de logística de transporte, hidrovias e terminais portuários. Os corredores de transporte foram traçados para exportação da produção agrícola do Centro-Oeste e do Norte do país.

É importante analisar as políticas, os discursos e a lógica burocrática do Estado brasileiro e entender a concepção com a qual políticas e estratégias, dela decorrente, são formuladas. A rapidez dos processos – do planejamento à execução das obras, públicas e privadas, de usinas hidrelétricas às estradas e aos portos que estão sendo instalados em todos os espaços estratégicos para uma

ocupação efetiva, e derradeira, pelo mercado na Amazônia – revela o alto grau de articulação do mercado e das ações do Estado (CASTRO, 2012).

As ações do Estado têm objetivado atender aos interesses do mercado e à demanda de um crescimento econômico baseado principalmente em *commodities* minerais e agrícolas. Os processos têm reconfigurado a noção de território e as consequências para aqueles que vivem na Amazônia, com estruturas sociais que se fundam em sistemas de uso comum da terra e dos recursos naturais.

Figura 1. Projetos de infraestrutura energética

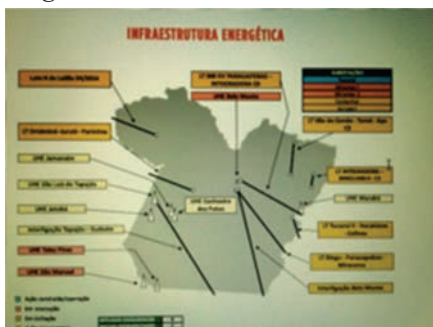


Figura 2. Projetos de infraestrutura logística



Fonte: PAC II (Ministério do Planejamento, 2015)

O Estado reforça o modelo de produção de bens para o mercado de *commodities*, pois 46% da balança de exportação brasileira vem do agronegócio. Novas perspectivas de mercado que se formam em torno de bens e serviços ambientais podem ser geradas pela floresta. O mercado de carbono e de “desastres climáticos” tem revelado como o capital se apropria de territórios e produz novas mercadorias, deixando à margem os serviços ambientais da maior floresta tropical existente ainda no planeta e as metas traçadas no debate ambiental sobre mudanças climáticas no COP 2015, em Paris.

A resistência a essa nova onda de ocupação colonial da Amazônia, na primeira década do século XXI, cujo modelo guarda bastante similaridade com o planejamento autoritário, tem sido uma sistemática em toda a extensão da região. Os movimentos sociais associam os projetos do PAC I e II com as iniciativas do governo federal (ALVES; CASTRO, 2014) em alterar os

dispositivos legais que asseguram direitos sociais, étnicos e ambientais, e substituí-los com novas regulamentações que facilitem a concessão de licenças ambientais, permitam agilizar a exploração mineral em áreas indígenas e criem liberações ao regime de gestão de unidades de conservação, todos eles direcionados aos recursos naturais, e à viabilização de seu acesso pela iniciativa privada. O Congresso Nacional tem sancionado vários dispositivos, como o Código Florestal, o Código da Mineração, e procedimentos de privatização de recursos fundamentais à vida, no sentido lato que comporta o homem e demais dimensões da vida no planeta, a água, os rios e a floresta⁶.

As controvérsias sobre esses planos governamentais e as estratégias empresariais não vêm apenas de ambientalistas. Essa referência cega que foi bastante difundida pela mídia ignora a pesquisa sobre a Amazônia, produzida nas universidades públicas brasileiras, ou institutos de pesquisa, em particular por grupos de pesquisadores localizados na própria Amazônia, que tem apontado, em estudos realizados nos diversos estados, a percepção do desastre produzido por aqueles que pensam a Amazônia como vazia de direitos, de povos, de cultura e de conhecimento, portanto a ser preenchida pelo processo civilizador e portador do desenvolvimento e do progresso. O incrível é que tais pesquisas, como aquelas feitas sobre os riscos de rompimento de barragens de rejeitos em Mariana, Minas Gerais, não são consideradas pelas instâncias públicas e privadas, responsáveis de gerenciamento e controle. Igualmente, as pesquisas sobre os impactos e os riscos das hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio, no rio Madeira, em Porto Velho (RO), e a Usina de Belo Monte, em Altamira (PA), foram sistematicamente ignoradas e difundidas as assertivas de valorização das hidrelétricas como “energia limpa”, apesar do desastre que se tornou a cidade de Altamira e toda a região do entorno.

5 AMAZÔNIA: DESENVOLVIMENTISMO E FRONTEIRA DE *COMMODITIES*

Na Amazônia existe uma enorme diversidade social e étnica. Mas a visão colonial que ainda subjaz na cultura da sociedade brasileira não permite o

⁶ As terras da Amazônia e seus recursos, por esses mecanismos de flexibilização, coloca em risco a vida de sujeitos de direitos sociais e étnicos. Imensas áreas de terras foram esvaziadas de critérios e controles, colocadas à venda, expostas à grilagem, à internacionalização por empresas ou outros agentes de bandeiras e culturas diferentes.

reconhecimento dessa pluralidade. São grupos sociais que compartilham uma experiência histórica cuja relação com o território tem um lugar central em seu modo de vida. Seus territórios têm sido palco de processos conflitivos e de confrontos que atravessam a região e que objetivam, por parte deles, garantir a integridade de identidades e territorialidades. Trata-se de confrontações com a ordem de poder institucionalizado com forte interveniência do Estado. O avanço da modernidade e do neocolonialismo na Amazônia atual impõe um padrão referido à lógica de mercado que a transforma, de modo restrito, em lugares de negócios.

E necessário empreender novas leituras sobre a Amazônia capazes de frear as interpretações lacunosas e equivocadas da ciência, e dos discursos dominantes que realimentam, ainda, as idéias coloniais de Amazônia homogênea, vazia e fonte inesgotável de recursos.

O Estado reforça assim o modelo de produção de bens para o mercado de *commodities*, inclusive na contramão das novas perspectivas de mercado que se formam em torno de bens e serviços ambientais que podem ser gerados pela floresta. O mercado de carbono e de “desastres climáticos”, dão a tônica de como se constrói e reconstrói discursos de legitimidade da dominação

A recente crise econômica mundial (2008), que provocou a retração do mercado mundial e a redução na dinâmica das trocas, tornou mais clara a necessidade de novos arranjos do sistema capitalista, de longo prazo, de maior pressão competitiva dentro do sistema mundial e a reformulação das estratégias de dominação econômica de grandes potências. Mostrou também que os produtos primários continuam a ter papel importante na economia e na balança comercial brasileira. Trata-se de produtos agrícolas e de bens primários baseados nos recursos naturais. Apesar de o Brasil ter diversificado seu parque industrial e sua inserção no mercado mundial, ele não deixa de ser, por excelência, um produtor e exportador de *commodities*. Além disso, os dados de pesquisas recentes têm mostrado um processo de desindustrialização em curso no Brasil e a perda de competitividade no mercado interno face aos produtos, sobretudo chineses, que invadem o mercado nacional. De um ou de outro lado, pela exportação de produtos primários ou pela desindustrialização, é importante reavaliar as perdas e as vantagens a médio e longo prazos.

A Amazônia se tornou uma fronteira de *commodities*. Dos seis grandes grupos de bens exportados pelo País - soja, carne, minérios, suco de laranja, petróleo e celulose em 2010 -, os três primeiros são, majoritariamente, produzidos ou retirados da Amazônia. Eles são responsáveis, em grande parte, pela concentração fundiária, grilagem, pistolagem e conflitos em torno da terra, além do desmatamento acumulado.

A Amazônia contribui também com a produção de dois outros produtos do *ranking* nacional - celulose e petróleo (com gás natural) -, reafirmando sua importância no cenário nacional de exportação. A globalização e o aumento de competitividade têm provocado, no âmbito local, o acirramento das estratégias de apropriação de terras e de recursos por empresas nacionais e internacionais com vistas a investimentos imediatos ou reservas de nichos de mercado. É o caso do interesse de empresas francesas pelos recursos hídricos (Suez-Vivendi) desde o final do século passado, conseguindo agora se inserir nos programas do Ministério de Minas e Energia (MME), da Eletrobrás e da Eletronorte, tendo participado, através de seu “braço” de consultoria, nos estudos de viabilidade para projetos de hidrelétricas na Amazônia (por exemplo, a usina hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu; e no projeto de duas usinas hidrelétricas no rio Tapajós) e anunciando agora a participação nos consórcios para a exploração das usinas planejadas. Essas empresas estrangeiras tornam explícitos seus interesses no grande manancial aquático da região, para além, portanto, de seu perfil inicial de setor de prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento, nas áreas urbanas, migrando para esse setor de grandes obras de infraestrutura referentes a recursos hídricos².

Por outro lado, a pressão desses produtores intensivos de energia, do setor minerometalúrgico, tem contribuído com a visão autoritária de considerar os rios da Amazônia como sendo de prioridade energética.

As rodovias Cuiabá-Santarém (Br-163) e Manaus-Porto-Velho (Br-319) - quase intransitáveis desde a década de 1970, quando foram construídas - ressurgem como projetos estratégicos governamentais, de “integração nacional” para o agronegócio e o avanço do mercado de terras. Na lógica das políticas atuais e do modelo de desenvolvimento, as *áreas* para a economia do agronegócio devem atingir as novas fronteiras ainda preservadas em direção

agora ao oeste do Pará, estado do Amazonas, Roraima, Amapá, Acre e os países vizinhos.

O Estado tem optado pela solução mais tradicional de desenvolvimento - o que tem se revelado ineficaz social e ambientalmente - que é a construção de grandes obras de infraestrutura supervalorizando os benefícios do desenvolvimento. Obras localizadas no território nacional, mas também articulando e financiando outras nos países amazônicos vizinhos, por meio da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (Iirsa). Produtos como minério, madeira, gado bovino e pescado, na Amazônia, continuam a sair para o mercado por cadeias curtas e com reduzido padrão tecnológico. Bens primários e recursos naturais exportados com nível tecnológico aquém da possibilidade de gerar mais valor à produção regional e agregar qualificação e especialização na oferta de empregos. Consequentemente, não aparecem mudanças relevantes na massa salarial que circula no mercado regional.

Vemos comunidades inteiras serem ameaçadas e expulsas de suas terras de antiga ocupação, processos que atravessam os países da Pan-Amazônia, empurradas de seus territórios, impossibilitadas de manter seus modos de vida, vendo se instalarem ali grandes siderúrgicas, portos, hidrelétricas, estradas e gasodutos, impostos sem respeito à ancestralidade da ocupação, aos impactos ambientais e aos conflitos provocados, utilizando discursos de legitimidade justificada pela relevância para o crescimento do país; garantem o avanço do capital nacional e internacional representado nas grandes empresas apoiadas pelos Programas de Aceleração do Crescimento (PAC I e PAC II) econômico. A linha estratégica conservadora é a construção de grandes obras, com volumosos investimentos em infraestrutura. Somente para o período de 2007 a 2010, o PAC previu investimentos no montante de R\$ 503,9 bilhões. Na realidade, o Estado reforça a implantação de empreendimentos para os mesmos setores: mineração, pecuária, exploração madeireira e agricultura mecanizada. Todos eles são produto de *commodities*.

Além dos grandes investimentos na infraestrutura *de* energia, rodovias, portos e aeroportos, e logística de transporte, cabe lembrar que se trata de investimentos de interesse de setores ávidos e muito poderosos no mercado, como o de construção civil, de engenharia de energia hidráulica, construção

naval etc. Os interesses em jogo não são negligenciáveis e atendem a uma diversidade de setores que se movimenta no mercado de grandes obras. Por isso, se tornam uma força poderosa de transformação dos territórios, da vida nas sociedades regionais e no meio ambiente.

Trata-se do mesmo modelo de desenvolvimento, porém no contexto de um novo momento no qual as estratégias do capital são realinhadas, com base na construção de grandes obras. Nesse modelo, há uma dominação simbólica que se afirma, sobretudo pelas imagens veiculadas em profusão pelos meios de comunicação e da mídia, em um mercado altamente estruturado e guloso de recursos públicos destinados à publicidade; e para valorizar a ideia de que o país vai muito bem, a economia cresce e a desigualdade social diminui, apesar das crises do mercado financeiro global. Enfim, um discurso que acentua as melhores perspectivas para o Brasil ascender ainda mais no concerto dos países e no *ranking* mundial. Mas será que o povo brasileiro não está na exaustão de suas forças físicas para responder positivamente a esse ciclo virtuoso, pelas estatísticas de violência, endividando-se no mercado imobiliário, nas agências de crédito para financiar a casa própria ou outros bens de consumo durável? Certamente as políticas sociais, os diversos instrumentos de repasse de recursos a camadas sociais com rendas mais baixas, e o aumento do emprego formal, no anterior e no atual governo, todas elas medidas acertadas, amortecem os efeitos da crise. Mas é necessário não perder de vista o desenvolvimento, e o desenvolvimento regional, a médio e longo prazo.

A Amazônia, para além de um interesse ambiental de preservação de sua floresta, é um mercado de produtos e insumos muito concreto, ligado a redes internacionais altamente sofisticadas. E certamente os grupos mais capitalizados estão aí pela alta rentabilidade dessas atividades, mas também por reservas de estoques para oportunidades futuras. Afinal de contas essa é a última fronteira de áreas florestais contínuas não somente do País e do continente sul-americano, mas do mundo.

O processo civilizatório refaz seu curso na perspectiva da integração sul-americana. Os marcos das políticas no século XXI sinalizam a abertura das fronteiras entre países sul-americanos e de mercados do Atlântico ao Pacífico. A política de integração empreendida por esses Estados concretiza a

ideia de fronteiras novas de recursos a serem potencializados para o mercado. O desenvolvimento da infraestrutura de sistemas logísticos tem sido uma demanda comum, do Estado, das empresas e dos atores locais, porém a disputa está no modelo de integração, nos processos que estarão em curso e nas formas de controle e domínio, que opõem entre si atores sociais bem diversos.

Trata-se, portanto, de pensar a Amazônia no plural, não somente a brasileira, mas na sua dimensão continental, as Amazônias. O debate sobre as fronteiras de recursos se confunde, de certa forma, com as fronteiras políticas entre esses países vizinhos que têm uma história comum de colonização ocidental. Na atualidade, a política mais geral tem seu foco na integração através da construção de grandes projetos de infraestrutura para viabilizar a comunicação e o transporte, facilitando os fluxos de mercadorias e de pessoas.

6 FRONTEIRAS POLÍTICAS E CONTROLE DO TERRITÓRIO

Para entender os novos interesses pelas estratégias de controle do território da Amazônia, é essencial tomar como referência o percurso da política econômica conduzida pelo Governo, o qual tem demonstrado, nos seus inúmeros programas, reuniões de cúpula, pronunciamentos e documentos escritos (exemplo da Carta do Rio de Janeiro), uma vontade política de negociar novos mercados no espaço sul-americano. Pode-se, dessa forma, entender o papel assumido pelo Itamaraty na articulação do Mercosul, a sua maior aproximação à Argentina, importante pelo porte de sua economia, e ao Chile, relevante na configuração política do continente, fazendo parte da Aliança do Pacífico (visão mais liberal e em conjunto com Peru, Colômbia e México tem ligação próxima com os Estados Unidos). Trata-se, portanto, de dois países que têm acumulado maior tradição e peso na política econômica do continente.

Estabelece-se, assim, uma nova dinâmica nas relações internacionais que realinham as forças hegemônicas no continente e na sua relação com os Estados Unidos, enquanto maior economia mundial e os países emergentes, notadamente a China. O Peru com vias que permitem escoamento de produtos para os mercados asiáticos e o Caribe, e, no caso da Venezuela, a estrada que

liga Manaus/ Boa Vista e Caracas passaram a constituir pontos de interesse na geopolítica continental.

A fronteira é produtora de redes de sociabilidade específicas, com base nos grupos que a conformam, tendo caráter econômico, social, político, sobretudo em áreas de *Tríplice Fronteira* pela intersecção de culturas, línguas, economia e instituições nos três países que a conformam. Na América do Sul existem inúmeras áreas com Tríplice Fronteira. No Brasil são nove: Brasil-Guiana Francesa- Suriname no Amapá; Brasil-Suriname-Guiana no Pará; Brasil-Guiana-Venezuela em Roraima; Brasil-Venezuela-Colômbia no Amazonas; Brasil-Colômbia-Peru no Amazonas; Brasil-Peru-Bolívia no Acre; Brasil-Bolívia-Paraguai no Mato Grosso do Sul; Brasil-Paraguai-Argentina, no Paraná; e, Brasil-Argentina-Uruguai, no Rio Grande do Sul.

Questões de segurança e de defesa, em função de ser região limite, de fronteira política, compõem o rol de temas do projeto de integração a partir de governos nacionais. Há efetiva integração sócio-econômica e cultural, no meio da diversidade étnica e linguística. Fóruns comuns têm reunido com frequência na Pan-Amazônia, movimentos e organizações sociais e étnicas de várias nacionalidades, presentes nas fronteiras entre Brasil, Peru, Colômbia, Bolívia e Equador que compõem a grande faixa fronteira da Amazônia Ocidental ou de fronteiras com países do Caribe, Venezuela, Suriname, Guiana, Brasil e Guiana Francesa, já na Amazônia Oriental. Os temas de discussão nesses fóruns são variados, mas nos últimos anos intensificou-se o debate sobre o território, as modalidades de afirmação de territorialidades, de defesa de processos de trabalho tradicionais sob ameaça e criminalização, das formas de desterritorialização e de reterritorialização em curso. Alguns fragmentos mostram a diversidade desses temas, e seus impactos locais: como enfrentar as consequências do avanço de empresas e do consequente desmatamento que ocorre no leste do Peru, a exploração madeireira que avança em direção da Bolívia, os arroteiros na fronteira com a Venezuela, os problemas apresentados pelos grupos indígenas brasileiros na fronteira com a Guiana, ou ainda dos garimpeiros no rio Oiapoque em conflito com a política francesa. A grande imprensa veicula informações sobre as fronteiras apontando os conflitos e um suposto perigo que sempre aparece como imagem clássica veiculada à ideia de fronteira.

A política brasileira para a Amazônia se apoia no projeto desenvolvimentista e tem testado nas relações internacionais sua capacidade de negociar novos mercados no espaço sul-americano. Não se trata apenas de discursos diplomáticos, mas de ações concretas às vezes pouco visíveis. Elas efetivam-se pelas novas regulamentações e acordos de cooperação, que apontam na direção de financiamentos e projetos, sobretudo de infraestrutura, que permitam uma ligação multimodal entre os países. Verifica-se, na prática, a implantação de projetos destinados a vencer os desafios geográficos presentes na fronteira entre os países da bacia amazônica, no passado levado a termo pelo Projeto Calha Norte (1986) que mesmo executando as obras muito aquém do planejado, representou significativa intervenção nas áreas de fronteira assentando inúmeras bases físicas que permanecem, entre elas notadamente militares, fazendo com que várias cidades convivam com a presença do Exército no seu dia a dia de fronteira, como Bonfim, Paracaima, São Gabriel da Cachoeira, Benjamin Constant e Tabatinga.

Há um desconhecimento completo das experiências sociais e do campo de trocas, materiais e simbólicas, que atravessam as relações e conformam a vida social e as relações com a natureza nessas regiões. Nesse quadro da fronteira há movimentos migratório, mais ou menos intensos, que envolvem migração de trabalho, mas também fazem parte das formas de sociabilidade entre povos que coabitam esses territórios, alguns milenarmente, independentes de serem unidades nacionais diferentes, a exemplo dos povos Tikunas cujo território se espalha pelo Brasil, Equador e Peru. São territorialidades em jogo, pouco percebidas na superficialidade das interpretações sobre as fronteiras. A fronteira é um espaço complexo e envolve também a presença de forças militares, exemplo dos quartéis instalados, como em São Gabriel da Cachoeira, Oiapoque e Tabatinga, e é um espaço de muitos agentes econômicos, de redes de comércio, de novos atores que chegam com interesses diversos e veem, na fronteira, o espaço também de oportunidades e de negócios.

As análises sobre os processos de integração sul-americana têm sido apresentadas de forma lacunosas, pouco críticas e sem conectá-las com os reais processos de dominação. É possível conceber um projeto histórico de integração que recomponha as relações sociais e culturais, e não apenas econômicas?

Na realidade, os Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento presentes nos PPAs de 1996-1999 e 2000-2003 revelam as prioridades econômicas e espaciais do Estado. Seguem um perfil de intervenção consagrado em décadas anteriores, seja através da noção de polos de desenvolvimento, de regionalização ou de grandes projetos geopoliticamente referenciados. Os Eixos previstos para o Plano 2000- 2007 consideraram outras variáveis, como se pode observar: a rede multimodal de transportes; a hierarquia funcional das cidades; a identificação dos centros dinâmicos e os ecossistemas.

Na Amazônia, os programas previstos centralizam-se nos eixos Arco Norte e no Madeira-Amazonas, com projetos de infraestrutura de transporte, de energia e comunicação, além de atividades que repousam na exploração de recursos florestais e hídricos. O Eixo Arco-Norte, que se estende pelo vale do rio Madeira e o do Amazonas, recobrando imensa região.

Os conceitos de eficiência, produtividade e competitividade estão no centro, mas movidos pela dinâmica de mercados em integração. Os investimentos em programas de infraestrutura de grande porte representam o maior esforço e ao mesmo tempo, de onde esperam os maiores resultados para dinamizar o mercado. Um outro elemento desse tripé, é a sustentabilidade ambiental que, no plano discursivo, deve adequar-se a um padrão de problemas da agenda comum dos países na atualidade, portanto também sem grandes novidades, nem conceituais, nem paradigmáticas.

8 O OLHAR CRÍTICO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS SOBRE A INTEGRAÇÃO NA AMÉRICA DO SUL

Por parte dos movimentos sociais que vem lutando pela defesa de direitos sociais, étnicos e ambientais, articulados em redes mundiais nas lutas contra as barragens de rios, eles têm apresentado à sociedade argumentos que contrariam aqueles que defendem a construção de grandes barragens como solução energética. Cabe ressaltar que 85% da energia consumida no Brasil vem de hidrelétricas. Eles têm mostrado as razões para contestar esses empreendimentos, a natureza dos investimentos, os interesses em jogo, os principais beneficiários e sobretudo como essas dinâmicas produzem

processos de desterritorialização de populações rurais, de territórios indígenas e quilombolas; deslocamentos forçados pelas inundações ou mudança na qualidade dos recursos florestais e aquáticos, impasses nas formas anteriores de mobilidade pelos rios, e, por isso, inviabilizam formas de trabalho dessas populações, produção de gases e outros elementos químicos nocivos que podem ser vistos na análise de efeitos derrame, como assinala Gudynas (215). Os estudos tem mostrado como a produção de energia hidrelétrica está longe de ser limpa, se considerarmos todas essas dimensões que o setor elétrico, em muitos países a América Latina, rejeita como resultantes da ação de seus empreendimentos (ROJAS, 2014).

A América Latina e o Caribe têm dado, nessas últimas décadas, lições extraordinárias contra as estratégias globalizantes e hegemônicas do pensamento neoliberal. Efetivamente, nas esferas políticas e sociais, observaram-se grandes transformações na luta dos movimentos sociais. O papel de governos mais comprometidos com a história, a integridade e o respeito ao multiculturalismo, sobretudo nas fronteiras, tem sido fundamental nos processos políticos aí existentes como também pela formulação das políticas sociais. Na Venezuela esteve em curso a construção de um processo político com participação de atores populares diversos, certamente polêmico e controverso, mas tendo o social como prioridade e que busca uma outra concepção, alternativa, de integração latino-americana que recupere a histórica bolivariana, no plano político e econômico. Evo Morales, na Bolívia, representou uma inovação com a canalização das lutas sociais para a nacionalização de empresas estrangeiras, chocando-se com os interesses de brasileiros e de multinacionais do setor, apostando no conflito como parte da construção democrática das relações sociais em contexto multiétnico e multicultural. No Brasil, a formulação de políticas sociais de redução da pobreza e da desigualdade social/regional, de reconhecimento das diferenças e de inclusão, tem mostrado resultados relevantes e que superam a tendência histórica. Mas essas políticas são, assim mesmo, convencionais, deixando escapar realidades regionais muito distintas.

O Banco Mundial definiu novas regras para o desenvolvimento, com receita única, neoliberal. Mas a história da América Latina se reafirma por caminhos diversos, acreditando que é possível construir um mundo com base

em outros paradigmas que os ajustes estruturais da economia contra o modelo da acumulação, do pensamento único, da competição feroz e de livre comércio que constitui o reino da globalização financeira e produtiva. Uma estratégia que procura desarticular os coletivos deixando aos indivíduos a solução dos problemas sociais. A tendência observada no formato institucional atual do Estado, é repassar responsabilidades para os atores sociais e o sector privado identificando essas práticas como descentralização apesar de muitas vezes, como identificado em pesquisas, refazerem os caminhos da concentração.

Os movimentos sociais da América Latina marcaram o processo de constituição do Fórum Social Mundial (FSM) enquanto espaço aberto às experiências sociais e à resistência à ordem mundial neoliberal. Novos atores entraram na cena política mundial. Sobretudo chamamos atenção para aqueles grupos tradicionais que exprimiram o sentimento de injustiça e opressão, que não tinham tido a chance de se fazer ver e ouvir em suas estratégias sociais, como os índios no Brasil, na Bolívia, no Equador e em inúmeros países da América Central que têm investido em alternativas e pressionado em direção a mudanças mais amplas.

As redes tradicionais de existência social têm respondido pelas amplas mobilizações e pela sustentação de interesses e escolhas coletivas, sejam elas sobre o território ou sobre o modo de vida. Ampliam o olhar do local e, se juntando de forma global, avançam na compreensão de um movimento mundial, onde a autonomia dos movimentos sociais, em relação a partidos, ou outras estruturas de poder, não sejam fundamentos da organização e dos processos políticos.

CONCLUSÃO

O PAC e a Iirsa foram montados com a mesma orientação, de integração competitiva a partir de um modelo de modernização conservadora, com base em grandes investimentos de infraestrutura. Ambos estão articulados pela concepção de eixos de integração. A Iirsa no âmbito sul-americano, como bloco regional, e o PAC, em nível nacional, são programas que, do ponto de vista formal dos instrumentos do planejamento, podem ser vistos como não integrados, organicamente. No entanto, sustentamos aqui a tese de que sua integração se dá

no plano político estratégico, com efeitos imediatos das obras de infraestrutura sobre os territórios desses países, sobretudo em suas áreas de fronteira.

Observa-se, assim, uma sinergia entre os planos nacionais de desenvolvimento, com base em grandes projetos de investimento, em países como Argentina, Colômbia, Peru e Brasil, e a logística dos projetos da Iirsa. O modelo de base tem sido o mesmo, o de grandes projetos voltados principalmente para a exportação de recursos naturais.

A nosso ver, pelo porte dos investimentos do PAC, estes levarão a aumentar a assimetria em relação aos países sul-americanos, pois asseguram ao Brasil uma aceleração da economia, que o colocaria em situação ainda mais vantajosa no concerto nas nações sul-americanas e afirmaria a sua postura neocolonial, como tem sido denunciado em inúmeros fóruns de movimentos sociais que lidam com questões territoriais, étnicas e políticas sobretudo nos países da Pan-Amazônia.

Muitos projetos de infraestrutura estão voltados para a Amazônia, mas em sua dimensão continental pois os impactos sociais e ambientais não reconhecem as fronteiras políticas entre países. A Grande Amazônia torna-se estratégica nessa configuração não somente para o Brasil como para os projetos nacionais dos países da fronteira amazônica.

Os projetos de grande escala como as hidrelétricas em construção no Brasil, no Peru e na Bolívia são apresentados pelos governos como obras para o desenvolvimento e a integração nacional e sul-americana. Densos em investimento representam um modelo de intervenção no território não apenas do planejamento governamental, mas também de grandes empresas, nacionais e internacionais, sobretudo nesta fase de mundialização. Esses grandes projetos, construídos para viabilizar o mercado os recursos naturais, são entregues a grandes empresas, nacionais e estrangeiras. Via de regra se localizam em territórios ocupados, mas se impõem à população local como prioridade nacional.

Os processos de desterritorialização nas fronteiras políticas da região amazônica têm sido motivo de contestação tanto na sociedade brasileira quanto em países latino-americanos. O reconhecimento e o acompanhamento desses processos impõem-se como prioridade de pesquisa e do debate que implica (re) pensar o lugar do planejamento regional na perspectiva da sociedade e da cultura

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Defesa. *Programa Calha Norte (PCN)*. Brasília, DF, 1986. Disponível em: <https://www.defesa.gov.br/programa_calha_norte/index.php>. Acesso em: 2 jan. 2008.
- CASTRO, Edna. Amazônia no centro da geopolítica brasileira de integração sul-americana. In: NASCIMENTO, D. *Internacionalização e defesa Nacional*. Belém: UFPA, 2010.
- . Estado e políticas públicas na Amazônia em face da globalização e da integração de mercados. In: COELHO, Maria Célia; MATHIS, Armin; CASTRO, Edna & HURTIENNE, Thomas (Orgs.). *Estado e políticas públicas na Amazônia: gestão do desenvolvimento regional*. Belém: Cejup, 2004.
- . *Sociedade, território e conflitos. A Br-163 em questão*. Belém: Naea, 2008. Castro; Monteiro & Castro, 2007
- CHESNAIS, François. *A Mundialização do capital*. Tradução de Silvana Finzi. São Paulo: Xamã, 1996.
- GUDYNAS, E. *Extractivismos - Ecolgía y economía política de un modo de entender el desarrollo y la naturaleza*. Cochabamba: CEDIB, 2015.
- GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. *O mundo multipolar e a integração sulamericana*. Disponível em: <http://www.cebela.org.br/>. Acesso em: 25 jul. 2008.
- IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico 1997*. Rio de Janeiro: IBGE, 1997.
- . *Censo Demográfico 1990*. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.
- . *Censo Demográfico 1999*. Rio de Janeiro: IBGE, 1999.
- . *Censo Demográfico 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.
- IIRSA. *Planejamento Territorial Indicativo*. Brasília, DF, 2004.
- MARQUES, Gilberto S.; MARQUES, Indira C. R. Mais uma face do dilema: socialismo ou catástrofe ambiental. *Marxismo Vivo - Revista de Teoria e Política Internacional*, v. 21, p. 121-128, 2009.
- SANTOS, Boaventura de Souza (1995). *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez.
- SILVA, José Guilherme Carvalho da. *Oiapoque: uma parábola na floresta: Estado, integração e conflitos no extremo norte da Amazônia Legal*. 2006. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Núcleo de Altos Estudos da Amazônia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.
- SILVEIRA, Sirlei. A. (2004). *Em busca do país do ouro: sonhos e itinerários*. Tese de doutorado em Ciências Sociais. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2004.

CONCEITO DE NATUREZA E SUAS IMPLICAÇÕES PARA O DIREITO DO MEIO AMBIENTE

Simy de Almeida Corrêa¹

“Aperte o mais inocente dos aerossóis e você será levado à Antártida, e de lá à universidade da Califórnia em Irvine, às linhas de montagem de Lyon, à química dos gases nobres, e daí talvez até à ONU, mas este fio frágil será cortado em tantos segmentos quantas forem as disciplinas puras: não misturemos o conhecimento, o interesse, a justiça, o poder. Não misturemos o céu e a terra, o global e o local, o humano e o inumano. “Mas estas confusões criam a mistura – você dirá - elas tecem o mundo?” – “Que sejam como se não existissem”, respondem os analistas, que romperam o nó górdio com uma espada bem afiada. O navio está sem rumo: à esquerda o conhecimento das coisas, à direita o interesse, o poder e a política dos homens” (LATOUR, 2013, p. 8).

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, talvez o assunto mais importante em debate no mundo tenha sido o meio ambiente, cujas palavras-chave foram ou são sustentabilidade ou desenvolvimento sustentável. Esse discurso ganhou musculatura científica, tanto para negar as fortes pressões de catástrofe, como também para afirmá-las. E neste sentido, a orientação dependerá dos agentes, dos interesses e do contexto envolvido. Outros aspectos estão também imbricados e o meio ambiente pressupõe debates transversais, debates multidisciplinares, entretanto algumas ciências tentam impor seu rigor metodológico como validador de determinados processos e lógicas que jamais foram neutras. A mesma natureza pode ter “cores” (e tem sido sempre os “verdes”), políticas,

¹ Graduação em Direito e Geografia. Mestre pelo Programa de Planejamento do Desenvolvimento (PLADES), Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/UFPA e Doutoranda do PPG em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido NAEA/UFPA em co-tutela com o Programa de Doutorado em Direito Público - Direito Ambiental na Université Sorbonne Paris 13. Membro do Grupo de Pesquisa GETTAM.

pode ter modelos matemáticos, pode ainda ser sagrada para alguns povos, mas é como recurso natural que ela tem sido representada hegemonicamente.

Como uma tentativa de fazer uma arqueologia do conceito de natureza, buscou-se resgatar a visão de natureza em cada período marcante na filosofia e na história do direito ocidental. O objetivo deste trabalho foi apresentar como esse conceito muda na filosofia, tentando demonstrar sua forte influência na construção do saber, das ciências exatas e naturais, cuja produção da verdade é fortemente manipulada. O recorte ocidental não é geográfico, é muito mais ideológico, social e político. As concepções hegemônicas são ocidentais e, portanto, para a análise dos demais conteúdos foi imprescindível restringir à produção do saber ocidental.

O resgate da história do direito ocidental é importante para entendermos como instrumentos normativos tão antigos ainda estão vivos e qual o papel do capital jurídico dentro das estruturas de poder que determinam e orientam as sociedades, novamente dentro do mundo ocidental-hegemônico. A construção do Direito é lida e apresentada como importante instrumento de dominação que ora mantém o que é de interesse e controle de determinadas classes, ora serve para pôr às avessas a ordem estabelecida com todos os ares de legalidade e legitimidade que as ciências jurídicas se revestem.

Toda preocupação de hoje começou por que o mundo se descobriu doente? Ou por que a capacidade produtiva e de expansão do capitalismo estaria ameaçada? Apesar das inúmeras possibilidades, é fato que a natureza está contaminada e as pessoas também estão adoecendo. E somente quando as pessoas descobriram que estavam doentes por causa da poluição provocada pelo processo produtivo das indústrias algo começou a ser pensado, mas tudo parecia simples de resolver. E em alguns lugares, continuam adotando medidas simples. Se há um rio contaminado, vamos interditar-lo para banho ou para consumo humano.

No entanto, com o passar dos anos, descobriram também que os problemas já não estavam mais nesse nível de resolução, pois algo muito maior que um rio estava prejudicado e isso afetava todos os países do mundo, descobriram que o mal tinha chegado à camada de ozônio e isto tornava o problema universal? Mas como resolver esse problema?

Percebe-se que a natureza é apenas cenário onde o homem é o protagonista, o ator principal em cena. Mas a natureza nem sempre foi vista como coisa ou como objeto a ser apossado, explorado, esgotado ou como muitos preferem manejado. A natureza já foi sagrada e já teve “direitos”. Algumas correntes tentam classificar os vários discursos sobre esta relação, selecionando os que são “antropocêtricos” (puro ou intergeracional), os “não antropocêtricos” ou “biocêtricos”. Mas até na taxonomia dessas correntes percebe-se a natureza apenas como coadjuvante do debate ético-social-jurídico. E quando a natureza foi o centro do debate enquanto sujeito de direitos?

Neste sentido, o trabalho está estruturado em três partes, onde a primeira consiste na revisão sobre a história do Direito ocidental, passando pelas transformações do direito não escrito ao direito escrito, como parte fundamental para o entendimento do poder que o Direito Positivo atribuiu ao homem enquanto o detentor do SER e, conseqüentemente, aos grupos hegemônicos de comando no campo de forças que estruturam a política ambiental mundial. A segunda parte envolve um passeio pela filosofia da natureza relacionando as transformações do seu conceito com as inúmeras transformações sociais, sem perder de vista sua relação com a positivação do Direito.

Ao final, apresentamos mais questões do que respostas, pois entendemos que os direitos à natureza são também pela defesa de um novo saber, são também resistência aos que dizem o direito sempre, são também movimentos de reordenamento mental, social e político da Amazônia. Assim, trazemos na última parte autores decoloniais como Mignolo (2008), como também autores latino-americanos que reivindicam a descolonização do saber, seja Arturo Escobar ou mesmo Gudynas (2010).

Há hoje um esforço em ter uma visão da natureza a partir de uma consideração moral. Filósofos como Platão e Aristóteles dedicavam suas reflexões à filosofia da natureza, já que a natureza é para eles toda a realidade. Mas a mudança social provocou várias rupturas no paradigma ético, jurídico e sobretudo social da relação homem-natureza.

Várias questões nortearam a condução desse trabalho, entre elas: Para onde caminhamos? Como foi essa ruptura? Quais as conseqüências para a Amazônia que ainda tem uma enorme área natural?

A partir desses questionamentos buscamos como objetivo geral a revisão do conceito de natureza, associada a uma crítica sobre a técnica que está intimamente ligada ao quadro de crise ambiental hoje. Esta crítica estende-se à ciência do Direito, como instrumento para a construção e a legitimação dessa sociedade da técnica e das diversas estratégias que levam agentes e interesses ao patamar hegemônico de decisão dos rumos dessa crise.

Enquanto objetivos específicos nos propomos a associar a transformação do conceito de natureza em objeto com as transformações ambientais, entender os reflexos em atribuir direitos à natureza enquanto descolonização do saber e empoderamento amazônico.

Ao final, apresentamos os desafios que o modelo de desenvolvimento na Amazônia e no Brasil trazem para a reflexão desses conceitos. Nesse sentido, buscamos a partir dos grandes projetos e dos conflitos socioambientais presentes hoje na região avaliar a distância a percorrer para mudanças significativas nesse campo de forças.

Ao longo deste trabalho, trouxemos algumas reflexões sobre a formação do Direito, como também sobre as transformações do conceito de natureza, mas o que queríamos era construir os primeiros passos para chegar aqui. Afinal, como o saber é construído na América Latina, no Brasil? Qual a importância da construção do pensamento e da racionalidade para as nossas práticas sociais? A realidade amazônica exposta no capítulo anterior é reflexo da racionalidade hegemônica? Há como resistir, opor-se, fazer contraponto aos conceitos postos?

Desconstruir conceitos clássicos ou históricos trata-se para Mignolo (2008) e Quijano (1992) como desobediência epistêmica, mas não consiste simplesmente em fazer oposição aos conceitos eurocentrados ocidentais, pois, segundo esses autores, fazendo apenas isso, não alcançamos grandes avanços. No entanto, nada tem a ver também com deslegitimar as ideias críticas europeias ou ideias pós-coloniais como Lacan, Foucault, Derrida, Walter Benjamin...

Foucault (2008) analisa a genealogia do saber, os deslocamentos e as transformações dos conceitos e verifica que a história de um conceito não é, de forma alguma, a de seu refinamento progressivo, de sua racionalidade continuamente crescente, de seu gradiente de abstração, mas a de seus diversos campos de constituição e de validade, a de suas regras sucessivas de uso, a

dos meios teóricos múltiplos em que foi realizada e concluída sua elaboração (FOUCAULT, 2008).

E, assim, tais análises históricas não são como reconstruções sobre por quais caminhos as continuidades se puderam estabelecer, mas de que maneira um único e mesmo projeto pôde-se manter e constituir, para tantos espíritos diferentes e sucessivos, um horizonte único.

Que modo de ação e que suporte, portanto, implica o jogo das transmissões, das retomadas, dos esquecimentos e das repetições? Como a origem pode estender sua permanência bem além de si própria? Não se trata mais de tradição e rastro, mas de recorte e de limite, não é mais o fundamento que se perpetua, e sim as transformações que valem como fundação e renovação dos fundamentos.

Refletir sobre isso é também perceber o quão racista e heterossexualmente patriarcal são as construções de pensamento e ação que marcam a moderna teoria seja política, jurídica, econômica e mesmo social, em muitos casos. Entre os tantos aspectos envolvidos, não podemos esquecer também o poder da linguagem, pois lá reside o inconsciente, o sentido, a intenção, ainda que não explícita, ainda que mascarada, mas lá está. Foucault (2008; 1983), Bourdieu (2008; 2010), Ambroise (2012) e Fonseca (2012) todos destacaram o poder da linguagem como instrumento de dominação, expressão de uma racionalidade, como também de um tipo de saber, ou mesmo de uma modalidade de governo e entre tantas ciências o “Direito” talvez seja a que faz mais uso desse poder.

Ambroise (2012), por exemplo, analisa os textos de Bourdieu exatamente no que tange à linguagem e nesta passagem adianta que o filósofo a vê como uma estratégia e que isso é parte do jogo:

Fort, par ailleurs, d'un bagage épistémologique qui lui permettait de savoir ce qu'était une Science, et notamment une Science de l'homme, sans avoir à céder aux tentations scientistes impérialistes auxquelles les diverses variantes du structuralisme pouvaient mener, il était capable de développer un système explicatif s'attachant à rendre compte des pratiques véritables, em tant qu'elles recèlent une part de stratégie, c'est-à-dire, sous certaines conditions, une part de jeu (AMBROISE, 2012, p. 194).

Os saberes, a construção das ciências como construções culturais também se refletem na linguagem, tanto pelas construções quanto pela forma de interpretação e tradução. Assim, para Bourdieu, tal qual Foucault também acredita, a linguagem também é uma operação quase automática do inconsciente, como bem destaca Ambroise (2012) nos seus estudos sobre Bourdieu:

Dès lors, le deuxième coup de force consistait à montrer combien ce phénomène typiquement humain qu'est le langage, où le structuralisme avait voulu trouver le règne du fonctionnement inconsciente, quase-automatique, de structures, était lui-même le produit de stratégies d'agents qui l'utilisent (AMBROISE, 2012, p. 194).

Vê-se, então, o espraio de um campo de questões - algumas já familiares - pelas quais essa nova forma de história tenta elaborar sua própria teoria, assim como uma concepção de linguagem construiu uma realidade histórica e social, conforme os jogos dos agentes que a utilizaram e utilizam. Como especificar os diferentes conceitos que permitem avaliar a descontinuidade (limiar, ruptura, corte, mutação, transformação)?

Nesse sentido, buscamos entender as proposições atuais em atribuir direitos intrínsecos à natureza como uma descontinuidade, uma ruptura, mas que imprimem identidade em política. Mignolo (2008) explica:

A identidade em política, em suma, é a única maneira de pensar descolonialmente (o que significa pensar politicamente em termos e projetos de descolonização). Todas as outras formas de pensar (ou seja, que interferem com a organização do conhecimento e da compreensão) e de agir politicamente, ou seja, formas que não são descoloniais, significam permanecer na razão imperial; ou seja, dentro da política imperial de identidades (MIGNOLO, 2008, p. 290).

Entendemos ainda que essa proposição não está dentro das regras do jogo imposto por razões imperiais, como diz Mignolo (2008). Os fundamentos categoriais não são gregos e/ou latinos (que derivam do latim), são fundamentalmente indígenas (Exemplos: Constituições do Equador e da Bolívia). Assim, difere-se, portanto de política identitária, cujo preceito está no aspecto essencial do indivíduo, o que restringe o tratamento, individualizando-o.

Neste sentido, coadunamos com Mignolo que a identidade em política torna os agentes em resistência pertencentes ao mesmo mundo que todos, ou seja, que “não havia índios nos continentes americanos até a chegada dos espanhóis; e não havia negros até o começo do comércio massivo de escravos no Atlântico” (MIGNOLO, 2008, p. 289).

Não por acaso fizemos todo esse percurso filosófico que também encontra paralelo na construção dos direitos, na filosofia do Direito e nos princípios fundamentais de constituição da norma. Dessa maneira, o resgate dos conceitos de natureza e das leis sobre tal tema revelam o que em cada tempo, os dominantes queriam enquanto manutenção de poder, posto que revela também o valor e a posição que a natureza teve e tem, bem como o papel da ciência enquanto legitimadora, assim como o Direito, do *status quo*.

Ost (1995; 1997) e Hermitte (2011) corroboram com tal assertiva pois entendem que o Direito dos “modernos” reifica (transforma em coisa - desnaturaliza) a propriedade e repete as características de apropriação e divisibilidade ao infinito. Ele destaca o Código Civil como o “documento” que classifica todos os elementos da natureza e os transforma em objeto de apropriação.

Assim, tudo que não é humano é coisa/bem privado ou público. E o que para o Direito é a “coisa sem dono” – *res nullius* ou *res communes* – o é temporariamente. Não existe “matéria jurídica” com espaços vazios. Herança também de Descartes (1596-1650), onde a natureza sente horror ao vazio, a matéria enche-a inteiramente. Porém, ela deixa-se dividir em quantas partes desejarmos.

E entre os dois, *res nullius* ou *res communes*, preocupa-nos o último. Rege não pertencer a ninguém, comum a todos como se inesgotável fosse ou impossível de se apropriar na sua totalidade. E talvez por essa última razão assim determinou o direito por ser comum a todos.

Princípio já antigo *uti possidetis* – a posse pelo uso – legitimou todas as invasões europeias na América, na África, na Ásia e na Oceania. E como se aqui não tivesse qualquer “humano” além das “coisas/bens” a serem apropriadas. Ou ainda, negaram dentro desta mesma lógica a posse pelo uso das populações que lá viviam.

E assim, para quem eram essas regras de Direito? E para quem são até hoje? Doravante à desventura da imposição da força à natureza, outrora já se viu contra o próprio homem em séculos de escravidão. Desde a era antiga até a era moderna. Espanta-nos os descaminhos do futuro da natureza? Mas tantos outros já foram e são de toda a humanidade.

Essa lógica excludente se faz e refaz a todo momento por meio dos instrumentos legais que à luz do Direito “clareiam” e “iluminam” direitos e garantias. E, portanto, vários questionamentos surgem sobre a natureza das leis ambientais. A criação de territórios indígenas, por exemplo, são para protegê-los e também expropriá-los de sua natureza livre com a floresta e com o espaço onde estabelecem suas vivências. E “patrimônio comum da humanidade”? Para compartilhar algo de muito valor? Há uma necessidade premente de “patrimonializar” e de dar valor.

Stone (1972) nos lembra que a conquista de direitos é muito recente. Negros, mulheres, crianças, jovens, doentes mentais, prisioneiros, fetos... Alguns desses direitos foram conquistados a partir de 1970. Ele usa como exemplo o direito das crianças. As crianças não tinham direito algum. Havia o infanticídio onde as crianças deformadas e de sexo feminino eram mortas. Há a hegemonia do poder do pai que controla a vida de todos, inclusive com poder de vida e morte sobre os filhos e esposa. O pai escolhe o casamento dos filhos, decide quem vai ser dado em adoção. Enfim, Stone (1972) entende que neste momento a criança (o filho) é uma coisa, um objeto, sem direitos, sem qualquer voz ou poder.

Christopher Stone escreve esse artigo célebre como forma de protesto e questionamento à retirada de árvores no sul da Califórnia - EUA que gerou um conflito judicializado. O grupo que era contra a retirada das árvores perdeu o direito de mantê-las em pé. Ele interroga-se, portanto, sobre os direitos da natureza, os direitos das árvores já centenárias de se manterem em pé. Diante de tantos direitos conquistados por que não podemos pensar no Direito da Natureza?

Parece muito normal para nós que hoje empresas/corporações tenham seus próprios direitos, mas imaginem o quanto isso foi chocante para os juristas no início do século XX.

O formalismo e o instrumentalismo do Direito, principalmente o Direito Romano ao qual o sistema europeu e brasileiro estão fundados, reitera, legitima e atribui ainda mais poder aos agentes que dizem o Direito nessas sociedades. Como poderíamos pensar nos direitos da natureza dentro dessas condições ou quais seriam as condições para isso acontecer?

Gudynas (2010) enriquece o debate em prol dos direitos da natureza, desconstrói os sistemas de valorização da natureza antropocêntricos e eminentemente ligados à racionalidade econômica utilitarista clássica. Ele defende a natureza enquanto sujeito de direitos, portadora de valores intrínsecos. Há um esforço em sua análise para superar ou romper com classificações somente biocêntricas e concepções de modernidade que fundamentam o antropocentrismo nas ciências, na economia, na política e na justiça.

É uma visão que parte dos direitos humanos ampliados à natureza, uma justiça ecológica. O autor apresenta três correntes de valorização intrínseca ao meio ambiente: 1- como sinônimo de valor não instrumental, em contraposição aos valores de uso e troca; 2- com valor intrínseco expresso em suas próprias propriedades que não depende de atributos relacionados a outros objetos ou processos; 3- com valor objetivo e independente, não precisa ser valorizado porque realiza outros valores.

Discorre bastante sobre o movimento sul-americano de valorização dos direitos da natureza e seu vanguardismo diante desses novos direitos. Em outro texto, Gudynas (2015) também destaca que novos ciclos de exploração da natureza se renovam “contra” as fronteiras mundiais de “capital natural”, cujo termo ele quer desconstruir e mesmo inutilizar como enfrentamento também a partir da linguagem. A América Latina enquanto laboratório apresenta uma diversidade incrível de governos e revoltas populares que infelizmente não conseguem impedir novos impulsos de expansão capitalista, de consumo, de extração e exploração da natureza, mas nos surpreendem com rupturas epistemológicas.

Alguns países normatizaram o debate e atribuíram direitos intrínsecos à natureza. E, ao mesmo tempo que temos avanços, temos retrocessos. A resistência é que precisa persistir, pois só assim podemos enfrentar os problemas ambientais de hoje. No entanto, é fato que os processos de conservação são

insuficientes para deter os processos de deterioração do meio ambiente que acontecem em velocidade muito superior aos movimentos de resistência.

Gudynas (2015) não propõe apenas direitos à natureza, ele propõe muito mais que isso. A cidadania ambiental traz em seu bojo muito mais que proteger a natureza, impõe novos valores, resgata antigos conceitos de natureza e renova crenças culturais. Há uma busca para encontrar novos fundamentos de debate que não partam dos marcos lógicos ocidentais europeizados.

O grande salto que a Bolívia e o Equador fizeram, ao alterar suas constituições, consiste exatamente no aspecto de normatizar o debate, institucionalizá-lo ao ponto de trazer para dentro da construção de políticas públicas a necessidade de repensar as práticas e transformar a realidade. Extrapolando os muros das universidades, dos debates científicos e acadêmicos e alcançar congressos nacionais e todo o poder judiciário para pensar em um novo marco processual, em um novo modo de pensar e agir. Gudynas (2015) traz neste texto um verdadeiro manifesto, pois deixa bem claro que sua pretensão é discutir ética, gestão e política.

Escobar (2005) inquieta-se pelas múltiplas abordagens do conceito de “lugar” e ressalta a relação que cada abordagem tem com aspectos culturais, influenciados ou não pelo processo de globalização. As teorias de globalização atestam a ausência e/ou a marginalização do lugar. O autor, portanto, questiona tal tendência e defende a importância da experiência que uma localidade tem com o lugar, sua conexão, sua identidade, seu enraizamento e sentimento de pertencimento.

Escobar (2005) constrói sua crítica a partir dos efeitos em abandonar o lugar enquanto categoria de análise, refletindo-se na invisibilidade dos efeitos perversos políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais dos fenômenos de mundialização. O lugar enquanto construção histórica guarda conhecimento, saber, cultura, identidade e poder. São particulares, raros e específicos que nenhum outro povo pode dominar e tal consideração representa também resistência à universalização do poder europeu e norte-americano.

Os modelos culturais de natureza representam um entrave às pretensões de dominação e/ou de recolonização. O autor eleva modelos locais de natureza que deveriam ser incorporados à teoria social e lançados como modelos alternativos de organização social.

Acosta (2012) começa seu texto lembrando que a crença no desenvolvimento é um fantasma que assombra as sociedades desde meados do século XX e institucionalizou uma estrutura de dominação dicotômica entre desenvolvidos e subdesenvolvidos; avançado e atrasado; rico e pobre; centro e periferia. Durante esses anos todos voltaram se para se discutir em como chegar ao desenvolvimento.

Acosta (2012) levanta a problemática a partir da construção intrínseca do conceito de desenvolvimento. Ressalta que as diferentes sociedades passaram por construções históricas diferentes e que muitas, principalmente na América Latina, têm culturas com uma visão de mundo, uma cosmologia diferente dos países ocidentais.

E, portanto, o conceito de desenvolvimento não pode ser absoluto, único. Acosta (2012) defende ao longo do texto o “bien vivir” como uma filosofia autóctone e uma alternativa ao conceito de desenvolvimento ocidental, eminentemente progressista e linear. Tal alternativa não constitui apenas uma concepção técnica, científica e antropológica, mas representa também uma construção de resistência e de descolonização do saber, do ser, do pensar e do poder.

A construção dessas novas constituições no Equador e na Bolívia, assim como a própria ascensão ao poder de representações indígenas, são sinais visíveis na atualidade de movimentos descoloniais. O pensamento, a cultura, o agir indígena e afrodescendente não tem genealogia no grego ou no latim, mas “no quechua e no aymara, no nahuatl e tojolabal, nas línguas dos povos africanos escravizados que foram agrupados na língua imperial da região e que reemergiram no pensamento e no fazer descolonial verdadeiro: *candomblés*” (MIGNOLO, 2008, p. 292).

Este trabalho traz a reflexão para um grupo de conceitos/palavras: desenvolvimento, diferença, descolonialidade, interculturalidade. Mas que podem perfeitamente se reagruparem em: imaginário da modernidade ocidental (desenvolvimento); imaginário pós-modernidade (diferença) e imaginário descolonial. Toda a retórica do desenvolvimento que vimos nos grandes projetos no oeste do Pará ou que acompanhamos em toda a região amazônica, no Brasil como um todo, tem sua matriz racial de poder pelo

qual passam pessoas, religião, cultura, língua, conhecimentos. E, totalmente, absorvida pela retórica da modernidade.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção*. São Paulo: Boitempo, 2004. (Coleção Estado de Sítio)

AMBROISE, Bruno. *Bourdieu et le langage: une théorie de la pratique et du pouvoir linguistiques*. In: LEBARON, Frédéric et MAUGER, Gérard. *Lectures de Bourdieu*. Paris: Ellipses édition, 2012.

ARENDT, Hanna. *As origens do totalitarismo: anti-semitismo, instrumento de poder*. Rio de Janeiro: Ed. Documentário, 1975.

BAINES, Stephen. Antropologia do Desenvolvimento e a questão das sociedades indígenas. *Revista Antropológicas*, ano 8, v. 15(2): 29-46, 2014. On line.

BOBBIO, Norberto. *O Positivismo Jurídico*. São Paulo: Ícone, 2006.

BOBBIO, Norberto et al. *Dicionário de política*. 6. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 13ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

CICCO, Cláudio de. *História do Pensamento Jurídico e da Filosofia do Direito*. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

FERREIRA, Cristina. *Filosofia da natureza*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2006. (Coleção Passo-a-Passo, nº 67)

CORREA, Simy e CASTRO, Edna. Quando a natureza perdeu seus direitos? Um passeio filosófico sobre a natureza da natureza. In: *Congresso Brasileiro de Sociologia*, XVII, 2015. Porto Alegre, RS. Anais (on-line). Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Sociologia, 2015. Disponível: <http://sbs2015.com.br/>. Acesso em: dezembro, 2015. Anais (on-line). Faro: Associação Portuguesa de Sociologia, 2016. Disponível: http://www.aps.pt/ix_congresso/. Acesso em: agosto, 2016.

DESCOLA, Phillippe. *Ecologia e Cosmologia*. In: CASTRO, Edna; PINTON, Florence. *Faces do Trópico Úmido. Conceitos e questões sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente*. Belém: Cejup – UFPA/NAEA, 1997.

FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

GONÇALVES, Márcia Cristina Ferreira. *Filosofia da natureza*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2006. (Coleção Passo-a-Passo, n. 67)

GUDYNAS, Eduardo. La senda biocéntrica: valores intrínsecos, derechos de la naturaleza y justicia ecológica. *Tabula Rasa* [online]. 2010, n.13, p. 45-71. ISSN 1794-2489.

HAESBAERT, Rogério; BRUCE, Glauco. A desterritorialização na obra de Deleuze e Guattari. Rio de Janeiro: Núcleo de Estudos sobre Regionalização e Globalização – Universidade Federal Fluminense. *Revista GEOgraphia*, v. 4, n. 7, 2002. Disponível em: <http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geografia/article/view/74/72>. Acesso em: jun. 2016.

HANNAH, Arendt. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

HERMITTE, Marie-Angèle. La nature, sujet de droit? *Annales - L'École des hautes études en sciences sociales - EHESS*, janvier-mars, 2011, nº01, p. 173-212.

KANG, Jaeho. O espetáculo da modernidade: a crítica da cultura de Walter Benjamin. *Revista Novos Estudos*, n. 84, julho, p. 219-233, 2015.

LIPIETZ, Alain. Cercando os bens comuns globais: negociações sobre meio ambiente global em uma abordagem do conflito norte/sul. In: CASTRO, Edna; PINTON, Florence. *Faces do Trópico Úmido. Conceitos e questões sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente*. Belém: Cejup; UFPA/NAEA, 1997.

MAGNOLO, Walter. Desobediência epistêmica: A opção descolonial e o significado de identidade em política. *Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade*, n. 34, p. 287-324, 2008.

MARITAIN, Jacques. *A Filosofia da Natureza: Ensaio crítico sobre suas fronteiras e seu objeto*. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

MERLEAU-PONTY, Maurice. *A Natureza: curso do collège de France*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

MORIN, Edgar. Por um pensamento ecológico. In: CASTRO, Edna; PINTON, Florence. *Faces do Trópico Úmido. Conceitos e questões sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente*. Belém: Cejup; UFPA/NAEA, 1997.

OST, François. Ecologia e Direito: Qual o Diálogo? IN: CASTRO, Edna; PINTON, Florence. *Faces do Trópico Úmido. Conceitos e questões sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente*. Belém: Cejup; UFPA/NAEA, 1997.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad y modernidad/racionalidad. En Los conquistados. 1492 y la población indígena de las América. IN: BONILLA, Heraclio (comp.). Quito: Tercer Mundo-Libri Editors, 1992.

SAID, Edward W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice: O social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 2013.

SANTOS, Rogério Dutra dos. A institucionalização da dogmática jurídico-canônico medieval. In: WOLKMER, Antonio Carlos (Org.). *Fundamentos de História do Direito*. 8. ed. Belo Horizonte, 2014.

VIANNA, Sérgio Bresserman. Apresentação à edição brasileira. In: GIDDENS, Anthony. *A política da mudança climática*. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.



II
MINERAÇÃO

DESASTRES E TENSÕES EM BARCARENA À LUZ DE DISPUTAS TERRITORIAIS

Eunápio Dutra do Carmo¹

INTRODUÇÃO

A crescente industrialização e a acelerada urbanização do município de Barcarena, atendendo às exigências rentistas da lógica de reprodução do capital, têm gerado desastres com impactos diretos nas condições de vida da população. São desastres irreversíveis e irreparáveis que originam novas dinâmicas sociais de exclusão e de dependência, como também de tensão pela disputa territorial. Este trabalho parte deste cenário para analisar os processos sociais em curso no município, reatualizando o campo de investigação que possui uma tradição de análise sobre grandes projetos na Amazônia e que hoje assume a conotação de megaprojetos de mineração e infraestrutura, relacionados com a acentuada reprimarização (CARMO et al., 2015).

A interface entre os crescentes projetos de infraestrutura e as disputas territoriais em Barcarena configura a complexidade da dinâmica social efervescente no município. Trata-se de reatualizar o debate sobre as transformações oriundas da mobilidade do capital e dos planos governamentais de integração nacional com recortes para os temas trabalho e território. Dessa forma, analisar os processos socioeconômicos implica capturar as transformações abruptas, captar ainda aspectos que permanecem e as relações de poder hierarquizadas no espaço. Observa-se que o caráter desta análise é relacional, transversal e interdisciplinar. Metodologicamente, essa abordagem privilegia os atores e suas interações em profundidade,

¹ Graduação em Administração. Mestre em Planejamento do Desenvolvimento pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/UFPA. Doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, com Pós-Doutorado em Desenvolvimento Socioambiental pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido/PPGDSTU/NAEA/UFPA. Membro do Grupo de Pesquisa GETTAM.

derivada de pesquisa de campo no município de Barcarena ocorrida no período 2014-2016, com destaque para audiências públicas, reuniões de trabalho, oficinas com as comunidades e entrevistas abertas com os agentes envolvidos no processo de territorialidades em conflito no município, exige, dessa forma, uma compreensão extremamente articulada por entender que se trata de uma realidade “complexa, fluida, heterogênea, móvel e fugaz”, como ensina Saquet (2012, p. 169).

Tais processos, em muitos casos, são resultantes, por um lado, da ampliação dos mercados acionados pelos agentes econômicos e, por outro lado, da ação dos segmentos sociais e poder público diante deste cenário, na medida em que todos os envolvidos querem manter o seu território no município. Assim, atribui-se ao território a condição de espaço que é construído pelas relações sociais (SANTOS, 1996; 2004), envolvendo diversos e diferentes grupos sociais que socioespacializam seus interesses por meio de dinâmicas próprias, exercendo estratégias de poder a fim de garantir a prioridade de suas atividades e projetos. Portanto, o território pressupõe disputa, conflito, negociação, assimetria, cooptação, reveladores do grau de superposição, desigualdade e complementariedade num intrincado campo de forças composto de “nós, malhas e redes” (RAFFESTEIN, 1993), reveladores da complexidade socioeconômica e política presente em municípios amazônicos, como se constata em Barcarena.

Nessa direção, a apreensão desses processos se dá na perspectiva histórica e diante dos novos contextos de ocupação, apropriação e uso do território a partir da realidade socioeconômica local e suas interações com os mercados globais e internacionais, mediante a visão multiescalar e multidimensional em curso, a qual implica ampliar o contexto da abordagem para melhor captura da complexidade social. Nesta direção, a gestão territorial sendo uma construção social conflituosa e inacabada, está sempre se refazendo quando processos de reestruturação econômica redesenham os espaços e as territorialidades humanas, como vem ocorrendo em Barcarena, lócus emblemático da pesquisa, cujo município é considerado distrito industrial na Amazônia Oriental, sendo, portanto, fundamental para a geoestratégia global da economia de mineração na região.

1 MOBILIDADE DO CAPITAL E TENSÕES SOCIAIS EM BARCARENA

O neoextrativismo dos recursos nativos, o avanço do agronegócio e a malha de logística (transporte, energia e comunicação) compõem a atual cena em Barcarena. Soma-se a isso a grande presença de empreendimentos nacionais e internacionais em Barcarena que insere o município na geopolítica mundial por se tratar de um entreposto de produção econômica e logístico para a economia mundial de comercialização de bens primários e para a economia mundial de circulação. As empresas transnacionais de mineração e a infraestrutura logística respondem por investimentos de R\$ 11,5 bilhões no Pará. Essa dinâmica vem alterando a cena econômica, política e social do município. O episódio ocorrido em Barcarena envolvendo o naufrágio de uma carga de 5.000 bois em pé é um desdobramento deste cenário, pois, definitivamente, revela que o município é um exemplo emblemático do circuito complexo e conflituoso que envolve território de mineração e logística portuária.

A condição de mundo globalizado e competitivo disponibiliza uma ampla oportunidade de negócios no comércio exterior, entretanto, exige das empresas que nele queiram se inserir e conquistá-lo que estejam atentas e cada vez mais focadas à necessidade de inovar e ao compromisso com a sustentabilidade. Acrescenta-se a esse nível de exigência que as regulamentações e normas técnicas que se propagam pelos países desenvolvidos sejam observadas em toda a cadeia de suprimento desde a qualidade dos insumos, a maneira de produção, como ocorre a distribuição e quando direcionada à exportação passe por constantes adaptações.

Na abrangência dessas características necessárias para o sucesso no mundo dos negócios internacionais, em que se verifica um embate de alta competitividade, no qual os preços de venda dos produtos apresentam uma margem mínima de flexibilidade e os custos totais evidenciam-se como fator estratégico para tomada de decisão, logo é de fundamental importância a observação de fatores exógenos, entre eles destaca-se a infraestrutura logística, especialmente a gestão de estoque e de transporte. Com efeito, nesse projeto

de pesquisa escolheu-se estudar o equipamento fixo prioritário no canal de distribuição de produtos do comércio exterior, o porto.

Nesse sentido, o novo estágio das empresas negociarem requer que os espaços sejam vencidos num menor período de tempo objetivo dos transportes numa economia capitalista, quando se faz necessário articular os mais diversos espaços, formando uma rede mundial de trocas desiguais (NOGUEIRA, 1999). De fato, a globalização trouxe a fragmentação e o espalhamento das cadeias produtivas em escala mundial, dispersando a produção de componentes, de partes e de montagens finais. A forte integração horizontal estimulou a terceirização da produção e dos serviços, a qual, por sua vez, ampliou o alcance dos deslocamentos de matérias-primas e de produtos. As novas cadeias produtivas impuseram, assim, o surgimento de novas logísticas de abastecimento e de escoamento por meio da utilização mais intensiva dos contêineres e do transporte multimodal (BARAT, 2011).

No centro dessa discussão sobre a geografia de circulação na obra “La conquête de l’espace”, Sorre (1948, apud NOGUEIRA, 1999, p. 39) fala de uma nova concepção do espaço, pois os grupos fechados saem do isolamento e o próprio homem passa a fazer outra ideia do espaço e do tempo. É que o globo está diminuindo. Dessa feita, para Barat (2011), os fluxos de mercadorias se materializam de forma crescente no transporte multimodal, sendo o porto o elo mais importante do transporte terrestre com a navegação de longo curso ou de cabotagem. Vislumbra-se a partir dessa ótica, que a expansão do comércio mundial gerou grande diversidade de opções de rotas ou corredores, o que impôs acirrada concorrência entre os portos quanto à atração de cargas. Os portos se tornaram, assim, empreendimentos comerciais, com forte influência do desenvolvimento regional.

A nova configuração tempo-espaço são determinadas pelos mercados globais e possuem 4 (quatro) pressupostos fundamentais: queda das barreiras espaciais; operacionalização dos lugares-globais; livre movimentação de capitais; e fluxos cruzados de produção (VIEIRA; VIEIRA, 2010). Ao mesmo tempo, também é importante a distinção entre lugar-local e lugar-global: enquanto o primeiro é o território organizado, herdado, dotado de história-identidade,

o segundo pressupõe o espaço produtivo, que foi globalizado, representa a sede da ação (VIEIRA; VIEIRA, 2004). Nesse sentido, a gestão territorial enquanto política, tem intencionalidades e apresenta interfaces de interesses seja aqueles vinculados ao lugar-global que se traduz em competitividade e eficiência produtiva, seja aqueles voltados ao processo de disputa política no local. De um modo geral,

a gestão do território, na nova dimensão dos lugares, depende das forças que sobre ele atuam. A intensidade das forças está na razão imediata do poder que emana dos interesses em jogo. Quanto maior o poder das corporações transnacionais, maior a influência sobre a apropriação e a gestão do território (VIEIRA; VIEIRA, 2004, p. 08).

A Amazônia, como fronteira de recursos e marcada pelos investimentos internacionais, insere-se no contexto da geoestratégia da economia global. Alguns municípios, como é o caso de Barcarena, atendem a dinâmica dos lugares-globais e são palcos de novas prioridades em infraestrutura, o que implica formação de novas estruturas de poder e redes no território. O entendimento dessa nova lógica no atual momento da região e de seus municípios é fundamental, inclusive para compreensão dos resultados. É a opção analisada por Castro, que destacamos a seguir:

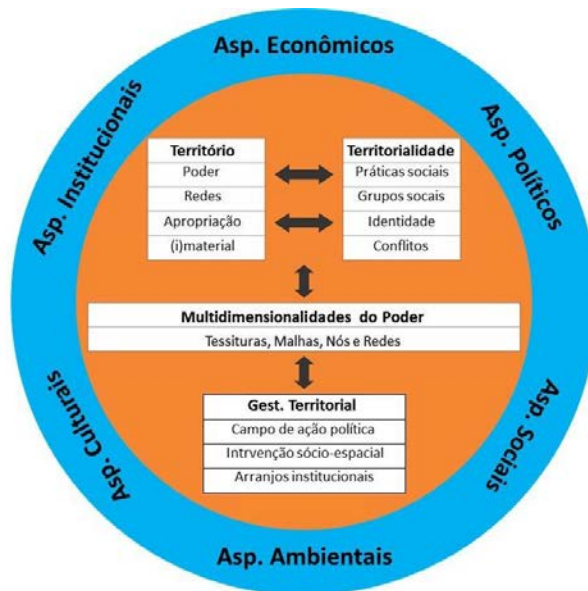
Para entender essa alteração[na Amazônia], é preciso considerar a interação entre os processos locais e a dinâmica de mercados globais, fundamental para identificar as conexões lógicas que explicam o complexo mercado transnacional e a pressão de agentes econômicos sobre os recursos naturais (CASTRO, 2007, p. 2)

Os resultados desse processo de mobilidade do capital e do trabalho têm sido mostrados, seja pelo aumento do volume da produção madeireira, agropecuária e de mineração – ainda que as estatísticas sejam subestimadas e, portanto, exijam ponderação na confiabilidade –, seja pelo mapa de conflitos identificando atores e recursos em disputa, seja pelos graves problemas ambientais, como o desmatamento e a poluição de rios. Ou ainda, pela desigualdade social revelada no baixo índice de desenvolvimento humano (IDH) em quase todos os estados da Amazônia Legal (PNUD, 2002) [CASTRO, 2007, p. 3]

Na tentativa de sistematizar as discussões ora apresentadas na Figura 1, tem-se a intenção de mostrar a relação dialética entre território, territorialidade e gestão territorial e assim colaborar para a viabilização analítica deste projeto.

Entende-se que a visão contemporânea da gestão territorial considera as relações sociais e as tramas de poder e redes no contexto da geoestratégia da economia global, pois o sistema territorial pressupõe diversas manifestações sociais, econômicas, políticas e ambientais e várias escalas, com destaque para as dinâmicas transterritoriais, como são aquelas sentidas no município de Barcarena. Nestes termos, a relação local-global é essencial e imprime o caráter dinâmico, processual, multidimensional e multiescalar da gestão territorial em Barcarena, com a correlação de força dos atores sociais e suas redes, estratégias, temporalidades, linguagens, saberes e poderes.

Figura 1. Síntese da reflexão teórica



Fonte: Autor (2014)

Sendo assim, é imprescindível dizer que os investimentos em infraestrutura, como vias, instalações e equipamentos, eliminam barreiras de

produção e propagação de inovações, além de propiciarem o crescimento de mercados e a mobilidade dos fatores de produção, sendo possível enxergar a importância de investimentos na estrutura logística, trazendo assim vantagens competitivas para países e organizações, elementos tidos como metas do Programa de Aceleração do Crescimento do governo federal.

Nessa lógica, percebe-se que se está diante do desafio de entender como a malha da infraestrutura logística se expande no território, de acordo com os interesses em disputa, concretamente influenciado pelo poder econômico-político, influencia a mobilidade socioeconômica, originando novas territorialidades em disputa no município de Barcarena. Para essa percepção, apoia-se nos argumentos de Sack (1986, apud TRINDADE JR., 2012), quando afirma que uma simples circunscrição de coisas no espaço ou num mapa, ou mesmo com a identificação de locais, áreas ou regiões, não se cria necessariamente, um território; isto porque a existência deste requer ação e controle de um determinado espaço e de todos os seus atributos.

Revela-se, portanto, desse ponto de vista, que a infraestrutura logística, que se implanta em suas múltiplas derivações, é componente de grande significância do vetor estratégico dos planos de desenvolvimento e possibilita na sua construção, a mobilidade de pessoas e capitais que chegam e partem e se torna desafiante para os grupos sociais amazônicos que convivem e tradicionalmente ocupam com suas peculiaridades, identidades e culturas, características determinantes de vantagem comparativa, a essas somam-se a imensidão de terras, a localização geográfica e um sistema dendrítico exuberante e favorável a uma malha hidroviária que potencializa uma acessibilidade estendida com o *interland* amazônico.

Singularmente, o território de Barcarena sempre esteve em mutação e, nos últimos cinco anos, essas mudanças vêm afetando as lógicas das relações políticas, sociais, econômicas, culturais e as condições de saúde, reatualizando esta discussão em outros tempos e espaços sociais. O caráter dessas intervenções em Barcarena não é homogêneo e se expressa nas ações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) o qual tem viabilizando para o município, uma agenda de programas, iniciada em 2010, que vem sendo implementada com maior intensidade a partir de 2012, com projetos em desenvolvimento

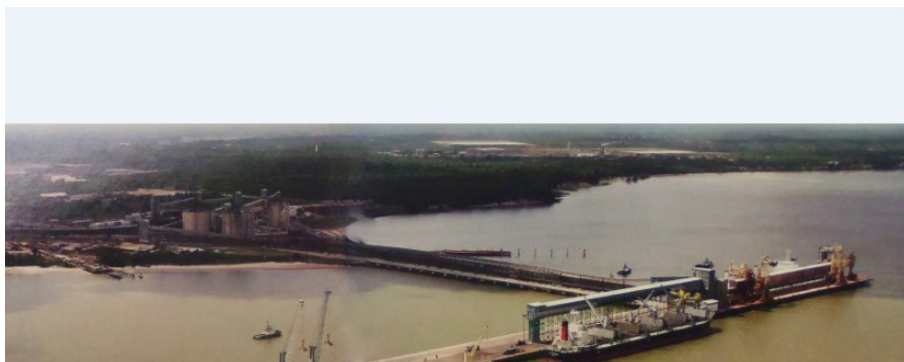
como hidrovias, ferrovias, hidrelétrica, além da ampliação do Porto de Vila do Conde. Essas ações articuladas, por um lado, garantem o território de mineração responsável pela exportação de produtos minerais para o mercado internacional que, por sua vez, gera divisas para a balança comercial brasileira, mas, por outro, impactam a saúde das comunidades locais, quando aumentam a exposição aos riscos ambientais e determinam, como consequência, agravos à saúde, por meio da produção social das desigualdades, as quais geram iniquidades em saúde.

Uma das explicações para este fato são os processos de reestruturação econômico-produtiva em curso na região, que gera um campo de disputa territorial de interesses conflitantes local e global. Representam, portanto, um modelo de desenvolvimento desigual que produz consequências econômicas, sociais, culturais e ecológicas, que, por sua vez, interferem na produção social e ambiental, sobretudo das populações e comunidades locais.

Diante das novas dinâmicas impostas ao município de Barcarena, são delineadas novas territorialidades bem mais complexas e em escalas locais e gestão, redefinindo o território-rede. Portanto, os múltiplos territórios de Barcarena protagonizados por seus diversos atores sociais, expressam as diferentes forças de apropriação que se atualizam à medida que novas possibilidades de uso são estratégicas para os projetos e atividades desses atores sociais.

Historicamente, os interesses do Estado e do setor mineral em Barcarena situam-se na integração do município à política econômica nacional e internacional. Neste sentido, o município reassume o papel estratégico como espaço de produção econômica, cidade portuária e fronteira industrial, por meio de uma lógica que beneficia o complexo minerário e seus interesses, desencadeando processos de gestão territorial. Como o caso da área portuária de Vila do Conde, em Barcarena (Figura 2) que tem previsão de investimentos para modernizar e ampliar a sua capacidade que hoje é de 12 milhões de toneladas/ano (VALOR ECONÔMICO, 2013) e está entre os mais movimentados do país, que ilustra a seletividade territorial como “característica do sistema capitalista que se acentua na contemporaneidade, marcada pela relação científico-tecnológica” (BECKER, 2005, p. 287).

Figura 2. Porto e Vila do Conde – Pará, foto de divulgação



Fonte: Revista Valor Econômico – Estados (Ed. nov. 2013).

A apropriação, o uso e a ocupação do território em Barcarena recortado a partir das contradições sociais vigentes no município podem ser apresentadas em quatro níveis para pesquisa a saber:

- A expansão das empresas mineradoras e de empresas ligadas a este ramo em Barcarena redesenha e diferencia espaços sociais subordinados ao avanço da produção de escala e, ao mesmo tempo, que integram e configuram os espaços em novas estratégias para máxima competitividade e eficiência produtiva e comercial;

- O espaço é reconfigurado para priorizar a função econômica e logística para atender à dinâmica do capital, gerando impactos diretos nas relações socioespaciais, sobretudo em razão das percepções conflitantes dos atores sociais sobre o que é o território e suas identidades com o município;

- No âmbito da valorização da escala local, as vantagens comparativas de Barcarena impõem ao município atualidade na discussão sobre o território forjado no entendimento das novas exigências para as empresas mineradoras do mercado internacional, exigindo adequações necessárias que permitem a inserção do município no cenário mundial;

- Os investimentos privados e públicos em infraestrutura (transporte e energia), previstos para os próximos anos no município, encontram-se também

em áreas de mineração ou a elas correlatas o que presume a continuação de ações que promovem desequilíbrios internos de ordem socioambiental e cultural, caracterizados tanto pela consolidação de áreas dinâmicas e competitivas em escala global – com grande contribuição para a posição do país nas exportações – quanto pela constatação de áreas impactadas com crescentes desequilíbrios socioeconômico e ambiental, marcadamente vividos por comunidades locais e grupos sociais em condições de exclusão socioespacial.

2 DESASTRES SOCIOAMBIENTAIS: REGISTROS, SOFRIMENTO HUMANO E DANOS IRREPARÁVEIS À SAÚDE

Nos últimos anos, importantes entidades acadêmicas têm se ocupado em investigar os impactos socioambientais em Barcarena na perspectiva de registrar a recorrência, a densidade e a gravidade dos desastres para as populações e comunidades locais e tradicionais. Entre as instituições, pode-se destacar: Escola Nacional de Saúde Pública, Instituto Evandro Chagas e Laboratório de Química Analítica e Ambiental da Universidade Federal do Pará (UFPA)². Com ampla tradição na área de descrição e avaliação, os trabalhos dos pesquisadores destas instituições e dos seus grupos de pesquisa têm apontado para o seguinte diagnóstico: a produção de externalidades negativas (impactos ambientais e desastres sociais) é inerente ao tipo de economia poluente e de *commodity* como são a produção de alumínio e de caulim presentes em Barcarena com baixa repercussão para o entorno social, portanto são processos ambientalmente sujos com nível elevado de contaminação prejudicial às populações e comunidades locais por alterarem significativamente os modos de vida destes últimos, onde saúde, ambiente e cultura compõe e (i) materializa a vida na floresta

² Todas as entidades aqui mencionadas são públicas e atuam como promotoras de conhecimento a serviço da sociedade brasileira, como também inovam para melhor atender à missão a que são responsáveis.

Essa complexa rede de relação dos fatores ambientais e sociais indica o nível de saúde ambiental presente no município. O debate da saúde ambiental oportuniza a visão dos determinantes sociais e ambientais compatíveis para a qualidade de vida e a saúde plena do homem como ser biopsicossocial, portanto a saúde como direito à cidadania (RIGOTTO; AUGUSTO, 2007; VIANA et al., 2015). Neste sentido, em Barcarena, nota-se que a produção econômica, envolvendo a crescente demanda por *commodity* e os arranjos de infraestrutura logística, impõe processos industriais que são indiferentes às dinâmicas social e ambiental da região na medida em que as externalidades produzidas são incompatíveis com o metabolismo social e ambiental do ecossistema da Floresta Amazônica (CARVALHO et al., 2014). Algumas sinalizações desta incompatibilidade podem ser descritas:

- a previsibilidade e a recorrência dos vazamentos em razão da ampliação da produção e da demanda instalada;

- os rejeitos físico-químicos da produção de caulim e de alumínio são impurezas sensíveis ao convívio humano;

- as bacias de rejeitos localizadas no entorno onde se localizam as fábricas e comunidades são inadequadas e não suportam a demanda da produção;

- os solos estão perdendo a fertilização ... (ver dados da leitura dos textos)

- os frutos e as frutas perdem qualidade ... (ver dados da leitura dos textos)

- a cadeia alimentar é prejudicada ... (ver dados da leitura dos textos)

A revisão da literatura produzida pelos referidos grupos de pesquisa avança na percepção de indicadores que de maneira interdisciplinar e intersetorial são articulados com o campo da saúde ambiental. O Quadro 1 revela alguns indicadores com seus respectivos eixos de análise dos impactos³

³ Os estudos sobre indicadores são complexos e diversos, reveladores da sua importância para uma séria atuação dos agentes públicos no sentido de garantir a saúde ambiental. Para os objetivos deste trabalho, optou-se pela adaptação dos indicadores apresentados por ...

Quadro 1. Indicadores dos impactos socioambientais em Barcarena com base nas entidades de pesquisa (ENSP, IEC e UFPA)

Indicadores	Acidentes	Elementos	Resultados / Impactos	Atores Sociais Atingidos
	Vazamento do caulim	Presença de ferro, bário, cádmio	Poluição dos rios Mucurupi e dos igarapés Cureperé, Dendê e São João	Comunidades Curuperé e São João
	Vazamento de lama vermelha			

A respeito dos impactos propriamente ditos, percebe-se:

1 - O prolongamento dos danos e sua irreparabilidade em decorrência dos vazamentos dos efluentes líquidos derivados da produção de caulim (pH abaixo da média) e de alumínio que contaminam o ecossistema;

2 - Deslocamentos de grupos familiares pertencentes.

Por outro lado, quando há intervenção danosa no ecossistema, fragilizam-se as condições de vida de comunidades que têm relação orgânica com os espaços que foram socialmente produzidos, derivando problemas de múltiplas ordens e que têm repercussão diretamente na vida das populações da Amazônia, o que vem despertando análises e debates acerca dos impactos socioambientais em quase 30 anos de estudos e pesquisas (SÁ, 1997). Sobre o assunto, é possível considerar um acentuado processo de globalização da economia, combinado com a crescente evolução tecnológica, que vem incrementando o mercado sempre em expansão das *commodities* estratégicas para o comércio mundial, como são as que fazem parte da riqueza dos recursos naturais da região. Com esses atrativos, a divisão internacional do trabalho se consolida e amplia as estratégias de reprodução do sistema capitalista em sua racionalidade de expansão de mercado, associada aos aspectos de competitividade, produtividade e eficiência.

Nessa lógica, as empresas transnacionais, subsidiadas pela política econômica do governo federal se instalam na região, modificando sua estrutura

socioespacial e passando a compor, como agentes sociais, o campo de forças sociais presentes na região que de certo vem sendo atuando pela disputa do poder local e pela gestão do território. Ocorre que os espaços hoje ocupados pelas empresas não eram “vazios”, existia produção de vida social e cultural materializada no imaginário social e na memória social das famílias agrícolas presentes na região. O desconhecimento proposital dessas populações garantiu a invisibilidade necessária para justificar os projetos de infraestrutura industrial e de ocupação/assentamento da região, o que, no limite, cooperou para a ausência de políticas sociais necessárias à realidade amazônica.

Diferente da história original que rejeitou essas populações, chegando ao ponto de invisibilizá-las, em alguns momentos, a história social e os estudos culturais cumprem a tarefa analítica e metodológica de compreender os fatos históricos com base nos atores sociais, o que pode ter relação com a micro-história. Com essa perspectiva, pôde ser ampliado um mundo social pré-existente que não só permitiu a desqualificação da hipótese de vazio demográfico da região, como apontou para o fato da necessária atenção e preservação de comunidades presentes, instaladas no espaço social preexistente. A racionalidade destas comunidades, não sendo compatíveis com a dinâmica de mercado das empresas mineradoras, fica subjugada e preterida em relação a um modelo de desenvolvimento marcadamente desigual.

Os impactos que as comunidades vêm sofrendo, com desdobramentos diretos para a saúde dos seus membros, apresentam-se sob a forma de desterritorialização da população, querendo significar, ruptura com o espaço físico, dos laços simbólicos, das práticas de subsistência de alimentação, dos seus modos de vida, o que impõe novas formas de organização à comunidade diante dos processos de disputa de interesses em curso (SILVA, 2007); e impacto ambiental, pois ficam expostos aos resíduos sólidos de natureza diversa (AUGUSTO, 2004). Por conseguinte, as comunidades locais têm sofrido com a poluição e a contaminação dos rios, a desertificação e infertilidade dos solos, a descaracterização da vegetação, a poluição do ar, entre outros. Desta forma, os estudos sobre as dinâmicas ambientais são também estudos da saúde coletiva, posto que as mudanças que ocorrem no espaço influenciam

diretamente as condições de saúde, e as práticas alimentares dos povos que utilizam o ecossistema para sua subsistência. Por isso, a investigação desta proposta de estudo assume abordagem transversal e interdisciplinar sobre o acontecimento da saúde-doença, a qual entende que a saúde do ser humano é determinada, em grande parte, pela relação das complexidades dos processos de vivências sociais, culturais e com o meio ambiente (BUSS; FILHO, 2007; SILVA, 2006).

Essa comunidade se caracteriza por estabelecer com a terra uma relação de práticas agrícolas e forte vínculo social com as famílias. Entretanto, as mudanças geradas pelos impactos socioambientais das empresas, configuram um novo cenário, onde se observam as dificuldades que as famílias encontram com o manejo do solo devido à infertilidade decorrente da poluição e, sem medidas tecnológicas para a correção do solo torna-se menos produtivo as atividades agrícolas. Segundo Fialho Nascimento (2006), a bananeira, a pupunheira, o bacurizeiro e outras como açaizeiro, tornaram-se menos frutíferas, apresentando alteração na qualidade dos frutos, como manchas, quedas, devido à emissão de poluentes pelas empresas. A prática pesqueira também ficou comprometida com a contaminação de rios e igarapés subjacentes provocando extinção ou inviabilizando o consumo dos pescados devido a sua contaminação. Essas águas dos igarapés também tornaram-se inviáveis ao uso do banho ou mesmo para as atividades domésticas. Para esta comunidade atingida, além da preocupação com a (des)estabilização no local onde foram assentadas, existia a possibilidade de um novo remanejamento, a exemplo do que havia ocorrido com as comunidades que anteriormente habitavam as áreas onde foram implantadas as indústrias de extração de alumínio. Assim, esta situação mais uma vez veio a desestruturar o que nem havia consolidado (FIALHO NASCIMENTO, 2006).

REFERÊNCIAS

AUGUSTO, L. G. S. Saúde e Ambiente. In: BRASIL. *Contribuições para a agenda de prioridades de pesquisa*. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. 306p.

BARAT, Josef. *Logística e transporte no processo de globalização: Oportunidade para o Brasil*. São Paulo: Editora UNESP; Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais – IEEI, 2008, 255 p.

BUSS, P. M; FILHO, A. P. A Saúde e seus Determinantes SociaisPHYSIS: Rev. Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 17(1):77-93, 2007.

CAMPOS, G. W. S. Saúde Pública e saúde coletiva: campo e núcleo de saberes e práticas. Rev. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 5 (2): 219-230, 2000.

CARMO, Eunápio Dutra do; CASTRO, Edna M.; PATRÍCIO, Júlio Cezar dos S. Mineração e neo-extratativismo de commodities e conflitos. Belém, *Novos Cadernos NAEA*. Belém: NAEA/UFPA, vol. 18, n. 3. p. 51- 72, set-dez, 2015.

CARMO, Eunápio Dutra. *O Território Educa e Politiza na(s) Amazônia(s): os processos socioculturais da comunidade nova vida e as dinâmicas de expansão industrial em Barcarena*. Rio de Janeiro: Tese (doutorado) Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Educação, 2010.

CARMO, Eunápio Dutra do. *Gestão do trabalho na indústria de alumínio Albras: noção de qualidade e seus interlocutores*. Belém: NAEA/UFPA, 2000.

CARVALHO, J. R. M.; CARVALHO, E. K. M. A.; CURI, W. F.; CÂNDIDO, G. A. Metodologia para avaliar a saúde ambiental: uma aplicação em municípios empregando a análise multicriterial. *Saúde Sociedade*. São Paulo, v. 23, n.1. p. 204-215, 2014.

CASTRO, Edna. Estado e políticas públicas na Amazônia em face da Globalização e da Integração de Mercados. In: COELHO, Maria Célia Nunes et al. *Estado e políticas públicas na Amazônia: gestão do desenvolvimento regional*. Belém: CEJUP; UFPA/ NAEA, 2001, p. 7-32

CASTRO, Edna. Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais. In: Papers do NAEA (Núcleo de Altos Estudos Amazônicos), Universidade Federal do Pará: Pará, n. 92, maio, 1998a.

CASTRO, Edna. Tradição e modernidade: a propósito de formas de trabalho na Amazônia. In: *Papers do NAEA* (Núcleo de Altos Estudos Amazônicos), Universidade Federal do Pará: Pará, n. 97, julho, 1998b.

COELHO, Maria Célia Nunes. Desenvolvimento sustentável, economia política do meio ambiente e a problemática ecológica da Amazônia. In: D'INCAO, Maria Ângela e SILVEIRA, Isolda Maciel da. *A Amazônia e a Crise da Modernização*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994, p. 381-387.

FIALHO NASCIMENTO, N. S. *Amazônia e desenvolvimento capitalista: elementos para uma compreensão da “questão social” na região*. Tese (Doutorado em Serviço Social). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ, 2006.

LIMA, D. R.; MOTA, J. A. *A produção do alumínio primário na Amazônia e os desafios da sustentabilidade ambiental*. Boletim Regional, Urbano e Ambiental.

NOGUEIRA, Ricardo J. B. *Amazonas: um estado ribeirinho*. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1999.

RIGOTTO, R. M.; AUGUSTO, L. G. S. Saúde e ambiente no Brasil: desenvolvimento, território e iniquidade social. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 23 Sup 4: S475-S501, 2007.

VALOR ECONÔMICO, 2013. Valor, Estados PARÁ: Mineração lidera a economia.

VIANA, R. L.; FREITAS, C. M.; GIATTI, L. L. Saúde ambiental e desenvolvimento na Amazônia Legal: indicadores socioeconômicos, ambientais e sanitários, desafios e perspectivas. *Saúde Soc. São Paulo*, v.25, n. 1, p. 223-246, 2015.

VIEIRA, E. F., VIEIRA, M. M. F. *A dialética da pós-modernidade: sociedade em transformação*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

———. Geoestratégias dos espaços econômicos: poder global, poder local e gestão do território. *VIII Congresso Luso Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*. Coimbra, 2004.

MINERAÇÃO, INDÚSTRIA E PORTOS: LÓGICAS DE DESAPROPRIAÇÕES E DESLOCAMENTOS FORÇADOS EM BARCARENA

Marcel Hazeu¹

INTRODUÇÃO

Neste texto, visa-se analisar dinâmicas governamentais, empresariais e das comunidades em relação aos deslocados a força, desapropriados pela acumulação por espoliação (HARVEY, 2003). A análise dos deslocamentos forçados foi feita no contexto da implantação e expansão do complexo portuário-urbanístico-industrial no município paraense de Barcarena e resulta de uma pesquisa realizada nos anos de 2012 a 2015 sobre sistemas migratórios e transformações sociais (HAZEU, 2015). A pesquisa seguiu uma abordagem teórica metodológica do sociólogo australiano Stephen Castles (2010) de analisar as contradições das transformações sociais no mundo globalizado por meio de estudos críticos de migrações.

Estudando os deslocamentos forçados em Barcarena de forma cronológica, historiográfica, cartográfica e quanti-qualitativa, tentou-se dimensioná-los e identificar os agentes e as dinâmicas próprias deste sistema, baseado numa documentação oficial, relatos de pessoas deslocadas e entrevistas com agentes governamentais estratégicos.

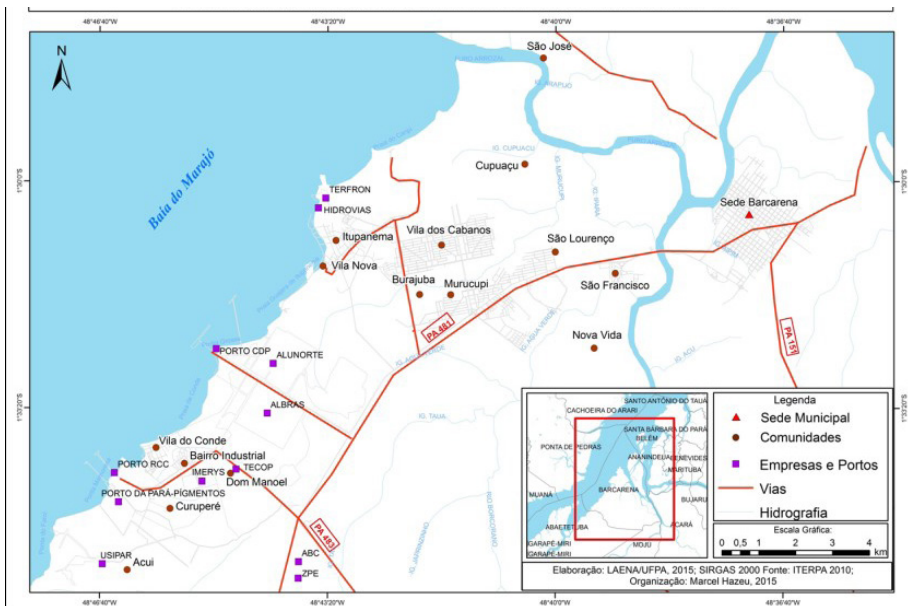
O artigo apresenta um debate resumido sobre a categoria “deslocamentos forçados”, os processos de deslocamentos forçados no município de Barcarena,

¹ Graduação em Ciências Ambientais. Mestre em Ciências Ambientais pela Agricultural University – Wageningen (Holanda). Mestre em Planejamento do Desenvolvimento e Doutor em Desenvolvimento socioambiental pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), Universidade Federal do Pará (UFPA).

as estratégias em torno destes deslocamentos e conclui em relação aos movimentos de resistência e seu significado para políticas públicas sociais.

Barcarena é um município no Pará, a 30 quilômetros de Belém (Mapa 1). Até os anos de 1980 era predominantemente agrário e voltado para os rios. Hoje ele ocupa um papel estratégico na acumulação capitalista mundial, tanto em relação aos mercados de mineração quanto de agronegócio. Este novo papel tem sido acompanhado por desapropriações e deslocamentos forçados, parte intrínseca da acumulação do capital. Isto é observado a partir da análise histórica dos deslocamentos forçados desde a implantação do porto da Vila do Conde, a fábrica de Albrás e a Vila dos Cabanos nos anos 1980, até as construções de novos portos, bacias de contenção de rejeitos da mineração, novas empresas e a perspectiva da chegada da ferrovia norte-sul na segunda década do século XXI.

Mapa 1. Comunidades, empresas e portos no município de Barcarena - PA



1 DESLOCAMENTOS FORÇADOS: DESAPROPRIAÇÕES E MIGRAÇÕES

Os deslocamentos forçados por projetos de desenvolvimento se inserem no debate sobre desapropriações na acumulação capitalistas, desde o clássico “processo histórico de isolar o produtor dos meios de produção” no qual “os meios sociais de subsistência e produção são transformados em capital; e os produtores imediatos, em trabalhadores assalariados” (MARX, 1977, p. 875), até o debate levantado por David Harvey (2004) sobre acumulação por desapropriação².

Os deslocamentos forçados são formas de migração, pois implicam mudanças de moradia e territórios de vivência e qualquer ato de migrar implica fortemente na construção da identidade de todas as pessoas envolvidas (SAYAD, 1998). Os deslocamentos forçados são uma forma especial de migração, pois questionam, a ideia da liberdade (de escolha, de ir e vir) embutida na ideia da mobilidade.

Os deslocamentos forçados são parte estruturante da disputa pela hegemonia sobre a terra, modos de produção e modos de vida e:

longe de constituírem uma exceção própria a momentos críticos como guerras, são uma constante e que o próprio Banco Mundial lembra que os deslocamentos compulsórios são uma realidade constitutiva do próprio processo de desenvolvimento capitalista (VAINER 1996, p. 5).

Para este artigo adota-se a definição do Almeida (1996) de deslocamentos forçados:

um conjunto de realidades factuais em que pessoas, grupos domésticos, segmentos sociais e/ou etnias são obrigados a deixar suas moradias habituais, seus lugares históricos de ocupação imemorial ou datada, mediante constrangimentos, inclusive físicos, sem qualquer opção de se contrapor e reverter os efeitos de tal decisão, ditada por interesses circunstancialmente mais poderosos (ALMEIDA, 1996, p. 30).

² A expropriação de terra e recursos naturais de populações camponesas, a conversão de propriedade comunal ou estatal em propriedade privada, a extração de aluguéis de direitos de propriedade intelectual, a privatização de bens sociais coletivos (como pensões, saúde pública e outros direitos sociais) e as várias predações do capital financeiro. (LEVIEN, 2014, p. 32).

Almeida (1996) argumenta que os deslocamentos forçados se inserem numa ação coordenada por agências chamadas de desenvolvimento que tanto acionam mecanismos coercitivos quanto discursos sobre progresso e modernização, “para o bem de todas e da sociedade em geral”. As funções econômicas e as condições reais de existência das comunidades tradicionais são ignoradas. As culturas e pessoas existentes nos lugares escolhidos para os projetos de desenvolvimento são transformados num problema mercadológico, no qual os danos provocados podem ser reparados e compensados monetariamente, “mesmo acarretando problemas ambientais, morais e redefinições de identidade social, de certa forma, irreparáveis” (ALMEIDA, 1996, p. 30).

O deslocamento forçado também deve ser compreendido como a “destruição do retorno”. O retorno que, segundo Sayad (2000), para o migrante é constitutivo de sua identidade, um retorno imaginado e/ou concreto, realizado ou não, mas que dá sentido ao processo migratório e ao ser migrante. O retorno que se refere a um lugar de origem, de memórias, de referências concretas como casa, lugares, familiares e amigos. Quando a possibilidade de retorno é efetivamente impossibilitada, quando o lugar de origem desaparece ou quando as referências do retorno somem, o retorno como constituinte da identidade começa se vestir de características de “lamento e dor” (MAGALHÃES, 2007).

As disputas pelo território, as estratégias de seus agentes e a formação das configurações em termos de deslocamentos forçados podem ser estudadas como processos dentro de um campo em que a dominação se exerce com violência física e simbólica.

O poder que está em disputa neste campo é o poder sobre o uso da terra, a propriedade, a questão fundiária e até os modos de produção. É uma disputa sobre a função social da terra; a sua função de produção e reprodução material e simbólica de comunidades tradicionais *versus* a função para a produção capitalista e a incorporação da terra no mercado imobiliário especulativo.

São relações de dominação e resistência, a primeira sempre exercida mediante violência, seja ela bruta ou simbólica, seja mediante coação física, sobre os corpos, seja através da coação espiritual sobre as consciências (THIRY-CHERQUES, 2006).

2 A CRONOLOGIA DAS DESAPROPRIAÇÕES EM BARCARENA

Os deslocamentos forçados em Barcarena fazem parte da dinâmica contida nas transformações radicais da organização social local, desde a chegada dos colonizadores, dos engenhos e das plantações de cacau, a Cabanagem até a implementação do complexo portuário-industrial.

É difícil, porém importante, quantificar o número de pessoas e famílias que nos 35 anos foram forçadas a se deslocar, visto que é um indicador estratégico da contradição do anunciado progresso e dos conflitos sociais em torno da ocupação do território.

A primeira fase do projeto de criação do complexo industrial-portuário em Barcarena foi em função do complexo Albras-Alunorte, parte do programa Grande Carajás, nos anos 1970 e 1980, e incluía a ocupação de áreas para o porto da Vila do Conde, das indústrias de alumina e alumínio (Albras e Alunorte) e do novo núcleo urbano. Neste período as desapropriações e deslocamentos forçados foram extremamente (des)estruturantes, envolvendo em torno de 513 famílias, praticamente todas elas de agricultores, pescadores, ribeirinhos e extrativistas. Este processo se constituiu, portanto, na gênese das desapropriações e deslocamentos forçados posteriores.

Com a grande infraestrutura implantada e zonas de reservas e expansão marcadas, nos anos 1990 e 2000 iniciou-se uma nova fase na disputa e na ocupação do território. Três áreas diferentes dentro do território previsto para a implementação do complexo portuário-industrial entraram no foco de novas disputas e mobilidades, envolvendo antigos e alguns novos agentes:

- 1- A área destinada para o núcleo urbano
- 2- O distrito industrial
- 3- A nova área portuária expandida

Na área originalmente destinada ao núcleo urbano, cuja implantação foi incompleta e muito diferente do que fora pensado, há um movimento de reapropriação. Famílias que foram desapropriadas e deslocadas estão voltando e reivindicando a propriedade das áreas (como as comunidades de Burajuba, Boa Vista e Cupuaçu), pautada em uma nova consciência política de sua identidade

como povo tradicional, em disputa com um Estado que não conseguiu dar um destino e organização ao núcleo urbano.

No distrito industrial, criado para receber fábricas e empresas para atuar dentro do complexo portuário-industrial, ocorrem permanentemente novas negociações para futuras desapropriações. A área destinada para este fim não foi desapropriada na primeira fase do projeto e ao longo do tempo novas pessoas começaram a chegar e se estabelecer no lugar. Com a chegada de novas empresas surgiram também novos processos de desapropriações em determinadas áreas, sempre executados em parceria entre a empresa e o Estado, que realizaram a negociação e os deslocamentos. Empresas como a Pará Pigmentos, Rio Capim Caulim, Usipar, Tecop, Alumar e Buritirama foram instaladas durante a última década do século XX e as primeiras décadas do século XXI, e se tornaram corresponsáveis pelo deslocamento das pessoas que moravam nas áreas que iriam ocupar. Muitas famílias, porém, ainda moram entre estas empresas, afetadas diretamente pela poluição e pela dinâmica de produção e operação das mesmas. São comunidades, empresas e áreas verdes se misturando e se intercalando, cortadas por estradas, linhões de energia e minerodutos. O Estado e as empresas querem que os moradores saiam do distrito para a área ficar à sua disposição. Uma parte dos moradores também gostaria de sair, devido aos impactos da poluição, à perda de terras para plantar e as permanentes ameaças de desapropriações. Outra parte da população prefere ficar no local, ter garantido investimentos para a sua permanência, medidas de tratamento, controle da poluição e definição dos direitos fundiários. Neste contexto, instaurou-se uma negociação complexa, cheia de contradições e de sofrimento permanentes. A situação é complexa de tal maneira, em vista das dificuldades de retirar as pessoas do distrito industrial, que o Estado, proprietário legal da área, desocupou outra área para oferecer a futuras empresas (zona de processamento para exportação), desapropriando os moradores que lá viviam.

Nas margens do rio Pará, entre a vila Itupanema e a praia de Caripi, estão sendo construídos novos portos para exportação, principalmente de soja. Um ex-funcionário da Companhia Docas do Pará, pessoa central no planejamento portuário no Pará, ciente das possibilidades legais, físicas e

mercadológicas, criou uma empresa de planejamento e logística, apropriou-se de áreas (desapropriando-as), para em seguida vendê-las (junto com um projeto portuário) para grandes empresas, sem interferência de nenhum agente público. Instalou-se assim o porto do Terfron/Bunge e outro porto em fase de construção (Hidroviás do Brasil). Ainda há previsão de pelo menos mais um porto nesta zona portuária de Vila do Conde.

Analisando os documentos que acompanham esta cronologia, pode se confirmar que pelo menos 10 mil pessoas foram deslocadas ou estão ameaçadas diretamente de deslocamento, conforme o Quadro 1.

Quadro 1. Famílias³ deslocadas por obras de desenvolvimento em Barcarena entre 1979 e 2015

Obras	Famílias (pessoas)	Período
Complexo Albras-Alunorte; porto, núcleo urbano	513 famílias (2500 pessoas)	1979-1985
Rio Capim Caulim, Pará Pigmentas	79 famílias (395 pessoas)	1993-2004
Usipar	65 titulares (200 pessoas)	2003
ZPE - CAP	123 titulares (250 pessoas)	2006-2008
TECOP	140 famílias (500 pessoas)	2011-2015
Imerys	16 famílias (50 pessoas)	2010-2015
Hidroviás do Brasil	196 titulares (550 pessoas)	2013
Distrito industrial (sob ameaça constante)	1466 famílias (5700 pessoas)	
TOTAL	2582 famílias/titulares (10 mil pessoas)	1979 – 2015

Fonte: Wanderley (2014); Monteiro (2011); SECTAM (2000, p. 24); Monteiro (2011) SECTAM (2001); Carmo (2010); Costa (2012) CDI (2003); Iterpa (2003). CDI/PA (2008), Cartório de Itupanema (2011) e Teixeira (1991).
Elaboração: Hazeu (2016)

³ Estimativa de composição familiar de 4 pessoas por família

É evidente que o conflito configura-se como o elemento central nas desapropriações. Estas, por sua vez, caracterizam-se pelo cerceamento de territórios e impedimento à população original e aos demais moradores do acesso às áreas produtivas, provocando uma preocupação constante na vida de todos os moradores de quando, onde e como uma nova desapropriação e deslocamento ocorrerá tornou-se uma.

3 ANALISANDO ESTRATÉGIAS

O papel do Estado é fundamental nos processos de desapropriação e deslocamentos forçados. Os planos de desenvolvimento são governamentais, como o Programa Grande Carajás e o Programa de Aceleração do Crescimento I e II (e até o plano diretor urbano) estimulando, possibilitando e atendendo às demandas de empresas multinacionais que organizam e expandem o seu modo de produção e comercialização em escala mundial.

No modelo econômico globalizado, os grandes empreendimentos atribuem funções diferentes às potencialidades locais, no sistema produtivo global, e Barcarena foi inserida como entreposto para a produção intensiva de energia, a transformação primária de minérios e o funcionamento de portos de exportação para o suprimento de fábricas e mercados mundiais.

Barcarena não é considerada como mercado consumidor, tampouco acelerador de desenvolvimento regional, mas somente como território com características físicas, geográficas e estratégicas para se tornar um distrito industrial-portuário. Neste cenário não cabem os moradores locais ou as populações tradicionais.

Na área escolhida para o grande projeto, entretanto, havia moradores. As primeiras desapropriações começaram com uma estratégia totalizante, que pretendia reordenar todo o território. Porém, dada a limitação de recursos, as contradições no planejamento, o movimento dos moradores dentro do território e a impossibilidade do controle total sobre as mobilidades, as desapropriações tiveram de ser feitas área por área, criando um movimento

permanente de circulação interna, produzindo famílias que enfrentaram múltiplos deslocamentos e o cerceamento e o isolamento de comunidades não deslocadas no meio de terras desapropriadas.

Quando os governos federal e estadual iniciaram os deslocamentos forçados em Barcarena, no final da década de 1970, já havia experiências precedentes em lugares e contextos distintos, que geraram reflexões críticas (inclusive no próprio Banco Mundial), mas não produziram nenhuma orientação formal para os processos futuros. A história de Barcarena mostra que poucas lições foram incorporadas aos processos de deslocamentos forçados, no sentido de se garantir o direito das populações deslocadas.

No contexto de Barcarena, os deslocamentos forçados evidenciaram três modalidades de intervenção:

- Planejados e executados pelo governo (federal/estadual), com recursos do orçamento público;
- Planejados pelo governo (federal/estadual) e executado com recursos oriundos de grandes grupos empresariais interessadas no território;
- Realizados diretamente por empresas, sem interferência do poder público.

Os deslocamentos em sua maioria, derivam da parceria direta entre empresas privadas e poder público estadual ou federal, somando interesses e posições convergentes. Uma articulação estratégica que Almeida (1996) também identificou:

coalizões de interesses adotando os mesmos procedimentos operacionais, que materializam os deslocamentos compulsórios *onde não* há a usual ruptura entre empresas privadas e setor público, que visam à limpeza da área para implantação de projetos (ALMEIDA, 1996, p. 33).

Os deslocamentos promovidos estritamente pelo governo receberam pouca atenção nos planos aos quais estavam vinculados ou incorporados e, quando mencionados, não era para defender alguma política social de desenvolvimento, mas apenas como fator de subsídio no pagamento de indenizações ou como um entrave para a implantação do projeto de desenvolvimento econômico visado.

Esses planos de desenvolvimento priorizaram e priorizam a atividade econômica empresarial multinacional como alavanca de um desenvolvimento medido em termos puramente macroeconômicos. A população local nunca foi objeto ou foco dos planos (exceto como trabalhadores temporários) e nem alvo dos investimentos mobilizados por esses planos, o que parece se repetir com a revisão do plano diretor urbano de Barcarena (2015).

Os planos vinculados ao Programa Grande Carajás para Barcarena não mencionam os deslocamentos forçados como foco de intervenções dos programas ou projetos. Trata-se simplesmente de uma questão de desapropriação e indenização. No estudo para o desenvolvimento regional do Programa Grande Carajás, a discussão sobre modificações populacionais se refere à migração como o aumento da população, sem mencionar processos de deslocamentos forçados (PARANÁ, 1985)

O Plano Diretor do Distrito Industrial de Barcarena (CDI, 1982) não menciona qualquer estratégia relativa aos moradores da área do Distrito Industrial. As desapropriações previstas entram somente na “planilha de estimativa das inversões” onde consta: “Desapropriação (não inclui área do porto Alunorte e Eletronorte = 1.050 ha), 670 ha a Cr\$ 125.000/ha. Cr\$ 83.750,00” (CDI, 1982, p. 44). Este valor representava 3,7% do valor previsto para investimento na construção da infraestrutura do distrito (CDI, 1982).

As desapropriações e deslocamentos forçados refletem a disputa territorial de forças desproporcionais, que vão além das delimitações geográficas do território efetivamente (des)apropriado e envolvem uma disputa “cartográfica”.

Segundo Acselrad e Coli (2008, p. 14), todos os mapas são uma abstração do mundo, elaborada sempre a partir de algum ponto de vista, e que: “na política dos mapeamentos estabelece-se uma disputa entre distintas representações do espaço, ou seja, uma disputa cartográfica que se articula às próprias disputas territoriais”

O governo federal, quando criou seus planos de apropriação de parte do território de Barcarena, desenhou, em linhas gerais, mapas dos zoneamentos de acordo com a sua concepção de desenvolvimento, pautada no interesse e junto com a indústria mineradora e planos portuários, na infraestrutura necessária em termos de estradas, reservas ambientais (ou de expansão futura)

e urbanização. Cada empresa que se inseriu neste processo no decorrer do tempo, em diferentes momentos históricos de Barcarena, demarcou o seu território numa negociação direta com os governos em relação à propriedade, subsídios, infraestrutura e benefícios, dividindo entre si a responsabilidade da expulsão dos moradores e o encerramento de outras atividades econômicas, sociais e culturais.

Outro processo, paralelo à produção de mapas, envolve a “regularização e apropriação fundiária”, onde as áreas são apropriadas no papel, numa formalidade e racionalidade capitalista e do Estado Moderno, produzindo e registrando a propriedade das áreas em nome de órgãos governamentais e transferindo/vendendo-as para empresas privadas. A transformação de planos e mapas em documentos de propriedade fundiária envolve um conjunto de instituições privadas e governamentais, como INCRA, ITERPA e cartórios.

Todas as desapropriações foram fundamentadas em uma legislação criada para a implantação de planos de desenvolvimento ou no contexto da sua execução, como fundamento e garantia da legalidade para as desapropriações, e como instrumento decisivo nas negociações e intervenções. Dessa forma, foram criados o Distrito Industrial, a zona portuária de Vila do Conde e, em 2004, a área do Porto Organizado de Vila do Conde, esta última a fim de possibilitar a instalação de portos em uma área destinada a reservas ambientais e ocupada por bairros e famílias.

A Companhia (*estadual*) de Desenvolvimento Industrial do Pará (CDI) foi a agência de negociação das desapropriações mais atuante em toda história dos deslocamentos forçados, de 1979 até 2014, tendo dividido esta função, na década de 1980, com a Companhia (*federal*) de Desenvolvimento de Barcarena (Codebar), que se tornou responsável pelas desapropriações no território destinado à Vila dos Cabanos e todo projeto ampliado de urbanização. Como suporte legal, o Instituto de Terras do Pará (ITERPA) foi o agente principal na titulação de terras, no avanço das desapropriações e na legalização das novas propriedades criadas.

As negociações das indenizações e deslocamentos são exemplos de uma correlação de forças absolutamente desigual. A parte interessada em comprar (desapropriar) mobiliza forças simbólicas, políticas, legais, econômicas e físicas.

Em primeiro lugar, há o discurso da inevitabilidade, visando convencer as pessoas a saírem porque o empreendimento vai chegar (de qualquer maneira). Em segundo lugar, o discurso oficial do progresso e do desenvolvimento é apresentado em oposição ao discurso tradicional e desqualificado como atrasado.

Mobiliza-se o campo científico formal, que elabora projetos, estudos e relatórios (RIMA, EIA) e pareceres (laudos), sempre apresentados como técnicos, objetivos e neutros, pautados numa racionalidade científica, mas que apenas reforçam a posição da parte interessada na desapropriação.

As desapropriações ainda são enquadradas em atos normativos que autorizam ou preveem a desapropriação, eliminando formalmente o direito de permanência dos moradores, por meio de decretos, leis e ordens judiciais. Disponibiliza-se um orçamento pré-estabelecido, convencendo os moradores com pagamentos à vista ou em cheque. Além disso, evidenciam-se as práticas de violência, intimidação e ameaças por parte dos agentes conhecidos pela sua truculência ou “firmeza” ou a demonstração de força utilizando máquinas pesadas e tratores para invadir as terras próximas das casas.

Neste contexto, aos moradores resta negociar, pois resistir ou permanecer não parece uma opção viável, apesar de tentativas individuais, e por vezes coletivas.

Uma das estratégias empresariais observadas ao longo da história das desapropriações, além das negociações citadas, consistia em conquistar as comunidades do entorno com investimentos na melhoria da orla, escola, centro comunitário, caixa d'água comunitária e portas abertas para a comunidade. Esta estratégia é utilizada enquanto as negociações e as primeiras obras estão sendo executadas, até que as áreas sejam cercadas. Neste momento, os escritórios para interagir com a comunidade são fechados.

O deslocamento da comunidade de Montanha para Curupeté e posterior para Nova Vida para a instalação da indústria de caulim foi o último que ofereceu reassentamento coletivo. A partir daquela experiência, todas as desapropriações se limitaram ao pagamento de indenizações.

Os valores pagos são, em geral, baixos, principalmente quando se considera que os moradores precisam investir em novo lugar para morar e produzir. A avaliação e o valor estipulado por parte do comprador é definido

com base em laudos que consideram a área construída, benfeitorias e algumas plantações a partir de tabelas de instituições como o Iterpa e o Comitê Brasileiro de Construção Civil, sob a máscara da objetividade ou racionalidade institucional.

Toda a negociação se concentra na avaliação do bem a ser desapropriado e não nas condições necessárias para a população refazer a sua vida nos mesmos moldes ou em condição melhor da que tinham quando foram forçadas a sair. O processo pretende, portanto, a retirada e não um recomeço.

As avaliações das construções de moradia são feitas na base do preço do metro quadrado construído, método inadequado para estipular o valor dos imóveis em questão, pois deve ser considerado o valor de um imóvel similar ou superior, com boa localização e disponível no mercado imobiliário local. Também se avalia o estado do imóvel para aplicar um coeficiente de depreciação. Os moradores deixam de investir nas suas casas no momento que percebem que terão que sair, ou quando são proibidos de investir nas moradias e há até pessoas que abandonam as suas casas durante o processo de negociação, contribuindo ainda mais para a depreciação do imóvel. A desvalorização dos imóveis é, portanto, uma consequência do processo de desapropriação, e nunca deveria ser descontada no laudo da avaliação.

Por razões estratégicas, grande parte dos lotes é considerada terra nua, com valorização mínima ou sem valorização, uma estratégia de ação recorrente e histórica na disputa pela terra na Amazônia (LOUREIRO, 1992).

As plantações e árvores frutíferas são avaliadas a partir de referências absolutamente incompatíveis com o processo de reinicialização de agricultura. Neste processo, o que deve estar sendo negociado é a tentativa de recompor as condições sociais, culturais e econômicas interrompidas pela desapropriação. Porém, a negociação é encarada como um processo de compra e venda. Os valores calculados atingem, portanto, um preço muito inferior ao valor necessário para recompor uma plantação com mesma produtividade ou até para compensar a perda da renda obtida com a venda de produtos oriundos dessas árvores e plantações.

Os cálculos são feitos a partir de uma concepção mercadológica da terra e do território, que não podem dar valor ao que não cabe nesta concepção. Para

as populações tradicionais, porém, o território tem outro significado e outro valor, completamente ignorado nos processos de desapropriação (CASTRO, 1999).

O Estado e as empresas contam com uma equipe técnica qualificada, composta por agrônomos, engenheiros e advogados, enquanto as comunidades não contam com nenhum apoio técnico e jurídico, dependendo somente do seu conhecimento e ideias de atribuição de preços, muitas vezes desvalorizados. As comunidades ameaçadas e deslocadas só contam com tímidas e pontuais defesas dos seus direitos por parte do Ministério Público, e estes, em geral, pautam-se nos laudos oficiais produzidos.

A poluição, o desrespeito às normas ambientais, os tímidos investimentos em tecnologias que poderiam evitar a poluição, a falta de fiscalização e as poucas responsabilizações parecem fortalecer uma lógica de pressão sobre as comunidades para forçá-las a sair e de fugir da poluição, sair daquele lugar que prejudica a sua saúde, suas plantações e seus modos de vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os conflitos de terra expressam e talvez representem de forma mais evidente as transformações sociais na Amazônia (LOUREIRO, 1992). As desapropriações e os deslocamentos forçados são uma das suas expressões mais claras, presentes em Barcarena. O conflito entre agentes trata de significado da terra, entre a “terra de trabalho e vida” *versus* a “terra de negócios e especulação” (LOUREIRO, 2009), ou como afirma Castro (1999, p. 37): “no fundo trata-se de um movimento de confronto entre espaços, de formas diferentes de domínio e de concepção coletiva do espaço”. Assim, o direito à terra, à função social da terra e à tradicionalidade são desconsiderados.

Os processos de desapropriação evidenciam suas contrariedades. Numa área para a qual o governo planejou uma ocupação portuária industrial e a sua desocupação completa, têm ocorrido novas ocupações, com inserção de novos moradores, novas comunidades e a ampliação de comunidades existentes. Com o atraso e a não ocupação deste distrito industrial e a permissão de novas ocupações no território evidencia-se uma situação cada vez mais complexa na

qual comunidades tradicionais são deslocadas, cercadas e isoladas, enquanto novas comunidades e fábricas, portos e estradas se instalam.

Os primeiros deslocamentos foram realizados sem estudos prévios, sem preparação e sem encontrar muitas resistências. Os movimentos sociais, porém, vêm crescendo e se consolidando ao longo do tempo. As primeiras formas de resistência organizada foram iniciadas entre as famílias deslocadas nos anos 1980, ao questionar os valores e até o não pagamento das indenizações. As famílias de outras comunidades ameaçadas de desapropriação perceberam os métodos violentos utilizados nos primeiros deslocamentos e os impactos negativos sobre a vida das pessoas que foram deslocadas. Esta percepção se difundiu por meio da comunicação e vivência em rede, de laços familiares e comunitários pré-existentes e de convivência posterior, quando muitas famílias se mudaram para outras comunidades, inclusive que mais tarde seriam alvo de novos deslocamentos.

As negociações se aprimoraram e algumas comunidades se politizaram, principalmente aquelas que contavam com uma organização interna consistente (via igreja, sindicato ou centro comunitário).

Para as comunidades, os resultados da resistência ficaram aquém do esperado e desejado, causando decepção, frustração e traumas que levaram ao desânimo, à desarticulação e ao enfraquecimento das mobilizações. A resistência e a mudança de lugar trouxeram aprendizagens para a comunidade e as pessoas diretamente atingidas (CARMO, 2010), o que as ajudaram a entender o funcionamento do Estado, o significado de direitos constitucionais, as contradições do mundo “moderno” e a importância de educação, formação, aliança e organização. Mas as pessoas também aprenderam que direitos no papel não significam direitos efetivos, que o seu conhecimento e sabedoria não são valorizados nas negociações, que mesmo tendo formação e qualificação profissional, as empresas transnacionais em Barcarena não priorizam a sua contratação, que cada conquista é seguida por uma nova ameaça e até numa derrota posterior.

O que alimenta e ao mesmo tempo paralisa a resistência é o sentimento de insegurança e impotência, o medo de perder os seus bens a qualquer momento, de serem deslocados novamente por falta de títulos de posse e

propriedade definitiva, pelos inúmeros planos e projetos para a dinamização da indústria e da atividade portuária exportadora.

Mas há uma forma de resistência importante e crescente, que consiste na retomada de áreas desapropriadas para o projeto urbanístico da Vila dos Cabanos e seus arredores nos anos 1980. São alvo desse movimento as terras que por anos serviam para fins de especulação fundiária, sem nenhuma função social, e foram frequentemente visitadas por ex-moradores e seus familiares em busca da memória identitária e de espaço para plantar, coletar e colher. Esta luta estimulou a busca por direitos territoriais também das que estão em disputa direta pelo território, como no Distrito Industrial.

Esta luta para reafirmar a identidade tradicional significa uma ruptura histórica, pois o que se tentou eliminar e apagar no território original está se reerguendo, por meio de ações coletivas estratégias de reocupação de terra e permanência.

O projeto de modernização à força parece ter encontrado um limite e é colocado em cheque pelo projeto de reocupação da terra e retomada do modo de vida tradicional, adaptados aos novos contextos e realidades, pautados nos instrumentos jurídicos legais e nas políticas públicas, reafirmando seus direitos e valores socioculturais e ancestrais em face aos grandes projetos desenvolvimentistas. Elas procuram uma Barcarena Livre da dominação pelo capital globalizado e, para tanto, precisa-se pensar em políticas sociais territoriais libertadoras e afirmativas, inclusive em relação a eventuais deslocamentos e reassentamentos.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H.; COLI, L. R. Disputas territoriais e disputas cartográficas. In: _____. (Org.). *Cartografias sociais e território*. Rio de Janeiro: UFRJ; IPPUR, 2008. p. 13-44.

ALMEIDA, A. W. B. Refugiados do desenvolvimento: os deslocamentos compulsórios de índios e camponeses e a ideologia da modernização. *Travessia*, ano 9, n. 25, p. 30-35, 1996.

CARMO, E. D. *O Território educa e politiza na(s) Amazônia(s): os processos socioculturais da comunidade nova vida e as dinâmicas de expansão industrial em Barcarena*. 230f. 2010. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL DA VILA DE ITUPANEMA. Instrumentos particulares de venda e compra. Barcarena. 2011. (165 documentos mimeografados)

CASTLES. Entendendo a migração global: uma perspectiva desde a transformação social. *Revista Internacional de Mobilidade Humana*, Brasília, ano 18, n. 35, p. 11- 43, 2010.

CASTRO, E. Tradição e modernidade: a propósito de processos de trabalho na Amazônia, *Novos Cadernos NAEA*, v. 2, n. 1, p. 31-50, 1999.

CDI. Laudos elaborados pelo Iterpa, listagem geral dos ocupantes, relatório dos indenizados por data de indenização, relatório das escrituras de cessão de direitos possessórios e compra e venda de benfeitorias. 2003 Mimeografado.

CDI. Plano diretor do distrito industrial de Barcarena. Plano diretores dos distritos industriais de Barcarena, Tucuruí e Marabá. *Relatório IPT/DES-EI*, v. 2 – C, n. 16 886, 1982.

CDI. *Minuta escritura pública de compra e venda de terreno destacado, na forma abaixo*. Belém: CDI, 2008. 6 p.

COSTA, M. S. S. (Coord.) Cadastramento e perfil socioeconômico de famílias ocupantes da área da companhia de desenvolvimento industrial do Pará – CDI/PA no município de Barcarena. Belém: CDI, UFRA, 2012.

HARVEY D. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2004 - 201 páginas.

HAZEU, M. *O não-lugar do outro: sistemas migratórios e transformações sociais em Barcarena*. 2015. 337f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2015.

LOUREIRO, V. R. *A Amazônia no século XXI: novas formas de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Empório do Livro. 2009. 279 p.

LOUREIRO, V. R. *Amazônia: estado, homem, natureza*. Belém: CEJUP, 1992. p. 367.

MARX, K. *O capital. Crítica da economia política*. Livro primeiro: o processo de produção do capital. V. 1. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2008

MONTEIRO, M. Mineração e desenvolvimento: a valorização do caulim na Amazônia brasileira. *Papers do NAEA*, n. 288, p. 1-46, dez. 2011.

SAYAD, A. *A Imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: EDUSP, 1998. 299 p.

_____. O retorno: elemento constitutivo da condição do imigrante. *Travessia*, revista do migrante, ano 13, número especial, 2000. 34 p.

PARANÁ. Secretaria de Estado de Planejamento do Estado do Paraná - SEPLAN. O estudo para o desenvolvimento regional do programa grande Carajás – fase 2. Sumário e conclusões. SEPLAN-PR. Agência de Cooperação Internacional do Japão e Secretaria Executiva do Programa Grande Carajás. 1985. 186 p.

MAGALHÃES SANTOS, S. M. S. *Lamento e dor: uma análise sócio-antropológica do deslocamento compulsório provocado pela construção de barragens*. 2007. 278 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais)- École Doctorale Vivantet Sociétés, Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.

TEXEIRA, J. B. *Reprodução da força de trabalho em área de impacto de projeto transnacional: estudo do processo de proletarianização em Barcarena*. Belém: UFPA, 1991. 156 p.

THIRY-CHERQUES, H. R. Pierre Bourdieu: a teoria na prática. *Revista Administração Pública*. v. 40, n.1, p. 27-53, 2006.

VAINER, C. B. A violência como fator migratório. *Travessia*, Revista do Migrante, ano 9, n. 25, p. 5-9, 1996.

NOVOS/VELHOS CONFLITOS: A RESISTÊNCIA QUILOMBOLA E A PERSISTÊNCIA DA LÓGICA DE EXPLORAÇÃO MINERÁRIA

Suely Rodrigues Alves¹

INTRODUÇÃO

Um marco na luta pelo reconhecimento dos direitos de populações negras foi definido a partir do processo de redemocratização do país quando a Constituição da República Federativa do Brasil (1988), que embora não tenha legislado sobre o direito quilombola à posse de seus territórios, reservou o artigo 68, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), para tratar do assunto e com isto reconheceu a necessidade de legislar de forma especial (por emenda constitucional ou lei específica) tais questões. O Art. 68 define: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” (Art. 68 / ADCT / CF1988).

Depois deste fato, que é sim uma conquista política importante para a construção de uma sociedade brasileira dita reconhecedora de direitos, o que se seguiu frustrou as expectativas daqueles que esperavam uma nova reconfiguração na forma de tratar o negro e seu processo de territorialização no Brasil.

As discussões em torno da definição de “terras tradicionalmente ocupadas” carregaram durante muito tempo uma ligação forte com o que se entende como “terras imemoriais”, o que provocou a dificuldade em reconhecer aquelas terras sem memória de suas origens – pensamento expresso no

¹ Cientista Social. Mestre em Planejamento do Desenvolvimento, no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido/NAEA/UFPA. Membro do Grupo de Pesquisa GETTAM.

Art. 231 da Constituição Federal de 1988 (ALMEIDA, 2004). O uso do termo “tradicionalmente ocupadas” fortalece o sentido de tradição.

Recuperando criticamente as legislações agrárias coloniais – que instituíram sesmarias e que depois reestruturaram formalmente o mercado de terras com a Lei de Terras de 1850, criando obstáculos de todas as ordens para que tivessem acesso legal às terras os povos indígenas e os escravos alforriados e para a emergência de um campesinato livre (ALMEIDA, 2005, p. 85).

Situação que começou a mudar quando, em 2002, o Brasil ratificou a Convenção 169 da OIT (Organização Internacional do Trabalho) (de julho de 1989) e o entendimento do sentido do termo “terras tradicionalmente ocupadas” foi ampliado: “Dever-se-á reconhecer aos povos interessados os direitos de propriedade e de posse sobre as terras que tradicionalmente ocupam” (Art. 14 da OIT) podendo “ter o direito de voltar a suas terras tradicionais assim que deixarem de existir as causas que motivaram seu traslado e reassentamento” (Art. 14 da OIT), aproximando da concepção dos movimentos sociais, desde 1988 (ALMEIDA, 2005).

Segundo Arruti (1997), o Artigo 68 só foi usado pela primeira vez em 1992, pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) e Ministério Público Federal (MPF) como recurso em uma situação de conflito fundiário que envolveu a comunidade de Rio das Rãs (Bom Jesus da Lapa/BA). Ainda segundo o autor, o termo “remanescente de quilombo”, nas leituras que se seguiram, foi deslocado de seu sentido histórico, desenhando-se “uma interpretação do artigo constitucional que, pautada mais na intenção da lei que no seu limitado texto, contemplava não só as comunidades que conseguissem documentar a sua vinculação direta com antigos quilombos”, abrangendo ainda:

[...] aquelas que, sendo compostas por descendentes de escravos, e estando ameaçadas na posse das terras de uso comum centenário, não possuem outro recurso legal para o reconhecimento de suas particularidades e de seu direito, historicamente construído (ARRUTI, 2002, p. 6).

As mobilizações sociais articuladas pelas chamadas comunidades quilombolas na busca por garantir direitos diversos, sobretudo o reconhecimento

do direito às terras que habitam, são marcadas por conflitos em diversos campos sociais (sobretudo acadêmico, político e econômico). Além do próprio Estado, agentes representantes do campo econômico desempenham papel fundamental nesta história, dada a sistemática intervenção promovida sobre terras e direitos de comunidades quilombolas.

Neste trabalho é dada especial atenção a conflitos sociais gerados a partir da relação entre comunidades quilombolas e empresas mineradoras na disputa em defesas de suas territorialidades.

1 OS PROCESSOS DE ETNOGÊNESE

As pressões pela aplicação do direito reconhecido tem se multiplicado pelo Brasil, onde novas práticas movem processos etnopolíticos “que propõem a configuração ou a reconfiguração de *sujeitos coletivos* definidos em termos étnicos” (BARTOLOMÉ, 2006, p. 54) que não tiveram, ou perderam, a experiência de mobilizações coletivas na busca dos objetivos comuns. Se no passado os movimentos messiânicos conseguiram mobilizar coletividades diversas unidas ideologicamente pela luta frente a imposições coloniais (BARABAS, 1989 apud BARTOLOMÉ, 2006) hoje, mesmo que haja aspectos sociorreligiosos relevantes, o que parece prevalecer são os aspectos etnopolíticos, “ou seja, mobilizações seculares orientadas pela confrontação com o exterior, mas alimentadas por sua lógica interior” (BARTOLOMÉ, 2006, p. 54).

É diante deste contexto que novos coletivos passam a ler de forma diferenciada sua relação com o Estado, mas também com a sociedade envolvente e sua própria expressão social. É nesta perspectiva que podemos falar da etnogênese quilombola no Brasil, quando passam a compor novas forças sociais assentadas em formas diferenciadas de se organizar, de agir em relação a grupos que detêm poder e, nesta conjuntura, “um dos objetivos pode ser a obtenção de recursos, mas o outro é a própria recuperação ou reconstrução da coletividade étnica de pertencimento” (BARTOLOMÉ, 2006, p. 56).

Em suas discussões sobre etnogênese, Bartolomé (2006) afirma que tradicionalmente este termo tem sido utilizado para designar processos sociais protagonizados por grupos étnicos diversos. Mais recentemente, o termo

tem sido empregado nas análises daqueles processos “de emergência social e política dos grupos tradicionalmente submetidos a relações de dominação” (HILL, 1996, p. 1 apud BARTOLOMÉ, 2006, p. 39) ou mesmo chama-se “etnogênese o desenvolvimento de novas configurações sociais, de base étnica, que incluem diversos grupos participantes de uma mesma tradição cultural” (BARTOLOMÉ, 2006, p. 39).

Entende-se como etnogênese ainda o ressurgimento de grupos étnicos que eram considerados extintos, “miscigenados” ou “aculturados” e que reaparecem lutando por direitos e recursos, entre outras formas de uso do termo, mas esses diferentes usos dizem respeito “a um mesmo tipo de dinâmica social, cuja base se encontra na historicidade de estruturas e formas culturais que tendiam a se conceberem como relativamente estáticas” (BARTOLOMÉ, 2006, p. 40).

A etnogênese, ou melhor, as etnogêneses referem-se ao dinamismo inerente aos agrupamentos étnicos, cujas lógicas sociais revelam uma plasticidade e uma capacidade adaptativa que nem sempre foram reconhecidas pela análise antropológica. Na verdade, a etnogênese foi e é um processo histórico constante que reflete a dinâmica cultural e política das sociedades anteriores ou exteriores ao desenvolvimento dos Estados nacionais da atualidade (BARTOLOMÉ, 2006, p. 40).

Uma das heranças do período escravocrata no Brasil é a descendência daqueles que serviram como mão de obra aos interesses econômicos. Despatriados e escravizados, os negros vindos da África, assim como seus descendentes, tiveram que responder às novas condições a que foram submetidos, o que resultou em especialização na forma de lidar com a natureza e com seus pares, dando origem a diferenciações que passaram a caracterizá-los. Para além do que aconteceu em nosso território, mas também nele, “deve-se sublinhar que não apenas uma, mas várias etnogêneses negras foram produzidas” (BARTOLOMÉ, 2006, p. 42).

Na Amazônia, muitos daqueles escravizados fugidos, libertos, alforriados, ao firmarem morada na região estabeleceram-se ao longo de beira de rios e afluentes e:

a pesquisa história sobre esses processos de ocupação revela o quanto esses rios eram povoados, desde a fase colonial, o que contraria os

discursos sobre o vazio demográfico da Amazônia [...] A beira dos rios Guamá, Acará, Capim, e Moju surgiram povoados, sítios e casas isoladas de homens livres brancos, cafuzos, índios e mamelucos. Nessas terras os colonos pobres e os índios fixaram seus lugares de moradia e de trabalho (ACEVEDO; CASTRO, 1999, p. 17).

Diante destes fatos as considerações de Bartolomé (2006) sobre “Povos Indígenas” podem ser estendidas aos remanescentes de quilombo, quando afirma que uma das lutas das sociedades nativas hoje em dia é na busca de constituírem coletividades, na busca de serem vistos como sujeitos coletivos, uma forma de se articularem e mesmo de acharem força para se confrontar com seus Estados em “melhores condições políticas” uma vez que “a magnitude numérica e as demandas compartilhadas aumentam suas possibilidades de êxito” (BARTOLOMÉ, 2006, p. 44). Processo que resulta, então, na criação de um novo sujeito histórico.

Em alguns casos, o processo de etnogênese pode sim ser o resultado, direto ou indireto, mas não planejado, de políticas públicas específicas, afirmação que Bartolomé (2006) faz com base em seus estudos sobre América Latina, tratando-se:

da dinamização e da atualização de antigas filiações étnicas às quais seus portadores tinham sido induzidos ou obrigados a renunciar, mas que se recuperam, combatentes, porque delas se podem esperar potenciais benefícios coletivos. Em certas oportunidades isso se deve à desestigmatização da filiação nativa, mas frequentemente também às novas legislações que conferem direitos antes negados, como o acesso à terra ou a programas de apoio social ou econômico (BARTOLOMÉ, 2006, p. 45).

O que há é um processo de recuperação de um passado próprio, ou assumido como tal, na busca de reconstruir o pertencimento étnico e comunitário que possibilite um acesso mais digno ao presente. É antes um processo de produção simbólica do que uma invenção voluntarista (BARTOLOMÉ, 2006). Em seus estudos sobre a etnogênese Yanacoana, Bartolomé (2006) destaca “que a identidade de um povo, a etnicidade, não deve ser buscada na originalidade de seus traços culturais”, mas em sua capacidade de “gerar sentidos sociais e políticos que o unificam na luta para definir sua razão de ser como povo [...]”. É o que parece ocorrer no Brasil.

Mesmo que a etnogênese possa, em algum momento, servir para alcançar objetivos, como a posse da terra, essa reconfiguração da coletividade étnica não pode ser entendida como instrumento para este fim. “Um dos objetivos pode ser a obtenção de recursos, mas outro é a própria recuperação ou reconstrução da coletividade étnica de pertencimento” (BARTOLOMÉ, 2006, p. 56).

Como consequência desse processo o número de comunidades negras rurais que hoje se autoidentificam enquanto comunidades Remanescentes de Quilombo têm crescido em todo o Brasil (INCRA, 2012). No estado do Pará as articulações iniciais das comunidades negras rurais iniciaram nos Encontros de Raízes Negras (1985), promovido anualmente pelo Centro de Estudos e Defesa do Negro no Pará (CEDENPA), e que possuíam atividades de resgate da memória e da cultura afro-brasileira na Amazônia. Um momento marcante nasceu a partir do Encontro de Raízes Negras que ocorreu no rio Trombetas e Cuminá, em 1991, cujas comunidades negras rurais que povoam esses rios estavam sob ameaça da mineradora Mineração Rio do Norte e de mais dois grandes projetos previstos igualmente para o rio Trombetas (da Alcoa², para explorar bauxita, e a Hidrelétrica de Cachoeira Porteira). A convergência de forças de resistência diante de tal problemática vivida com muita apreensão pelas comunidades acabou reforçando a visão política desses processos e do lugar das comunidades negras na disputa pela terra, para assegurar o território efetivamente ocupado há mais de 200 anos (ACEVEDO; CASTRO, 1998).

Segundo estatística da Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombo do Pará (Malungu) somente no estado do Pará há 420 comunidades identificadas. É um dado reconhecido pelo Governo do Estado do Pará. Entre estas identificadas, um total de 188 comunidades já possui titulação de terra concedida pelo ITERPA ou pelo INCRA.

Em terras federais, segundo o INCRA, “na atualidade, existem 121 títulos emitidos, regularizando 988.356,6694 hectares em benefício de 109 territórios, 190 comunidades e 11.946 famílias quilombolas”. Considerando o território nacional, em conformidade com dados do Instituto Brasileiro de

² “A Alcoa é líder global na produção de alumínio primário, alumínio transformado, assim como a maior mineradora de bauxita e refinadora de alumina do mundo.” (Disponível em: <<https://www.alcoa.com/brasil/>>. Acesso em: 14 mar. 2013).

Geografia e Estatística (IBGE), “os territórios quilombolas hoje titulados abrangem 0,12% do território nacional” e “a titulação de todos os quilombolas do Brasil não chegará a 1% [do território do país], sendo que os demais estabelecimentos agropecuários representam cerca de 40%” (INCRA, 2012), ainda assim há a crescente organização de agentes questionando esses direitos.

A organização resultante desses processos é força motriz que altera velhas práticas tradicionais de relação política com aqueles que representam o centro de poder, refazendo também as teias de relação com as instâncias legitimadoras de ordens, “possibilitando a emergência de lideranças que prescindem dos que detêm o poder local” (ALMEIDA, 2004, p. 24).

Destaque-se, neste particular, que mesmo distantes da pretensão de serem movimentos para a tomada do poder político logram generalizar o localismo das reivindicações e mediante estas práticas de mobilização aumentam seu poder de barganha face ao governo e ao estado, deslocando os ‘mediadores tradicionais’ (grandes proprietários de terras, comerciantes de produtos extrativos-seringalistas, donos de castanhais e babaçuais) (ALMEIDA, 2004, p. 24).

É deste contexto que se espalham pelo território brasileiro pautas reivindicatórias quanto a seus direitos, resultando na ampliação de instâncias de interlocução desses coletivos com os aparatos político-administrativos, especialmente com aqueles que respondem pelas políticas agrárias e ambientais neste país, “já que não se pode dizer que exista uma política étnica bem delineada” (ALMEIDA, 2004, p. 24).

No estado do Pará os avanços concretos alcançados pelas comunidades remanescentes de quilombo reacenderam os interesses pela propriedade da terra “em toda a região do Trombetas, do Tocantins, da região Bragantina, do Gurupi, do Acará e do Marajó” (MARIN; CASTRO, 1999, p. 80). “De forma marcante, dessas comunidades revela as situações do campesinato regional mais afetado pelo processo de cercamento de terras” (MARIN; CASTRO, 1999, p. 85), o que aos poucos provocou a redução das terras agricultáveis de muitas comunidades pela presença de fazendeiros e empresas agroindustriais (MARIN; CASTRO, 1999), resultando em graves conflitos pela terra, como exporemos a seguir.

2 OS CONFLITOS RECENTES NO TERRITÓRIO QUILOMBOLA DE JAMBUAÇU E A ETNOGÊNESE DA COMUNIDADE DE SANTA MARIA DO TRAQUATEUA

A Mesorregião do Nordeste Paraense, resultante de uma complexa história de formação iniciada ainda no século XVIII, “recebeu os núcleos de colonização nos quais espanhóis e franceses foram instalados para se dedicar à agricultura comercial” (MARIN; CASTRO, 2005, s/d) e “o crescimento de sua população resultou da migração provocada pela construção da Estrada de Ferro de Bragança (1883-1908)” e valorização da economia da borracha (1879-1912) (REBELLO; SANTOS; HOMMA, 2011, p. 213). Desse processo, decorreu-se a formação de cidades, aberturas de rodovias e “diversos tipos de produção agrícola que levaram à sua intensa antropização”, se tornando importante “dentro do contexto econômico e histórico da dinâmica produtiva da Amazônia” (REBELLO; SANTOS; HOMMA, 2011, p. 213).

Entre os municípios de antiga ocupação que compõe o Nordeste Paraense está Moju, cujos fundamentos históricos de fundação datam do ano de 1754 (IBGE, 2014). O dinamismo da ocupação territorial da região possibilitou a formação de distintos afundamentos humanos, como o que hoje compõe o Território Quilombola de Jambuaçu, que é formado por quinze comunidades negras rurais, das quais quatorze já estão tituladas enquanto remanescentes de quilombo.

A história de formação desse território “reflete um seguimento camponês transformado em força social numa situação de antagonismo aberto com interesses de empresas” (ALMEIDA, 1998, p. 25), processo que acompanha os moradores dessas comunidades há algumas décadas e que alimentam um *habitus* combativo.

O que marca o tempo dos *conflitos recentes* expresso neste subtítulo é o que se dá a partir do momento em que comunidades da região de Jambuaçu iniciam a busca pelos direitos dispostos no Art. 68 do *Ato das Disposições Constitucionais Transitórias* (ADCT), que trata do direito de populações tradicionais a seus territórios. Esse processo foi resultado da inter-relação estabelecida com diversos agentes, tanto aqueles que mediarão o caminho à

autoidentificação enquanto remanescentes de quilombos quanto aqueles que, orientados por objetivos econômicos, veem nesse processo um impedimento ao desenvolvimento da região.

Localizado a 15 km da cidade de Moju, o Território Quilombola de Jambuaçu, como ficou conhecido o conjunto de comunidades tituladas enquanto remanescentes de quilombos, nasceu a partir da mobilização de camponeses diante da situação de conflito vivenciada.

Pelo caráter diferenciado que possui o homem do campo, enquanto ser social e político, só uma força de fora de seu mundo, “uma força que atinja por igual a todos [...] é que pode levá-los a se unirem [...]” (MARTINS, 1991, p. 17)³ e esta força exógena é uma mediação que se dá pelo capital, afirma Martins (1991). Em nove anos, entre 2001 e 2009, acionado o direito disposto no Artigo 68 das ADCT, das quinze comunidades que compõe o Território Quilombola, quatorze tiveram acesso à titulação definitiva, e coletiva, das terras ocupadas historicamente.

Os processos de titulação, em sua maior parte, foram consolidados durante as relações de conflitos que se deram com a Empresa Vale, quando cinco comunidades (São Sebastião do 40, Santa Luzia do Traquateua, Santa Maria do Traquateua, Nossa Senhora das Graças e São Bernardino) foram atingidas diretamente com a implantação do projeto Bauxita-Paragominas⁴, da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), atualmente conhecida como Empresa Vale.

Sobre as últimas titulações, a Comissão Pastoral da Terra (CPT Guajarina) defende que só “foram entregues pelo Instituto de Terras do Pará (ITERPA) após a consolidação do projeto Bauxita-Paragominas da CVRD” (CPT, 2007, p. 4).

³ “Tanto o lavrador do campo quanto o operário da fábrica são antagonizados e violentados pelo capital, mas de formas diferentes” (MARTINS, 1991, p. 17).

⁴ A Província Bauxitífera encontrada em Paragominas (nordeste Paraense) é a terceira maior do mundo. Ela ocupa uma área aproximada de 50.000km² entre leste do estado do Pará e oeste do estado do Maranhão, compondo o “mais extenso e denso agrupamento de depósitos de bauxita da Amazônia e do Brasil” (KOTSCHOUBEY et al., 2005, p. 691 apud AMORIM, 2010). A capacidade de produção é de 9,9 milhões/ano (número que pode aumentar para 15 milhões de toneladas com a consolidação do projeto Companhia de Alumínio do Pará (CAP). Essa reserva de bauxita é o dobro das reservas localizadas na região do Trombetas (que, mesmo já apresentando limites, atualmente abastece grande parte da produção da Alunorte) (VALE, 2012).

A região no qual está inserido o município de Moju se tornou, ao longo dos anos, atrativa ao desenvolvimento de projetos agroindustriais. Com o impulso governamental dado ao agronegócio da palma de dendê, este se tornou um produto de referência para novos investimentos. Diante dos incentivos dados pelo Estado e pelo papel estratégico que os produtos derivados desta palma vêm assumindo em nível mundial, a pressão sobre as terras agricultáveis aumentou, provocando uma reorientação no uso da terra na região e inaugurando novos processos marcados por conflitos originados a partir do interesse pela terra.

Acessar a terra em um país onde, segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), “mais de 100 milhões de hectares [...] apresentam os mais variados problemas documentais” (TRECCANI, 2014), sendo que 90 milhões estão na Amazônia, torna mais complexa a transferência de terras, sejam públicas ou particulares, com exceção das terras já tituladas enquanto de quilombolas ou assentamentos, que são inalienáveis.

Data a intensificação da plantação de dendê na região, a presença desta cultura beirando roças de subsistência é algo novo para muitas famílias de agricultores da região, realidade diferente do que se deu com as comunidades localizadas no território quilombola de Jambuaçu que, desde o fim da década de 1970, convivem com a presença do projeto de dendeicultura implantado pela empresa Reflorestadora da Amazônia Sociedade Anônima (REASA), hoje pertencente à Empresa Marborges Agroindústria S.A.

Durante as conversas com moradores do Território Quilombola de Jambuaçu, mapeando os agentes envolvidos nos conflitos ocorridos ao longo desses anos, podemos afirmar que se deram, sobretudo, na relação com empresas privadas, agentes que compartilham da mesma forma de intervenção no espaço e mesma forma de relacionar-se com moradores locais, marcando o *habitus* específico deste agente:

- Empresas de dendê: REASA/Marborges Agroindústria S.A.
- Empresas de mineração: Empresa Vale e a Empresa Norsk Hydro (responsáveis pelos conflitos mais recentes no interior do território).

1) Empresas de dendê: REASA/Marborges Agroindústria S.A.

Até meados da década de 1970, a economia do município de Moju estava assentada em sistema agroflorestais com base na produção de mandioca,

seringa, malva, e outros produtos agrícolas, e da floresta, possibilitado pelo trabalho familiar rural. A estrutura de pequenos povoados vinculados por laços consanguíneos e de solidariedade desenvolveram uma cultura que estendeu suas redes de relações até a cidade de Belém, mediadas sobretudo pelas trocas econômicas.

No final da década de 1970, com 404km de extensão, foi aberta a PA-150, (também conhecida como Rodovia Paulo Fonteles). De Moju a Marabá, esta estrada corta os municípios de Tailândia, Goianésia, Jacundá e Nova Ipixuna.

foi construída para facilitar o escoamento da produção do sul, sudeste e nordeste do Pará para o mercado externo, através do porto de Vila do Conde, integrando todos os municípios por onde passa e adjacências, além de desenvolver o turismo interior do leste do Pará. À margem da rodovia PA-150 estão instalados grandes projetos do agronegócio como plantações palmas de Dendê para produção de Biodiesel e derivados (SETRAN, 2013).

Também foi aberta a estrada PA-252 e chegaram projetos agroindustriais demandando mão-de-obra sazonal, a exemplo das plantações de dendê e de fazendas de pecuária, desencadearam nessa região um processo de mudança desfavorável e ameaçador aos sistemas de uso comum dos recursos naturais então existentes ao longo desta estrada.

Às margens dessas estradas e suas ramificações, os ramais ou vicinais, abertas desordenadamente, se viu uma crescente devastação florestal e por se tornarem espaços privilegiados, pelo acesso possibilitado, as disputas por terra ao longo destas vias foram intensas e “foram aumentando nas décadas seguintes, à medida que o modelo de desenvolvimento se estruturava” (LOUREIRO; PINTO, 2005, p. 79).

Quanto aos povoados mais antigos do município, estes estavam, sobretudo, “às margens dos rios Moju e seus afluentes, como o rio Jambuaçú, rio Ubá, rio Cairari e outros menores” (SACRAMENTO, 2007, p. 31), marcando essa característica da Região Amazônica, qual seja, a fixação de populações tradicionais ao longo dos cursos d’água (CASTRO, 2005).

Em se tratando do município de Moju, será a partir deste período que a violência no campo se intensificará, “especialmente nas regiões do Alto Moju, PA-150 e PA-252, inclusive com mortes de lideranças de agricultores e de um vereador local” (STEINBRENNER, 2006, p. 106; PEREIRA, 2008).

No ano de 1980, o Fundo de Investimentos Setoriais (FISSET) e o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) aprovaram o projeto da Reflorestadora da Amazônia S.A. (REASA), que planejava o plantio de 3.000 ha de dendê, e ainda a instalação de usina de processamento do fruto. Este projeto foi implantado no município de Moju (Km-11,5 da estrada Moju-Acará, rodovia PA-252), negócio que mais tarde passou para a gestão da Marborges Agroindústria S.A. – empresa que em 1992 conseguiu instalar usina de extração de óleo com capacidade para 9,0t de cachos/hora (EMBRAPA, 2006). A relação da empresa REASA com os posseiros que ocupavam o território por ela pretendido resultou em violentos conflitos. Os conflitos estavam relacionados ao domínio sobre a terra e por isso envolviam tanto famílias que haviam chegado recentemente à região quanto aquelas cuja ocupação já era centenária; famílias que não possuíam título de terras, o que fragilizava suas disputas com empresários e fazendeiros para garantir direitos; mas também famílias com títulos definitivos, que denunciavam grilagem em seus domínios.

Estes conflitos no Moju foram incessantemente denunciados pelos trabalhadores rurais, pela Igreja Católica, pelo STR de Moju, tanto ao Estado (instâncias municipais e estaduais) quando à sociedade (informando esta última por meio da imprensa). No entanto o resultado mais grave desses conflitos, a morte de pessoas (PEREIRA, 2008), não pôde ser evitado.

Na década de 1980 a Empresa Marborges Agroindústria S.A, especializada na plantação de dendê e extração de óleo desta palma passam a ocupar a região depois de assumirem o projeto da Empresa REASA, herdando também os conflitos.

2) Empresas de mineração: Empresa Vale e a Empresa Norsk Hydro

O Brasil se tornou um dos maiores fornecedores de minérios do mundo e a frente da exploração do setor mineral brasileiro está a Empresa Vale, criada em 1942, durante o governo de Getúlio Vargas, pelo Decreto-Lei n. 4.352, então nomeada Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e com estatuto de

empresa estatal. Hoje a VALE está presente em cinco continentes, listada entre as maiores empresas do ramo de minérios do mundo. A consolidação da privatização da CVRD se deu no ano de 1997 pelo valor de três bilhões e trinta e quatro milhões de dólares, em um processo que até hoje é questionado.

O ano de 2004 está marcado na memória dos moradores de Jambuaçu, quando cinco das quinze comunidades que compõem hoje o Território Quilombola de Jambuaçu foram afetadas diretamente⁵ pelo Projeto Bauxita Paragominas, da Companhia de Mineração Vale do Rio Doce (CVRD) (FONSECA, 2011), com o início da execução de umas das fases do projeto, Platô Miltônia 3 (que faz parte de um Projeto maior chamado Alumina Brasil China-ABC).

O beneficiamento da bauxita retirada de Paragominas tem como uma das etapas o transporte do minério, por meio de três minerodutos (com 244km de extensão na forma de polpa), passando sete municípios paraenses: Paragominas, Ipixuna do Pará, Tomé-Açu, Acará, Moju, Abaetetuba e Barcarena – onde está localizado a Alunorte Alumina Norte do Brazil (refinaria vendida pela Vale à Empresa Hydro). Compõe ainda este projeto uma linha de transmissão de energia elétrica de 230KV para dar suporte ao projeto.

Em transação econômica realizada em 2010 o comando do Projeto Bauxita Paragominas foi repassado à empresa Norsk Hydro ASA⁶, no entanto o nome da Empresa Vale vem ganhando mais espaço na microrregião de Tome-Açu, dado os investimentos crescentes na *commodity* de palma de dendê. Hoje a Vale possui o controle da produtora de óleo de palma Biopalma da Amazônia S.A. Reflorestamento Indústria e Comércio, em sociedade com o grupo MSP. Com o projeto da Biopalma, há hoje seis polos de produção de biocombustível localizados no Vale do Acará e Baixo Tocantins - ainda em expansão.

Diante dos vários anos de conflitos com a Vale e o acúmulo das experiências passadas, a articulação política das comunidades do Território de Jambuaçu é alimentada por um processo de politização (FONSECA, 2011, p.

⁵ A degradação ambiental e a quebra de acordo por parte da empresa são os grandes motivadores das desavenças.

⁶ A empresa norueguesa Norsk Hydro ASA (terceira maior fornecedora mundial de alumínio) passou a deter o controle do Projeto Bauxita Paragominas, e é proprietária de 67,9% da Mineração Paragominas, restando à Vale 32,1% (HYDRO, 2012).

111) que faz com que a relação estabelecida com a Empresa Hydro tenha um caráter diferente daquela que se deu com a Empresa Vale.

Ao contrário do que aconteceu no início da relação com empresa Vale, quando esta procurou negociar individualmente com moradores das comunidades, hoje com a Hydro cada passo é debatido nas Associações das comunidades.

3 IDENTIDADE E RESISTÊNCIA

Os conflitos ocorridos na região onde se localiza o território quilombola de Jambuaçu tem se perpetuado ao longo dos anos. O que chamamos de conflitos recentes são causados por novos agentes com velhas práticas, fazendo imergir novos conflitos sobre velhos problemas.

Neste contexto o Estado possui importante papel, sobretudo no que tange ao seu posicionamento diante da gestão do território, considerando que a principal questão política no campo é a propriedade de terra (MARTINS, 1991, p. 13). Este recorte inclui a questão agrária e o financiamento de políticas de desenvolvimento para o meio rural.

Segundo Ianni (1979), a origem histórica da crise agrária que atinge a reprodução da vida do camponês está intimamente ligada tanto à formação quanto à expansão da empresa agropecuária e “ao mesmo tempo, essa crise envolve a atuação do Estado, mais frequentemente em favor da formação e expansão da empresa agropecuária” (p. 180), deslocando a questão da posse da terra para o domínio da mesma. Porém, segundo este autor, em condições especiais o Estado atuaria em “defesa do posseiro [mas] quando trata de transformá-lo em colono” (p. 180). Diante desta compreensão, Ianni (1979) pondera que o que se vê como questão central na luta pela terra “é o antagonismo entre a empresa capitalista e o campesinato”.

O processo de ocupação “recente da Amazônia tem sido a da sua ocupação por novos proprietários e a expulsão dos seus ocupantes tradicionais” (PINTO apud IANNI, 1979, p. 181), fala que é atualizada diariamente na Amazônia, quando os ocupantes tradicionais se veem obrigados a enfrentar

interesses econômicos e políticos até então desconhecidos e que ainda incidem nesta região pelo seu potencial de fronteira agrária e minerária.

Na contramão desse processo, formas populares de organização são fomentadas, desde a própria sindicalização (pensada e executada de baixo para cima) a processos menos abrangentes, mas não menos eficazes, como as formas coletivas de viver a terra (MARTINS, 1991).

Diante deste cenário, vemos o fortalecimento de grupos sociais como os remanescentes de quilombo cuja autoafirmação torna-se estratégia de contraposição à ordem na qual estão inseridos, construindo, a seu modo, interpretações de suas histórias do contato com o outro, sendo a formação de comunidades – convergente de interesses – uma estratégia de retomada da construção enquanto sujeitos coletivos e neste contexto:

A etnicidade não marcaria, portanto, o reconhecimento de semelhanças previamente dadas, inscritas naturalmente nos corpos e nos costumes e cuja explicação estaria no passado, mas uma atitude positiva e propositiva, através da qual seriam produzidas demandas e um projeto comum, ou seja, cuja vinculação e razão de ser está no futuro (ARRUTI, 1997, p. 25).

Essa “complexidade de elementos identitários, próprios de autodenominações afirmativas de culturas e símbolos, que fazem da etnia um tipo organizacional” (ALMEIDA, 2004, p. 24) quando foi trazida para o campo das relações políticas provocou uma ruptura profunda com o caráter colonialista homogeneizante que, historicamente, fez das diferenças étnicas e diversidade cultural aspectos diluídos “em classificações que enfatizavam a subordinação dos ‘nativos’, ‘selvagens’ e ágrafos ao conhecimento erudito do colonizador” (ALMEIDA, 2004, p. 24).

Orientemo-nos pela compreensão de que a lógica de reprodução da vida de comunidades negras rurais (vinculadas ao conceito de quilombos ou formas correspondentes) não deve reduzir-se à busca por “pequenas Áfricas” que poderia remeter a uma ideia de resistência cuja contrapartida seria a conservação e/ou o retorno ao passado” (ARRUTI, 1997, p. 26). A análise deve ser orientada para a compreensão dos “mecanismos de criação e/ou manutenção de uma forma organizacional que prescreve padrões unificados de interação”, que regulam quem faz ou não parte do grupo, é que regulam

também as relações estabelecidas entre os que fazem parte e entre os que não fazem (ARRUTI, 1997).

É bem verdade que mesmo que exista o esforço na ressignificação das denominações, elas esbarram na complexidade da realidade e na pouca flexibilidade da lógica formal que rege leis e normas. A complexidade de elementos identitários está intimamente relacionada à percepção que esses grupos possuem sobre as terras que ocupam, ainda muito questionada quando dos pedidos de titulação de seus domínios, porém é uma realidade em disputa pelos agentes envolvidos. Nada está dado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A perenidade dos conflitos na região onde se localiza o território quilombola de Jambuaçu é confirmada pela história reproduzida por homens e mulheres que fazem este território existir. Os anos de conflitos com a Empresa Vale e o acúmulo das experiências passadas fez crescer a articulação política das comunidades do Território de Jambuaçu, que é alimentada por um contínuo processo de politização (FONSECA, 2011, p. 111) que faz com que a relação estabelecida com a Empresa Hydro tenha um caráter diferente daquela que se deu com a Vale e com aqueles que vieram anteriormente.

Subjaz à afirmação da identidade étnica a afirmação de uma identidade política “constituída gradativamente a partir de uma coesão social baseada no controle de um território em diferentes momentos históricos [constituindo-se] numa característica essencial do processo de luta” (ALMEIDA, 1998, p. 26).

É esta experiência dada pela resistência em se manterem em seu território que garante a reprodução do modo de vida dos moradores da região, mesmo que somem perdas ainda assim podem contar sobre a luta em defesa de seus direitos.

REFERÊNCIAS

ACEVEDO, R.; CASTRO, E. Mobilização política de comunidades negras rurais: domínios de um conhecimento praxiológico. *Novos Cadernos NAEA*, v. 2, n. 2, p. 73-106, dez. 1999.

ACEVEDO, R.; CASTRO, E. *Negros no Trombetas – guardiões de matas e rios*. 2. ed. Belém: Cejup; UFPA-NAEA, 1998.

ALMEIDA, A. W. B. Processos de territorialização e movimentos sociais na Amazônia. Leopoldina. In: CARVALHO, H. M (Org.). *O campesinato no século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2005. p. 70-77.

_____. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização, movimentos sociais e uso comum. *Rev. Bras. Estudos Urbanos e Regionais*, v.6, n.1, maio 2004.

_____. Prefácio da primeira edição. In: ACEVEDO, R.; CASTRO, E. *Negros do Trombetas: guardiões de matas e rios*. Belém: Cejup; NAEA/UFPA, 1998. p. 21-26.

AMORIM, J. C. A. *Dinâmicas e inter-relações a partir da implementação do Projeto Mina de Bauxita em Paragominas-PA: Colônia Oriente e Potirritá*. 2010. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém.

ARRUTI, J. M. A. A emergência dos "remanescentes": notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas. *Mana* [online], v. 3, n. 2, p. 7-38, 1997.

_____. A emergência da questão quilombola. *Territórios Negros*, Koinonia, v. 2, n. 4, 2002. Disponível em: <<http://www.koinonia.org.br/tn/9/index.htm>>. Acesso em: 12 set. 2013.

BARTOLOMÉ, M. A. As etnogeneses: velhos atores e novos papéis no cenário cultural e político. *Mana*, v. 12, n. 1, p. 39-68, abr. 2006.

CASTRO, E. Dinâmica socioeconômica e desmatamento na Amazônia. *Novos Cadernos NAEA*, Belém, v. 8, n. 2, p. 5-39, dez. 2005.

CPT - Comissão Pastoral da Terra. *Quilombolas do Jambuaçu- Moju- PA X Companhia Vale do Rio Doce*. Dossiê. Belém: CPT Guajarina, jan. 2007.

EMBRAPA. *A Embrapa Amazônia Oriental e o Agronegócio do Dendê no Pará*. 2006. Disponível em: <<https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/394940/1/Doc257.pdf>>. Acesso em: 25 nov. 2016.

FONSECA, H. B. *Quilombolas de Jambuaçu: seus saberes e educação como fator de politização e identidade*. 2011. 112f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.

HYDRO. Disponível em: <<https://www.hydro.com/pt-BR/a-hydro-no-brasil/Imprensa/Noticias/2012/>>. Acesso em: 12 jan. 2017.

- IANNI, O. *A luta pela terra: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1979. 235 p.
- IBGE. 2014. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/moju/historico>>. Acesso em: 02 mar. 2017.
- INCRA. *Relatório Territórios Quilombolas*. 2012. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/>>. Acesso em: 10 nov. 2017.
- LOUREIRO, V. R.; PINTO, J. N. A. A questão fundiária na Amazônia. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 19, n. 54, p. 77-98, 2005.
- MARIN, R. E. A.; CASTRO, E. Abacatal no caminho de pedras. In: CASTRO, E. (Org.). *Quilombolas do Pará*. Belém: NAEA/UFPA, 2005. 1 CD-ROM.
- MARIN, R. E. A.; CASTRO E. Mobilização política de Comunidades negras rurais. Domínio de um conhecimento praxiológico. *Novos Cadernos NAEA*, Belém, v. 2, n. 2, 1999.
- MARTINS, J. S. *Expropriação e violência: a questão política no campo*. 3. ed. São Paulo, 1991.
- PEREIRA, C. M. Z. *Conflitos e identidades do passado e do presente: política e tradição em um quilombo na Amazônia*. 2008. 130f. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Brasília, Brasília, 2008.
- REBELLO, F. K; SANTOS, M. A. S; HOMMA, A. K. O. Modernização da Agricultura nos municípios do Nordeste Paraense: determinantes e hierarquização no ano de 2006. *Revista de Economia e Agronegócio*, v. 9, n. 2, 2011. Disponível em: <<http://ageconsearch.umn.edu/bitstream/121296/2/Artigo%203.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2013.
- SACRAMENTO, E. D. *As almas da Terra: a violência no campo paraense*. 2007. 187f. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.
- STEINBRENNER, R. M. A. *Para além da informação: dilemas e desafios da participação*. 2006. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.
- TRECCANI, G. *A regularização fundiária na pauta dos movimentos sociais do Baixo Tocantins e o título de posse como estratégia dos movimentos sociais*. Fase Amazônia, 2014. Série entrevistas sobre a Amazônia 4.

TRANSPARÊNCIA PÚBLICA NOS MUNICÍPIOS COM ATIVIDADES DE MINERAÇÃO NO PARÁ

Jader Ribeiro Gama¹

1 TRANSPARÊNCIA ATIVA NA AMAZÔNIA

A legislação brasileira referente à transparência pública e acesso à informação não é recente: diversas leis de âmbito nacional abordam este tema de diferentes maneiras. No país, a primeira lei que aproximou o cidadão ao controle das ações governamentais foi sancionada em 29 de junho de 1965², permitindo que qualquer indivíduo pudesse solicitar a anulação e/ou declaração de nulidade de atos lesivos ao patrimônio da União e de qualquer estado. A Constituição cidadã de 1988, logo após o fim da ditadura militar, já colocava como um direito fundamental dos cidadãos o acesso às informações públicas.

Mais atual, no entanto, é a Lei da Transparência, a Lei nº 101/2000³:

Em vigor desde 5 de maio de 2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) é uma lei complementar que regulamenta o artigo 163 da Constituição Federal e estabelece as normas que orientam as finanças públicas no País. Ela objetiva aprimorar a responsabilidade na gestão fiscal dos recursos públicos, por meio de ação planejada e transparente que possibilite prevenir riscos e corrigir desvios que possam afetar o equilíbrio das contas públicas (CGU, 2013, p. 10).

¹ Graduação em Processamento de Dados pela UFPA. Especialista em Tecnologias em Educação pela PUC-RJ (2010). Mestre em Planejamento do Desenvolvimento e doutorando do PPG em Desenvolvimento Sustentável do Tópico Úmido do NAEA/UFPA. Membro do Grupo de Pesquisa GETTAM.

² Lei nº 4.717 estipulava que qualquer cidadão será parte legítima para pleitear a anulação ou a declaração de nulidade de atos lesivos ao patrimônio da União. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4717.htm. Acesso em: 15 abr. de 2014.

³ Na região Amazônica é onde se concentra o maior número de estados que ainda não regulamentaram a Lei de Acesso à Informação, entre eles estão: Amazonas, Pará, Roraima e Amapá. Dos municípios com mais de 100 mil habitantes do Pará, segundo a CGU, apenas Belém (Lei nº 8.912/2012) e Abaetetuba (Lei nº 363/2013) regulamentaram a Lei de Acesso à Informação. No entanto, esta pesquisa constatou que a cidade de Ananindeua (Lei nº 2.593/2012) também regulamentou a LAI.

O objetivo dessas leis pode ser atribuído ao desejo de fortalecimento das democracias em todo mundo. De maneira especial, na América Latina, essas leis são fundamentais para realizar uma transição, após muitos anos sob o jugo de governos ditatoriais, tendo sido discutidas desde os anos de 1990, que inauguram um novo período de retomada democrática no continente. Esta abertura tem proporcionado a busca do exercício da cidadania nestes países, trazendo à tona a vontade da sociedade civil de participar da vida pública, exigindo acesso à informação e prestação de contas por parte dos governos eleitos democraticamente. Acredita-se que por meio da transparência pública os cidadãos podem avaliar a atuação dos seus governantes e decidir com base em suas ações passadas se votam para que continuem no poder ou se elegerão outros representantes.

Do ponto de vista da administração pública, é possível dizer que quanto mais transparência tanto mais é possível se limitar os abusos de poder e a corrupção. Haja vista que a simples publicação dos gastos com funcionalismo público já é um fator inibidor para autoconcessão de privilégios, como viagens desnecessárias, diárias, uso indevido de cartões de crédito governamentais e o aumento abusivo de salários. Inclusive a transparência nas compras do governo por meio dos sites de licitação promovem uma ampla exposição das necessidades de aquisição por parte do poder público, possibilitando a participação de fornecedores das mais diversas localizações geográficas.

Considerando os princípios de impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência enquanto os quatro princípios constitucionais da administração pública, aos quais todas as entidades, sejam elas federais, estaduais e municipais, devem se submeter, assim definimos a noção de transparência que nos orienta neste artigo:

Transparência é característica de governos, empresas, organizações e indivíduos a serem abertos à clara divulgação de informações, normas, planos, processos e ações. Em princípio, funcionários públicos, empregados, gerentes e diretores de empresas ou organizações e administradores de conselhos têm o dever de agir de modo visível, previsível e compreensível para promover a participação e accountability (TRANSPARENCY INTERNATIONAL, 2009, p. 44).

No contexto atual, o cumprimento das chamadas Leis de Transparência depende também do grau de avanço da gestão pública no que diz respeito à sociedade da informação, tanto na parte de infraestrutura tecnológica, quanto no quesito referente à capacidade de seus gestores e dos funcionários públicos em geral.

A Lei nº 131/2009, chamada Lei da Transparência ou Lei Capiberibe, de autoria do Senador do estado do Amapá, João Capiberibe, é uma lei complementar que acrescentou novos dispositivos à Lei nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal). Além de fortalecer ainda mais a participação da sociedade no processo orçamentário, a lei afirma que todos os gestores públicos do país são obrigados a disponibilizar na internet informações pormenorizadas e atualizadas em tempo real sobre a execução orçamentária (receitas e despesas) de todos os órgãos dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União, estados, municípios e do Distrito Federal.

A LC nº 131/2009 definiu prazos diferentes para o cumprimento de tais dispositivos, a União, estados, Distrito Federal e municípios com mais de cem mil habitantes: tiveram até maio de 2010 para atender à lei, os municípios que possuem entre cinquenta e cem mil pessoas, até maio de 2011 e municípios com até cinquenta mil habitantes até 28 de maio de 2013.

Apesar de todo esse aparato normativo existente no país, faltava uma lei que regulamentasse os direitos constitucionais dos cidadãos de acesso às informações públicas sob a guarda do Estado brasileiro. A Lei de Acesso à Informação (LAI) entrou em vigor em 16 de maio de 2012 com esse propósito. A Controladoria Geral da União, em seu Manual da Lei de Acesso à Informação para Estados e Municípios, destaca que “a garantia do direito de acesso a informações traz vantagens para a sociedade e para a Administração Pública. De modo geral, o acesso às informações públicas é um requisito importante para a luta contra a corrupção, o aperfeiçoamento da gestão pública, o controle social e a participação popular” (CGU, 2013, p. 6).

A LAI regulamenta o direito à informação pública previsto na Constituição Federal de 1988 e estabelece que toda informação produzida ou custodiada por órgãos e entidades públicas é passível de ser ofertada ao cidadão,

a não ser que esteja sujeita a restrições de acesso legalmente estabelecidas, sejam elas:

- (i) informações classificadas nos graus de sigilo reservado, secreto ou ultrassecreto, nos termos da própria LAI; (ii) informações pessoais, afetas à intimidade e à vida privada das pessoas naturais; ou (iii) informações protegidas por outras legislações vigentes no País, como é o caso do sigilo fiscal e do sigilo bancário (CGU, 2013, p. 7).

Para operacionalizar o direito à informação, a LAI garante à sociedade o acesso a informações públicas de duas formas, por meio da Transparência Ativa e da Transparência Passiva.

A primeira ocorre quando o Estado concede proativamente amplo acesso a informações de interesse coletivo e geral, divulgando-as, em seus sítios eletrônicos na internet. Diferentemente da disponibilização da informação, a preocupação da transparência ativa é fazer chegar de fato os dados ao seu destino, implicando a ampliação do escopo do tipo de informação que se deve disponibilizar:

Pode-se definir transparência da gestão como a atuação do órgão público no sentido de tornar sua conduta cotidiana, e os dados dela decorrentes, acessíveis ao público em geral. Suplanta o conceito de publicidade previsto na Constituição Federal de 1988, pois a publicidade é uma questão passiva, de se publicar determinadas informações como requisito de eficácia. A transparência vai mais além, pois se detém na garantia do acesso as informações de forma global, não somente aquelas que se deseja apresentar (BRAGA, 2011, p. 4).

Os artigos da LAI que fazem referência expressa a iniciativas de transparência ativa são:

Art. 3º. “Os procedimentos previstos nesta Lei destinam-se a assegurar o direito fundamental de acesso à informação e devem ser executados em conformidade com os princípios básicos da administração pública e com as seguintes diretrizes:

[...]

II - divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações;

[...]

Art. 8º. “É dever dos órgãos e entidades públicas promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas” (LAI, 2011).

O artigo 8º da LAI estabelece ainda uma lista mínima de informações que devem ser disponibilizadas por todos os entes da administração pública (§ 1º do art. 8º):

- I – registro das competências e estrutura organizacional, endereços e telefones das respectivas unidades e horários de atendimento ao público;
- II – registros de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros;
- III – registros das despesas;
- IV – informações concernentes a procedimentos licitatórios, inclusive os respectivos editais e resultados, bem como a todos os contratos celebrados;
- V – dados gerais para o acompanhamento de programas, ações, projetos e obras de órgãos e entidades e;
- VI – respostas a perguntas mais frequentes da sociedade.

Porém, como efetivar medidas de transparência ativa na internet quando a população não está conectada?

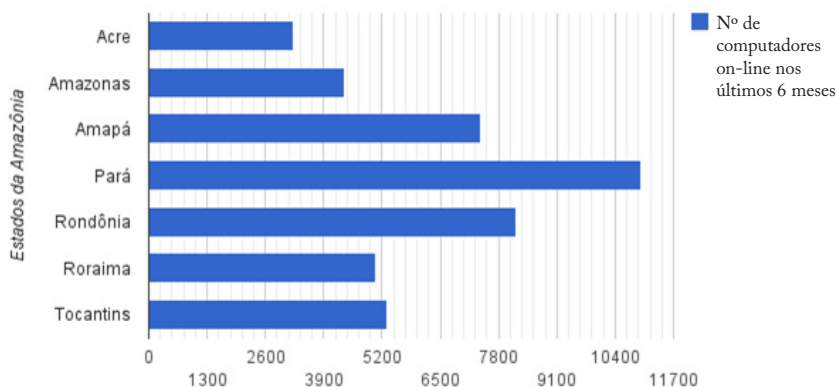
Apesar dos avanços, o acesso à banda larga fixa é ainda muito reduzido. Para entender os contrastes presentes no cenário nacional, é importante tratar as estimativas relativas aos domicílios com acesso à internet de maneira regional. A região Norte, em 2013, por exemplo, apresentou a menor proporção de domicílios com acesso à internet: 26% (porcentagem relativa ao número total de domicílios), que, estimativamente, representa 1,2 milhões de domicílios conectados (CGI, 2014, p. 172). Consideramos um número muito negativo, destacando-se o fato de que os municípios com menores índices de desenvolvimento humano encontram-se nesta região (PNUD, 2013). Já na região Sudeste, que apresenta os melhores números em relação ao IDHM (PNUD, 2013), apesar de 51% das residências (porcentagem relativa ao número total de domicílios) estarem conectadas à rede mundial de computadores, em números absolutos, esta região é a que possui o maior número de domicílios

desconectados, perfazendo um total de 13,3 milhões (CGI, 2014, p. 172).

Segue Gráfico 1 contendo a quantidade de computadores conectados na Região Amazônica.

Considerando a realidade de conectividade da Região Amazônica, e a atual migração dos sistemas analógicos de rádio e televisão para sistemas digitais, o presente artigo se interessa em apresentar as possibilidades de realização de acesso à informação de interesse público, partindo de governos, utilizando-se de uma infraestrutura local de comunicação. Ou seja, tratando-se de emissão de dados, tanto televisão quanto rádio digital podem se transformar em poderosos meios de circulação de informação, especialmente se forem explorados de maneira inovadora, como novas plataformas de comunicação, de baixo custo a altíssima capilaridade. Ampliando o acesso a conteúdos, garantindo espaços para apropriação coletiva e local do espectro, e promovendo a transparência de governos - garantindo que informações de interesse do cidadão estejam disponíveis nos receptores presentes na casa das pessoas para navegação local e doméstica – a digitalização dos meios representa uma oportunidade ainda a ser compreendida em seu potencial de liberdade de expressão e fortalecimento democrático, com grande possibilidade de ser exportada para países em situação próxima ao Brasil: grandes territórios, população dispersa, leis voltadas para transparência de governos, e governos sem perspectivas de promover transparência.

Gráfico 1. Número de computadores on-line na Região Amazônica



2 DEMOCRACIA E TRANSPARÊNCIA

Zepeda (2008), citando Bobbio (1986), fala que além do poder visível, que é um pressuposto do ideal de uma sociedade democrática, existe um poder oculto paralelo, e que a democracia não tem dado conta de eliminar, considerado como “poder invisível”, e que acaba por ameaçar os governos democráticos.

Com realismo crítico, Bobbio registra que, frente ao ideal democrático do poder visível se tem desenvolvido formas que o ameaçam: o subgoverno (poder econômico que gravita em torno das decisões e atos do governo, manipulando-o na busca de favorecer os poderes de fato), o criptogoverno (poder político de fato baseado nos aparatos de inteligência e contraespionagem, sempre inclinados a apropriar-se de todo controle legal e visibilidade pública) e o poder omnividente (a capacidade do poder político para observar os dados e atos particulares e privados da população (ZEPEDA, 2008, p. 45).

É justamente sobre a questão da força do poder invisível nas democracias, que segundo Bobbio paira o espectro de sua derrocada, e por esse motivo o autor vê a necessidade da transparência nas ações de Estado, com o intuito de fortalecer os governos democráticos, segundo suas palavras: “Nenhum déspota da Antiguidade, nenhum monarca absoluto da Idade Moderna, nem que estivesse rodeado de mil espões, conseguiu ter toda a informação sobre seus súditos que o mais democrático dos governos pode obter do uso dos cérebros eletrônicos” (ZEPEDA, 2008 apud BOBBIO, 1986, p. 45). A velha pergunta que é recorrente em toda história do pensamento político: “quem cuida dos cuidadores”, hoje pode ser repetida com a seguinte pergunta: Quem controla os controladores?” (Ibid, p. 45).

Ainda sobre análise de Bobbio referente ao poder invisível, Zepeda (2008, p.45) afirma que:

Apesar do diagnóstico, Bobbio assinala que a virtude da democracia em relação a estes fenômenos reside na sua capacidade de mantê-los como exceção e não como regra, e que portanto, o ideal de visibilidade do governo segue animando as intenções de controle democrático destes fenômenos ilegítimos e alérgicos a supervisão e a responsabilidade públicas.”

Por isso a ligação entre a democracia e a transparência dos atos de governo, que juntas formam uma dupla importante para as intenções de controle democrático do Estado. Fazendo assim com que a participação da sociedade nas decisões políticas tenha influencia na vida do povo. Segundo Bobbio, “com um aparente jogo de palavras, pode-se definir o governo da democracia como o governo do poder público em público” (BOBBIO, 1986, p. 84).

Outro autor que fez a ligação entre transparência de governo e democracia por meio da razão pública foi Habermas: “Em uma democracia que mereça este nome, os processos de formação da vontade política institucionalizados juridicamente [...] têm que estar retroalimentativamente conectados com, e permanecer porosos, a formação de uma opinião pública informalmente articulada, o mais argumentativamente possível” (ZEPEDA, 2008, p. 45).

Expresso de uma maneira mais simples, só com uma sociedade civil independente e capaz o suficiente para apresentar de maneira clara seus argumentos e que mantenha uma relação perene com o sistema institucional, é que uma democracia verdadeira pode existir. Em sistemas democráticos, construídos sobre a égide de direitos sociais, civis e políticos, são os direitos políticos que definem de maneira principal este caráter democrático (Ibid, 2008).

Habermas destaca a importância dos direitos políticos, por expressarem a opinião e a decisão do povo, destacando que só podem exercer-se de maneira adequada se existir uma esfera pública de discussão e argumentação, aberta a todo mundo, que converta em argumentos válidos os pontos de vista que são submetidos a esta esfera e cumpram com seus requisitos:

Foi Habermas que construiu o sistema mais amplo e exaustivo na história da filosofia e na teoria social para dar conta destas condições de diálogo e debate político que fazem possível a democracia genuína. Sua teoria foi denominada “ética ou teoria do discurso” e é centrada na determinação da natureza e condições dos argumentos que fazem

possível uma comunicação política plena como base da vida democrática. Para Habermas, um discurso ou debate é um ato linguístico ao que concorrem vários participantes, cada um com visões diferentes e contrapostas, e cada um com a ideia de que seu argumento é válido. O relevante deste ato de discurso ou debate é que se ajuste a regras determinadas na perspectiva de conceder validade às pretensões de quem participa na discussão (ZEPEDA apud HABERMAS, 2008, p. 46).

Temos que os argumentos possuem um peso relevante, sendo o único capaz de estabelecer uma pressão aceitável nesse processo de diálogo, e para que haja uma situação ideal de discurso é necessário haver condições de igualdade democrática, utilizando o critério de justificação racional dos argumentos (ZEPEDA, 2008, p. 47).

O padrão ético da discussão pública nos circuitos de poder e na esfera pública fundamenta e legitima esse modelo dialógico. Essa ética discursiva “inclui tanto a rejeição ao sigilo governamental, como o simbolizado pelos arcana imperii e a razão de Estado, como a justificação da necessidade de um certo nível de capacidades discursivas da cidadania como condição de possibilidade do exercício de seus direitos de participação democrática” (Ibid). Zepeda (2008) fala ainda sobre a rejeição aos sujeitos autoritários que pronunciam os argumentos de conveniência e verdade que lhe convém:

É uma objeção, por um lado, dos monólogos dos sujeitos autoritários do poder, segundo os quais a verdade é só o que a eles convém (argumento de conveniência) e por que eles o dizem (argumento de autoridade), e por outro, uma reivindicação de que a verdade sobre as questões sociais só podem ser o resultado de um diálogo racional, includente, democrático e livre de pressões (ZEPEDA, 2008, p. 47).

O papel da esfera pública é fundamental como espaço que possibilita a discussão dialógica entre os indivíduos. Para a compreensão dessa noção de esfera pública e suas especificidades, as ideias do Habermas são mostradas em suas obras “Mudança estrutural da esfera pública” e “Direito e democracia”.

Quadro 1. Comparação das concepções habermasianas sobre a esfera pública

Abordagem quanto a	Mudança estrutural da esfera pública	Direito e democracia
Conceito	Domínio social das discussões em que os cidadãos privados se engajam quando reunidos em público.	Domínio social em que os fluxos de comunicação, provenientes dos contextos da vida concreta de atores sociais, individuais ou coletivos, são condensados e filtrados como questões, indagações e contribuições, firmando-se ao redor do centro do sistema político como força tendente a influenciá-lo de modo favorável à esfera civil.
Público	A burguesia é parte de uma engrenagem historicamente dada, por meio da qual se busca assegurar a autonomia privada dos indivíduos privados contra o Estado autoritário.	A burguesia não tem mais sobre os seus ombros o peso das obrigações de uma reconstrução histórica da esfera pública liberal.
Características fundamentais	Privacidade, discursividade, discutibilidade e publicidade.	Esfera civil, discursividade, discutibilidade e publicidade.

Fonte: Adaptado de Amorim (2012, p. 43)

Com o paralelo entre as concepções nas duas obras, percebe-se que apesar de haver algumas mudanças conceituais entre “Mudança estrutural da esfera pública” e “Direito e democracia”, é mantida a maioria das características fundamentais, destoando do quesito privacidade e esfera civil, alterando o enfoque liberal do primeiro para o âmbito da deliberação.

O conceito de esfera pública que é constituído por Habermas na “Mudança estrutural da esfera pública”, forma-se pela delimitação do espaço que pode ser considerado como público (acessível a qualquer um), contrapondo-se ao privado, que é restrito. A opinião pública seria formada por um público que é o sujeito da esfera pública (BLOTTA, 2012). A opinião pública deriva do francês “opinion publique” e também da expressão em inglês “public opinion”, sendo que “a opinião pública se torna a expressão deste público judicante que se diferencia do Estado por razões econômicas, culturais

e políticas e passa a fiscalizar e criticar o exercício dos poderes constituídos” (Ibid, 2012, p. 32). Na MEEP, a “esfera pública continua a ser identificada como espaço em que pessoas privadas se reúnem em um público com a especial finalidade de discutir com os governos, o alcance da regulamentação que incide sobre a esfera privada da economia [...]” (Ibid, 2012, p. 33).

Habermas (2003) fala do processo de refuncionalização da esfera pública literária por meio da apropriação da esfera pública pelo público constituído pelos indivíduos conscientizados. Sobre essa relação da esfera pública literária com a esfera pública política:

Graças à mediação dela, esse conjunto de experiências da privacidade ligada ao público também ingressa na esfera pública política. A representação dos interesses de uma esfera privatizada da economia de trocas, é interpretada com a ajuda de idéias que brotaram do solo da intimidade da pequena-família: a “humanidade” tem aí o seu local genuíno e não, como corresponderia a seu modo grego, na própria esfera pública. [...] A tarefa da esfera pública burguesa é a regulamentação da sociedade civil (HABERMAS, 2003, p. 69).

A relação entre a esfera pública literária e a esfera pública política se assemelha à mesma relação feita por Habermas posteriormente à MEEP nos debates sobre o “mundo da vida” e o “discurso” (BLOTTA, 2012). Esse destaque da esfera pública política da esfera literária se deu pela alteração da natureza da dominação política “ao acrescentar a legalidade das leis à exigência de sua legitimidade, isto é, passa a se formar a partir da esfera pública o fino equilíbrio entre autonomia individual e autonomia política característico do direito moderno.”

Para Habermas (1997), a esfera pública é um fenômeno social elementar. No entanto, esse conceito não é considerado por aqueles que possuem a função de descrever a ordem social. A esfera ou espaço público pode ser descrito então como:

uma rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posições e opiniões; nela os fluxos são comunicacionais são filtrados e sintetizados, a ponto de se condensarem em opiniões públicas enfeixadas em temas específicos. [...] a esfera pública se reproduz através do

agir comunicativo, implicando apenas o domínio de uma linguagem natural; ela está em sintonia com a compreensibilidade geral da prática comunicativa cotidiana. [...] A esfera pública constitui principalmente uma estrutura comunicacional do agir orientado pelo entendimento, a qual tem a ver com o espaço social gerado no agir comunicativo, não com as funções, nem com os conteúdos da comunicação cotidiana (HABERMAS, 1997, p. 92).

2 ANÁLISE DA TRANSPARÊNCIA DOS PORTAIS ELETRÔNICOS DOS MUNICÍPIOS COM ATIVIDADES DE MINERAÇÃO NO ESTADO DO PARÁ

2.1 ORIXIMINÁ, JURUTI E ALMERIM

A mesorregião do Baixo Amazonas Paraense, com uma área territorial de 340.448,60km², conta com uma população de 729.745 habitantes e sua contribuição total do estado do Pará é de R\$ 6.035.282.787,11, o que corresponde 6,83% do PIB paraense. Está situada à noroeste do estado, é composta por 14 municípios: Faro, Juruti, Óbidos, Oriximiná, Terra Santa, Alenquer, Belterra, Curuá, Monte Alegre, Placas, Prainha, Santarém, Almeirim e Porto de Moz.

Entre eles, Santarém destaca-se como cidade polo desta mesorregião. Sua área é de 22.887.080 km² e sua população de 294.580 habitantes e o seu PIB per capita em 2012 foi da ordem de R\$ 8.383,31 (IBGE, 2015). Santarém é o segundo município mais importante do Pará e o principal centro socioeconômico do oeste do estado. Situa-se na confluência dos rios Amazonas e Tapajós, dista aproximadamente a 800km de Belém, capital estadual, e é chamada regionalmente de "Pérola do Tapajós" (IDESP, 2014).

Outras três importantes cidades do Baixo Amazonas Paraense são Oriximiná, Almeirim e Juruti, por serem três destacados polos minerais. Oriximiná conta com 67.939 habitantes, e sua área territorial é de 603.221km², sua contribuição para a formação do PIB paraense em 2012 foi da ordem de R\$ 1.134.870.938,48, resultado que provém em maior parte das operações extrativas operadas pela Mineração Rio do Norte, localizada no complexo

mineroindustrial de Porto-Trombetas. Este município possui ainda um claro potencial ecoturístico, baseado nas belezas naturais do vale do rio Trombetas, com lagos, ilhas, cachoeiras e belos passeios fluviais. Juruti, de exploração mineral mais recente, conta com 52.755 habitantes, sua área territorial é de 8.306,298km², sua participação no PIB no ano de 2012 foi de R\$ 471.757.459,16. Já Almeirim, que além da exploração minerária, também destaca-se na agropecuária com o terceiro maior rebanho de bubalinos do Pará; possui uma área territorial 72,954,798 km², seu PIB per capita em 2102 foi de R\$ 14.735,01, e população residente de 33.614 (IDESP, 2014).

2.2 MARABÁ E PARAUAPEBAS

A mesorregião do Sudeste Paraense tem uma área de 297.366,70km² e é composta por 39 municípios: Breu Branco, Itupiranga, Jacundá, Nova Ipixuna, Novo Repartimento, Tucuruí, Abel Figueiredo, Bom Jesus do Tocantins, Dom Eliseu, Goianésia do Pará, Paragominas, Rondon do Pará, Ulianópolis, Bannach, Cumaru do Norte, Ourilândia do Norte, São Félix do Xingu, Tucumã, Água Azul do Norte, Canaã dos Carajás, Curionópolis, Eldorado dos Carajás, Parauapebas, Brejo Grande do Araguaia, Marabá, Palestina do Pará, São Domingos do Araguaia, São João do Araguaia, Pau D'arco, Piçarra, Redenção, Rio Maria, São Geraldo do Araguaia, Sapucaia, Xinguara, Conceição do Araguaia, Floresta do Araguaia, Santa Maria das Barreiras e Santana do Araguaia (IBGE, 2015). Com uma população de 1.813.810 habitantes, foi responsável em 2012 por 41,24% do PIB paraense, apresentando um dinamismo econômico muito acima do restante do estado (IDESP, 2012).

O sudeste paraense tem sido uma região de extraordinária dinâmica na Amazônia brasileira. Lá se alocaram os grandes projetos pecuários financiados pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), os quais confrontaram frentes de expansão camponesas e surtos garimpeiros. Principal área de atuação da Vale do Rio Doce (CVRD) no Pará, onde a companhia tem seu sistema-norte de exploração de metais ferrosos e não ferrosos, a mesorregião assistiu à transformação de agentes mercantis e extrativistas da economia da madeira e da castanha-do-pará em pecuaristas de médio e grande porte (COSTA, 2012, p. 5).

Os principais centros urbanos da região Sudeste Paraense estão representados pelas cidades de: Parauapebas, Marabá, Canaã dos Carajás, Tucuruí, Paragominas, Xinguara, Redenção, Santana do Araguaia e Conceição do Araguaia. Sendo que as 5 primeiras mencionadas encontram-se entre os dez municípios do estado com maior PIB. Parauapebas só fica atrás da capital do estado, Belém (IDESP, 2012).

No entanto, Marabá é o principal centro urbano do Sudeste Paraense, e se localiza entre os rios Tocantins e Itacaiúnas. A cidade é formada por três núcleos (Marabá Pioneira, Nova Marabá e São Félix), ligados pela BR-230 (Rodovia Transamazônica) e dista 485 km da capital Belém. Com área de 15.092,368km², um contingente populacional de 257.062 habitantes (IBGE, 2015). É um centro urbano em franco desenvolvimento, Marabá limita-se ao norte com os municípios de Itupiranga, Jacundá e Rondon do Pará; ao sul com os municípios de São Geraldo do Araguaia, Curionópolis, Parauapebas e São Félix do Xingu; a leste com os municípios de Bom Jesus do Tocantins e São Geraldo do Araguaia e a Oeste com o município de Senador José Porfírio.

Data de 1895 o seu primeiro período econômico, decorrente do Ciclo da Borracha no Pará. A pequena colônia teve sua população aumentada com o forte fluxo migratório causado pela extração da seringa, muito abundante na região, gerando um avanço econômico. Mais tarde, por volta da década de 1940, com a crise da borracha, surgiu o período do extrativismo da castanha-do-Pará, levando mais pessoas para esta área, para extração e comercialização desse produto, que foi a principal fonte de renda de Marabá até meados de 1980.

A cidade passou, então, a ser cognominada de “Terra da Castanha” e a área conhecida como o “polígono dos castanhais”. Atrélado ao período da extração de castanha-do-Pará houve ainda a corrida para a extração de diamantes. Em 1969, após a abertura da rodovia PA-70 (atualmente um trecho da BR-222), Marabá ficou ligada à Rodovia Belém-Brasília (BR-010). A implantação da infraestrutura rodoviária fez parte da estratégia do governo federal de integrar a região ao resto do país. Além disso, o plano de colonização agrícola oficial, a instalação de canteiros de obras, especialmente a construção da Hidrelétrica de Tucuruí, a implantação do projeto Grande Carajás e a descoberta da mina de ouro da Serra Pelada, aceleraram e dinamizaram as migrações para Marabá nas décadas de 1970 e 1980 (IBGE, 2013, p. 43).

Com o início da exploração da Província Mineral da Serra dos Carajás, Marabá teve um desenvolvimento econômico ainda mais acelerado, demonstrando com isso seu potencial industrial e comercial. Entre os anos de 1998 e 2010, o município recebeu grandes investimentos, o que levou a cidade a ser considerada um polo industrial e comercial, com predomínio das atividades agropecuárias. É o grande centro logístico, da mesorregião Sudeste Paraense e funciona como importante elo com o resto do Brasil, favorecido pelas suas principais interligações rodoviárias, como BR-230, BR-422 e BR-010; e PA-150 e PA-153 (IBGE, 2013). Além da linha ferroviária da CIA VALE DO RIO DOCE, que liga o Pará ao Maranhão, com o transporte de minérios e pessoas.

Em relação à conectividade da mesorregião do Sudeste Paraense, 25,64% dos municípios não possuem disponibilidade de acesso à internet banda larga. Segundo a PRODEPA e o Ministério das Comunicações (2015), 74,36% das cidades que formam esta mesorregião dispõem de acesso à banda larga nas suas sedes municipais. O NavegaPará, programa de inclusão digital e tecnologia da informação e comunicação do estado, chega a 25,64% destas localidades. Nos municípios de Goianésia do Pará e Novo Repartimento o programa estadual é o único provedor de banda larga.

Os portais eletrônicos dos municípios que compõem a mesorregião do Sudeste Paraense foram pesquisados e analisados no período de 16 a 31 de dezembro de 2014. Marabá foi a prefeitura que obteve o melhor índice de transparência com 38%, mas ainda assim ficou no patamar de transparência baixa. Os sites municipais analisados que obtiveram índices de transparência abaixo de vinte por cento, representam 87,17% do número de municípios da região sudeste. O quadro torna-se mais alarmante quando se considera que 11, dos 39 municípios que formam essa mesorregião, obtiveram índice de 0% de transparência, pois muitos deles sequer possuem um blog na internet.

2.3 ITAITUBA

A mesorregião do Sudoeste Paraense abrange uma área de 415.788,70km², abrangendo 14 municípios: Aveiro, Itaituba, Jacareacanga, Novo Progresso, Rurópolis, Trairão, Altamira, Anapu, Brasil Novo, Medicilândia, Pacajá, Senador José Porfírio, Uruará e Vitória do Xingu. Com uma população de 535.222 habitantes, possui densidade demográfica de 0,77 hab./km². Altamira é o município mais populoso, em segundo lugar está Itaituba.

A cidade mais importante da Mesorregião Sudoeste do Pará é Itaituba, trata-se do polo dinamizador desta mesorregião, liga-se com Marabá, (500km), Santarém (500km) e Altamira (500km) através da Rodovia Transamazônica (BR-230), e dista 1000km da capital do estado. Em 2012, apresentou um PIB da ordem de R\$1.228,811, que corresponde a 1,35% do PIB estadual. (IDESP, 2012)

No quesito internet banda larga, 42,85% dos municípios do Sudoeste não dispõem de acesso a essa tecnologia, 57,15% têm disponibilidade deste tipo de serviço, sendo 35,71% das cidades analisadas, são atendidas pelo NavegaPará (PRODEPA; MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, 2015).

Os portais eletrônicos dos municípios que compõem a mesorregião do Sudoeste Paraense foram pesquisados e analisados no período de 16 a 31 de dezembro de 2014. O panorama encontrado é crítico, pois todos os sites das 14 cidades analisadas apresentaram um índice de transparência abaixo de 20%, e ficaram no patamar de transparência muito baixa; 28,57% obtiveram nota zero. Neste grupo estão os sites das prefeituras que estão "eternamente" em construção, como é o caso dos portais das prefeituras de Itaituba, Pacajá, Rurópolis e Vitória do Xingu.

CONCLUSÕES

Há um imenso espaço de crescimento das prefeituras municipais em relação à transparência pública e à implementação do governo eletrônico. Com exceção de Belém, todos os outros municípios do estado do Pará encontram-se com um nível de transparência entre baixa, muito baixa e zero.

Com relação ao e-gov, essas cidades também encontram-se na fase do primeiro estágio, com algumas exceções que já disponibilizam serviços on-line, a maioria ainda vê o processo de implantação de TICs, criação de portais de transparência e acesso a informação, como uma imposição do governo federal, e não como uma oportunidade de melhorar a eficiência governamental, a transparência pública e aumentar a porosidade do Estado em benefício de uma maior participação da sociedade civil na coisa pública.

Uma correção de rumos precisa ser feita, milhões de reais têm sido investidos em infraestrutura de banda larga no estado, mas a pesquisa comprova que, além do investimento em tecnologia digital, é preciso fazer investimento em tecnologia social, capacitar gestores, funcionalismo público e a sociedade em geral também. O uso das ferramentas da chamada web 2.0 mostrou-se ínfimo, refletindo um movimento de e-democracia inexistente.

Outra constatação é de que no caso do Pará, tanto municípios com o IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) e PIB (Produto Interno Bruto) altos quanto cidades que apresentam níveis mais baixos relacionados a estes indicadores, apresentaram um nível de transparência pública dos seus portais eletrônicos baixo ou muito baixo, o mesmo fenômeno é percebido quando se analisa esses dados pelo aspecto populacional, com raras exceções. Também não há uma diferença regional, uma vez que todas as mesorregiões do estado ficaram no patamar de transparência muito baixa, inclusive a Mesorregião Metropolitana de Belém.

Esse vácuo de transparência na gestão pública só corrobora a importância que tem os cursos relacionados à gestão pública, e lança um desafio para que as universidades públicas ultrapassem os campos do ensino e da pesquisa, lançando mão de seus recursos intelectuais e de infraestrutura, para auxiliar as prefeituras municipais na difícil tarefa, não somente de adaptar-se aos normativos legais de transparência e acesso a informação, mas também no sentido de agarrarem a oportunidade de cultivar uma cidadania cívica em seus territórios, através das TIC, da comunicação pública e da colaboração.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA PARÁ, *Governo do Estado e Prefeitura de Belém firmam parceria de tecnologia*. Belém. 2014. Disponível em: http://www.agenciapara.com.br/noticia.asp?id_ver=101653. Acesso em: dez. 2014

AMORIM, Paula Dias Ferreira. *Democracia e Internet: a transparência de gestão nos portais eletrônicos das capitais brasileiras*. 2012. 348f. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura Contemporânea) Faculdade de Comunicação da UFBA, Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia.

ANATEL. *Relatório anual de 2013*. Brasília, 2014. Disponível em: <http://www.anatel.gov.br/Portal/exibirPortalNoticias.do?acao=carregaNoticia&codigo=34000>. Acesso em: out. de 2014

ANDRADE, N. *Contabilidade pública na gestão municipal: métodos com base nas normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público e nos padrões internacionais de contabilidade*. 4. Ed. São Paulo. Editora Atlas S.A., 2012.

ANTI-CORRUPTION RESOURCE CENTRE. *Glossary*. Mar. 2012. Disponível em: <http://www.u4.no/glossary/>. Acesso em: 13 de nov. de 2014.

BALBE, R. S. Uso de tecnologias de informação e comunicação na gestão pública: exemplos no governo federal. *Revista do Serviço Público*, v. 61 (189-209). Brasília: 2010.

BARROS, L. *A transparência fiscal eletrônica nos municípios do Estado do Paraná: avaliação do índice de transparência e as possíveis relações nesse processo*. 2014. 94f. Dissertação (Mestrado em Administração do Setor de Ciências Sociais Aplicadas) Programa de Pós-graduação em Administração, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná.

BLOTTA, V. S. L. *O direito da comunicação: Reconstrução dos princípios normativos da esfera pública política a partir do pensamento de Jurgen Habermas*. São Paulo, USP, Dissertação de Mestrado, 2012.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.presidencia.gov.br/legislacao/>. Acesso em: 14 out. 2014.

_____. Decreto nº 12.527, de 18 nov. 2011. Regula o Acesso a Informação e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm. Acesso em: 14 ago. 2014.

BOOBIO, N. *El futuro de la democracia* – México-DF: 1986, FONDO DE CULTURA ECONÓMICA, S. A. DE C. V.

———. *O futuro da democracia* – Uma defesa das regras do jogo. Tradução Marco Aurélio Nogueira ; 6a Edição. São Paulo, Ed. Paz e Terra, 1997.

———. *Estado, Governo, Sociedad*. Por uma teoria geral da política; Tradução Marco Aurélio Nogueira. — Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. (Coleção Pensamento Crítico, v. 69)

CENTRO DE DERECHOS HUMANOS. *Conceptos de uso frecuente en el campo de Transparencia, Accountability y Lucha Anticorrupción*. Nov. 2008. Disponível em: <<http://www.transparenciadh.uchile.cl/glosario/#37>>. Acesso em: 13 nov. 2014.

CGU. *Acesso à Informação Pública: uma introdução à Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011*. CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO. Brasília, 2011.

———. *Manual da Lei de Acesso à Informação para Estados e Municípios*. Secretaria de Prevenção da Corrupção e Informações Estratégicas. 1. edição, Brasília/2013.

———. *Mapa da Transparência*. Brasília, 2015. Disponível em: <http://www.cgu.gov.br/assuntos/transparencia-publica/brasil-transparente/mapa-transparencia>. Acesso em: fev. de 2015

———. *Guia de implantação de portal da transparência*. Secretaria de Prevenção da Corrupção e Informações Estratégicas. 1a edição, Brasília/2013.

———. *GUIA técnico de regulamentação da Lei de Acesso à Informação em Municípios e check list*. Secretaria de Prevenção da Corrupção e Informações Estratégicas. 1a edição, Brasília/2013.

———. *Relatório sobre a implementação da Lei nº 12.527: Lei de Acesso a Informação*. Poder Executivo Federal. Brasília, 2013.

———. *Orientações para implementação da Lei de Acesso à Informação nas Ouvidorias Públicas: rumo ao sistema participativo*. Ouvidoria Geral da União. Brasília, 2012. Disponível em: http://www.cgu.gov.br/Publicacoes/ouvidoria/arquivos/ogu-implimentacao_lai.pdf Acesso em: out. de 2014.

———. *TIC domicílios e empresas 2013, pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e Comunicação no Brasil*. São Paulo, 2014. Disponível em: <http://www.cetic.br/publicacao/pesquisa-sobre-o-uso-das-tecnologias-de-informacao-e-comunicacao-no-brasil-tic-domicilios-e-empresas-2013/165>. Acesso em: set. de 2014.



III
HIDRELÉTRICAS

ESTADO DE EXCEÇÃO COMO PARADIGMA DO DESENVOLVIMENTO: UMA ANÁLISE SOBRE A HIDRELÉTRICA DE BELO MONTE

Sabrina Mesquita do Nascimento¹

Edna Ramos de Castro²

INTRODUÇÃO

A hidrelétrica de Belo Monte está em operação desde o mês de novembro de 2015, após licença concedida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) também em novembro de 2015. O complexo de funcionamento da usina está dividido em 4 grandes sítios: 1) Sítio Pimental, no início da Volta Grande do Xingu, que abriga o primeiro barramento do rio e que forma um lago de pelo menos 502,8km², atingindo diretamente a cidade de Altamira. A casa de forças complementar desse sítio possui uma capacidade instalada de 233 MW de energia; 2) Sítio Canais, compreende o desvio do rio Xingu por um canal de derivação de 20km de extensão, 210m de largura e 25m de altura; 3) Sítio Diques, são 28 elevações de concreto com até 68m de altura que servem para represar a água desviada pelo canal de derivação para a formação de um reservatório intermediário de 119km²; 4) Sítio Belo Monte, no outro extremo da Volta Grande do Xingu,

¹ Graduação em Turismo Especialista em Desenvolvimento de Áreas Amazônicas, pelo Programa Internacional de Formação de Especialistas em Desenvolvimento de Áreas Amazônicas/FIPAM XXII, NAEA/UFPA. Mestre e doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido/NAEA/UFPA. Membro do Grupo de Pesquisa GETTAM.

² Doutora em Sociologia pela École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, França, professora dos Programas de PG em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/NAEA e do PPG em Sociologia e Antropologia/IFCH, da UFPA. Bolsista de Produtividade do CNPq. Líder do Grupo de Pesquisa Estado, Território, Trabalho e Mercados Globalizados/GETTAM. Atualmente é Diretora da SBS e Conselheira da SBPC.

possui outro barramento para captar as águas do desvio e abriga a casa de forças principal, com 18 turbinas do tipo Francis e capacidade instalada de 11.000 mW. A média de energia firme produzida, no entanto, é de 4.571 mW ao ano, dependendo da época. Ao todo, a hidrelétrica atinge territórios de 11 municípios na região: Altamira, Anapu, Brasil Novo, Gurupá, Medicilândia, Pacajá, Placas, Porto de Moz, Senador José Porfírio, Uruará e Vitória do Xingu.

A operação, ainda em fase inicial, ocorreu após um longo e conturbado processo de licenciamento e construção. A grande obra que todos os governos, desde a ditadura militar, almejavam erguer, finalmente se transformou em realidade, exatamente no mesmo local em que, há 40 anos, técnicos do setor elétrico brasileiro identificaram a preciosa queda d'água de 94m da Volta Grande do Xingu. Foram 40 anos em que as populações locais impuseram aos governos o desafio de enfrentar um dos mais fortes processos de resistência a grandes projetos já vistos na Amazônia. O que foi feito no âmbito do processo decisório recente para tornar possível a construção de Belo Monte em sobreposição a essa resistência é o trajeto que seguimos nesse artigo, traçando um perfil da violência como um elemento da estrutura do grande projeto e, portanto, visto como sua principal condição de possibilidade.

Nesse sentido, ao observar o licenciamento ambiental da hidrelétrica de Belo Monte, teríamos uma espécie de conjunto de regras eivado de vicissitudes, no sentido amplo da palavra, com contratempos criados que geram as irregularidades como escolha ou possibilidade, transformando a regra em algo transitório. A ilegalidade, nesse sentido, é o que torna possível a operação do grande projeto dentro de um sistema de controle que sofre uma série de desvios, caracterizando-se, assim, como um recurso frequente do setor elétrico de uma forma mais geral, considerando tanto seus agentes privados quanto os públicos. Com o sistema de controle corrompido de formas sequentes, a própria regra torna-se inaplicável, o que quer dizer que há um isolamento da lei de sua força, ou seja, de um lado, temos um sistema de controle em vigor, mas que não se aplica, ou seja, não tem força; e, de outro, temos atos que adquirem força de lei, e que, possuem certa capacidade de obrigar.

Mas ora, se ilegalidade como ato ou conduta que fere os padrões de uma determinada legalidade, e os atos de certos agentes do Estado enquanto

ilegalidades deveriam ser observados como tal e, por isso, postos a julgamento, como explicar que a ilegalidade seja mantida nesse processo como se fosse um elemento integrante dele? A primeira resposta possível que apresentaremos no artigo é: por meio da produção de um Estado de Exceção. A suspensão da norma como técnica de governo é a forma como o Estado consegue operar o grande projeto dentro de um complexo sistema de controle. Por meio da suspensão da norma, determinados agentes do Estado conseguem, ao mesmo tempo, cometer a ilegalidade, fazendo-a prevalecer, e retirar-se do papel de réu, subjugando assim o sistema de regras. É exatamente esse conjunto operacional que formula um novo elemento do ponto de vista das estratégias voltadas à construção de projetos como a hidrelétrica de Belo Monte. Isso vai elevar a violência também ao nível de fator jurídico primordial em que a ilegalidade é um ato recorrente que só é possível de se sustentar por meio da suspensão da norma. O que a move, entretanto, é o estatuto da decisão política, que mostra a força do capital político e econômico que os grandes projetos podem assumir em um governo.

Dessa forma, entendemos que a violência simbólica do ato estatal acaba se estendendo por meio da ilegalidade e da suspensão da norma, o que, no caso de Belo Monte, vai reverberar, fundamentalmente: 1) na existência de uma autoridade presente no corpo da ilegalidade; 2) na institucionalização do não cumprimento dos ritos e das exigências legais para a construção de grandes projetos e; 3) na criação de territórios de exceção, sobre os quais a norma como possibilidade de justiça não se aplica.

Nesses termos, o Estado de exceção passa a ser o paradigma que contribui para a operacionalização do grande projeto como a hidrelétrica de Belo Monte na atualidade. É sobre ele que nos debruçamos nesse artigo. Em primeiro plano, faremos um breve debate teórico sobre o conceito segundo Agamben, introduzindo com a compreensão de Bourdieu em torno do poder simbólico no âmbito do Estado, em que estão localizados parte dos agentes observados nesse trabalho; em seguida, analisaremos o licenciamento ambiental de Belo Monte como o lugar em que a violência simbólica dos atos do Estado torna mais evidente a autoridade da decisão política, revelando

também como a ilegalidade opera dentro de um complexo sistema de controle. Analisamos, por conseguinte, a suspensão da norma como uma medida que valida e institucionaliza os atos ilegais de determinados agentes do Estado brasileiro, convertendo-se em um saber acumulado a serviço da produção de grandes projetos de desenvolvimento como territórios de exceção.

1 A CONSTRUÇÃO TEÓRICA: PODER SIMBÓLICO E ESTADO DE EXCEÇÃO

Segundo Bourdieu (1989), o poder é um fenômeno cuja manutenção depende da crença tanto daqueles que estão a ele submetidos quanto daqueles que o exercem. Essa crença caracteriza a existência de um poder simbólico que “é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (BOURDIEU, 1989, p. 8).

No âmbito do Estado, Bourdieu pondera os méritos de algumas de suas definições e atribuições mais canônicas, a saber: o monopólio da violência legítima (Weber), o fundamento da integração lógica e moral do mundo social (Durkheim), o aparelho de coerção a serviço da classe dominante (Marx) e, a partir disso, começa a explorar os domínios do simbólico em suas observações sobre o Estado (MICELI, 2014). Para Miceli, Bourdieu mobiliza “as evidências e as razões capazes de deslindar o caráter e a eficácia dos poderes de violência simbólica exercidos pelo Estado”, qualificando isso como um metapoder que é objeto de luta dos grupos de interesse que pretendem estar ou estão aptos a duelar no campo político (MICELI, 2014, p. 21). Nesse sentido, Bourdieu, em referência a Weber, afirma que o Estado, além de ser o detentor do monopólio da violência legítima, é também o detentor da violência simbólica legítima. Ou seja, o Estado, para Bourdieu, deve ser entendido como um “monopólio da violência física e simbólica” ao mesmo tempo, pois uma coisa está condicionada à outra. Há, portanto, uma busca pela materialidade do simbólico, de acordo com a compreensão apresentada por Bourdieu.

Para exemplificar sua abordagem, Bourdieu usa o calendário republicano para o qual, segundo o autor, não damos muita atenção, pois nós o aceitamos

como o óbvio, já que a nossa percepção da temporalidade é organizada em função das estruturas desse tempo público:

Eis um belo exemplo de público no cerne mesmo do privado: no cerne mesmo de nossa memória encontramos o Estado, as festas cívicas, civis ou religiosas, e encontramos os calendários específicos das diferentes categorias, o calendário escolar ou o calendário religioso. Encontramos, portanto, todo um conjunto de estruturas da temporalidade social marcada por referências sociais e por atividades coletivas. Constatamos isso no coração mesmo de nossa consciência pessoal (BOURDIEU, 2014, p. 34).

Esse debate de Bourdieu nos ajuda a pensar o Estado como um dos princípios da ordem pública que não incluem somente polícia e exército, ou o monopólio da violência física como define Weber, mas inclui também um determinado princípio de consentimento em torno do tempo público. Isso quer dizer que o Estado não está somente dado por suas estruturas mais evidentes, mas também por suas formas simbólicas inconscientes, como as classificações sociais e codificações produzidas por ele por meio de seu complexo burocrático. Com isso, Bourdieu nomeia o Estado como uma “ilusão bem fundamentada”, que existe porque se acredita na sua existência. Neste contexto, ocorre uma operação em torno da definição dos chamados “interesses universais”. É aqui que Bourdieu define os “atos do Estado”, que são aqueles com os quais se pretende ter efeitos sobre o mundo social e sobre os quais repousa certa ideia de legitimidade. Tais atos devem sua eficácia a essa legitimidade e a uma crença na existência de princípios que os fundamentam.

A violência simbólica emerge nesse contexto de crença na autoridade dos atos do Estado, repousando sobre uma espécie de mística em torno da legitimidade desses atos. Essa forma de ser e atuar do Estado reforça o seu ponto de vista entre os demais sobre o mundo social. Logo, a revolta, na forma de contestação da autoridade e legitimidade dos atos, pode ser considerada, então, como uma disputa entre pontos de vista, na qual o ponto de vista do Estado posiciona-se como o absoluto, mesmo que ele se autopromova como um ponto de vista neutro, que não se deixa influenciar por nenhum interesse que não seja o do bem-público. O que se dá como consequência é o solapamento

de outras compreensões de mundo por essa tendência à universalização de uma compreensão, que funciona como tática para exercer uma imposição de forma “naturalizada”. A violência simbólica é, portanto, estrutura estruturada e estrutura estruturante, pois serve à legitimação de uma ordem arbitrária, via a imposição de uma visão de mundo absoluta representada pelo que o Estado define como universal, e de atos que possuem certa autoridade e que estão concentrados em diversos elementos, entre os quais destacamos o interesse nacional. A energia dotada de um *status* de bem-público e como elemento primordial ao desenvolvimento “chancela” a atuação do Estado na definição de suas formas de produção que encontram sua legitimação por meio de uma série de recursos discursivos e legais que são conformados como um saber ao longo dos anos.

A leitura da tese do Estado de exceção de Agamben é dada a partir dessa compreensão em torno da violência simbólica de atos do Estado proposta por Bourdieu. A ideia, conforme veremos no prosseguimento do artigo, é trazer o conceito de Agamben como uma chave interpretativa dos grandes projetos na Amazônia atualmente, tendo Belo Monte como nosso objeto de análise.

1.1 GIORGIO AGAMBEN: O ESTADO DE EXCEÇÃO COMO UM PARADIGMA DE GOVERNO

A possibilidade de suspensão da norma por um governo está presente na maioria das Constituições Nacionais dos chamados Estados de Direito. Mas é quando ela passa de um dispositivo excepcional à uma medida corriqueira/ usual que poderemos identificar a existência de um Estado de exceção nos termos de Agamben (2004). Por isso é preciso ter em mente que o filósofo italiano procura desenvolver sua tese sempre no sentido de apontar o Estado de exceção como um paradigma de governo que se constitui a partir de um ponto de desequilíbrio entre o direito público e o fato político. Agamben reconhece que a dificuldade em definir Estado de exceção está na própria localização do termo nos limites entre a política e o direito. O autor explica:

se são fruto dos períodos de crise política e, como tais, devem ser compreendidas no terreno político e não no jurídico-constitucional (De

Martino, 1973, p. 320), as medidas excepcionais encontram-se na situação paradoxal de medidas jurídicas que não podem ser compreendidas no plano do direito, e o estado de exceção apresenta-se como a forma legal daquilo que não pode ter forma legal. Por outro lado, se a exceção é o dispositivo original graças ao qual o direito se refere à vida e a inclui em si por meio de sua própria suspensão, uma teoria do estado de exceção é, então, condição preliminar para se definir a relação que liga e, ao mesmo tempo, abandona o vivente ao direito (AGAMBEN, 2004, p.11-12).

É sobre este terreno incerto que Agamben deposita seus esforços, mostrando a estreita relação que Estado de exceção tem com guerra civil, insurreição e resistência. O que marca, historicamente, a tomada mais frequente de medidas de exceção é a Primeira Guerra Mundial, de acordo com Agamben. Desse momento em diante, os decretos governamentais e as legislações excepcionais passam a ser uma prática corrente das democracias europeias. Atualmente, uma tendência mais provável no aumento de medidas de suspensão das normas se configura na substituição da declaração de um estado de exceção por uma generalização sem precedentes do paradigma da segurança como técnica normal de governo (AGAMBEN, 2014). No caso do Brasil, por exemplo, as ameaças são muito colocadas nesses termos com “emergências” sustentadas nas ideias de ordem e bem-público.

Como um paradigma de governo dominante na política contemporânea e marcado pelo uso cada vez mais frequente daquilo que deveria ser primordialmente uma medida provisória e excepcional, o Estado de exceção pode ser considerado como um saber constituído, sobretudo, pela tradição democrático-revolucionária, que é o seio gerador de atos dessa natureza. Ou seja, a democracia não é tecnicamente incompatível com o Estado de exceção, como conclui Tvingsten (1934), mesmo que seu uso sistemático possa significar a liquidação da própria democracia (ao menos na sua essência).

Uma das questões mais importantes no que tange à caracterização do Estado de exceção é: afinal de contas, ele está dentro ou fora de uma ordem jurídica? Essa discussão é importante porque, ao analisarmos Belo Monte e o desenvolvimento na Amazônia, a questão do limiar entre o que é uma medida jurídica e o que é uma decisão política será confrontada. *A priori*, é importante

ter em mente que o fenômeno do Estado de exceção é tomado de maneiras distintas pelas mais variadas teorias jurídicas. Há, por exemplo, a corrente que procura inserir o Estado de exceção no ordenamento jurídico e outra que o define como externo a ele, ou seja, ele seria essencialmente político. Agamben afirma, no entanto, que a simples oposição dentro/fora não é capaz de dar conta do fenômeno e se lança as seguintes questões: se o que é próprio do Estado de exceção é a suspensão (total ou parcial) do ordenamento jurídico, como poderá essa suspensão ser ainda compreendida na ordem legal? Como pode uma anomia ser inscrita na ordem jurídica? E se, ao contrário, o Estado de exceção é apenas uma situação de fato e, enquanto tal, estranha ou contrária à lei; como é possível o ordenamento jurídico ter uma lacuna justamente quanto a uma situação crucial? E qual é o sentido dessa lacuna? (AGAMBEN, 2004, p. 39).

O autor começa a responder suas questões reforçando o posicionamento do estado de exceção em uma zona de indiferença, na qual o dentro e o fora não se anulam, mas se indeterminam: “a suspensão da norma não significa sua abolição e a zona de anomia por ela instaurada não é (ou, pelo menos, não pretende ser) destituída de relação com a ordem jurídica” (p. 39). Em outras palavras, o que a suspensão possibilita é, na realidade, uma espécie de exclusão de uma dada situação do efeito que a norma exerceria de uma forma geral, sem que seja necessária a extinção dessa norma. Trata-se de um caso singular excluído da norma geral, mas o que vai caracterizar a exceção propriamente dita é que essa exclusão não se dá obrigatoriamente sem relação com a norma. E essa relação se dá, na realidade, por meio da suspensão, isso quer dizer que a norma se aplica à exceção, desaplicando-se dela, dela se retirando. A exceção, por assim dizer, é essa zona estabelecida entre o fato e o direito, entre a situação normal e o caos.

De acordo com Schmitt (2000), o Estado de exceção, enquanto realiza a suspensão da norma jurídica, parece escapar a qualquer consideração de direito, e que, nem em sua substância íntima, ele pode aceder à forma do direito. Entretanto, esse autor afirma também que é essencial que se mantenha uma relação com a ordem jurídica. O Estado de exceção é sempre alguma coisa diferente da anarquia e do caos e, no sentido jurídico, nele ainda existe uma ordem, mesmo que não seja a ordem jurídica. E o que vai revelar a ancoragem

da exceção à ordem jurídica é a distinção entre dois elementos fundadores do direito: norma e decisão. Para Schmitt, elas são irreduzíveis, ou seja, a decisão nunca poderá ser deduzida da norma, mesmo que na decisão sobre o Estado de exceção a norma seja suspensa ou completamente anulada. É, definitivamente, a introdução de uma zona de anomia no direito (SCHMITT, 2000). Isso quer dizer que o direito se forma por um processo de suspensão da prática concreta em sua referência imediata ao real, ou seja, suspende os usos e hábitos concretos dos indivíduos para isolar algo como uma norma.

Outra tese que Agamben retoma para formular sua tese do Estado de exceção é a força de lei, que pode ser definida como uma propriedade do Direito e vem ao encontro dos interesses incutidos na decisão política. O sentido técnico da expressão refere-se não à lei, mas a decretos que possuem força de lei, sobretudo os que partem do poder Executivo. Isso significa, na prática, uma separação entre a lei e a sua *vis obligandi*, e a integração dessa *vis obligandi* a outros atos. Num Estado de exceção, esse isolamento da força da lei da lei propriamente dita quer dizer que: de um lado, a norma está em vigor, mas não se aplica (não tem força); e de outro, há atos que não possuem valor de lei, mas que assumem essa capacidade de obrigar, ou seja, adquirem força de lei. Segundo Agamben, no Estado de exceção, cria-se um espaço anômico onde está em jogo uma força de lei sem lei. Ele sugere, então, que a expressão seja rasurada (força de lei), para dar essa ideia de força de lei isolada da lei.

É nessa força de lei que reside o fundamento místico da autoridade, expressão que Derrida (1994) recupera de Montaigne, que afirmava que o mistério do poder das leis não está no fato de serem justas, mas no fato de serem leis. Conectando essa compreensão ao que diz Bourdieu sobre a violência simbólica, podemos dizer que a crença na lei como justiça é um dos pontos que confere legitimidade ao Estado, uma vez que o direito também é um ato estatal, ainda que não seja somente isso. A força de lei é exatamente esse elemento místico (que Agamben chama de fictio) que, no Estado de exceção, é transportado da lei para decretos ou outros atos do ordenamento jurídico. De que forma ele é operado é a grande questão. Agamben, então, procura entender essa operação pela via da aplicação da norma, onde ele identifica que, no Estado de exceção, o que ocorre é, de fato, uma separação

clara entre a norma e a sua aplicação. Isso é possível porque, paradoxalmente, a aplicação da norma não está nela contida, mas essa contradição só se deflagra no Estado de exceção, pois a norma se aplica na normalidade. Na normalidade, portanto, a decisão, enquanto momento autônomo, será de mínima influência, mas na excepcionalidade ela será o elemento fundamental, capaz de inferir pela existência ou não existência de um estado de exceção. Agamben, então, discute o fundamento do soberano, não como aquele que detém o monopólio do poder, mas sim o monopólio da decisão sobre questões de necessidade (excepcionalidade) e um conseqüente Estado de exceção que dela se depreende.

A partir dessa breve explanação da construção teórica de nossa interpretação, segue a análise empreendida do licenciamento ambiental da hidrelétrica de Belo Monte, como o lugar em que a violência simbólica da decisão estatal atua, sobretudo, por meio da produção de um Estado de exceção e que caracteriza todo o processo burocrático referente à construção da hidrelétrica. Aqui, o estatuto da decisão política é a presença mais definidora da violência que percorre tanto o licenciamento quanto a instalação de Belo Monte.

2 BELO MONTE E A VIOLÊNCIA SIMBÓLICA DA DECISÃO ESTATAL

Os projetos hidroelétricos no Xingu sempre estiveram entre as prioridades dos governos desde a ditadura. No entanto, a força das lutas sociais contra a construção das barragens conseguiu com que esse projeto fosse cancelado consecutivas vezes. Persistentes, os governos sempre o trouxeram à pauta, tentando sua implantação ao longo de quase 40 anos. Lucio Flávio Pinto comentou certa vez em seu *Jornal Pessoal* que, ao apresentar os novos arranjos da hidrelétrica de Belo Monte em 2002, a Eletrobrás/Eletronorte se confirmava como uma das empresas federais mais autoritárias do país, pois a mesma se recusava em antecipar debates a respeito da usina e se reservava apenas em anunciar o que já estava concluído e, portanto, decidido.

Se pouco se sabia dos aspectos técnicos do projeto, em relação ao processo decisório esse conhecimento foi menor ainda. A prova disso é que os meandros das estratégias dos governos para garantir que Belo Monte fosse construída

tiveram encaminhamento no interior das relações de poder de agentes ligados pela hidrelétrica como um interesse comum. As resoluções do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE),³ reafirmando consecutivamente que os projetos hidroelétricos no Xingu eram prioridade nacional, servem apenas para ilustrar o nível de instrumentalização que o Estado alcançou sobretudo durante os governos do PT. As narrativas, oposições e contradições que se deram ao longo de uma década desde que Belo Monte voltou a figurar entre os planos nacionais e setoriais de expansão da geração de energia, em meados dos anos 1990, constituíram vigorosas ações no plano decisório que tiveram impacto direto no licenciamento ambiental com a produção de consecutivas ilegalidades reforçadas pela suspensão das normas. O desrespeito às recomendações do IBAMA e de outros notáveis organismos de fora do circuito governamental teve uma série de efeitos, sendo o primeiro deles um afrontamento direto à democracia.

Dessa forma, a lógica da decisão oficial em torno de Belo Monte passa a operar o próprio sistema de controle, manipulando as regras, e, com isso, produzindo o fato consumado por meio da inobservância de normas, procedimentos e, sobretudo, de direitos. Isso torna o licenciamento, o lugar por excelência da violência simbólica da decisão estatal como a imposição de uma visão de mundo absoluta materializada no grande projeto.

2.1 O LICENCIAMENTO AMBIENTAL DE BELO MONTE: UM LUGAR DE ILEGALIDADES

O licenciamento ambiental surge dentro do ordenamento jurídico nacional com a pretensão de operacionalizar direitos e deveres. É um dos instrumentos propostos dentro da Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA), Lei nº 6.938/81, que tem por objetivo: “a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança

³ O CNPE foi instituído pela Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997. O órgão nasce vinculado à Presidência da República e é presidido pelo Ministro de Minas e Energia. Sua atribuição é propor ao Presidente da República políticas nacionais e medidas específicas para o setor de energia no Brasil.

nacional e à proteção da dignidade da vida humana” (BRASIL, 1981). Em todos os objetivos da política, as questões ambientais são relacionadas a atividades diversas, inclusive no que tange à definição de áreas prioritárias para preservação, que deverão estar em acordo com interesses públicos.

O licenciamento ambiental está fixado na Lei nº 6.938/81 como um instrumento da PNMA. É definido como:

procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente licencia a localização, instalação, ampliação e a operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental, considerando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso (CONAMA, 1997).

Sendo assim, a construção, a instalação, a ampliação e o funcionamento de projetos e/ou atividades utilizadores de recursos ambientais deverão, obrigatoriamente, contar com o prévio licenciamento ambiental. A regulação do licenciamento é dada pelo seguinte arcabouço: Resolução CONAMA 01/86, que dispõe sobre critérios e diretrizes para a realização da Avaliação de Impactos Ambientais; Resolução CONAMA 06/87, que dispõe, especificamente, sobre o licenciamento ambiental no âmbito de obras de grande porte, especialmente as de geração de energia elétrica; Resolução CONAMA 09/87, dispõe sobre a realização das Audiências Públicas; e a Resolução CONAMA 237/97 revisa procedimentos e critérios referentes ao licenciamento ambiental.

A licença ambiental, segundo o CONAMA, deverá ser precedida sempre dos Estudos de Impacto Ambiental, aos quais deverá ser dada publicidade antes da realização de audiências públicas, outra medida exigida para efeitos de licenciamento ambiental. Após a realização dessas audiências, a emissão de licenças se divide em três partes, conforme o previsto pelo CONAMA. São elas: 1) Licença Prévia (LP) - concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade aprovando sua localização e concepção, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação; 2) Licença de Instalação (LI) - autoriza a instalação do empreendimento ou

atividade de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes, da qual constituem motivo determinante; 3) Licença de Operação (LO) - autoriza a operação da atividade ou empreendimento, após a verificação do efetivo cumprimento do que consta das licenças anteriores, com as medidas de controle ambiental e condicionantes determinados para a operação (CONAMA, 1997, p. 646).

Sobre emissão e validade das licenças ambientais, cabe ao órgão ambiental competente, mediante decisão motivada, a modificação de condicionantes e medidas de controle, e a suspensão ou cancelamento de licença quando houver: “violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais; omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a expedição da licença; superveniência de graves riscos ambientais e de saúde” (CONAMA, 1997, p. 648).

No que tange especificamente às usinas hidrelétricas, é preciso observar também as Resoluções da Aneel, sobretudo a 672, de 4 de agosto de 2015, que estabelece procedimentos gerais sobre estudos de inventário hidrelétrico de bacias hidrográficas.

Com todo esse arcabouço, não se pode duvidar que o licenciamento ambiental transformou-se num dos principais entraves à construção de obras de grande impacto socioambiental como as hidrelétricas. Mesmo observando que as definições de elementos do licenciamento são bastante pragmáticas, é preciso pontuar que há inúmeros direitos que deveriam ser resguardados por meio dele, ou seja, quando más condutas e ilegalidades prevalecem no aspecto procedimental, devemos nos lembrar que isso resulta em consequências diretas sobre populações afetadas, territórios e meio ambiente, além de, resultar numa fragilização dos próprios ritos de licenciamento ambiental, tal qual mostrou Nascimento (2011). Podemos dizer que, pelo período de duas décadas em que passou a ser efetivamente exigido, o licenciamento ambiental tornou-se objeto de duras críticas por parte de governos e setor elétrico (público e privado), além de ter se tornado o lugar em que a ilegalidade passou a vigorar como uma solução para se levar adiante projetos e obras consideradas “prioritárias” para o Brasil.

A hidrelétrica de Belo Monte é um dos projetos que está nesse *ball* de prioridades dos governos desde a ditadura militar. As mudanças na regulação desses projetos, conforme o arcabouço supracitado, deu-se sobretudo em razão das pressões exercidas pelas lutas sociais em busca do reconhecimento das perdas provocadas por obras como Tucuruí e Balbina. No entanto, quando observamos tanto o licenciamento ambiental quanto as obras de Belo Monte, vemos que, não só há desequilíbrios fortes entre a obra e o que é afetado por ela, como essa relação desigual é reforçada por meio das inúmeras ilegalidades contidas em todo o processo. E, na medida em que surgem os questionamentos sobre a condução do licenciamento, a ilegalidade passa a ser uma ferramenta para que os processos tenham prosseguimento.

Indo além dos aspectos procedimentais desrespeitados no licenciamento de Belo Monte, podemos citar como exemplo o Artigo 231 da Constituição Federal do Brasil e a Convenção 169 da OIT, que dispõem sobre direitos indígenas e de populações tradicionais. Ambos foram violados durante a condução dos ritos procedimentais e, posteriormente, com a construção da hidrelétrica.

As violações constatadas em Belo Monte resultaram em inúmeros processos judiciais, que, por sua vez, acabam se tornando numa das principais frentes de ação de grupos resistentes à construção da hidrelétrica. Só o Ministério Público Federal do Pará moveu um total de 26 ações relacionadas à usina (até o momento de fechamento desse texto). No entanto, o Movimento Xingu Vivo Para Sempre afirma que, além das ações do MPF, há mais 23 movidas pelas Defensorias Públicas Federal e Estadual e 19 movidas por entidades diversas da sociedade civil, totalizando, portanto, 68 ações judiciais questionando os mais diversos aspectos da hidrelétrica e as violações a ela concernentes. Além disso, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) recebeu, no ano de 2011, um pedido de Medida Cautelar, em nome das comunidades indígenas Arara da Volta Grande e Juruna do Km 17, e das comunidades ribeirinhas do Arroz Cru e Ramal das Penas. Segundo Vieira (2015), os petiçãoários aduziram que a construção do projeto ameaçava a vida, a integridade das comunidades indígenas e tradicionais, implicava o deslocamento forçado, na insegurança

alimentar e hidrológica, e no aproveitamento ilegal dos recursos naturais. O governo brasileiro respondeu de forma bastante enérgica à cautelar, considerando as solicitações da CIDH “precipitadas e injustificáveis”, estabelecendo que os limites de atuação de órgãos como a Comissão encontram-se basicamente na ideia de soberania nacional⁴.

No contexto nacional, a maioria das ações denunciam violações na legislação ambiental e em direitos previstos na Constituição Federal. Muitas delas exigem readequações aos procedimentos, mas podemos notar que há ações que exigem a paralisação ou do licenciamento ou da obra (dependendo do momento). As que tem cunho de adequação às normas, pedem, geralmente, que as medidas de proteção a populações afetadas e ao meio ambiente sejam observadas, conforme as exigências da própria legislação vigente.

O fato é que, a partir da segunda ação civil pública que o Ministério Público Federal moveu contra a hidrelétrica de Belo Monte, referente à nulidade do Decreto Legislativo 788/2005⁵ (ver Quadro 1), o julgamento das ações se tornou o lugar em que prevalece a decisão do Estado em construir a hidrelétrica. Isso certamente explica o comportamento do Brasil em relação às solicitações da CIDH.

Após a suspensão dos estudos de impacto em 2001, nenhuma outra ação conseguiu a efetiva paralisação do licenciamento e das obras da hidrelétrica, pois as decisões que desfavoreciam a usina se tornaram transitórias, não permanentes, por meio do uso do mecanismo da suspensão de segurança, que detalharemos mais adiante. Vale lembrar que essa segunda ACP que questiona o Decreto Legislativo 788/2005 nasce de uma iniciativa de diversas organizações e representantes das comunidades da região que entram com uma representação junto à Procuradoria Geral da República, na qual a autorização da hidrelétrica sem a realização de consulta indígena é questionada. As condições irregulares do Decreto, mesmo contestadas, foram consideradas na elaboração da Resolução do CNPE de 2008, que determinava a retomada dos

⁴ Ver mais sobre o caso em: VIEIRA, 2015. Direitos Humanos e Desenvolvimento na Amazônia: Belo Monte na Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

⁵ Decreto que autoriza o poder Executivo a implantar o aproveitamento hidroelétrico de Belo Monte.

estudos da hidrelétrica. Como órgão de interlocução direta entre a pasta de Minas e Energia e a Presidência da República, o CNPE marcou com esse ato, pela primeira vez, a força da decisão estatal sobre as questões jurídicas que viriam ainda a se impor com mais frequência a Belo Monte.

Após esse momento, o processo seguiu com uma série de irregularidades que foram se sobrepondo umas às outras à medida que o licenciamento avançava. Notamos isso em todas as etapas: realização do EIA-RIMA, aceite do EIA-RIMA, Audiências Públicas, Emissão de LP, Emissão de LI, cumprimento das condicionantes (de todas as licenças), e Emissão da LO. Organizamos nos Quadros 1 e 2 uma breve síntese das principais ilegalidades cometidas durante o processo de licenciamento e construção de Belo Monte, entre outros problemas, de acordo com as ações movidas pelo MPF. O primeiro, a seguir, resume as ações que foram movidas antes do início da construção de Belo Monte.

Quadro 1. Ações movidas pelo MPF desde o início do licenciamento até antes do início das obras

Ação	Resumo
1ª Ação Civil Pública	Licenciamento conduzido por órgão incompetente. Ausência de licitação para contratação de EIA-RIMA. Pedido de liminar, para sustar, imediatamente, a elaboração do EIA/RIMA da UHE Belo Monte, e, conseqüentemente, o repasse de novas parcelas do ajuste, sob pena de multa diária de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) seja a ação julgada procedente para: tornar nulo o convênio n.º RD 0289/00, celebrado entre as rés, obrigando-se a FADESP a devolver o saldo de recursos financeiros não utilizados ainda no pagamento dos técnicos por ela contratados; tornar nulo o termo de referência da obra UHE Belo Monte, posto que submetido a órgão incompetente para a sua apreciação [...]
2ª Ação Civil Pública	Ilegalidade do decreto legislativo 788/2005. Ausência de consultas indígenas. Sustação liminar de qualquer procedimento empreendido pelo Ibama para condução do licenciamento ambiental da usina hidrelétrica de belo monte, especificamente das audiências públicas programadas para os dias 30 e 31 de março de 2006, nas cidades de Altamira e Vitória do Xingu; condenação do Ibama em obrigação de não-fazer, consistente na proibição de adotar atos administrativos referentes ao licenciamento ambiental da usina hidrelétrica de Belo Monte.

<p>3ª Ação Civil Pública</p>	<p>EIA-RIMA em confecção sem Termo de Referência. Que a Eletrobras paralise imediatamente os estudos de viabilidade da usina hidrelétrica de Belo Monte por ela diretamente ou indiretamente desenvolvidos até a edição do competente termo de referência pelo IBAMA; sustação da entrega de qualquer parcela do estudo à ANEEL até a edição do competente termo de referência pelo IBAMA; sustação de qualquer exposição dos estudos à população dos municípios afetados pelo empreendimento, especificamente por meio de audiências públicas, até a edição do competente termo de referência pelo IBAMA.</p>
<p>4ª Ação Civil Pública</p>	<p>Convênio entre Eletrobras e empreiteiras para confecção de EIA-RIMA. Ausência de licitação. Cláusula de confidencialidade irregular. Suspensão dos efeitos do “acordo de cooperação técnica” ECE-120/2005, bem como de todo e qualquer ato produzido por força do aludido instrumento até o julgamento final da demanda.</p>
<p>1ª Ação de Improbidade</p>	<p>Convênio entre Eletrobras e empreiteiras para confecção de EIA-RIMA. Ausência de licitação. Cláusula de confidencialidade irregular. Identificação de contas-corrente, contas-poupança e investimentos existentes em nome dos demandados, procedendo-se, com a resposta destas instituições, seja decretada a indisponibilidade dos bens dos requeridos, com o seu consequente sequestro (Art.16, da lei 8429/92) e bloqueio de suas contas bancárias até o montante que assegure o integral ressarcimento dos danos, no valor de R\$ 36.231,86 (trinta e seis mil, duzentos e trinta e um reais e oitenta e seis centavos).</p>
<p>5ª Ação Civil Pública</p>	<p>Ausência de Avaliação Ambiental Integrada. Nulidade do inventário hidrelétrico. Nulidade do registro de viabilidade da UHE belo monte. Nulidade do aceite do EIA-RIMA por estar incompleto. Declarar a nulidade do ato administrativo de aprovação do inventário hidrelétrico da bacia hidrográfica do rio Xingu, a nulidade do registro do estudo de viabilidade de Belo Monte por consequente nulidade originária, a nulidade do procedimento de licenciamento ambiental e do consequente estudo de impacto ambiental e seu resumo (EIA/RIMA) por nulidade originária, a nulidade do ato administrativo do aceite do EIA/RIMA proferido pelo IBAMA: por apresentar vício no que tange a não exigir que todas as condicionantes apresentadas no termo de checagem do EIA/RIMA com o termo de referência, sejam apresentadas antes da decisão do aceite, violando a instrução normativa 184/2008 IBAMA, bem como os princípios constitucionais da publicidade e da participação democrática.</p>

2ª Ação de Improbidade	Aceite ilegal de EIA/RIMA impacto sobre o meio ambiente. Violação dos princípios da participação popular, da publicidade, da razoabilidade, da finalidade, da motivação, da legalidade. Ofensa à probidade administrativa. Condenação às penas previstas no artigo 12, III, da lei de improbidade administrativa.
6ª Ação Civil Pública	Violação do direito de informação e participação. Metodologia de audiências públicas falha. Estudos ambientais incompletos. Número de audiências insuficiente para atender aos atingidos. Nulidade de audiências por violação das funções institucionais do ministério público. Reconhecimento da nulidade das audiências públicas realizadas pelo IBAMA no licenciamento ambiental de belo monte nos dias 10, 12, 13 e 15 de setembro de 2009. Designação de audiências públicas para oitiva das comunidades arroladas, garantidas às comunidades o prévio conhecimento dos estudos ambientais. Assegurar pleno exercício das prerrogativas institucionais dos membros do MP e MPF.
7ª Ação Civil Pública	Não consideração das audiências públicas na análise do EIA-RIMA. Carência do diagnóstico do EIA-RIMA. Postergação ilegal do prognóstico de qualidade da água. Descumprimento da resolução CONAMA nº 01/1986. Inconsistência entre vazão real e potência instalada. Necessidade de nova declaração de disponibilidade do recurso hídrico. Declarar nulidade da licença prévia nº 342/2010, nulidade do edital ANEEL nº 006/2009, nulidade da declaração de reserva de disponibilidade hídrica da ANA resolução nº 740/2009. Declarar inviabilidade ambiental de Belo Monte com o hidrograma proposto pelo órgão licenciador no trecho de vazão reduzida.
8ª Ação Civil Pública	Falta de regulamentação do artigo 176 da CF. Ação Civil Pública para suspender a licença prévia e o leilão até que seja regulamentado o aproveitamento de recursos hídricos em terras indígenas, conforme artigo 176 da Constituição.

Fonte: Ministério Público Federal (2016).

Em 2009, tão logo o IBAMA informou que havia recebido o EIA de Belo Monte, um grupo de renomados especialistas de diversas instituições de ensino e pesquisa do Brasil, intitulado Painel de Especialistas, respondeu a uma demanda dos movimentos sociais de Altamira e reuniu-se para fazer uma análise aprofundada dos estudos. Essa avaliação resultou na publicação “Análise Crítica do Estudo de Impacto Ambiental do Aproveitamento Hidrelétrico

de Belo Monte”⁶. No que tange a impactos e sua avaliação, o Painel apontou problemas como: 1) Subdimensionamento de população atingida e área afetada; 2) Risco de proliferação de doenças endêmicas; 3) Ausência de estudo sobre índios isolados; 4) Hidrograma ecológico não baseado nas necessidades dos ecossistemas; 5) Subdimensionamento das emissões de metano; 6) Ameaça de Extinção de Espécies endêmicas no Trecho de Vazão Reduzida; 7) Ausência de análise de impacto de eclusas; 8) Perda irreversível de biodiversidade; 9) Ausência de análise de impactos a jusante da usina; 10) Análises insuficientes sobre impactos da migração sobre desmatamento e Terras Indígenas; 11) Ausência de análise sobre impactos associados ao assoreamento no reservatório principal.

Contudo, apesar do acompanhamento minucioso do Ministério Público Federal, dos especialistas e dos movimentos sociais, as datas das audiências públicas foram marcadas à revelia de todos esses problemas supracitados. Foram realizadas em setembro de 2009, com a mesma celeridade com que se deu a etapa anterior. É bem verdade que, após o recebimento e aprovação do EIA-RIMA pelo IBAMA, o processo do licenciamento deu uma guinada com atropelos consecutivos.

2.1.1 AS LICENÇAS AMBIENTAIS COMO A INSTITUCIONALIZAÇÃO DOS RISCOS E DAS ILEGALIDADES EM BELO MONTE

A realização das audiências públicas de Belo Monte foi seguida de mais problemas e irregularidades, sobretudo quanto à emissão das licenças ambientais. O Quadro 2 mostra a sequência de ações movidas pelo MPF-PA após a emissão da LP de Belo Monte. A partir da nona ACP, os questionamentos já irão implicar diretamente na construção da usina. As ações, em geral, tratam tanto de problemas em relação à emissão das licenças (anomalias procedimentais, desvios nos ritos legais), quanto de problemas que surgem localmente em função das concessões, sobretudo a partir do início das obras

⁶ Essa publicação pode ser acessada livremente no site do Movimento Xingu Vivo Para Sempre. Link: <http://www.xinguvivo.org.br/wp-content/uploads/2010/10/Belo_Monte_Painel_especialistas_EIA.pdf>

da hidrelétrica. Além disso, revelam como, gradativamente, as irregularidades vão se sobrepondo umas às outras na medida em que o licenciamento avança, configurando-se com isso o fato consumado, mesma lógica que prevaleceu no licenciamento das hidrelétricas do Rio Madeira.

Quadro 2. Ações movidas pelo MPF após o início das obras da hidrelétrica

Ação	Resumo
9ª Ação Civil Pública	Emissão de licença de instalação parcial sem o cumprimento de condicionantes da LP. Licença concedida pelo presidente do IBAMA contra parecer técnico do próprio órgão e contra recomendações do MPF. Ações antecipatórias postergadas. Declarar nulidade da LI 770/2011 e da ASV 501/2011, impor obrigação de fazer à Norte Energia para cumprimento das condicionantes previstas na LP 342/2010, impor obrigação de não fazer ao IBAMA para não emitir nova LI antes do cumprimento das condicionantes, impor obrigação de não-fazer ao BNDES para que não repasse qualquer recurso enquanto as 40 condicionantes da LP não forem cumpridas pelo empreendedor.
10ª Ação Civil Pública	Emissão de licença de instalação definitiva sem o cumprimento de condicionantes da LP. Licença concedida pelo presidente do IBAMA contra parecer técnico do próprio órgão. Informações falsas prestadas pelo empreendedor sobre as condicionantes. Recomendações do MPF ignoradas. Declarar a nulidade da LI 795/2011, impor obrigação de não fazer à NESA para cumprir as 40 condicionantes da LP e impor obrigação de não fazer ao IBAMA para que se abstenha de emitir nova LI para belo monte.
11ª Ação Civil Pública	Impactos irreversíveis sobre o ecossistema da volta grande do Xingu (VGX). A morte iminente do ecossistema. Risco de remoção dos índios Arara e Juruna e demais moradores da VGX. Vedação constitucional de remoção. Violação do direito das futuras gerações. O direito da natureza. A Volta Grande Do Xingu como sujeito de direito. Impor à norte energia a obrigação de não-fazer, impedindo-a de prosseguir com o aproveitamento hidrelétrico Belo Monte. Determinar a obrigação do empreendedor de indenizar os povos Arara, Juruna e ribeirinhos da VGX pelos impactos e perda da biodiversidade.

<p>12ª Ação Civil Pública</p>	<p>Descumprimento de condicionante da licença de instalação de Belo Monte. Incertezas para os atingidos: não apresentação do cadastro socioeconômico identificando as pessoas a serem removidas. Violação do direito de informação. Ausência de publicidade e transparência. Obrigação de apresentar o cadastro socioeconômico dos atingidos por Belo Monte. Violação de domicílios dos atingidos nas áreas rurais. Direito à regularização fundiária. Imposição de prazo de até 60 dias para apresentação do cadastro socioeconômico, sob pena de suspensão das obras. Determinar à Norte Energia que se abstenha de ingressar no domicílio dos moradores. Determinar à União que proceda à regularização fundiária da região da Volta Grande Do Xingu.</p>
<p>1ª Ação Cautelar Inominada</p>	<p>40% das condicionantes não cumpridas segundo relatório do órgão licenciador. Auto de infração por informação falsa do empreendedor ao licenciador. Descumprimento das condicionantes indígenas. Descumprimento da condicionante do saneamento. Cautelar para decretar a suspensão da eficácia da licença de instalação 795/2011.</p>
<p>13ª Ação Civil Pública</p>	<p>Erro na medição da cota 100, abaixo da qual haverá alagamento na área urbana de Altamira. Ausência de cadastro dos atingidos pelo alagamento na cidade. Insegurança para os atingidos. Impor à Norte Energia obrigação de fazer no sentido de cadastrar todos os moradores e trabalhadores do perímetro urbano de Altamira localizados na ou abaixo da cota 100 em conformidade com o estudo da UFPA/MPF. Identificar e avaliar todos os imóveis.</p>
<p>14ª Ação Civil Pública</p>	<p>Ausência da DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO em Altamira. Impor à União obrigação de fazer no sentido de assegurar a atuação da DPU para defesa da população atingida por Belo Monte nas lides processuais com a concessionária da obra, Norte Energia S.A.</p>
<p>15ª Ação Civil Pública</p>	<p>Condições estabelecidas para a viabilidade do empreendimento não atendidas pelo empreendedor. Violação da licença ambiental. Cronograma das obras de saneamento básico descumprido. Descompasso entre obras da usina e obras de mitigação e compensação exigidas pelo órgão licenciador. Falta de rigor do órgão licenciador com o empreendedor. Obrigar o empreendedor a apresentar cronograma detalhado da execução das obras de saneamento básico que estão atrasadas. Obrigar o empreendedor a executar imediatamente obras de saneamento básico urgentes em Altamira, Vitória do Xingu e Anapu. Suspender a LI 795/2011 até o cumprimento da condicionante do saneamento. Impor a NESA a obrigação de fazer para realizar todas as obras e reformas de saneamento básico previstas nos municípios atingidos por Belo Monte.</p>

<p>16ª Ação Civil Pública</p>	<p>Condições estabelecidas para a viabilidade do empreendimento não atendidas pelo empreendedor. Violação da licença ambiental. Recusa do empreendedor em cumprir condicionante de proteção territorial das terras indígenas afetadas. Indígenas lançados à zona limítrofe de um etnocídio. Declarar a inviabilidade do empreendimento para os povos indígenas afetados. Suspensão compulsória da anuência da FUNAI e da LI de Belo Monte até a implementação das ações.</p>
<p>17ª Ação Civil Pública</p>	<p>Condições estabelecidas para a viabilidade do empreendimento não atendidas pelo empreendedor. Violação da licença ambiental. Recusa do empreendedor em cumprir condicionante de aquisição de terras para índios Juruna da Aldeia Boa Vista. Danos graves, desagregação e risco à sobrevivência da comunidade. Impor ao empreendedor obrigação de fazer para que cumpra a condicionante relativa à compra de terras para os índios Juruna do km 17. Reconhecimento dos danos morais e materiais à comunidade, com estabelecimento de indenização.</p>
<p>18ª Ação Civil Pública</p>	<p>Impacto sobre índios Xikrin moradores do rio Bacajá. Insuficiência da análise de impactos no EIA-RIMA. Estudos complementares atrasados e insuficientes. Não previsão de impactos e compensações para população indígena na área de influência direta do empreendimento Belo Monte. Determinar ao empreendedor a obrigação de fazer os estudos complementares identificando impactos e apontando mitigações, prevenções e compensações. Declarar a nulidade da LP 342/2010 e da LI 795/2011 por inviabilidade ambiental. Alternativamente, proibir a formação do trecho de vazão reduzida enquanto não apresentados os estudos complementares. Condenar Norte Energia e BNDES a pagar indenização por danos pela omissão nos estudos e a indenizar a comunidade Xikrin por danos morais.</p>
<p>19ª Ação Civil Pública</p>	<p>Reassentamento de atingidos por Belo Monte na área urbana de Altamira. Irregularidades nas obras. Ausência de transparência e debate com os atingidos. Modificação nos projetos anunciados, reduzindo as opções das famílias atingidas. Desconformidade das construções com o código de obras de Altamira. Determinar que a Norte Energia S.A promova a adequação dos projetos de casas. Suspender a construção de casas enquanto o projeto não obedecer aos parâmetros definidos no estudo de impacto ambiental e plano básico ambiental. Suspender compulsoriamente a licença de instalação de belo monte, até que sejam implementadas as ações acima referidas. Condenar a Norte Energia S.A. ao pagamento de indenização pelos danos morais sofridos pelas comunidades.</p>

20ª Ação Civil Pública	Descumprimento de condicionantes indígenas. Reestruturação da FUNAI de Altamira. Caos no atendimento à sobredemanda gerada por Belo Monte. Determinar que a União, a Funai e a Norte Energia sejam obrigadas a apresentar, em 30 dias, plano para executar 8 medidas fundamentais, a serem implementadas em no máximo 60 dias, sob pena de suspensão compulsória das licenças ambientais. Vedação de concessão de licença de operação enquanto condicionantes indígenas não forem cumpridas.
21ª Ação Civil Pública	Ação etnocida do Estado e da Norte Energia S.A. Reconhecimento de que a implantação de Belo Monte constitui uma ação etnocida do Estado brasileiro e da concessionária norte energia, “evidenciada pela destruição da organização social, costumes, línguas e tradições dos grupos indígenas impactados”.
22ª Ação Civil Pública	Descumprimento da condicionante do saneamento básico. Paralisação do barramento por risco de colapso sanitário. Necessidade de implantação de 100% do saneamento e fornecimento de água potável, conforme exigência das licenças ambientais.
23ª Ação Civil Pública	Desvio na destinação dos recursos da compensação ambiental. Suspensão da decisão do comitê de compensação ambiental federal que destinou 72% dos recursos da compensação ao Parque Nacional do Juruena, no Mato Grosso, 814 km distante do local dos impactos da usina.

Fonte: Ministério Público Federal (2016).

Aqui é importante fazer uma reflexão a respeito das condicionantes, elemento também previsto nas Resoluções CONAMA, que, em Belo Monte, mudam de posição, passando a assumir um papel de correção dos erros contidos na fase anterior. Falamos aqui das inúmeras falhas contidas nos Estudos de Impacto Ambiental. Vale lembrar, segundo a Resolução 237/1997, que as condicionantes são requisitos a serem cumpridos nas próximas fases do licenciamento ambiental após a atestação da viabilidade do projeto pelo órgão ambiental. Com Belo Monte, no entanto, a condução foi bem diferente, pois, antes da emissão da Licença Prévia, o IBAMA afirmou em parecer que o órgão não tinha condições de tomar uma decisão segura acerca do empreendimento. Entre os motivos expostos estava a falta de definições mais específicas sobre o que seria “viabilidade ambiental”, conceito que, segundo o IBAMA, possui

uma ampla margem de interpretação. Além disso, o órgão ponderou que o licenciamento ambiental é, por si só, “insuficiente para garantir a efetividade das ações que possam assegurar as condições de viabilidade ambiental do empreendimento previstas no EIA” (IBAMA, 2010, p. 21). Assim, o IBAMA, já na emissão da LP, omite-se de toda e qualquer responsabilidade sobre os problemas futuros decorrentes da construção da hidrelétrica, justificando-se por meio da impossibilidade do próprio licenciamento em garantir se há ou não viabilidade. No entanto, o próprio órgão reconhece que a construção da hidrelétrica no Xingu pode acarretar em situações insustentáveis ao ambiente e suas populações.

Em fevereiro de 2010, a Licença Prévia da hidrelétrica é emitida pelo IBAMA, com a exigência de cumprimento de 40 condicionantes de cunho antecipatório e preventivo aos impactos causados pela hidrelétrica. A LP também foi questionada pelo MPF, que pediu à justiça sua anulação até que fosse regulamentado o aproveitamento de recursos hídricos em Terras Indígenas (cf. artigo 176 da Constituição Federal). Além disso, é notado pelo MPF que o parecer da LP não considera os debates realizados nas audiências públicas, o que configura violação aos artigos 4º e 5º da Resolução CONAMA nº 09/1987. O próprio parecer do IBAMA confirma que, entre outras questões, as audiências públicas não foram consideradas na decisão final sobre a LP em razão do prazo estipulado pela Presidência para a emissão da licença.

Por sua vez, a licença de instalação, fase que teoricamente teria que ser cumprida antes da realização do leilão da hidrelétrica, acabou sendo emitida depois e de “forma parcelada”, configurando mais uma violação das orientações legais vigentes. Além disso, a principal prerrogativa para emissão dessa licença seria o cumprimento das condicionantes e medidas antecipatórias exigidas na Licença Prévia, o que, de fato, não ocorreu. Lembramos que a LI é aquela que autoriza o início das obras de construção para o estabelecimento das instalações e da infraestrutura e o início das obras de construção necessárias para o estabelecimento da atividade ou serviço em questão. Segundo o IBAMA, não só a LI não seria concedida sem a realização das condicionantes como a própria LP poderia ser cancelada face à violação de quaisquer uma dessas condicionantes ou normas legais.

A primeira solicitação dessa licença ocorreu em 16.09.2010. Depois disso, a Norte Energia solicitou a referida licença mais duas vezes: uma em 27.09 e outra 05.10.2010. Nos documentos, a Norte Energia solicitava: 1) abertura de canteiro industrial e construção do acampamento do Sítio Belo Monte; 2) abertura do canteiro industrial pioneiro e construção do acampamento do Sítio Pimental; abertura de estradas de acesso; abertura de área de terraplenagem para implantação do porto da obra; abertura de áreas de estoque de solo e madeira e; construção de linhas de transmissão (IBAMA, 2010).

A equipe técnica do IBAMA responsável pelo licenciamento de Belo Monte emitiu três notas técnicas em que afirmava não ser possível emitir a licença de instalação. Em primeiro lugar porque as condicionantes (um total de 16) que foram apresentadas com algum andamento por parte da Norte Energia não eram correspondentes àquelas exigidas para a realização das obras solicitadas no pedido da LI. As 24 condicionantes que restavam eram justamente as que apresentavam impactos referentes a essa fase das obras e que não foram consideradas atendidas. Entre elas, a Norte Energia a apresentou o Projeto Básico Ambiental (PBA), sem as recomendações feitas pelo IBAMA.

Em relação às ações antecipatórias nas áreas de saúde, educação e saneamento, aquelas que tem como objetivo preparar a região para receber o empreendimento e seu correspondente fluxo migratório, o Ibama concluiu à época que algumas delas encontravam-se apenas parcialmente atendidas. O MPF recomendou que a licença só deveria ser emitida caso as medidas estivessem definitivamente resolvidas de acordo com o que era exigido na LP. Segundo a ACP referente à LI, o direito ambiental é regido pelo princípio da precaução, que exige cuidados prévios em caso de possibilidade de danos irreversíveis e que isso deveria ser considerado no caso de Belo Monte. “É inadmissível juridicamente a expedição dessa nova licença, porque relegaria a decisão por cumprir as condicionantes para um momento posterior” (MPF, 2011).

Entretanto, apesar das recomendações do Ministério Público e das próprias análises técnicas do IBAMA, o então presidente do órgão, Américo Ribeiro Tunes (que estava ocupando este cargo apenas interinamente),

concedeu a licença de instalação “parcial”, que logo depois virou objeto da ACP supracitada, que solicitava medida liminar para sua imediata suspensão. A ação ainda mostrava que houve um completo descaso tanto por parte do poder público quanto do consórcio Norte Energia no que tange ao cumprimento das condicionantes indígenas, das quais uma série delas (a maioria) encontrava-se sem qualquer encaminhamento até aquele momento. Em junho de 2011, o IBAMA, contrariando mais uma vez as expectativas quanto à emissão de licença ambiental face ao não cumprimento da maioria das condicionantes, concede a LI definitiva a Belo Monte, iniciando-se, com isso, a construção dos principais canteiros da usina a partir desse momento.

Seguindo a crítica do TCU em relação à excessiva presença de condicionantes nos processos de licenciamento ambiental como forma de responder às falhas contidas em estudos de impacto ambiental mal realizados, notamos que em Belo Monte prevaleceu o não cumprimento das mesmas, ou seu cumprimento “improvisado”. Isso significa que problemas advindos de erros e omissões cometidos no EIA podem ter sido potencializados, acarretando em inúmeros problemas locais. Em contrapartida, as obras de engenharia foram aceleradas confrontando ordens judiciais de paralisação, ocupações e toda sorte de manifestações que ocorreram ao longo dos anos em que a hidrelétrica foi construída. O resultado do não atendimento das medidas de prevenção e mitigação previstas foi a produção de uma situação de caos entre as populações locais, especialmente em se tratando de setores como saúde, saneamento e segurança pública.

Algumas dessas graves violações de Direitos Humanos que começam a se dar após a emissão das Licenças de Instalação foram denunciadas em um relatório do Conselho Nacional de Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), órgão consultivo do Ministério da Justiça. O relatório da CDDPH também denunciou a existência de exploração sexual de crianças e adolescentes e problemas no atendimento aos elementos mais básicos da sobrevivência humana, como saúde, educação e saneamento. Além disso, os relatores identificaram desequilíbrios na relação entre consórcio e populações ribeirinhas, indígenas e outras comunidades tradicionais residentes na região.

Em fevereiro de 2015, a Norte Energia solicitou a Licença de Operação, o que intensificou ações e debates nas frentes de luta contra a hidrelétrica no sentido de impedir que a licença fosse concedida em razão de todas as pendências e irregularidades de que gozava Belo Monte até aquele momento. Além disso, era necessário discutir em que níveis esses impactos seriam potencializados a partir da formação do reservatório. Nesse período, mais precisamente em junho de 2015, o Ministério Público Federal divulgou o resultado de uma inspeção interinstitucional⁷ na região impactada por Belo Monte que apontava para a existência de 55 violações em Belo Monte, referentes ao descumprimento das obrigações da usina e violações dos direitos dos atingidos (MPF, 2015). O relatório do MPF recomendou à época a paralisação urgente das demolições das casas das populações removidas e a paralisação da chamada “balsa da demolição”, que “há meses percorre o Xingu fazendo a remoção dos ribeirinhos e pescadores que estão nas áreas a serem alagadas por Belo Monte” (MPF, 2015). Com base em depoimentos colhidos com os atingidos, o MPF arguiu que “o processo de remoção viola um dos princípios do Plano Básico Ambiental de Belo Monte, que impõe a necessidade de manutenção do modo de vida das comunidades afetadas em condições no mínimo semelhantes às que detinham antes do impacto” (MPF, 2015).

Apesar de todas as contradições apontadas por todo esse conjunto de questionamentos, e de ter negado uma vez a licença de operação à Norte Energia, no dia 24 de novembro de 2015, o IBAMA concedeu a licença, coroando definitivamente um projeto que se deu completamente às margens de toda e qualquer legalidade e que, como vimos, ainda está por mostrar problemas mais graves advindos dessa série de erros cometidos durante o licenciamento ambiental. A licença do IBAMA apresenta algumas das mesmas condicionantes da Licença de Instalação, e que não foram concluídas a contento para efeito de operação da usina. A hidrelétrica começou a operar imediatamente após a emissão da licença, mas em janeiro de 2016, a licença foi

⁷ A inspeção foi realizada pelo MPF em conjunto com o Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH), o Ibama, a Fundação Nacional do Índio (Funai), o Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), a Defensoria Pública da União (DPU), a Defensoria Pública do Estado do Pará (DPE-PA) e a Procuradoria Federal Especializada da Funai (AGU-Funai) (MPF, 2015).

suspensa em razão do descumprimento de liminar referente a uma ação judicial de janeiro de 2015, que pedia a reestruturação da FUNAI e o atendimento urgente das condicionantes ainda não cumpridas. No entanto, essa decisão foi derrubada pela Advocacia Geral da União (AGU) por meio de suspensão de liminar. Foi a sétima vez que, em todo o processo de licenciamento e construção da hidrelétrica, esse mecanismo foi utilizado, tornando, dessa forma, possível a manutenção das ilegalidades cometidas durante todos esses anos, procedendo à produção de um fato consumado. É nesse processo que notamos a configuração de Belo Monte enquanto um território de exceção, noção que trabalharemos a partir de agora, com a análise da suspensão da norma.

3 BELO MONTE E A PRODUÇÃO DO ESTADO DE EXCEÇÃO

As suspensões de segurança surgem no arcabouço jurídico nacional no ano de 1964, durante a ditadura militar no Brasil, com a Lei nº 4.348, que estabelecia normas processuais para emissão de mandados de segurança. Sua aplicação é regulamentada pela Lei nº 8.437, de 30 de junho de 1992, mais precisamente pelo Art. 4º:

Compete ao presidente do tribunal, ao qual couber o conhecimento do respectivo recurso, suspender, em despacho fundamentado, a execução da liminar nas ações movidas contra o Poder Público ou seus agentes, a requerimento do Ministério Público ou da pessoa jurídica de direito público interessada, em caso de manifesto interesse público ou de flagrante ilegitimidade, e para evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas (BRASIL, 1992).

Podem ser aplicadas a sentenças proferidas em processo de ação cautelar inominada, no processo de ação popular e em ações civis públicas, enquanto não transitadas em julgado. Isso significa dizer que a suspensão de segurança torna sem efeito qualquer decisão judicial até que o julgamento de mérito da ação principal chegue ao Supremo Tribunal Federal (STF). Ou seja, a decisão suspensa só terá validade quando essa instância deferir-las.

Em Belo Monte, conforme tocamos no tópico anterior, as suspensões de segurança foram aplicadas em sete ações que tiveram liminares concedidas

em desfavor ou do licenciamento ou da construção da hidrelétrica, atribuindo autoridade às ilegalidades praticadas durante a implantação da hidrelétrica. A evocação permanente dessa medida nos permite afirmar que a exceção não se dá ali de forma excepcional, mas como um paradigma orientador. Nessa constância, a exceção acaba tornando-se a regra. As suspensões de segurança foram, portanto, o recurso encontrado pelo poder público para sobrepor-se ao sistema de controle e tornar a regra em algo transitório, só cabível à letra da lei, que não possui força em se tratando de direitos violados. É em torno desse mecanismo, portanto, que se dá a lógica do fato consumado em Belo Monte.

3.1 *FORCE DE LOI* E O FATO CONSUMADO: SUSPENSÕES DE SEGURANÇA E A TRANSGUIRAÇÃO DA DECISÃO POLÍTICA EM DECISÃO JUDICIAL

O processo judicial em si não é capaz de determinar a produção do fato consumado, pois ele só se consolida quando a decisão política em construir Belo Monte interfere diretamente no ato da decisão judicial. Segundo o STF, a Suspensão só poderá ser concedida, por meio de despacho fundamentado, nos casos de grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia pública, conforme Art. 4º da Lei nº 8.437/1992, supracitada.

São basicamente esses três elementos que têm sido levados em consideração tanto nos pedidos de suspensão das liminares concedidas em desfavor da hidrelétrica de Belo Monte quanto na decisão do juiz em aceitar o pedido de suspensão. Como o mérito das ações não é considerado, podemos dizer que há, a partir desses elementos, uma abstração total em torno dos problemas causados pela hidrelétrica de Belo Monte, servindo, com isso, à produção de uma irresponsabilidade institucionalizada também por parte do poder Judiciário.

Em Belo Monte, das 26 ações impetradas pelo MPF, sete obtiveram liminares acatando os pedidos que implicavam diretamente o andamento do licenciamento ambiental ou das obras da hidrelétrica. Em todas as 7 ações, as suspensões de segurança requeridas em geral pela AGU foram acolhidas pelos juízes que receberam as ações. No Quadro 3, organizamos as suspensões

de segurança utilizadas em Belo Monte a partir de suas respectivas ações. No quadro também comentamos sobre as decisões e os pedidos de suspensão.

Quadro 3. Ações e respectivas suspensões de segurança

Ação	Resumo do andamento do processo/Suspensão de Segurança
2ª ACP	<p>Ilegalidade do decreto legislativo 788/2005. Ausência de consultas indígenas.</p> <p>Decisão judicial ordenando paralisação do licenciamento ambiental até que fossem realizadas as consultas aos povos indígenas. Solicitação pela AGU de suspensão de liminar deferido pelo STF.</p>
4ª ACP	<p>Convênio entre Eletrobras e empreiteiras para confecção de EIA-RIMA. Ausência de licitação. Cláusula de confidencialidade irregular.</p> <p>Liminar concedida em 15.04.2008. Suspenso por antecipação de tutela concedida pela relatora Selene Almeida, em 16.05.2008.</p>
6ª ACP	<p>Violação do direito de informação e participação. Metodologia de audiências públicas falha. Estudos ambientais incompletos. Número de audiências insuficiente para atender aos atingidos. Nulidade de audiências por violação das funções institucionais do Ministério Público.</p> <p>Liminar deferida em parte, em 10.11.2009. Suspensa por decisão monocrática, em 12.11.2009.</p>
7ª ACP	<p>Não consideração das audiências públicas na análise do EIA-RIMA. Carência do diagnóstico do EIA-RIMA. Postergação ilegal do prognóstico de qualidade da água. Descumprimento da resolução CONAMA nº 01/1986. Inconsistência entre vazão real e potência instalada. Necessidade de nova declaração de disponibilidade do recurso hídrico.</p> <p>Liminar deferida em 19.04.2010. Suspensa por decisão monocrática em 20.04.2010.</p>
8ª ACP	<p>Falta de regulamentação do artigo 176 da CF. Ação civil pública para suspender a licença prévia e o leilão até que seja regulamentado o aproveitamento de recursos hídricos em terras indígenas, conforme artigo 176 da Constituição.</p> <p>Liminar deferida em 14.04.2010. Suspensa por decisão monocrática em 16.04.2010.</p>

9ª ACP	<p>Emissão de licença de instalação parcial sem o cumprimento de condicionantes da licença prévia.</p> <p>Liminar deferida em 25.02.2011. Suspensa por decisão monocrática do presidente do TRF1 em 03.03.2011.</p>
20ª ACP	<p>Descumprimento de condicionantes indígenas. Reestruturação da FUNAI de Altamira. Caos no atendimento à sobredemanda gerada por Belo Monte. Determinar que a União, a FUNAI e a Norte Energia sejam obrigadas a apresentar, em 30 dias, plano para executar 8 medidas fundamentais, a serem implementadas em no máximo 60 dias, sob pena de suspensão compulsória das licenças.</p> <p>Liminar deferida em parte em 27.02.2015 pelo juiz Cláudio Henrique de Fonseca Pina. Liminar descumprida. Sanção por descumprimento: suspensão da Licença de Operação pela juíza Maria Carolina Valente do Carmo, em 14/01/2015. Suspensa pelo Presidente do TRF1 em 27/01/2015.</p>

Fonte: Dados do Ministério Público Federal/Procuradoria Geral da República no Pará

No geral, a Norte Energia e o próprio governo federal alegavam que as decisões judiciais emitidas em desfavor da hidrelétrica implicavam o desperdício dos gastos já realizados nos respectivos momentos em que as ações foram julgadas. O que basicamente é defendido nas suspensões de segurança, independente do momento, é que a hidrelétrica já era irreversível, pois não se tinha como voltar atrás no que já havia sido realizado. O risco de grande perda para o erário público só foi evocado nesses casos, pois, o questionamento em torno dos recursos utilizados na construção de Belo Monte nunca foi devidamente respondido. O argumento fundamental utilizado pelo poder público sempre se fundou no fator da irreversibilidade das obras e desse risco de perdas financeiras. Acontece que muitas das liminares que foram suspensas se deram quando as obras ainda não tinham sido iniciadas, ou seja, atestavam em geral para problemas no licenciamento ambiental da hidrelétrica. Nesse caso, a narrativa da segurança nacional mostra sua forma no que argumentam os juízes ao afirmarem que, com a suspensão, estão garantindo os interesses

universais postos em risco. Observamos isso quando analisamos a suspensão estabelecida à decisão que deferia o pedido do Ministério Público em anular as audiências públicas de Belo Monte:

O atraso no andamento da construção da UHE Belo Monte trará graves prejuízos para o país e para o Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, tendo em vista tratar-se de uma obra estratégica dentro desse programa, isso sem falar da demanda crescente por energia elétrica e da necessidade de substituição da energia produzida por termelétricas, mais caras e poluentes, pela hidrelétrica, mais limpa e que não deixa o Brasil na dependência de combustível fóssil importado, como é o caso do gás natural, proveniente da Bolívia (UNIÃO, 2009).

Ao decidir por dar deferimento ao pedido da União, o juiz absorveu os argumentos da AGU ao reafirmar que Belo Monte tinha “vital importância” no programa de investimentos destinados a dotar o país de infraestrutura energética para assegurar o seu crescimento econômico sustentável. Fleury (2015) analisa que na suspensão de segurança, especialmente nesse trecho citado, “quem assume o papel de sujeito atingido ou interessado na definição acerca da construção da hidrelétrica é “o país”, ou “o Brasil”, que a autora pontua como “sujeito não humano e extrapessoal posicionado como aquele que pode ser prejudicado caso o andamento das obras de construção da hidrelétrica seja atrasado” (FLEURY, 2015, p. 9).

As ameaças de grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia pública expostas incontornavelmente nos pedidos de suspensão de segurança exigem, contudo, um imenso exercício para que os juízes saiam do argumento da importância da produção de energia e provem que as paralisações sequentes no licenciamento ambiental e na construção da hidrelétrica realmente causam realmente danos graves à ordem, à saúde, à segurança e à economia pública. A engenharia do poder judiciário também consiste em defender a própria suspensão de segurança tentando, quase sempre, desvincular o seu uso de questões de conveniência política ou administrativa, defendendo a suspensão de segurança como um instrumento “que susta apenas a execução provisória da decisão recorrível” (PERTENCE, 2011, p. 9). Nesse sentido, pontua o juiz Sepúlveda Pertence:

A suspensão de segurança, concedida liminar ou definitivamente, é contracautela que visa à salvaguarda da eficácia plena do recurso que contra ela se possa manifestar, quando a execução imediata da decisão, posto que provisória, sujeita a riscos graves de lesão interesses públicos privilegiados (PERTENCE, 2011, p. 10).

O tom de chantagem em torno da construção da hidrelétrica de Belo Monte sempre se expressa na ameaça de um novo apagão. Como vimos, esse recurso era algo a que o poder público sempre recorria, tendo em vista o seu impacto sobre a opinião pública. O poder judiciário incorpora muito bem esse argumento sem qualquer conhecimento de causa sobre a questão energética brasileira, apenas reproduzindo o senso comum que se estabeleceu em torno desse fato e que acabou dando força à implantação de novas hidrelétricas e fazendo a matriz energética brasileira se arrastar por uma dependência quase absoluta dessa fonte. O recurso discursivo à utilização de caras e poluentes termelétricas torna-se frequente nesse sentido também nas decisões sobre as suspensões de segurança e dá-se basicamente no mesmo tom utilizado pelo poder público, excluindo qualquer possibilidade de debate em torno de outras fontes de geração de energia.

Na suspensão relativa à liminar deferida em favor da ação do MPF que questionava a falta de regulamentação do artigo 176 da CF no processo de licenciamento ambiental, a suspensão concedida alega que a emissão da licença não representa *periculum in mora* para os povos indígenas residentes na Volta Grande do Xingu, uma vez que a Licença Prévia que havia sido suspensa na liminar não tinha efeito de autorização de construção, o que mais uma vez, mostra o quanto a suspensão de segurança institucionaliza os riscos associados à construção da hidrelétrica, já que o aval a uma etapa do licenciamento significa a autorização para prosseguimento dos procedimentos. Nesse sentido, é a suspensão de segurança que se apresenta como um dos elementos primordiais do fato consumado. Por isso, é possível afirmar que as licenças de Belo Monte são, sobretudo, políticas. E o fato de serem políticas configura por si só o poder do estatuto da decisão do Estado em construir a hidrelétrica. Isso acaba criando um caminho de mão única, que é a do devido processo de licenciamento. Nesse sentido, os juízes não conseguem diferenciar legitimidade de legalidade, pois

quando diante de uma obra decidida politicamente, que já está previamente resolvida a ser construída, os juízes preferem não interferir nas escolhas oficiais governamentais, mesmo que essas escolhas já não apresentem qualquer condição de sustentação jurídica.

Célio Bermann (2013) complementa esse raciocínio quando analisa que, do uso das suspensões, pode ser extraído como resultado, a distinção entre duas dimensões do interesse público: um primário e outro secundário. Direitos difusos, coletivos ou individuais estão no plano do interesse público secundário, que está, por sua vez, subordinado ao projeto ou obra do governo, inserido no plano do interesse público primário ou primordial. Essa distinção, segundo Bermann, coloca o indivíduo lesado na qualidade de inferior em relação ao agente público no que tange ao exercício de seus direitos. Isso ajuda também na análise da própria lógica em que a decisão política imerge na decisão judicial, o que revela que a decisão política pode estar dentro da ordem jurídica sem estar. Nesse sentido, o interesse público primário é o que detém o fundamento místico da autoridade, que segundo Derrida (1994), é o que determina que algo tenha força de lei, mesmo sem ser a lei propriamente dita. A eficácia, assim, decorre de modo absoluto de todo ato legislativo válido e consiste na produção de efeitos jurídicos.

Isso substancia a força da decisão governamental, a partir da qual o governo tem “carta branca” para agir da forma como bem lhe aprouver. O que também revela a faceta de um Estado de exceção em Belo Monte, porque com a suspensão da norma, tudo pode ser recriado, e tudo pode ser transformado em juridicamente aceitável nesse processo. E nesse sentido, a lei enquanto possibilidade de controle das ações não tem força de lei, ou seja, em Belo Monte a lei é inaplicável a determinados agentes do Estado, o detentor do interesse público primário. A força de lei, nesse caso, pertence ao ato da decisão política e todos os demais que dela decorrem, a exemplo da própria ilegalidade ou da recriação do direito, que é aquilo que está verdadeiramente fora da ordem jurídica, ou seja, não tem qualquer previsão, diferente da suspensão da norma que transita numa zona de indiferença entre o fato político e o direito. Eis assim a produção do fato consumado em Belo Monte.

CONCLUSÕES

A construção de Belo Monte e o modo como foi realizada nos obriga a retomar o debate sobre a violência dos grandes projetos na Amazônia. Sobretudo porque esse projeto mostra a impossibilidade que o desenvolvimento tem de ser justo quando o seu paradigma principal continua sendo a expansão das fronteiras do capitalismo na região, voltada para a exploração dos recursos naturais. Em Belo Monte, sobretudo, pudemos verificar, mesmo diante de todo o sistema de controle criado para ajustar ao máximo a aplicação de projetos de grande impacto socioambiental, que a natureza do objeto em si já é violenta, porque nega, necessariamente, uma diversidade imensa de outras existências que dependem da integridade do rio para sobreviverem. No entanto, mesmo com a complexidade de todo esse sistema de regras, o Estado brasileiro, materializado em governos de visão tecnocrata, conseguiu suplantar as normas, tornando-as em elementos transitórios. E é nesse sentido que a implantação de Belo Monte se diferencia de projetos implantados durante a ditadura militar, uma vez que esses projetos não dispunham de todo esse rígido controle imposto às grandes obras públicas atualmente.

Dessa forma, podemos dizer que a suspensão da norma e tudo o que dela decorre é um dos traços mais fundamentais da implantação de Belo Monte, que configura na produção de um Estado de exceção. Nesse sentido, ela não se define segundo um modelo ditatorial, como uma plenitude de poderes declarada, mas sim como um vazio e uma interrupção do direito, que vai marcar a força da decisão estatal face a um interesse nacional. Isso torna possível a sua existência no interior do Estado democrático de direito, pois a violência atua a partir da possibilidade de que as ilegalidades contidas nesse processo parem sobre ele, e mostrando, dessa forma, a incapacidade de aplicabilidade da norma quando a decisão do Estado já está tomada. Em outras palavras, esse Estado de exceção é a arbitrariedade em si, sustentada por ela própria. Essa zona de anomia, produzida para a construção de Belo Monte, configura-se a partir de um vazio de direito, fato este que não nega a existência de um processo de disputa em torno do direito, mas nos serve para revelar que há uma grande desigualdade nas forças que compõem essa

luta. O resultado é que, mesmo com a regulação legal existindo, ela encontra-se ausente, impossibilitando qualquer tipo de aproximação da norma com o sentido de justiça. O Direito, nesse sentido, é operado por meio de sua própria suspensão. Assim, o espaço vazio de direito parece ser, sob alguns aspectos, essencial à própria ordem jurídica, como se ela necessitasse mesmo da relação com as anomias para garantir sua existência, mesmo que a exceção seja algo que está no campo do imponderável do Direito, que Agamben nomeia como um não lugar absoluto do direito.

Dessa forma, é que foi possível exercer críticas que se direcionem exclusivamente não só às ilegalidades, mas ao ato em si da decisão judicial pela suspensão, sem que se questione o que, de fato, é produzido como resultado na produção desse território de exceção. Em Belo Monte, nas cidades da região do Médio Xingu que são diretamente impactadas pela usina, a suspensão do Direito tornou-se praticamente uma sensação permanente. Muito próximo de um espaço organizado de uma forma particular, um Estado dentro do Estado brasileiro, com uma dinâmica própria gerada pela obra, com um funcionamento jurídico muito específico e com um soberano igualmente próprio, centralizado na figura da Norte Energia. Não por acaso, esse funcionamento particular do vazio de direito cria nas cidades e nas pessoas determinados *habitus* que as fazem se distanciar da ideia de um poder central, posicionando a Amazônia, ou apenas o Xingu, como um território à parte do Brasil, um mundo particular, onde via de regra, a lei como portadora da justiça não chega.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, G. *Comment l'obsession sécuritaire fait muter la démocratie*. Disponível em: <<http://www.monde-diplomatique.fr/2014/01/AGAMBEN/49997>> Acesso em: 20 fev. 2014.

_____. *Homo Sacer I: le pouvoir souverain et la vie nue*. Paris: Éd. du Seuil, 1997.

_____. *Homo Sacer II: Estado de Exceção*. Trad. Iraci D. Poleti, São Paulo: Boitempo, 2004.

ANEEL. Resolução ANEEL, nº 393, de 04 de dezembro de 1998. Estabelece os procedimentos gerais para Registro e Aprovação dos Estudos de Inventário Hidrelétrico de Bacias Hidrográficas. Diário Oficial [da] União, de 07.12.1998, seção 1, p. 44, v. 136, n. 234.

_____. Resolução ANEEL, nº 395, de 04 de dezembro de 1998. Estabelece os procedimentos gerais para Registro e Aprovação de Estudos de Viabilidade e Projeto Básico de empreendimentos de geração hidrelétrica. Diário Oficial [da] União, de 10.06.2003, seção 1, p. 74, v. 140, n. 110.

_____. Resolução ANEEL, nº 398, de 21 de setembro de 2001. Estabelece os requisitos gerais para apresentação dos estudos e as condições e os critérios específicos para análise e comparação de Estudos de Inventários Hidrelétricos, visando à seleção no caso de estudos concorrentes. Diário Oficial [da] União, de 24.09.2001, seção 1, p. 117, v. 138, n. 183.

ANEEL. Resolução Normativa nº 672, de 4 de agosto de 2015. Estabelece os procedimentos para a realizar estudos de inventário hidrelétrico de bacias hidrográficas. Disponível em: <http://www2.aneel.gov.br/cedoc/ren2015672.pdf> Acesso em: 12 abr. 2016.

BERMANN, C. A resistência às obras hidrelétricas na Amazônia e a fragilização do Ministério Público Federal. Revista Novos Cadernos NAEA. Belém, v. 16, n.2, 2013. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/1205/1858> Acesso em: 10 jan. 2014.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Resolução CONAMA nº 001, de 23 de janeiro de 1986. Diário Oficial da União, 17 de set. de 1986. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res86/res0186.html>. Acesso em: 19 abr. 2016.

_____. _____. Resolução CONAMA nº 009, de 03 de dezembro de 1987. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res97/res23797.html>. Acesso em: 19 abr. 2016.

_____. _____. Resolução CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997. Diário Oficial da União, 05 de jul. de 1990, na Seção I, Pág. 12.945. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res87/res0987.html>. Acesso em: 25 jan. 2014.

BRASIL. Ministério Público Federal. Procuradoria da República do Pará. Tabela de acompanhamento. Processos do caso Belo Monte. Belém, MPF, 2015.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Suspensão de Segurança. Descrição do Verbete. Brasília: Supremo Tribunal Federal, 2015. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/glossario/verVerbete.asp?letra=S&id=218>. Acesso em: 15 jan. 2014

BOURDIEU, Pierre. La violence symbolique et le champ politique. In: *Sociologie et anthropologie chez Pierre Bourdieu: le paradigme anthropologique kabyle et ses conséquences théoriques*. Paris: La Découverte, 2002.

———. *Sobre o Estado*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

———. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

DERRIDA, Jacques. *Force de loi: le fondement mystique de l'autorité*. Paris: Galilée, 1994.

FLEURY, L. O estado de exceção como categoria de análise para os conflitos ambientais: a construção de barragens na Amazônia brasileira entre suspensões de segurança e o “interesse nacional”. In: *39º Encontro Anual da ANPOCS, 2015, Caxambu-MG*.

MICELI, Sergio. Materialismo do Simbólico. In: BOURDIEU, P. *Sobre o Estado*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

NASCIMENTO, Sabrina Mesquita do. *Usina Hidrelétrica de Belo Monte: o campo de forças no licenciamento ambiental e o discurso desenvolvimentista dos agentes políticos*. Dissertação de mestrado. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido da Universidade Federal do Pará (NAEA/UFPA). Belém (PA), 2011.

VIEIRA, Flávia do Amaral. *Direitos Humanos e Desenvolvimento na Amazônia: Belo Monte na Comissão Interamericana de Direitos Humanos*. 243 p. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

RELAÇÕES DE PODER NA POLÍTICA ENERGÉTICA BRASILEIRA: DISCURSOS E MATERIAIS DAS EMPRESAS NO PROCESSO COMUNICACIONAL SOBRE HIDRELÉTRICAS NO RIO TAPAJÓS¹

Larissa Carreira da Cunha²

Edna Ramos de Castro³

INTRODUÇÃO

O investimento na construção de grandes empreendimentos hidroelétricos no país está associado à expansão da oferta de energia para atender principalmente ao setor industrial e os grandes centros urbanos que estão em expansão. Essa oferta de energia está inserida na política nacional de desenvolvimento econômico, cuja principal ação é o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado em 2007, pelo então presidente Lula no seu segundo mandato (2007-2010), cuja estrutura se compõe nos três seguintes eixos: logística, energética, e social e urbana. Segundo o 9º balanço (PAC2, 2013), houve um aumento da capacidade geração de energia elétrica com o PAC 2, em 10.200 MW (3.434 MW em 2013), e entre as usinas que entraram em operação estão UHE Jirau (3.750 MW) e Santo Antônio (3.150 mW), ambas em Rondônia.

¹ Graduação em Comunicação Social pela FACOM/UFPA. Mestre em Planejamento do Desenvolvimento e doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido/NAEA/UFPA. Membro do Grupo de Pesquisa GETTAM.

² Doutora em Sociologia pela École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, França, professora dos Programas de PG em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/NAEA e do PPG em Sociologia e Antropologia/IFCH, da UFPA. Bolsista de Produtividade do CNPq. Líder do Grupo de Pesquisa Estado, Território, Trabalho e Mercados Globalizados/GETTAM. Atualmente é Diretora da SBS e Conselheira da SBPC.

³ Professora do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos

A energia gerada pela hidroeletricidade representa cerca de 20% do total de energia elétrica produzida no mundo, sendo a principal fonte geradora para mais de 30 países (ANEEL, 2002), mesmo com diversos problemas socioeconômicos e ambientais que sempre envolveram os projetos dessa natureza. Isso se dá principalmente pela quantidade de recursos disponíveis em certos países e pelo seu caráter renovável.

Com a reestruturação do setor elétrico brasileiro e o incentivo à geração de energia elétrica de forma descentralizada, as pequenas centrais hidrelétricas tiveram alguns incentivos para investimentos. No ano de 2012, foram aprovados 43 projetos básicos de pequenas centrais hidrelétricas (567 MW), com um total de 859 MW de potência instalada (ANEEL, 2002). Hoje ainda representa cerca de 5% da capacidade instalada em usinas hidrelétricas no Brasil (BEN, 2013). Mesmo assim a maior quantidade de fontes geradoras de energia continua sendo as grandes centrais hidrelétricas.

A produção de energia hidroelétrica por meio das grandes centrais hidrelétricas é prioridade para o atual governo federal, com o intuito de consolidar o país como o terceiro maior potencial hidrelétrico do mundo. Para isso, uma das metas é o aumento na produção de mais de 100.000 MW de energia até 2030 e um maior aproveitamento do potencial hidrelétrico da Amazônia, conforme destaca no Plano Nacional de Energia 2030.

Apesar da retórica de energia renovável e limpa em referência às grandes centrais hidrelétricas, esses empreendimentos provocam grande modificação no meio social, econômico e ambiental onde está situado, transformando o que antes era o curso natural do rio em um grande lago, provocando inundações de áreas, resultando na maioria das vezes no deslocamento compulsório de diversas famílias e de animais, além da submersão da flora.

Desde 1986 o Estudo de Impacto Ambiental se tornou obrigatório no planejamento de projetos hidrelétricos, no entanto muitos autores criticam a forma como ele é concebido, desconsiderando muitos aspectos ambientais e até mesmo a utilização de metodologias que não englobam a totalidade de impactos causados pelas obras, desde a sua construção até o momento em que a água passa pelas turbinas das hidrelétricas. Por isso, o processo de

produção do EIA-RIMA também é permeado de conflitos entre o grupo que o elabora com o movimento ambiental e pesquisadores que discordam da metodologia empregada. Além desse estudo, o processo de implantação de um aproveitamento hidrelétrico corresponde a cinco etapas, a começar pela estimativa do potencial hidrelétrico, na qual são realizados os estudos da bacia hidrográfica, com o intuito de verificar as características topográficas, hidrológicas, geológicas e ambientais, objetivando uma avaliação inicial do potencial e do custo do possível empreendimento.

Dessa forma, a problemática de pesquisa pode ser resumida pelas relações de poder entre o Estado e a sociedade por meio do processo comunicacional do planejamento do Complexo Hidrelétrico do Tapajós, considerando os diversos agentes envolvidos no campo do planejamento energético como as comunidades ribeirinhas, os indígenas, os movimentos sociais, e os agentes hegemônicos como as empresas e o Estado. O objeto de estudo do trabalho é composto pela análise do processo comunicacional do planejamento empresarial das usinas no rio Tapajós, via produção e veiculação de materiais impressos de comunicação que foram distribuídos à população local e regional de forma a positivar os conceitos de energia limpa, desenvolvimento sustentável, preservação ambiental, melhoria de vida, entre outros que foram associados à construção das hidrelétricas São Luiz do Tapajós e Jatobá, cujos estudos de impactos ambiental e viabilidade econômica foram recentemente finalizados pelo GET. Além da análise do material produzido pelo projeto “Diálogo Tapajós” durante os anos de 2013 e 2014, também foram analisados outros conteúdos produzidos pelos demais agentes do campo, bem como as entrevistas realizadas com os diversos grupos de agentes.

1 OS AGENTES E O CAMPO DO COMPLEXO HIDRELÉTRICO DO TAPAJÓS

As relações entre os agentes do campo da produção de energia hidrelétrica no Tapajós, são complexas e de forte conflito. Na maioria dos grupos de agentes não há unicidade sobre o posicionamento referente a determinadas pautas e questões pertinentes ao campo, o que gera mais tensão e conflito. A análise

dessas relações pelo viés da comunicação evidencia algumas estratégias e táticas (CERTEAU, 1990) traçadas para o exercício do poder (FOCAULT, 2007), bem como para a luta e o combate aos grupos hegemônicos ou de maior força.

A inserção da discussão ambiental aliada à geração de energia hidrelétrica, em uma nova abordagem conceitual, é uma das questões que mais geram conflito na esfera pública (HABERMAS, 1984), e acirra a luta no campo, proporcionando principalmente posições de convergência e divergência. A produção de sentido sobre preservação ambiental por diferentes grupos de agentes é evidenciada na imprensa geral, corporativa e alternativa, com abordagens também diversas, mas de forma permanente.

Existe uma grande cumplicidade entre as empresas e o Estado que se converge por relações de parceria, fortalecimento do grupo e contratuais, sendo que a imprensa, principalmente aquela institucional e corporativa, contribui para consolidar o posicionamento desses agentes dentro do campo de forças (BOURDIEU, 1989). Apesar disso, percebemos algumas especificidades quanto ao *habitus* (Ibid, 1989) de cada grupo de agentes, pois vemos o Estado incorporar a prática de proposição das resoluções das demandas necessárias ao desenvolvimento do país, enquanto que as empresas se dispõem ao crescimento econômico.

Quem mais sofre os efeitos do campo são os indígenas, com o menor acúmulo de capital comunicacional, que necessitam do apoio e parcerias firmadas com outros agentes para a produção de pautas na esfera pública. Entre esses, temos principalmente as ONGs e os movimentos sociais “antibarragens” que estabelecem relações de parcerias e fortalecimento do grupo de forma recíproca. As diferenças de crença e religião existentes entre alguns agentes, foram suprimidas em uma aliança em defesa do meio ambiente, a exemplo dos indígenas com a Igreja Católica. O *habitus* desses agentes representa a luta pela manutenção da biodiversidade, percebido pelas entrevistas, e declarações dos integrantes das aldeias.

Outro contexto que contribui para um certo fortalecimento desse grupo na disputa dentro do campo é a consolidação da pauta da discussão ambiental na esfera pública, que resultou em uma maior sensibilização da opinião pública (HABERMAS, 1984), nos últimos anos. Como visto na divulgação em várias

mídias corporativas sobre o adiamento do leilão da usina São Luiz do Tapajós, previsto para dezembro de 2014 e adiado por conta dos prejuízos irreversíveis em terras indígenas, detectado pelos estudos ambientais, destacado no trecho da matéria do site de notícias do grupo Globo:

O Ministério de Minas e Energia adiou o leilão da usina hidrelétrica de São Luiz do Tapajós, a ser construída no rio Tapajós, no Pará, e que estava marcado para 15 de dezembro. A decisão foi publicada na edição desta quarta-feira (17) do Diário Oficial da União. De acordo com o ministério, o adiamento se deve à “necessidade de adequações aos estudos associados ao tema do componente indígena.” A construção da usina vai afetar terras indígenas, assim como ocorre com a hidrelétrica de Belo Monte, também no Pará (Portal G1, 2014)⁴.

Mesmo com benefícios aos agentes indígenas, a inserção da questão ambiental na arena política e empresarial, representa uma estratégia (CERTEAU, 1990) para o domínio e exercício do poder dentro do campo.

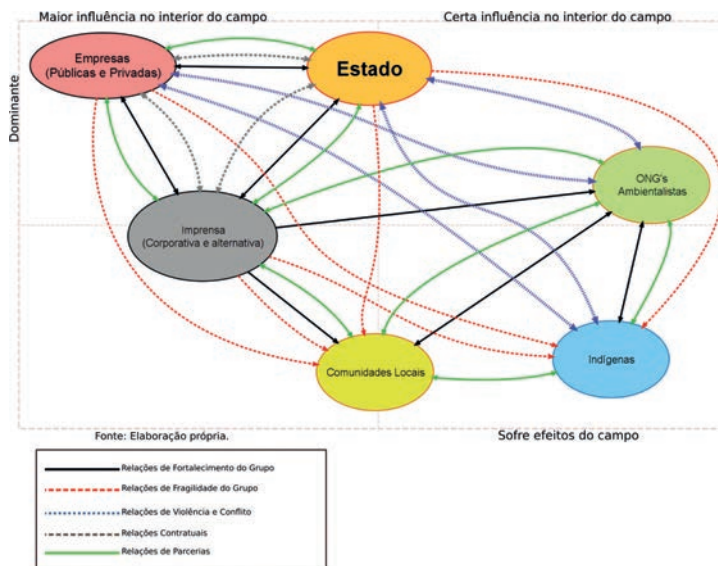
Existem ainda relações de parceria e fortalecimento dos grupos entre indígenas e comunidade locais, também com reciprocidade, bem como deste com os movimentos sociais. No entanto, a presença perversa do Estado em diversas localidades mais afastadas dos municípios polo, juntamente com o forte contato das empresas com esses moradores, propicia o enfraquecimento desse grupo de agentes representados pelas pessoas que vivem nesses locais, principalmente por conta da ação empresarial com o projeto “Diálogo Tapajós”. Essa relação desigual pode ser vista também pelo baixo capital comunicacional que as comunidades possuem em relação ao grupo das empresas.

As opiniões e os posicionamento dos moradores dessas vilas são heterogêneos e por vezes divergentes entre si, mas o *habitus* da busca de melhoria de vida é algo convergente entre a maioria das pessoas.

Assim, a Figura 1 buscou representar graficamente a dinâmica das relações existentes entre os agentes do campo para visualizarmos como se configuram as relações de força entre os membros.

⁴ Trecho da matéria intitulada “Governo adia leilão de hidrelétrica no rio Tapajós previsto para dezembro”, publicada em setembro de 2014. Disponível em <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2014/09/governo-adia-leilao-de-hidreletrica-no-rio-tapajos-previsto-para-dezembro.html>>

Figura 1. Esquema do campo dinâmico da produção de energia hidrelétrica no Tapajós - principais agentes



2 ANÁLISE DOS MATERIAIS IMPRESSOS DO PROCESSO COMUNICACIONAL DO PLANEJAMENTO DAS HIDRELÉTRICAS NO RIO TAPAJÓS

O Grupo de Estudos Tapajós, por meio do projeto “Diálogo Tapajós”, produziu diversos materiais de comunicação que são distribuídos nas comunidades que serão afetadas, caso as hidrelétricas sejam construídas. Foram realizadas palestras, com apresentação de vídeos e informações sobre os conceitos e o funcionamento dos projetos, e distribuídas cartilhas impressas. O público pode fazer perguntas e tirar dúvidas sobre o projeto sob a lógica empresarial, mas não há possibilidade de reivindicações ou tomada de posição, pois é informado que isso deve ser feito em momento posterior, durante as audiências públicas.

Também foram realizadas palestras em escolas e universidades públicas das cidades polo da região, para o público de estudantes e professores. Foram feitas reuniões com representantes do poder local como prefeitos, secretários

e vereadores. Em contraposição, os movimentos sociais reunidos com os indígenas também produzem materiais de comunicação em menor escala e realizam ações de mobilização em defesa do rio, contra as usinas.

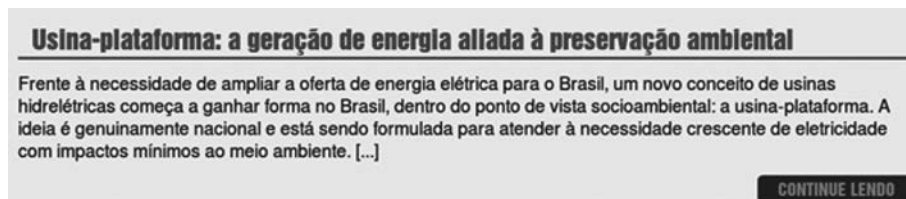
2.1 A POSITIVAÇÃO DOS CONCEITOS SOBRE HIDRELÉTRICAS: DA ENERGIA LIMPA À USINA-PLATAFORMA

A análise dos materiais impressos de comunicação utilizados pelo projeto “Diálogo Tapajós”, integrantes de um projeto amplo de comunicação com produções de conteúdos em diversos formatos (áudio, texto jornalístico, vídeo, etc.), tornou possível a identificação de vários conceitos que compõem a justificativa e a linha argumentativa que estrutura os conteúdos. São eles: *desenvolvimento do país, sustentabilidade, meio ambiente, energia limpa, geração hidrelétrica, energia sustentável, segurança energética, vocação do país, usinas-plataforma, preservação ambiental, entre outros*. Os materiais foram coletados do blog “Usinas do Tapajós”, do site “Grupo de Estudos Tapajós” e entregues diretamente pelas equipes do projeto “Diálogo Tapajós” durante das pesquisas de campo na cidade de Itaituba, no estado do Pará.

Nos argumentos sobre a construção de hidrelétricas na Amazônia em favor do desenvolvimento econômico do país, podemos perceber também como é construída a retórica da energia limpa nos materiais veiculados pelo GET, como forma de positivar a geração de energia em usinas na região. Esse argumento é ratificado quando associado ao conceito de usina-plataforma, criado a partir do planejamento do projeto das usinas no Tapajós.

Conforme informado em entrevista por um secretário do Ministério de Minas e Energia, bem como divulgado em vários materiais do governo federal, a partir dos projetos do Complexo Hidrelétrico do Tapajós, a abordagem da construção de hidrelétricas é modificada de “desenvolvimento sustentável” para “preservação ambiental”, isto é, existe uma mudança na característica do planejamento e construção das usinas que busca consolidar um conceito de respeito ao meio ambiente com a redução máxima possível dos impactos ambientais. Percebem-se então as estratégias e táticas (FOCAULT, 2007) que buscam legitimar, consolidar ou discordar desse novo modelo.

Figura 2. Matéria do site: “Usina-plataforma: a geração de energia aliada à preservação ambiental”



Fonte: Diálogo Tapajós (2013)

A manchete da matéria, publicada no site do projeto, mostra como o argumento do conceito de usina-plataforma é utilizado com o intuito de vender uma ideia de novo, com melhoria para o meio ambiente, ou seja, como o discurso ambiental é apropriado pelas empresas como ferramenta de persuasão acerca da positividade dos projetos, já que uma das áreas de maior conflito na discussão sobre barragens na Amazônia é justamente a questão de impactos ambientais.

Como o próprio título da matéria diz, busca-se consolidar o conceito de usina-plataforma como uma nova forma de geração de energia vinculada à preservação ambiental. Percebemos então que o argumento persuasivo é estruturado conforme a proposição e os dados explicitados na tabela abaixo.

Tabela 1. “Usina-plataforma: a geração de energia aliada à preservação ambiental”: representação dos argumentos

Dados	Proposições
<p>Frente à necessidade de ampliar a oferta de energia elétrica para o Brasil, um novo conceito de usinas hidrelétricas começa a ganhar forma no Brasil, dentro do ponto de vista socioambiental: a usina-plataforma.</p> <p>O Brasil já utiliza cerca de 30% de seu potencial hidrelétrico, estimado em 260 mil megawatts (MW) e grande parte do que ainda não foi utilizado encontra-se na Amazônia, região de alta sensibilidade ambiental.</p> <p>O conceito de usina-plataforma leva em conta a preservação e a conservação do bioma. No caso das usinas do Tapajós, fecharemos um polígono de 200 mil km², que já são áreas protegidas.</p>	<p>A usina-plataforma é um conceito que consolida todas as melhores práticas sociais e ambientais na construção de hidrelétricas durante a fase de planejamento e de construção (proposição central).</p>

Garantias	
A ideia é genuinamente nacional e está sendo formulada para atender à necessidade crescente de eletricidade com impactos mínimos ao meio ambiente.	
Apoios	
O Brasil, detentor de <i>expertise</i> reconhecida internacionalmente em construção de hidrelétricas, desenvolve e aposta no conceito de usina-plataforma.	

Fonte: Elaboração própria (2014).

A proposição central do argumento exalta de forma enfática e geral, benefícios ambientais e também sociais ao argumentar sobre a usina-plataforma que: *consolida todas as melhores práticas sociais e ambientais na construção de hidrelétricas*. Após um histórico longo e marcante de conflitos na construção de projetos hidrelétricos envolvendo questões sociais e ambientais, busca-se uma solução ou melhoramento das questões referentes a esses temas por parte do governo e nesse sentido, há um imenso empenho em obter a aprovação do conceito de usina-plataforma nos projetos, não como atenuante dos impactos, mas como “vetor de preservação ambiental”.

Para isso, utilizam-se dados (fatos ou evidências) que apoiam o argumento como a *necessidade de ampliar a oferta de energia elétrica*, precedidos de um novo conceito *socioambiental*. A estratégia aqui é tornar a discussão desigual em termos de aceitação ou não dos projetos, já que é evidenciada uma necessidade nacional (aumentar a oferta), juntamente com a possível resolução de um dos pontos de maior conflito, o socioambiental. Dessa forma, os pontos negativos ou contrários à construção das usinas são completamente ausentes do texto.

Um outro dado que apoia o argumento é o “baixo” percentual de utilização do potencial hidrelétrico em concomitância com a “alta” disponibilidade da Amazônia pela geração hidrelétrica, criando um senso de lógica para a resolução do problema do aumento da oferta, já que é exaltada grande disponibilidade da Amazônia, com o atenuante dos problemas ambientais por conta do novo conceito de usina-plataforma.

Como forma de garantir ou autorizar esses dados, é ressaltada a qualidade de inovação da ideia que, *é genuinamente nacional*, com atendimento à *necessidade crescente de eletricidade com impactos mínimos ao meio ambiente*, sem, no entanto, haver um aprofundamento da natureza dessa necessidade/demanda, bem como dos impactos que poderiam ser reduzidos, ou seja, os argumentos são vagos. E como estratégia para legitimar essa garantia, é citada a competência, ou *expertise reconhecida internacionalmente* do país na construção de usinas hidrelétricas, como forma de “dar crédito” ao novo conceito de usina-plataforma proposto pelo governo, ou seja, resolveria um problema nacional (oferta) e local (conflitos ambientais). Em outras publicações podemos perceber a reiteração dessas estratégias em períodos diferentes.

Figura 3. Matéria do blog: “Usina-plataforma, uma ideia brasileira”



Fonte: Diálogo Tapajós (2013)

Figura 4. Matéria do blog: “Presidente da Itaipu diz que usina-plataforma é o futuro da gestão hidrelétrica



Fonte: Diálogo Tapajós (2013)

Em contraposição ao argumento positivo do conceito das usinas-plataforma, os movimentos sociais contrários aos empreendimentos, neste caso, a “Aliança Tapajós Vivo” se posiciona ao modelo de usina-plataforma, considerando-o uma falácia e divergindo do que é divulgado pelas empresas, conforme podemos observar na Figuras. A tática é realizada ao se posicionarem contrários a uma pauta amplamente difundida pelo governo e pelo GET. Assim, foi produzida uma cartilha “Tire as mãos de nós! Esse Rio é nossa vida!” com o apoio de movimentos de defesa do rio Tapajós e algumas figuras públicas, contrários aos empreendimentos hidrelétricos, com informações contrárias e divergentes daquelas sobre os projetos e a região do Tapajós.

Figura 5. Cartilha do movimento “Aliança Tapajós Vivo”: “O que promete uma usina plataforma”

O QUE PROMETE UMA USINA PLATAFORMA

Estas usinas, similares às plataformas de petróleo, são uma farsa, pois na maior usina da Petrobras cabem apenas 150 pessoas, e a construção da barragem de São Luiz precisará de 10 mil trabalhadores. Como não poluir e não destruir o meio ambiente?

Construção e operação de forma diferenciada, em áreas ainda não ocupadas pelo homem:

- Equipes que se revezam em turnos longos;
- Construção com canteiros e obras reduzidos;
- Intervenção apenas no entorno imediato da obra;
- Retirada de todos os equipamentos e construções dispensáveis à construção;
- Recuperação ambiental da área impactada.

Só quem desconhece a floresta amazônica vai acreditar na falácia das usinas plataformas. Esta é a promessa! Seremos a cobaia de um modelo ainda não testado?

Mapa das usinas-plataforma:

- UHE - Jamanxim
- UHE - Cachoeira dos Patos
- UHE São Luiz do Tapajós
- UHE Jatoba
- UHE Chacorão
- UHE Tabajara
- UHE Cachoeira dos Patos
- UHE Água Limpa
- UHE Cachoeira do Cai
- UHE Jamanxim
- UHE Jardim do Ouro
- UHE Toricoejo

Legenda:

- Bacia do Rio Tapajós
- Bacia do Rio Araguaia - Rio das Mortes
- Bacia do Rio Madeira

15

Fonte: Aliança Tapajós Vivo (2011)

Percebemos que a proposição central do argumento do movimento “Aliança Tapajós Vivo” na figura da cartilha, é que as usinas-plataforma são uma farsa, apoiado pelos dados (evidência) de que é incongruente a comparação entre estas e as plataformas de petróleo, já que *na maior usina da Petrobras cabem apenas 150 pessoas, e a construção da barragem de São Luiz precisará de 10 mil trabalhadores*. A tática é desconstruir o argumento das empresas de caracterizar as usinas-plataforma como um vetor de preservação ambiental, por meio da evidência de argumentos lógicos.

Um dos pontos mais ressaltados como positivos pelas empresas e pelo GET é o caráter inovador do modelo, como já visto anteriormente, porém percebemos que este é um dos eixos de contraposição usado pelo movimento quando negativiza a implementação de algo que nunca foi “testado” ou realizado antes, comparando o novo formato como uma experiência de laboratório, na qual não se sabe se os resultados serão positivos ou negativos, mas ressalta dados que são desfavoráveis ao êxito do projeto, por isso a afirmação *Esta é a promessa! Seremos cobaia de um modelo ainda não testado?*

Segundo o governo federal, a proposta de usina-plataforma deve ser implementada em locais onde não haja presença humana, sendo portanto, um vetor de preservação ambiental por não construir cidades no entorno das barragens. Dessa forma, podemos perceber como é retratada nos materiais do GET a região Amazônica, a partir dessa premissa.

3 REPRESENTAÇÕES SOBRE A AMAZÔNIA: A REPRESENTAÇÃO DO VAZIO HUMANO E DA INESGOTABILIDADE DE RECURSOS NATURAIS

É recorrente a representação da Amazônia por um imaginário de local distante, com natureza abundante ainda não dominada. Nos materiais do GET podemos perceber algumas características dessas reiteraões da imagem local no cenário nacional, bem como as estratégias utilizadas para a representação especificamente da região do Tapajós.

A figura da cartilha de São Luiz do Tapajós mostra a representação de uma Amazônia pouco habitada, destacando apenas uma casa e dois

moradores/trabalhadores, reiterando a conotação de “vazio humano”, um local onde a natureza prevalece, é abundante e parece intocada, evidenciada pela imensidão do rio, das árvores e pela extensa área de areia. Percebe-se também a representação de infraestrutura precária, com ausência de energia elétrica, água encanada e a evidência de uma casa construída com barro e palha. A imagem dos trabalhadores ao cumprimentarem-se demonstra uma perspectiva diferenciada (o homem 1 está em uma perspectiva bem maior que o homem 2) mostrando que estão distantes fisicamente um do outro. Os braços levantados como sinal de cumprimento simboliza que a comunicação feita entre os moradores das vilas é feita de forma pessoal, ou seja, sem a mediação tecnológica, enfatizando a falta de infraestrutura de comunicação.

Figura 6. Cartilha “A barragem e os impactos” - São Luiz do Tapajó



Fonte: Diálogo Tapajós (2013)

Há uma busca pela representação de que o local não gera frutos. A imagem da árvore apenas com folhas e sem frutos faz uma analogia com o homem que está sentado à sua beira, com uma enxada em cima das suas pernas, descansando ou à caminho do roçado, que é uma atividade de trabalho simples e informal, que caracteriza um modo de vida de subsistência, que não gera dividendos para o país. Essa representação pode ser vista em outras imagens dessa mesma cartilha como a seguir.

Figura 7. Cartilha “A Barragem e os Impactos”: atividades de trabalho.⁵



Fonte: Diálogo Tapajós (2013).

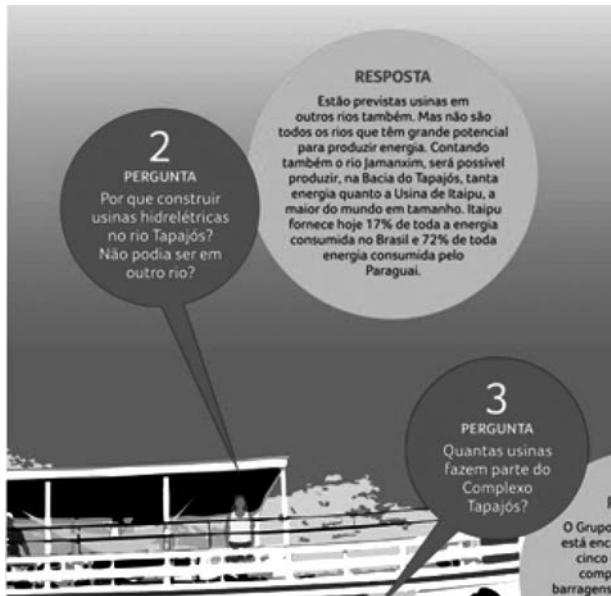
A montagem com duas imagens retiradas da cartilha em análise, mostra como é o trabalho dos moradores das vilas da região do Tapajós e ressalta as atividades informais e de subsistência, conotando a pouca importância em termos econômicos para a nação. A primeira imagem da figura destaca a informalidade do trabalho com duas mulheres sentadas ao chão descascando mandioca. Do mesmo modo, a segunda imagem mostra a atividade do pescadeiro em pequena escala e com pouca estrutura. A natureza ainda prevalece sobre os moradores pelo tamanho do rio em comparação à área que está sendo utilizada para a pesca, enfatizando a abundância dos recursos naturais.

É importante destacar que todas as pessoas são representadas sem rostos, criando uma imagem de homogeneidade, convergindo para a conotação do conceito de “povos da floresta”, invisibilizados, indistintos e padronizados com um mesmo perfil. As roupas todas do mesmo estilo (cores lisas sem estampas, blusa e short ou bermuda) concorrem para essa homogeneização.

⁵ Montagem feita pelas autoras com duas imagens da mesma cartilha.

Outro ponto importante é o sentido que se busca construir de Amazônia e da região do Tapajós como vocação natural para a hidroeletricidade como podemos ver na resposta do balão 2 da Figura 8, da mesma forma como é construído para o país visto anteriormente.

Figura 8. Cartilha “A Barragem e os Impactos” - Jatobá



Fonte: Diálogo Tapajós (2013)

Ainda com um discurso retórico deliberativo, percebemos a exaltação positiva do *grande potencial* do rio Tapajós e de toda a bacia, incluindo o rio Jamaxim. A intencionalidade é consolidar a ideia de vocação natural do país em uma região que “ainda não foi explorada”, por isso o destaque para o Tapajós e a analogia com Itaipu, como estratégia persuasiva, descrita como importante projeto para o Brasil e o Paraguai. O potencial da Amazônia para a construção de usinas é utilizado como justificativa e argumento para a exploração da região em grandes projetos.

O potencial inexplorado da região é usado junto com o argumento da necessidade do aumento da energia hidrelétrica por conta de uma demanda

nacional de energia como base para o desenvolvimento econômico, como vemos nas estratégias persuasivas de algumas partes destacadas do material audiovisual publicado no blog.

CONCLUSÃO

Após a análise dos materiais de comunicação do Grupo de Estudos Tapajós (cartilhas e materiais impressos), das entrevistas com os agentes do campo e dos materiais desenvolvidos pelos movimentos sociais, bem como os resultados obtidos nas entrevistas de campo, percebemos a configuração de um campo de força em permanente disputa pelos projetos hidrelétricos do rio Tapajós, seja pela sua legitimação ou negação. Para a produção dos sentidos sobre o complexo hidrelétrico, o poder simbólico é exercido mediante a acumulação do capital simbólico, que neste caso se trata do capital comunicacional, permitindo que um grupo de agentes tenha maior influência no campo sobre outros grupos de agentes.

Assim, fica evidente que as empresas do GET e o Estado (governo federal) possuem um grande capital comunicacional e também capital financeiro que subsidia a produção do sentido positivo sobre a construção das UHE São Luiz do Tapajós e UHE Jatobá. Os argumentos utilizados estão direcionados a dimensões territoriais e públicos distintos, e a difusão dos conteúdos possui uma abrangência muitas vezes maior do que o conseguido pelos demais agentes do campo. Para isso são utilizadas estratégias de compartilhamento de conteúdos entre as empresas, o governo e outras mídias corporativas, possibilitando a divulgação dos conteúdos entre os seus canais de comunicação. Então uma notícia sobre “benefícios das hidrelétricas na Amazônia” que é veiculada no site *Canal Energia*⁶, por exemplo, é replicada no site e/ou blog do Diálogo Tapajós.

Além do poder simbólico, essa aliança é possível pelo poder político e financeiro das empresas, que apesar de autônomas no campo, possuem forte relacionamento harmonioso e parceiro com o governo federal, evidenciado pela convergência entre o discurso de ambos, no qual prevalece a segurança

⁶ Disponível em <http://canalenergia.com.br>

energética para o desenvolvimento econômico do país, em detrimento das minorias (comunidades locais e indígenas), que mesmo assim são colocados em um contexto de melhoria de vida após a instalação dos projetos, como resumido no trecho de um artigo do blog “Usinas do Tapajós”: *estamos diante de um projeto que poderá atender 20 milhões de residências, contribuir para o desenvolvimento econômico do país e assegurar vida digna a milhões de brasileiros*⁷.

Em contraposição, as ONG e os movimentos sociais têm pouco capital comunicacional, e necessitam sempre de apoio financeiro para a produção de materiais de comunicação, além do alcance das suas produções ser bem mais restrito territorialmente do que dos agentes dominantes, mesmo que hajam materiais divulgados na internet. E como tática para enfrentar o conflito com a produção dos sentidos positivos dos agentes empresariais, vários movimentos sociais também se reúnem em grupos, como a *Aliança Tapajós*, que permite uma maior força para a mobilização das ações e produção de materiais de comunicação como as cartilhas.

Percebemos que o conflito entre as afirmações dos conceitos dos agentes se dá de forma relacional, por meio da divergência, convergência ou indiferença aos sentidos produzidos no campo, e no caso dos movimentos sociais essa tomada de posição, em relação aos conceitos fabricados pelos agentes dominantes, é utilizada como tática para o enfrentamento do conflito.

Então enquanto os agentes empresariais afirmam que o novo conceito de usina-plataforma para a construção das hidrelétricas será um vetor de preservação ambiental, os movimentos sociais rechaçam essa proposta caracterizando o povo do Tapajós como “cobaias” de uma experiência que nunca foi testada. Outro exemplo é sobre as visitas às comunidades locais pelas equipes do “Diálogo Tapajós”, que para o agente empresarial é uma ação dialógica e inclusiva, com troca de informações e comunicação entre o projeto e os moradores das vilas. Porém, a representação feita pelos agentes dos movimentos sociais, sobre as palestras e reuniões simbolizam apenas transmissão de informação e imposição de decisões já tomadas pelos representantes do governo.

⁷ Trecho do artigo “Hidroeletricidade no Brasil: caso UHE Tapajós”, publicado no blog “Usinas Tapajós”, em 2014.

Taticamente a escolha dos conteúdos produzidos pelos movimentos sociais é feita com base nas pautas definidas pelos agentes empresariais, mostrando o embate de significados em cada categoria disposta no campo comunicacional.

convergência com o discurso governamental e o objetivo fim, que é a construção do Complexo Hidrelétrico do Tapajós. Essa relação fortalece as empresas politicamente e legitima o seu trabalho. Além disso, vale destacar que dentro do grupo formado pelas empresas do GET, estão duas empresas públicas, sendo uma delas a coordenadora do grupo.

A retórica positiva sobre os projetos hidrelétricos tem um evidente objetivo de legitimar a ação empresarial de implantação das usinas no rio Tapajós, via formação de uma opinião pública convergente ao discurso produzido pelos agentes hegemônicos, na busca por um apoio da sociedade em geral, por meio da mídia. Essa busca por legitimidade via produção discursiva com a mídia corporativa e pelo apoio da opinião pública, não se restringe ao âmbito local, fazendo parte de uma estratégia global. Os principais canais de informação do grupo de estudos Tapajós, o site e o blog, exemplificam esse direcionamento estratégico, ao notarmos que os conteúdos podem ser traduzidos para as línguas inglesa e espanhola. Então, a estratégia econômica de implantação de grandes projetos hidrelétricos na Amazônia é global, bem como as estratégias discursivas midiáticas sobre a formação de uma opinião pública convergente aos interesses empresariais.

REFERÊNCIAS

ANEEL. Relatório ANEEL 2012. Agência Nacional de Energia Elétrica. Brasília, 2013.

BEN. Boletim Energético Nacional. Ministério de Minas e Energia. Brasília, 2013.

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

CERTEAU, M. de. *A invenção do cotidiano: 1, artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1998.

DUTRA, M. S. *A natureza da mídia: os discursos da TV sobre Amazônia, a biodiversidade, os povos da floresta*. São Paulo: Annablume, 2009.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2007.

HABERMAS, J. *Teoría de la Acción Comunicativa*. Madrid: Taurus, 1999.

MME. *Matriz Energética Nacional 2030*. Ministério de Minas e Energia. Brasília, 2007.

RODRIGUES, A. D. Processos cognitivos e estratégias de comunicação. In: *Revista do Centro de Estudos Judiciários*, nº 7 (2º Semestre 2007), 191-214, 2007.

Periódicos e sites:

Blog “Usinas do Tapajós”. Disponível em: <<http://www.usinasdotapajos.com.br/>>. Acesso em: 22 set. 2014.

Grupo de Estudos do Tapajós. Diálogo Tapajós. Disponível em: <<http://www.grupodeestudostapajos.com.br>>. Acesso em: 17 jan. 2014.

REGULAÇÃO DA MÍDIA: UMA DEMANDA PÚBLICA

Pedro Loureiro de Bragança¹

INTRODUÇÃO

Uma das primeiras metodologias elaboradas para tentar compreender por que as notícias são como são é a chamada Teoria do Espelho, que Felipe Pena (2006, p. 125) explica ter como base a “ideia de que o jornalismo reflete a realidade” e “as notícias são do jeito que as conhecemos porque a realidade assim as determina”. Surgida na segunda metade do século XIX e atrelada às mudanças na imprensa americana (p. 126), a teoria situa o jornalista como “mediador desinteressado, cuja missão é observar a realidade e emitir o relato equilibrado e honesto sobre suas observações, com o cuidado de não apresentar opiniões pessoais” (p. 125). O dever jornalístico é informar, buscando a verdade acima de qualquer coisa e entregando-se à objetividade, “cujo princípio básico é a separação entre fatos e opiniões” (p. 125).

De acordo com Felipe Pena (2006, p. 126), a comunidade jornalística defende a teoria do espelho até hoje “com base na crença de que as notícias refletem a realidade”, pois ela dá “legitimidade e credibilidade aos jornalistas, tratando-os como imparciais, limitados por procedimentos profissionais e dotados de um saber de narração baseado em método científico que garante o relato objetivo dos fatos”, todavia esta teoria encontra bastante fragilidade em um primeiro aspecto porque “a linguagem neutra é impossível”, haja vista que “não há como transmitir o significado direto (sem mediação) dos acontecimentos” (p. 128), além disso

as notícias ajudam a construir a própria realidade, o que inviabiliza a existência de um simples reflexo do real. Na verdade, os próprios

¹ Bacharel em Direito e em Comunicação Social pela UFPA). Mestre em Planejamento do Desenvolvimento e doutorando no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido/NAEA/UFPA. Membro do Grupo de Pesquisa GETTAM.

jornalistas estruturam representações do que supõem ser a realidade no interior de suas rotinas produtivas e dos limites dos próprios veículos de comunicação (PENA, 2006, p. 128).

Partindo deste pressuposto, é preciso ter em mente que atualmente as empresas de comunicação atualmente são “megaconglomerados de mídia, em que o jornalismo é apenas uma de suas atividades” (PENA, 2006, p. 96). Vejamos como exemplo a TV, que é o veículo de comunicação com maior alcance nacional. Surgida logo após a Segunda Guerra Mundial, seu modo de formação seguiu duas linhas distintas: a britânica e a americana. “A primeira sob o controle político e editorial do Estado, enquanto a segunda cresceu às custas dos investimentos privados e partiu de uma lógica liberal” (p. 97), sendo a TV britânica sustentada pelos impostos enquanto a americana pela publicidade. A principal diferença entre ambos os modelos era a preocupação com a audiência, desnecessária na Grã-Bretanha, em razão do financiamento público, e obrigatória nos EUA, por questões de mensuração de preço e espaço publicitário, diretamente relacionados com a arrecadação da emissora.

Pena também explica que ambos os paradigmas podem sofrer algum tipo de censura, posto que, “embora, à primeira vista, o britânico pareça mais democrático e qualitativo [...] e o controle editorial esteja nas mãos de instâncias representativas, a censura governamental pode ser facilitada” (p. 98), enquanto que “o modelo americano pode acabar censurado pelas grandes corporações, que são seus anunciantes, já que prega a desregulamentação” (p. 98). Indo mais adiante no raciocínio, fica evidente que os noticiários da emissora que recebe verbas publicitárias de uma empresa tendem a não apresentar pautas negativas acerca do produto anunciado em seus intervalos comerciais, por exemplo, ficando evidente a demanda das corporações pela manutenção de seus interesses em relação à mídia neste modelo que acabou sendo adotado pela maior parte dos países do ocidente, na quase totalidade das mídias (p. 98).

Aprofundando a reflexão “a própria mídia tornou-se uma grande corporação, ou melhor, grandes corporações com tentáculos em todo o mundo” (p. 98). Felipe Pena explica que com a hegemonia do pensamento neoliberal, a desregulamentação das mídias e a junção de capital com informação, passa-

se por cima dos regionalismos e culturas locais (p. 98-99). A globalização estabeleceu o conceito de “glocal” em que “apesar das matrizes fixarem os conteúdos e as linguagens, há alianças estratégicas com as empresas locais, valendo-se de suas malhas de distribuição e de seu conhecimento regional para escalar a produção global” (p. 99) e cita como exemplo a CNN em espanhol e a Paris Match em russo. Todavia esta condição é muito criticada por se tratar apenas de um regionalismo aparente, que não chega a ser nem simbiótico e sim uma espécie de colonialismo cultural, modelando gostos e padrões de comportamentos. “Em outras palavras, mesmo que o McDonald’s do Rio de Janeiro sirva um sanduíche de picanha, a cultura ainda é a do fast food” (PENA, 2006, p. 100).

Neste sentido, Juremir Machado da Silva (2000, p. 100) cunhou o termo “miséria do jornalismo brasileiro”, que deu título a um de seus livros, o qual explica que esta “deriva do fato que os veículos ditos nacionais são, na verdade, regionais e voltados em grande parte ao interesse dos estados ou cidades aos quais pertencem”. As principais notícias dos veículos de circulação nacional são concentradas no Rio e em São Paulo, ampliando as diferenças regionais entre os centros mais e menos desenvolvidos economicamente, desta maneira

o local tornou-se nacional por prestígio e imposição, mas somente o local-central. Rio de Janeiro e São Paulo não precisam conspirar contra a periferia nem praticar algum tipo de neoimperialismo cultural. Basta-lhes cumprir a lógica das próprias ilusões: o que publicam é o mais importante para todos porque eles o publicam. Em plena globalização, catapultada pela comunicação em rede, o eixo Rio-São Paulo continua a fazer a lei no Brasil da informação, da cultura e da economia (SILVA, 2000, p. 101).

Felipe Pena (2006, p. 98) pondera que mesmo o famoso liberalismo americano exige regulamentação para as emissoras de TV aberta, sendo estabelecido um limite de audiência global fixado em 30 pontos, no qual o líder tende a oscilar na casa dos 10 pontos percentuais. “A medida foi tomada ainda no governo Kennedy, na década de 1960, pois o presidente percebeu que se houvesse uma emissora com o monopólio da audiência, seu governo estaria nas mãos dela, como acontece no Brasil e na Itália” (p. 98).

1 O “CORONELISMO ELETRÔNICO”

Na introdução ao debate “Estado e comunicação”, em livro homônimo, César Bolaños (2008) admite que uma das acepções da comunicação é sua utilização como instrumento de poder. Deste ponto de vista ela se apresenta no paradigma capitalista sob dupla forma: “propaganda, ligada aos interesses de legitimação do capital em geral, ou do Estado, e publicidade, vinculada às necessidades de acumulação do capital dos capitais individuais em concorrência” (p. 17). Neste debate o autor relembra que a partir da chegada da televisão, na década de 1950, “os mercados culturais e de comunicação se organizaram sob a forma de oligopólio concentrado” (p. 18) que dotou as empresas líderes de audiência de “um extraordinário poder e liberdade de ação, a ponto de ameaçar efetivamente, não o poder do Estado, mas a estabilidade dos governos” (p. 18). Isso ocorre porque a “hegemonia cultural, controle da informação e poder de censura passam da mão do Estado para um grupo extremamente reduzido de empresas, responsáveis agora pela organização do debate público” (p. 19), algo considerado prejudicial para a democracia dependendo “do grau em que o próprio Estado nacional se submete aos interesses particulares da oligarquia que controla os grandes meios de comunicação” (p. 19). No Brasil este cenário reflete o que Venício Lima (2012, p. 224) denomina como “coronelismo eletrônico”.

Embora a Constituição Federal de 1988 (CF/88) preconize “a busca do equilíbrio entre os sistemas como forma de democratizar as comunicações”, Lima (2012, p. 25) explica que no Brasil o sistema de radiodifusão é predominantemente privado por opções feitas na distante década de 1930 e segue com poucas mudanças em função de um obsoleto Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT). Foi instituído pela lei 4.117, de 27 de agosto de 1962, marcando também a fundação da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT), que representa os interesses dos empresários de radiodifusão, cuja maioria “apoiou o golpe de Estado que, apenas um ano e meio depois da aprovação do CBT, destituiu do poder o presidente João Goulart” (LIMA, 2012, p. 25).

O presidente deposto havia feito 52 vetos à lei e todos foram derrubados no Congresso Nacional, no que Venício Lima considera “uma inédita demonstração de força da radiodifusão privada no país” (p. 25). A revogação dos vetos determinaram prazos de 15 anos para as concessões de televisão e 10 anos de rádio e o deferimento tácito das suas prorrogações, caso o órgão competente não se pronunciasse em 120 dias. As omissões mais graves dizem respeito “aos limites da propriedade e à propriedade cruzada dos meios”. Tais omissões contribuíram decisivamente para a “concentração da propriedade de mídia” no país (LIMA, 2006, p. 25).

A única limitação à propriedade dos meios de comunicação foi introduzida em modificação feita pelo artigo 12 do Decreto 236/1967 e virou letra morta, em contrapartida não há qualquer restrição à propriedade cruzada dos meios, ou seja, “à possibilidade do mesmo grupo empresarial controlar, num mesmo mercado, emissoras de rádio (AM e/ou FM) e televisão (aberta ou paga)” (p. 26). Também não existe nenhuma restrição clara àqueles em gozo de imunidade parlamentar para ser concessionários, apenas que “o parlamentar não pode exercer a função de diretor ou gerente de empresa concessionária”. A CF/88 também proíbe deputados e senadores de manter contratos ou exercer cargo, função ou emprego remunerado em empresas concessionárias de serviço público, mas é evidente o “vínculo de oligarquias políticas regionais e locais com a radiodifusão no Brasil” (p. 26), já mostradas no primeiro tópico deste capítulo.

Venício Lima (2012, p. 26) afirma que tudo isso resultou na “formação e consolidação histórica de um sistema de mídia que tem, desde as suas origens, a propriedade cruzada e o vínculo político como uma das suas principais características” (p. 26) e cita os dois maiores conglomerados de comunicações já formados no Brasil: “os Diários Associados, dominantes durante boa parte do século passado, e as Organizações Globo, hegemônicos dos anos 70 até os nossos dias” (p. 26). O crescimento e a consolidação destes grupos ocorreram “através da propriedade cruzada e de afiliações regionais com oligarquias políticas, em diferentes estados da federação” (p. 26). Com mais de 50 anos de existência da CBT, o autor defende a “necessidade inadiável de um marco regulatório para as comunicações no Brasil que substitua esse superado diploma

legal” (p. 26) e defende que esta regulação “deve assegurar a pluralidade, a diversidade e o localismo nas comunicações e ter como horizonte o interesse público” (LIMA, 2012, p. 27).

2 REGULÇÃO X CENSURA

Conforme entendimento de Venício Lima (2012, p. 322), “um marco regulatório se refere à regulação do mercado de mídia e à garantia de direitos humanos fundamentais”, além disso ela contribui para “impedir a propriedade cruzada e a concentração do controle nas mãos de umas poucas famílias e oligarquias políticas; garantir competição, pluralidade e diversidade”. Um novo dispositivo legal pode coibir a perpetuação do “coronelismo eletrônico”, além de “garantir o direito de resposta, inclusive o direito difuso, e o direito de antena”.

De acordo com Gilberto Maringoni (2013, p. 29), os defensores das mudanças argumentam que “o setor é monopolizado e um novo pacto legal teria por base a defesa do pluralismo de opiniões”, no entanto “as empresas de mídia alegam estar diante de ameaças de censura e cerceamento à livre circulação do pensamento” e esta suposta ameaça estaria na “regulação dos meios de comunicação”.

Maringoni (2013, p. 39) cita governos progressistas da América do Sul, como Argentina, Bolívia, Equador e Venezuela, países que propuseram reformas em suas leis de comunicação, como epicentros do que a mídia considera uma “pretensa ameaça autoritária”, no entanto, Lima (2012, p. 322) questiona por que a mesma mídia não considera que a “liberdade de imprensa viva sob permanente ameaça” em democracias como EUA, Inglaterra, França, Alemanha, Portugal e Espanha, países onde há décadas existe marco regulatório para o campo das comunicações, ou seja, regulação da mídia (p. 323).

Para César Bolaños (2008, p. 19), “é ilusão pensar que os avanços da tecnologia, ao ampliar inclusive o número de canais e de possibilidades de comunicação horizontal” podem sobrepujar, por si só, os supramencionados desafios da liberdade de expressão, pois acredita que “apenas a organização

dos atores sociais não hegemônicos, conscientes da necessidade de uma comunicação liberada, poderá romper este círculo vicioso de poder e manipulação” (BOLAÑOS, 2008, p. 19).

Em outras palavras, Bolaños (2008) acredita que as aludidas “inovações tecnológicas no campo da informação e da comunicação poderão servir ao propósito da democratização da comunicação” (p. 20), como é o caso da Pública e de várias outras agências independentes de jornalismo investigativo e demais veículos pluralistas de informação que se proliferam na internet, ainda assim “a luta passa pelo Estado, enquanto lócus de disputa pela hegemonia e garantidor dos compromissos institucionalizados a que se chega a cada momento histórico particular” (p. 20), pois considera que “a transição democrática no Brasil não se completará enquanto não houver uma verdadeira transformação do sistema de comunicações herdado do regime militar” (p. 21). Diferentemente do que aconteceu em países como a Espanha, “o sistema brasileiro é dominado pelos mesmos atores hegemônicos durante o período autoritário” (BOLAÑOS, 2008, p. 20-21).

Considerando que “todas as tentativas de controle democrático via regulamentação, no país, desde a Constituinte de 1986, se mostraram inócuas frente ao poder dessas empresas”, esperava-se que “a ascensão ao poder de um governo de origem nos movimentos populares” colocasse em pauta “o problema do controle da informação e da esfera pública por um restrito grupo de empresas oligopólicas”, porém, os intentos dos governos Lula (2003-2010) e Dilma (desde 2011) neste caminho redundaram, de acordo com o autor, em fracasso inapelável (BOLAÑOS, 2008, p. 21).

Este patronato da comunicação social brasileira tem atuação dúbia em relação ao Estado, conforme explica Murilo César Ramos (2008, p. 27), quando utiliza a censura à liberdade de imprensa como escudo “cada vez que alguma iniciativa toma corpo na sociedade em favor da afirmação pelo Estado de direitos dos cidadãos no campo da comunicação social”, porém não se intimida “para exercer todo o poder de pressão que dispõe para assegurar privilégios”, especialmente no que concerne a obter do mesmo Estado “tratamento diferenciado para suas demandas econômicas, financeiras, tributárias, regulamentares e regulatórias” (RAMOS, 2008, p. 27).

Exemplo desta relação bipolar é ilustrado pela jornalista Eliane Brum em artigo intitulado “O que Belo Monte delata sobre todos os lados”² publicado em 11 de abril de 2016 na sua coluna na versão brasileira do portal El País, quando afirma já no subtítulo que “quando a narrativa da propina se impõe sobre a da violação de direitos humanos, as contradições em jogo neste momento histórico são denunciadas”.

O artigo conta que a “hidrelétrica só se torna objeto de denúncia quando a ela é relacionado um esquema de propinas que ainda precisa ser comprovado” e a dubiedade da relação da imprensa com o governo se relaciona ao fato de que esta sempre considerou Belo Monte “como se fosse a parte boa do governo Dilma” ou uma “magistral obra de engenharia” e só agora “passam a denunciar a usina na expectativa de que, desta vez, a presidente seja alcançada” enquanto violações de direitos humanos e destruição ambiental produzidas pela hidrelétricas, fartamente documentadas, foram silenciadas durante todo o processo de construção, bem como também houve silêncio “quando a licença de operação foi dada à hidrelétrica sem que a empresa tivesse cumprido a totalidade das condicionantes que, como o nome diz, eram as condições para que pudesse funcionar” (BRUM, 2016).

O caso da de Belo Monte é um exemplo das relações que envolvem o poder econômico (representado pelas empreiteiras), o poder político (desempenhado pelo Estado) e o poder comunicacional (dos representantes da mídia hegemônica) em um primeiro momento, quando estão em conluio; e num segundo momento, quando estão em conflito por seus próprios interesses, como a autora complementa:

A maior denúncia é justamente o fato de que Belo Monte só vira denúncia quando aparece um esquema de propinas que, se comprovado, pode atingir a última campanha presidencial. É aí que se revela o que tem valor. É o quanto a indignação é seletiva e depende dos fins. Se compactuarmos que este é o valor no que se refere a Belo Monte, em nome do qual tantos tiveram suas vidas aniquiladas para que as engrenagens seguissem se movendo, não seremos diferentes daqueles que acusamos. Se não houver mudança no que tem valor, não haverá mudança nenhuma (BRUM, 2016).

² Disponível em <http://brasil.elpais.com/brasil/2016/04/11/opinion/1460390361_909016.html>. Acesso em: 16 abr. 2016.

A conta do insucesso e da falta de regulação da mídia brasileira vem sendo cobrada nas campanhas de intimidação midiática promovidas pelos principais meios de comunicação, aliada ao capital, em relação ao governo federal, partidos e vertentes políticas que representam, culminando com a campanha pelo “impeachment”, em abril de 2016, não sendo possível prever até onde vai essa cruzada. Altamiro Borges (2013) critica a ausência de convicção política do governo federal sobre o caráter estratégico da mídia, acabando por se acovardar diante do tema, por consequência “aumenta a responsabilidade dos movimentos sociais e dos ativistas digitais na luta pela conquista da verdadeira liberdade de expressão no Brasil” (p. 38).

3 A NECESSIDADE DE UM MARCO REGULATÓRIO

O Intervezes – Coletivo Brasil de Comunicação Social³ lançou em outubro de 2015 um *e-book* de 64 páginas chamado “Caminhos para a luta pelo direito à comunicação no Brasil - como combater as ilegalidades no rádio e na TV”. A publicação explica que “apesar da centralidade que os meios de comunicação adquiriram na vida contemporânea, eles ainda são tratados majoritariamente como espaços pertencentes a poucos grupos” e complementa afirmando que “a exclusão das maiorias sociais da mídia e o controle da informação serviram historicamente para garantir privilégios e manter a desigualdade no acesso ao poder”.

É muito conveniente para os chamados “donos da mídia” que a sociedade fique alheia aos meios de comunicação enquanto bens de interesse público e seu direito a acessar uma diversidade de informações e opiniões, bem como “não possua espaços para fazer denúncias e cobrar reparação diante de notícias falsas, distorções, preconceitos ou do silêncio imposto aos movimentos sociais”, limitando assim os debates, a participação social e potenciais conquistas, pois “uma sociedade que não conhece seus direitos não pode reivindicá-los” (INTERVOZES, 2015, p. 7). A cartilha do Intervezes tem o objetivo de

³ Disponível em: <<http://intervezes.org.br/>>. Acesso em: 17 abr. 2016.

compartilhar dados sobre o direito à comunicação no Brasil, apontar as violações mais frequentes praticadas pelos concessionários do serviço na área da radiodifusão, bem como apresentar formas de coibir tais práticas, inclusive os instrumentos normativos que podem ser usados para isso (INTERVOZES, 2015, p. 9).

Ela também faz uma importante diferenciação entre “regulação” e “regulamentação”: enquanto que o primeiro consiste em “procedimentos ou regras definidas em leis e outros instrumentos normativos feitos pelo Estado para orientar a atividade econômica pública e privada e proteger o interesse público”, o segundo diz respeito a atos complementares, exclusivos da Presidência da República, “que objetivam detalhar e tornar as leis gerais operativas”. Cabe ao chefe do Executivo nacional “a atribuição de sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, bem como expedir decretos e regulamentos para a execução delas”.

Como já dito neste capítulo, a despeito da maioria dos países democráticos já terem marcos regulatórios, é conveniente para os veículos de comunicação brasileiros confundir intencionalmente regulação com censura, para impedir qualquer discussão, pois “as regras do setor são lembradas pela mídia quando podem ser utilizadas em benefício próprio”, todavia, “na maioria dos casos em que poderiam proteger o interesse público, são completamente ignoradas”. Por esta razão, “movimentos sociais e organizações da sociedade civil defendem a reorganização do sistema de comunicação com a aprovação de um novo marco regulatório para o setor”. As propostas foram elaboradas a partir de iniciativa popular com debates e manifestações com assinaturas de apoio colhidas no Brasil inteiro (INTERVOZES, 2015, p. 8). Entre as propostas que constam no “Projeto de Lei de Mídia Democrática” estão:

Reservar 33% dos canais ao sistema público, garantindo espaço para os veículos comunitários; Criar o Fundo Nacional de Comunicação Pública para apoiar o Sistema Público; Proibir que igrejas e políticos eleitos (ou parentes próximos) tenham canais de rádio e TV; Limitar a propriedade cruzada; Garantir espaço para produção regional cultural, artística e jornalística na grade das emissoras (30% entre 7h e 0h, sendo pelo menos 7 horas semanais em horário nobre); Destinar 1 hora por semestre para cada um de 15 grupos sociais relevantes (associações, sindicatos, movimentos sociais) (INTERVOZES, 2015, p. 9).

A Pública, agência de reportagem e jornalismo investigativo, como tantos outros exemplos de organizações independentes, é um agente que no campo jornalístico procura dar sua contribuição oferecendo espaço às vozes que tradicionalmente não têm suas pautas contempladas com a devida importância na mídia hegemônica. Ao permitir o protagonismo das vozes de resistência, como verificado neste trabalho, as agências independentes tentam se posicionar em confronto com os “coronéis da mídia”, todavia o alcance ainda é limitado à internet e aos que de alguma forma possuem acesso. O grande palco da comunicação de massa ainda está nas TV e rádios, que são concessões públicas que precisam ser regulamentadas.

4 A LUTA PELO DIREITO À COMUNICAÇÃO

Enquanto isso não acontece, a cartilha do Coletivo Intervozes (2015) sugere algumas atitudes que podem ser usadas como bandeiras de luta contra as violações ao direito à comunicação. A primeira delas é “ver a mídia criticamente”, questionando este sistema midiático no Brasil e “buscar conhecimento dos fatos a partir de fontes diversas, analisar as reportagens, checar as informações e construir seu próprio entendimento sobre o que é noticiado são ações fundamentais para a vivência do direito à comunicação” (INTERVOZES, 2015, p. 57). Além disso, a cartilha sugere que se produza comunicação, sempre atentando para “não reproduzir a pauta e a estética dos veículos da grande mídia” (p. 57). Também é uma forma de contribuir para ampliação da diversidade e da pluralidade dos meios, fazer “uma reflexão sobre o que ocorre ao seu redor e mereceria ser conhecido” (p. 57).

O INTERVOZES (2015) também sugere a denúncia de violações do direito à comunicação junto nos órgãos reguladores, na justiça para pedir direito de resposta quando se tratar de conteúdos impróprios (racistas, homofóbicos, agressivos, preconceituosos e outros) e nos conselhos de direitos, como o Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH), que mantém a “Comissão sobre Direito à Comunicação e Liberdade de Expressão, que tem a atribuição de atuar na promoção desses direitos, bem como receber e processar denúncias” (INTERVOZES, 2015, p. 59) e complementa que

Em alguns estados e cidades, existem conselhos de direitos humanos, cultura e de grupos específicos, como a população LGBT, que podem abordar o tema da comunicação, embora muitos não tenham caráter deliberativo. Na Bahia, está ativo o Conselho de Comunicação Social, que tem entre suas atribuições “atuar na defesa dos direitos difusos e coletivos da sociedade baiana no que tange à comunicação social” e “receber e reencaminhar denúncias sobre abusos e violações de direitos humanos nos veículos de comunicação no Estado da Bahia” (INTERVOZES, 2015, p. 60).

Esta é uma luta que deve ser reforçada com atuação coletiva e “existem diversos coletivos, grupos de estudantes, ativistas, organizações e movimentos sociais que lutam pela democratização e pelo direito à comunicação” (INTERVOZES, 2015, p. 61). Compreender que sem mídia democrática não há democracia é fundamental. Venício Lima (2012) conclui que “regular a mídia é ampliar a liberdade de expressão, a liberdade da imprensa, a pluralidade e a diversidade” (p. 326), o que assegura a garantia de mais democracia, compreendendo que a comunicação é um direito fundamental de cidadania.

REFERÊNCIAS

- BOLAÑOS, C. Uma introdução ao debate da Estado e Comunicação. In: RAMOS, M. C.; DEL BIANCO, N. R. (Org.). *Estado e Comunicação*. Brasília: Casa das Musas, 2008, p. 17-21
- BORGES, A. A mídia e a disputa pela hegemonia. In: *Margem Esquerda – ensaios marxistas*, n. 20, mar. 2013, p. 35-38. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.
- BRASIL. Constituição: República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.
- BRUM, E. O que Belo Monte delata sobre todos os lados. *El País Brasil*, 11 de abril de 2016. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2016/04/11/opinion/1460390361_909016.html>. Acesso em: 16 abr. 2016.
- INTERVOZES – *Coletivo Brasil de Comunicação Social*. Caminhos para a luta pelo direito à comunicação no Brasil - como combater as ilegalidades no rádio e na TV. São Paulo, 2015.
- LIMA, V.A. de. *Política de comunicações: um balaço dos governos Lula [2003-2010]*. São Paulo: Publisher Brasil, 2012.

MARINGONI, G. A disputa pela regulação das comunicações na América Latina. In: *Margem Esquerda – ensaios marxistas*, n. 20, mar. 2013, p. 39-44. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

PENA, F. *Teoria do Jornalismo*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

RAMOS, M. C. Estado e Comunicação no Brasil. In: RAMOS, M. C.; DEL BIANCO, N. R. (Org.). *Estado e Comunicação Brasília*: Casa das Musas, 2008, p. 23-34

SILVA, J. M. *A miséria do jornalismo brasileiro: as (in)certezas da mídia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

EXPANSÃO ENERGÉTICA NA AMAZÔNIA: ENTRE DISCURSOS E CONTRADISCURSOS NO AMAPÁ

Marília Gabriela Silva Lobato¹

Arley José Silveira da Costa²

INTRODUÇÃO

A Amazônia apresenta relevância nacional e internacionalmente, principalmente por representar a maior concentração da biodiversidade do planeta. Apesar de sua relevância, a Amazônia não partilha das benesses do centro do capitalismo e, nesse sentido, é recorrente o discurso desenvolvimentista³ para a região, como tentativa de apresentar alternativas necessárias de avanço econômico.

Essa abordagem envolve políticas nacionais de apropriação dos recursos naturais da Amazônia, intensificadas a partir da década de 1950, devido à exportação de bens minerais. Além disso, com a garantia de que nas bacias amazônicas estaria um potencial hídrico que favoreceria a expansão de energia nacional (BERMANN, 2010), criaram-se as condições necessárias para a contínua exploração da Amazônia com o intuito de assistir empreendimentos exportadores minerais e de exploração dos demais recursos naturais.

As hidrelétricas surgem, nesse contexto, como parte das ações governamentais sob o discurso de fomentar o avanço energético do Brasil e impulsionar as indústrias de diversas áreas. Contudo, os desdobramentos desse

¹ Graduação em Secretaria Executiva. Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade Federal do Amapá/UNIFAP. Docente da UNIFAP. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido/NAEA/UFPA. Membro do Grupo de Pesquisa GETTAM.

² Docente Universidade Federal Fluminense. Doutor em Ecologia pela USP

³ Políticas governamentais que pautam a gestão pública em mecanismos que extrapolam os limites territoriais nacionais para alcançar o crescimento econômico sob a lógica de mercado (CASTRO, 2012a).

avanço impactam as populações que residem nesses territórios com inundação de terras, desapropriação e retirada de direitos, entre outros problemas. Enquanto uma parcela da população levanta-se contra esses impactos, é comum o discurso oficial afirmar que os benefícios são significativos e que os efeitos negativos atingem apenas minimamente essas comunidades. Apesar dos discursos, há reduzida investigação sociológica na tentativa de compensar esses efeitos.

No sentido de realizar uma investigação que aborde as discrepâncias entre os impactos e o discurso oficial, este estudo analisou a relação entre estratégias desenvolvimentistas para a Amazônia, com foco em empreendimentos hidrelétricos e seus efeitos sobre as populações locais, tendo como caso específico o município de Ferreira Gomes, no Amapá.

Para analisar os conflitos gerados, foram acessadas as condições sócio-históricas que produziram aquela realidade, compreendendo um modelo capitalista que marginaliza a população do lugar. A abordagem inicial foi a dimensão política que deu origem a expansão energética no Brasil e os desdobramentos para territórios na Amazônia e no Amapá. A pesquisa utilizou-se de uma revisão e análise documental para averiguar os desdobramentos do Plano Decenal de Expansão de Energia 2024 e dos programas de compensação mencionados no EIA- RIMA da hidrelétrica Ferreira Gomes e Energia. Este estudo introdutório apresenta finalidade de desenvolver a temática em pesquisas futuras.

EXPANSÃO ENERGÉTICA NA AMAZÔNIA E AMAPÁ COMO CONSEQUÊNCIA DE AÇÕES DESENVOLVIMENTISTAS

A expansão energética no Brasil faz parte de um mecanismo internacional de acordos que visa estimular políticas de interesses para aproveitamento hidrelétrico de grandes e pequenos conglomerados industriais. Atualmente, no Brasil, há acordos que compreendem nosso país, somado a Guiana, Guiana Francesa e Suriname com o intuito de desenvolver a geração de energia elétrica entre tais nações. Exemplo dessa estratégia foi a implantação de barragens no Rio Mazaruni, em 2013, na Guiana (BRASIL, PDE 2015). O discurso

institucional era interligar essa barragem com o linhão de Roraima, sob a justificativa de proporcionar o suprimento de energia para a população local.

Além disso, no mesmo período, a Eletrobrás incentivou o planejamento da transmissão elétrica de forma efetiva no Brasil, proposta derivada de um acordo, firmado entre a Eletrobrás; a N.V. Energiebedrijven Surinam (EBS - Suriname); a Électricité de France (EDF - Guiana Francesa) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), durante a conferência Rio + 20, que ocorreu em 2012.

Desse planejamento surgiu o projeto Arco Norte que propunha uma linha de transmissão de quase 1.800 km de extensão para assistir Suriname, Guiana, Guiana Francesa e o Brasil, mais especificamente, os estados do Amapá e Roraima. Como consequência desse acordo que coadunava com o planejamento internacional de expansão elétrica, observou-se um acelerado processo de produção de energia elétrica no território amapaense. A hidrelétrica de Ferreira Gomes e Energia, no Amapá, por exemplo, entrou em processo de operação bem antes do previsto no Plano Decenal de Expansão de Energia (BRASIL, 2015).

Na realidade, a proposta de acelerar o desenvolvimento energético do Brasil é o cerne do projeto Arco Norte. Afirmava-se que as ações do projeto poderiam favorecer as relações comerciais estabelecidas entre as nações, bem como a aproximação com portos do Oceano Pacífico, o que melhoraria a competitividade do Brasil no quesito exportações. O discurso oficial também assegurava que com a execução do projeto haveria o atendimento às comunidades desassistidas de energia elétrica.

Dessa forma, ganhou força a implantação de hidrelétricas em locais com sistemas isolados de energia, com a proposta de integração sustentável entre os países do Arco Norte. Nesse contexto, o governo Brasileiro incentivou a implantação do Plano de Desenvolvimento de Energia (PDE) do Ministério de Minas e Energia, sob o discurso de estender o desenvolvimento das linhas de energia em todas as regiões do país.

Uma das principais premissas do PDE é implantar planos decenais de expansão de energia para garantir a geração e transmissão energética. Em 2006, o PDE reafirmava a necessidade de atender aos requisitos de mercado; para

depois demonstrar interesse em estratégias sustentáveis durante o processo de implantação da hidrelétrica.

Com base nos interesses do capital internacional e a partir da política interna de expansão de energia, os rios da Amazônia, foram inseridos como fontes primárias para implantação de hidrelétricas, por apresentarem potencialidades hidrológicas em relação ao restante do país. Conforme a tabela 1 há um quantitativo de usinas que iniciaram seu processo de operação e outras que estão finalizando suas construções. A maior predominância em MW está na região norte.

Tabela 1. Expansão de hidrelétricas entre 2015 e 2024 - Brasil

	Entrada em Operação	Projeto	Rio	Potência (MW)	%	UF
REGIÃO NORTE						
1	2015	UHE Teles Pires	Teles Pires	1820	6,41	PA
2	2016	UHE Belo Monte (c)	Xingu	11233	39,62	PA
3	2018	UHE São Manoel	Teles Pires	700	2,47	PA
4	2021	UHE São Luiz do Tapajós (c)	Tapajós	8040	28,36	PA
5	2023	UHE Jatobá	Tapajós	2338	8,24	PA
6	2017	UHE Cachoeira Caldeirão	Araguari	219	0,77	AP
7	2015	UHE Ferreira Gomes e Energia	Araguari	252	0,88	AP
8	2021	UHE Tabajara	Jiparaná	350	1,23	RO
9	2024	UHE Bem querer	Branco	708	2,49	RR
CENTRO-OESTE						
10	2016	UHE Colider	Teles Pires	300	0,10	MT
11	2016	UHE Salto Apiacás	Apiacás	45	0,15	MT
12	2018	UHE Sinop	Teles Pires	400	1,41	MT
13	2024	UHE Castanheira	Arinos	192	0,67	MT
SUDESTE						
14	2019	UHE Itaocara I	Paraíba do Sul	150	0,52	RJ

SUL						
15	2016	UHE São Roque	Canoas	135	0,47	SC
16	2017	UHE Baixo Iguaçu	Iguaçu	350	1,23	PR
17	2021	UHE Apertados	Piquiri	139	0,49	PR
18	2022	UHE Foz Piquiri	Piquiri	93	0,32	PR
19	2022	UHE Telêmaco Borba	Tibagi	118	0,41	PR
20	2022	UHE Ercilândia	Piquiri	87	0,30	PR
21	2023	UHE Comissário	Piquiri	140	0,49	PR
22	2023	UHE Paranhos	Chopim	67	0,23	PR
23	2024	UHE Itapiranga	Uruguai	725	2.55	SC/ RS
		TOTAL		28.349		

Fonte: Adaptado de Brasil (2015)

Essa disposição de usinas hidrelétricas não é aleatória, está baseada no planejamento decenal que assegurou a efetivação de estudos de transmissão e viabilidade técnica e socioambiental para, então, realizar os leilões de compra e venda.

Em 2015, no Plano Decenal de Expansão de Energia até 2024, constava a interligação de Amapá e Boa Vista por intermédio da transmissão do Xingu. Independentemente dos conflitos sociais e econômicos que ocorreram e se acirraram no território do Xingu, esse plano considerava a construção da hidrelétrica de Belo Monte como dado sem interrupções; mesmo diante de toda a resistência e impactos danosos que a construção de Belo Monte causou e continua a provocar no Xingu.

No Amapá, a justificativa governamental para instalar usinas no Rio Araguari foi melhorar a distribuição de energia para a região e repassar parte dessa energia para outros estados, via Linhão de Tucuruí. Na realidade, uma das principais razões para a escolha da construção de hidrelétricas no Amapá foi sua localização espacial; todo o estado encontra-se a margem esquerda do rio Amazonas, fator geográfico que garante a territórios dispostos nessa localização um volume hidrológico praticamente equivalente a todo o restante do país.

Além disso, o estado do Amapá já possuía a usina hidrelétrica de Coracy Nunes, instalada no rio Araguari e criada para atender ao empreendimento da Indústria e Comércio de Minérios (ICOMI). A usina teve sua implantação a partir do decreto 2740 de 02 de maio de 1956 (quando o Amapá ainda era Território Federal) e foi concluída em 1976. No decreto estipulou-se uma conta para a qual os royalties pagos pela ICOMI seriam depositados, garantindo o início da construção das obras. Porém, em 1974, devido a um atraso de mais de 10 anos, a ELETRONORTE assumiu o controle do empreendimento para injetar recursos e finalizar a obra (DRUMMOND; PEREIRA, 2007).

Durante a década de 1970, o governo do estado do Amapá havia criado incentivos fiscais para atrair indústrias e favorecer o crescimento econômico do território. Os incentivos dos governos Federal e Estadual para dinamizar a exploração mineral e vegetal não foram suficientes para estabelecer mudanças substanciais no Amapá. O desenvolvimento do estado passou a ser denominado “capitalismo tardio periférico da periferia”, quando comparado com o processo de modernização do Brasil e da Amazônia. (PORTO, 2011 p. 64).

O Amapá aparece no cenário nacional como um dos últimos entes federados que iniciou seu processo de industrialização e ainda se encontra deficitário. Nesse sentido, os incentivos para instalação de grandes empreendimentos continuaram transformando o Amapá em ponto estratégico. Contudo, os investimentos em grandes empreendimentos sempre ocorreram por meio da ação e financiamento do Estado atendendo os interesses do capital internacional.

Essa perspectiva governamental foi impulsionada com base em um plano macro de crescimento econômico e desencadeou uma série de mecanismos institucionais, que continuam ainda hoje. A Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana (IIRSA), por exemplo, foi criada em 2000 após reunião dos Presidentes da América do Sul. Doze governantes de países sul-americanos se comprometeram em criar condições para integração de várias áreas como transportes, comunicações e energia. Na realidade, o cerne era aumentar a competitividade dos países que visavam ao maior nível de industrialização (GADEA, 2005). É possível perceber o discurso econômico

cada vez mais fortalecido em detrimento de planos que valorizem o modo de vida das populações que vivem em seus territórios.

As recentes ações governamentais, como os Planos para Aceleração do Crescimento (PAC I e PAC II), são expressões deste discurso governamental de crescimento econômico. Para isso foram adotados programas que utilizaram megaprojetos como mecanismo de modernização. Um dos problemas desses investimentos foram os aumentos dos conflitos socioterritoriais que envolveram a sociedade, grandes empresários capitalistas e o Estado. (CASTRO, 2012b).

A adoção de tal política desenvolvimentista fomenta a criação de megaprojetos, como hidroelétricas, que são apoiados pelo PAC, para incentivar o crescimento do mercado global, aumentando a produtividade econômica, beneficiando grandes empresas e polos industriais (COELHO; MATHIS; CASTRO, 2001), mas não garante a redução dos conflitos, ou o avanço de políticas públicas efetivas destinadas a produtores, pescadores e comunidades em geral.

No Amapá a realidade é similar, sendo possível listar grandes projetos de investimento (GPI) que foram instalados com o objetivo de proporcionar crescimento econômico como: a) Complexo Industrial do Jari (compreendia as empresas Jari Celulose – JARCEL e Caulim da Amazônia - CADAM); b) Área de Livre Comércio de Macapá e Santana (ALCMS); c) Projeto Calha Norte (visava melhorar estrutura viária, energética, de comunicação, educação e saúde); d) implantação de multinacionais, como: Empresa Amapá Florestal e Celulose S.A (AMCEL) (SANTOS, 2010).

Os GPIs foram utilizados a partir de um pensamento ocidental dominante, no qual representam um mecanismo de industrialização e políticas desenvolvimentistas. Na mesma lógica, implantaram-se as hidrelétricas no Amapá para assistir grandes empreendimentos. A exemplo da usina de Coaracy Nunes; a hidrelétrica do Laranjal do Jarí foi construída para abastecer o Projeto Jari que buscava integrar atividades florestais, minerais e industriais. Historicamente o Projeto Jari provocou uma série de impactos as comunidades atingidas pela fábrica de celulose, que faz parte do projeto, devido às emissões tóxicas (SANTOS, 2010); as mazelas sociais, principalmente no município de Laranjal do Jari, continuam se perpetuando.

A partir de interesses de mercado, outras hidrelétricas foram instaladas no rio Araguari (Amapá): Ferreira Gomes e Energia e Cachoeira Caldeirão. Essas empresas também foram concebidas diante de um conjunto de relações internacionais e nacionais sob o discurso de favorecer a economia brasileira diante do mercado global.

O CONTRA DISCURSO AO DESENVOLVIMENTISMO: EFEITOS DA EXPANSÃO ENERGÉTICA NA AMAZÔNIA E OS DANOS A POPULAÇÃO LOCAL EM FERREIRA GOMES - AMAPÁ

Atualmente, a Amazônia é central para pesquisas de diversas áreas, pelo acúmulo de biodiversidade, recursos farmacêuticos e, principalmente, recursos hídricos. Este último concebido como bem natural renovável que representa um dos pilares para o crescimento econômico do país. O avanço do fornecimento da energia hidráulica faz parte de uma política governamental que poderia proporcionar o suprimento energético à sociedade de forma ambientalmente sustentável.

Um dos maiores problemas da implantação dos projetos de estrutura energética é a forma como são colocados em prática. No Brasil, cerca de 65% da capacidade de geração de energia concentra-se na produção de fonte hidráulica. Percentual que aumentará devido à quantidade de Hidrelétricas que estão em construção no país.

As barragens edificadas para a construção de hidrelétricas geram enormes alterações na natureza e no território em que são instaladas. Como forma de mitigar essas alterações, realiza-se uma série de Estudos de Impactos Ambientais (EIA) que serviria para criar medidas compensatórias e alternativas aos efeitos causados ao ambiente e à população local. A questão é que os danos são tão severos, na maioria dos casos, que as medidas compensatórias são insuficientes para atender às demandas.

Um dos efeitos significativos, após a implantação dessas barragens, é a submersão de grande parte do território, afetando moradores, edificações,

cultivos, fauna e flora (SEVÁ, 2008). Há, também, alterações na hidrologia do lugar, carga sedimentar do rio, qualidade da água, problemas sanitários (JUNK; MELLO, 1990), mas principalmente modificações na vida das populações locais, principalmente agricultores e pescadores (SILVA, 2007). Além disso, há efeitos urbanos e sociais nas áreas de influência das obras, como grilagem e pressões migratórias (ROSA, 2010), assim como, destruição de sistemas produtivos nas proximidades do rio, no qual as hidrelétricas foram implantadas (FEARNSIDE, 1999).

Exemplo dessa situação ocorreu no território em que se situa a Usina de Belo Monte, houve aumento populacional derivado de pressões migratórias, provocando inchaço na região urbana de cidades próximas ao empreendimento, como Altamira-PA. Problemas sociais relacionados à saúde, moradia e educação são constantes, devido ao aglomerado populacional sem a estrutura urbana adequada (HERRERA; MOREIRA, 2013). Nesses casos, as medidas mitigadoras inseridas no EIA-RIMA não refletem a permanência do modo de vida dessa população. As medidas do Estado pouco auxiliam as populações afetadas por esses empreendimentos. As mitigações não se aproximam da realidade social, do modo de vida da população tradicional ou das necessidades de subsistência das comunidades atingidas. (MAGALHÃES; BRITTO; CASTRO, 1996).

Contudo, implantação de hidrelétricas continua tendo como justificativa oficial a melhoria da qualidade de vida da população, de acordo com o Plano Decenal de expansão de energia elétrica. Porém, o mesmo documento adverte que há “desafios socioambientais para a expansão planejada: populações indígenas, áreas protegidas, biodiversidade aquática e vegetação nativa” (BRASIL, 2015, p. 15) e que se planeja minimizar os riscos.

População tradicional e o meio ambiente não são desafios a serem superados, embora apresentem demandas que precisam ser consideradas. É necessário buscar alternativas para que se mantenha o modo de vida e identidade das comunidades que dependem desses territórios. As compensações planejadas não retratam a realidade vivida, apenas são utilizadas pelo estado como política para reduzir os conflitos originados no lugar.

Exemplo expressivo dessa conjuntura de danos derivados da implantação de hidrelétricas associado aos interesses capitalistas de empresas extrativistas é vivenciada pela população atingida pela hidrelétrica de Ferreira Gomes e Energia no Amapá. A hidrelétrica foi criada após a empresa Alupar vencer o leilão A-5, organizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), em São Paulo. A Alupar é uma empresa de caráter privado, cuja atuação apresenta grande proporção na geração e transmissão de energia e estende sua abrangência por todo o Brasil, parte do Chile e na Colômbia.

No mesmo ano que ganhou o leilão, a Alupar criou a empresa Ferreira Gomes e Energia para executar todo o processo de operação da usina hidrelétrica de Ferreira Gomes e Energia (FGE). O empreendimento está localizado no município de Ferreira Gomes, Amapá; rodovia BR 156, s/n, km 346/348, margem esquerda do rio Amazonas, rio Araguari. O inventário do rio havia sido realizado em 16 de dezembro de 1999 pela ELETROBRÁS, informação que consta no despacho ANEEL n. 530.

Antes mesmos da institucionalização da empresa FGE, o grupo Alupar, em 2010, sofreu ação civil pública impetrada pelos Ministério Público Federal e Ministério Público Estadual do Amapá, objetivando suspender a Licença Provisória que havia sido emitida (JUSTIÇA FEDERAL, 2010). Os ministérios informaram que a população que seria atingida não foi devidamente esclarecida dos impactos sociais e ambientais que a usina hidrelétrica poderia provocar. Porém, alguns órgãos ambientais como IMAP, SEMA e ANEEL, afirmaram que todos os requisitos legais para o licenciamento ambiental da usina FGE foram atendidos. O processo voltou para o Tribunal Regional Federal da Primeira Região sem que existisse intervenção oficial para inviabilizar o andamento da implantação da FGE. Dessa forma, continuaram-se todos os Estudos de Viabilidade Técnico-Econômica (no qual os responsáveis foram Construtora Norberto Odebrecht S.A. (CNO), a Neoenergia S.A. e a ELETRONORTE), assim como os Estudos de Impacto Ambiental – EIA e o Relatório de Impacto Ambiental – RIMA (ANEEL, 2010).

Durante o estudo de impacto ambiental foram realizadas entrevistas semiestruturadas que ocorreram nos municípios atingidos pela implantação do empreendimento; a saber, Porto Grande e Ferreira Gomes. No primeiro, foram entrevistados na área urbana 128 pessoas e 42 na área rural. No segundo, foram entrevistadas 113 na área urbana e 40 na rural. Na área diretamente atingida pela FGE foram realizadas entrevistas em finais de semana e feriados para verificar aspectos econômicos e relações com território que as comunidades possuíam. No EIA-RIMA consta a informação de que a maioria das propriedades era utilizada como residências de campo por temporada ou para final de semana. Porém, o estudo não indica a fonte deste dado. Também foram identificados 28 pontos correspondentes a Área Diretamente Afetada em Ferreira Gomes, como sendo pertencentes a determinado proprietário.

Além dessas áreas também foram identificados 200 pescadores associados à Colônia de Pesca de Ferreira Gomes e 174 a de Porto Grande na Área Diretamente Afetada (ADA) pela usina de Ferreira Gomes e Energia. Há duas colônias gerais e dezesseis colônias de pesca. Os pescadores que utilizam o rio Araguari como fonte de retirada de sua subsistência demonstraram grande dependência em relação aos recursos naturais disponibilizados pela região, principalmente devido ao uso do território pelos ribeirinhos, sendo o sustento econômico da maioria deles.

Quanto aos agricultores há uma representação dos ribeirinhos que desenvolvem agricultura familiar relacionado a roça e criação de pequenos animais. Existem outras propriedades que compreendem vários tipos de plantio familiar, entre eles: mandioca, banana, abacaxi, abóbora, graviola, macaxeira e banana, que demonstram a relação direta com o território e a sobrevivência dessas comunidades locais.

Durante a elaboração do EIA-RIMA a empresa FGE construiu a Matriz de Integração (Tabela 2) para demonstrar alguns impactos esperados, assim como, as compensações relacionadas a cada ação.

Tabela 2. Matriz de integração – EIA AHE Ferreira Gomes

ETAPA	AÇÃO	IMPACTOS	MEDIDAS	PROGRAMAS
Planejamento	Desenvolvimento dos estudos de engenharia e ambientais	Ampliação do conhecimento da biodiversidade	Depositar material coletada no acervo do IEPA	Programa de Comunicação Social
		Desmatamentos localizados (abertura de trilhas e picadas)	Realizar recuperação de trilhas e desmontar armadilhas	
Implantação	Instalação da estrutura operacional, logística e de serviços da obra	Expectativa na população	Comunicação social	Programa de Apoio à Elaboração dos Planos Diretores nos Municípios da AID
		Especulação imobiliária	Comunicação social	
		Incômodo dos moradores	Comunicação social	
		Incremento da arrecadação tributária	Impacto positivo	
		Geração de postos de trabalho diretos e indiretos	Impacto positivo	
		Dinamização da economia	Impacto positivo	
		Pressão sobre infraestrutura básica, equipamentos sociais e serviços públicos	Programa de ações socioeconômicas	
Aumento de casos de violência				
Obras civis	Obras civis	Deteriorização de vias e rodovias		Programa de Ações Socioeconômicas
		Aumento de acidentes		
		Aumento de doenças		
Enchimento do Reservatório	Enchimento do Reservatório	Alteração do modo de vida dos ribeirinhos	Acompanhar e dar suporte à população tradicional ribeirinha	Programa de Ações Socioeconômicas
		Inundação de propriedades	Indenizar/reassentar moradores afetados	
		Alteração das condições hidrológicas	Adotar medidas de controle hidrometeorológico	Programa de Indenização de Terras e Benfeitorias
				Programa de Monitoramento Integrado

Fonte: EIA-RIMA - Ferreira Gomes e energia (2009), com adaptações da autora.

A tabela 2 demonstra algumas ações de cunho oficial que a empresa Tumucumaque redigiu no EIA-RIMA para garantir o aporte legal que a FGE deveria fornecer à comunidade diante dos danos que foram identificados no documento. Para cada efeito negativo a empresa propôs um programa de acompanhamento que norteou a aplicação de algumas medidas após o impacto instalado.

Porém, os impactos urbanos e rurais que surgiram desde o início da construção da usina, demonstraram a ineficiência das propostas compensatórias. Como exemplo de medidas ineficientes, podemos mencionar as ações relacionadas aos impactos “Especulação imobiliária, incômodo dos moradores e expectativa da população”, pois as únicas medidas adotadas foram a comunicação com a população local, que pouco ou nada auxiliou para minimizar os danos provocados.

No que se refere a mudança significativa no modo de vida da população diretamente afetada pela FGE, a medida implementada seria apenas acompanhar e dar suporte à população tradicional ribeirinha no que tange as transformações observadas. Essa perspectiva demonstra a falta de sustentação dos Programas de Ações Comunitárias, uma vez que não consideram as mudanças sociológicas na realidade de indivíduos com baixa instrução e com sua subsistência atrelada ao rio Araguari. A reduzida compreensão sobre o modo de vida dos ribeirinhos afetou sobremaneira a efetividade das medidas mitigadoras e compensatórias inseridas no EIA RIMA. Comunidades que dependiam do rio Araguari para sobrevivência continuam invisibilizadas diante da pressão que colocou e mantém em operação a usina de Ferreira Gomes.

A FGE entrou em operação 2014 antecipando a sua produção comercial da primeira unidade com 84 MW, distribuindo energia ao Sistema Interligado Nacional (SIN) em outubro de 2014. A segunda unidade geradora começou a fornecer energia ao SIN desde dezembro de 2014. A terceira unidade geradora iniciou a distribuição de Energia ao SIN desde 10 de abril de 2015. Nesse mesmo período, em maio de 2015, a área urbana do município de Ferreira Gomes, no Amapá, recebeu uma vazão sem precedentes das águas do rio Araguari. Centenas de moradores tiveram suas casas inundadas, permanecendo desabrigados após o ocorrido. Em 2016 as empresas Ferreira

Gomes Energia S.A; Cachoeira Caldeirão S.A e Eletronorte foram apontadas como responsáveis pelos impactos que a comunidade de Ferreira Gomes sofreu, devido à abertura inadequada da ensecadeira.

Uma ação conjunta do Ministério Público Federal no Amapá e do Ministério Público estadual do Amapá buscava reparar os danos ambientais, econômicos e sociais, no valor de R\$ 100 milhões. Os órgãos responsáveis pelos laudos, foram a 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal e Polícia Técnico-Científica do Amapá, que confirmaram que o desastre ocorreu devido à ineficiência nas operações que deveriam ser interligadas entre as usinas hidrelétricas instaladas no Araguari.

As compensações em relação ao efeito causado pela enchente ainda são uma incógnita. Os moradores de Ferreira Gomes convivem com outros efeitos derivados da implantação das usinas Ferreira Gomes e Energia e Cachoeira Caldeirão; como a mortandade de peixes no rio Araguari, que fez com que a população local impetrasse em outra ação no Ministério Público Federal no Amapá.

Diversas comunidades estão sendo atingidas por danos ocasionados após a implantação do empreendimento, como a Colônia de Pescadores de Ferreira Gomes e as populações locais de Cutias do Araguari e comunidades ribeirinhas. Os efeitos são os mais diversos, desde a impossibilidade de realizar a pesca, deslocamento indesejado dos indivíduos de suas propriedades e indenizações abaixo do valor necessário para reerguer nova moradia.

A situação foi encaminhada à Delegacia do meio ambiente, mas o processo ainda está sob investigação. Porém, em 2014, a Ferreira Gomes e Energia chegou a ser multada em R\$ 20 milhões, momento em que o Instituto do Meio Ambiente e de Ordenamento Territorial do Amapá (IMAP) encaminhou laudo afirmando que devido à abertura inadequada das comportas aumentou-se o nível de oxigenação da água, o que pode ter ocasionado elevado número de mortandade de peixes. O Tribunal de Justiça do Amapá foi acionado e várias audiências foram realizadas.

Em maio de 2018, o Ministério Público Federal acionou a justiça para que a empresa FGE cumpra com o Termo de Ajustamento de Conduta, firmado em 2017, no que tange; a) danos ambientais decorrentes

da mortalidade anormal de peixes no rio Araguari entre 2014 e 2017; b) comunicação prévia à Defesa Civil sobre as manobras programadas de regulação do reservatório. Desde 2017 o MPF informa que essas ações não foram efetivadas. No TAC há cobrança para melhorar a engenharia de aberturas das comportas para evitar novos danos ambientais, como o aumento da oxigenação no rio Araguari que vem provocando a mortalidade de várias espécies de peixes segundo laudos do IMAP.

Nessa conjuntura, pescadores e agricultores que dependem do rio Araguari para a sua sobrevivência continuam a mercê dos danos provocados após a implantação da hidrelétrica. Há uma parte do rio Araguari onde é possível realizar a pesca, porém, como a floresta às margens do rio está em decadência e a mortalidade de peixes persistindo, a atividade pesqueira artesanal está cada vez mais impossibilitada.

Nesse sentido, há necessidade de resgatar a importância do lugar, na criação do território, em diferentes sentidos, culturais, econômicos, para garantir a qualidade de vida dos indivíduos (ESCOBAR, 2005). O discurso oficial de implantar hidrelétricas sob a alegação de crescimento econômico, sem considerar o modo de vida das populações atingidas, inferioriza o saber local, a realidade de indivíduos que tradicionalmente sobreviveram desses territórios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Amazônia reflete a criação de políticas que sistematicamente exploram de maneira desenfreada os recursos naturais, sem proporcionar assistência às populações locais que erguerem seus territórios. Essa conjuntura representa o modelo de desenvolvimentismo empregado na Amazônia. Atualmente, os recursos da região continuam sendo retirados para atender ao mercado global e explorados em empreendimentos que prejudicam sobremaneira a população local.

As hidrelétricas, são exemplos, de um processo que retira o direito da população local ao uso da terra, que por gerações pertenceram à comunidade no qual os empreendimentos foram implantados. No Amapá, a justificativa

governamental para se instalar usinas no Rio Araguaari é melhorar a distribuição de energia para a região e repassar parte dessa energia para outros estados, via Linhão de Tucuruí. Proposta que deveria ser acompanhada da efetividade do EIA-RIMA, o que durante as pesquisas deste trabalho demonstrou-se ineficiente.

O avanço do crescimento econômico deve vir acompanhado de políticas que priorizem a condição de vida da população local, incentivar produtores rurais, pescadores a manterem e melhorarem seus métodos de sobrevivência, uma vez que a geração de empregos vinculados à implantação de hidrelétricas é temporária, principalmente para população de baixa escolaridade, como vários pescadores e agricultores tradicionais de Ferreira Gomes.

O Plano de expansão de energia elétrica deveria estar associado a ações que envolvam união, estados, municípios e empresariado para gerenciar medidas necessárias para implantar mitigações que modifiquem a realidade das populações que permanecem à mercê desse processo de exploração. Nesse sentido, não é possível aceitar inerte os efeitos na dinâmica social, ambiental, política do lugar. Além disso, é necessário permanecer atento aos efeitos desses empreendimentos sobre as populações locais e buscar construir ações que gerem uma atuação transformadora dos agentes relacionados ao processo de exploração dos recursos hídricos da Amazônia.

REFERÊNCIAS

BERMANN, Célio (Coord.). *Usinas hidrelétricas na Amazônia: o futuro sob as águas*. Trabalho apresentado ao Seminário “Políticas públicas e obras de infraestrutura na Amazônia: Cenários e desafios para o fortalecimento da governança socioambiental”, Brasília, 2010. Disponível em: <www.inesc.org.br/.../Celio%20Bermann%20-%20Hidreletricas%20na%20Amazonia>. Acesso em: 18 jun. 2016.

BRAGA, Ricardo Augusto Pessoa. Avaliação de impactos ambientais: uma abordagem sistêmica. *Geografia & Questão Ambiental*. Terra Livre 3. São Paulo: Marco Zero-AGB, 1988. p. 65-74.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia, Empresa de Pesquisa Energética. *Plano Decenal de Expansão de Energia 2024*. Brasília: MME/EPE, 2015.

CASTRO, EDNA. *AMAZÔNIA: sociedade, fronteiras e políticas*. CADERNO CRH, Salvador, v. 25, n. 64, p. 9-16, jan./abr. 2012a.

_____. Expansão da fronteira, megaprojetos de infraestrutura e integração Sul-Americana. *CADERNO CRH*, Salvador, v. 25, n. 64, p. 45-61, Jan./Abr. 2012b.

DRUMMOND, J. A. PERIRA, M. de A. P. *O Amapá nos tempos do manganês: um estudo sobre o desenvolvimento de um estado amazônico 1943-2000*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

ESCOBAR, Arturo. O lugar da Natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento. In: A colonialidade do saber; eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Edgardo Lander (Org.). Colección Sur Sur, *CLACSO*, Buenos Aires, setembro de 2005, p. 133-168.

FILOCREÃO, Antônio Sérgio Monteiro. Formação socioeconômica do estado do Amapá. In: CASTRO, Edna. CAMPOS, Índio. *Formação socioeconômica da Amazônia*. Belém: NAEA, 2015.

GADEA, Rosario Santa. *La Iniciativa IIRSA: visión estratégica de la integración física del América del Sur*. Palestra portal de asuntos públicos de la PUCP, out, 2005. Disponível em: <http://repositorio.pucp.edu.pe/index/bitstream/handle/123456789/11894/iniciativa_iirsa_Santa_Gadea.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 02 junho 2016.

HERERA, José Antônio. MOREIRA, Rodolfo Pragan. Resistência e conflitos sociais na Amazônia paraense: a luta contra o empreendimento Hidrelétrico de Belo Monte. *Campo-Território: revista de geografia agrária*, v. 8, n. 16, p. 130-151, ago., 2013.

JUNK, W.J.; MELLO, J.A.S.N. Impactos ecológicos das represas hidrelétricas na bacia amazônica brasileira. *Estudos Avançados*, São Paulo, 4(8), 126-143.1990.

MAGALHÃES, Sônia Barbosa, BRITTO, Rosyvan de Caldas, CASTRO, Edna Ramos de. *Energia na Amazônia*, v. II, Belém: Museu Paraense Emílio Gorldi/ Universidade Federal do Pará/ Associação de Universidades Amazônicas, 1996.

MARQUES, Gilberto S. SPVEA: o Estado na crise do desenvolvimento regional amazônico (1953-1966). *Revista Soc. Bras. Economia Política*, São Paulo, nº 34, p. 163-198, fevereiro, 2013.

MARTINELLO, P. A Batalha da Borracha durante a Segunda Guerra Mundial, Rio Branco: *Cadernos UFAC*, série Estudos e Pesquisas 1, 1998.

OLIVEIRA, João Pacheco de. *O Nascimento do Brasil e outros ensaios: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.

PORTO, Jadson. Reflexões sobre a condição periférica-estratégica da fronteira amapaense. *Para Onde!?* Revista eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, v. 5, n.2, p. 63-75, ago./dez., 2011.

SEVÁ, O. Estranhas catedrais. Notas sobre o capital hidrelétrico, a natureza e a sociedade. *Ciência e Cultura*, v. 60, n. 3 p. 44-50. São Paulo, 2008.



IV

ESTRADAS, FERROVIAS E PORTOS

IDENTIFICAÇÃO, ANÁLISE E RELAÇÃO DE PODER DA POLÍTICA PORTUÁRIA NO OESTE DO PARÁ (ITAITUBA)

Jondison Cardoso Rodrigues¹

INTRODUÇÃO

O governo federal, a partir de 2007, vem planejando e executando políticas públicas (de Estado) infraestruturais de maneira continuada e de longo prazo, sobretudo, na área portuária, por meio de financiamento público, incentivos fiscais, concessões de terras e autorizações para construção de portos privados em diversas regiões do Brasil (RODRIGUES, Jondison; RODRIGUES, Jovenildo, 2015a; 2015b). Na Amazônia Oriental brasileira, essas ações apresentam um grande destaque, com massivos investimentos públicos e privados em obras de infraestrutura portuária (CASTRO, 2012; CASTRO et al., 2014; CASTRO, 2016). Cabe pontuar que em 2013, havia 123 novos pedidos em andamento de requerimentos de autorização de instalação portuária na Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ): sendo 63 para Terminais de Uso Privativos (TUP) (29 para Amazônia), 44 Estações de Transbordo de Carga (ETC) (30 para Amazônia), 11 Instalações Portuárias Públicas de Pequeno Porte (IP4) (7 para Amazônia) e cinco pedidos para Terminais de Turismo (TUP Turismo)² (RODRIGUES, Jondison; RODRIGUES, Jovenildo, 2015b).

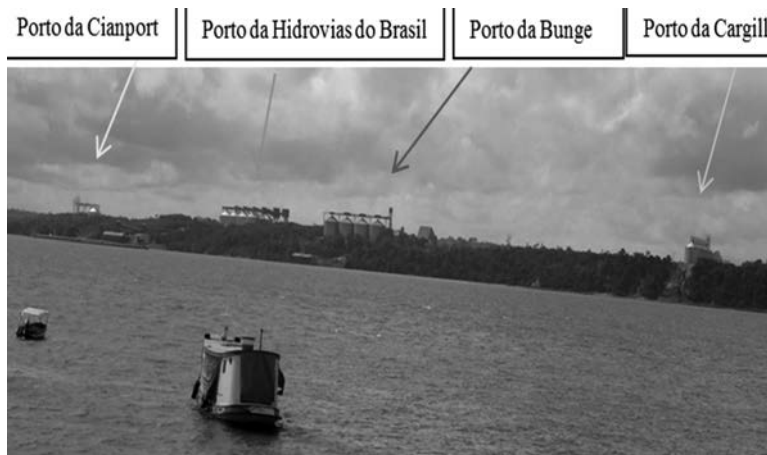
¹ Licenciado em Ciências Naturais. Especialista em Educação Ambiental e Uso Sustentável dos Recursos Naturais pela UFPA. Mestre em Ciências Ambientais pela UFPA. Doutorando em Ciências Socioambientais pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/NAEA/UFPA. Membro do Grupo de Pesquisa GETTAM.

² “TUP, ETC, IP4 e IPT são modalidades de portos, definidas respectivamente por: instalação portuária explorada mediante autorização; instalação portuária explorada mediante autorização, utilizada exclusivamente para operação de transbordo de mercadorias em embarcações de navegação interior ou cabotagem; instalação portuária explorada mediante autorização, utilizada em movimentação de passageiros ou mercadorias em embarcações de navegação interior; instalação portuária explorada mediante arrendamento ou autorização

Até o final do ano de 2016, segundo a ANTAQ, desde 2013, houve o lançamento de 132 anúncios públicos para outorga de construção e exploração privada de portos: em 2013 foi 50, em 2014 foram 24; 34 anúncios em 2015; e, 24 anúncios foram divulgados em 2016.

Desse total de anúncios, foram 55 para Amazônia e 22 para o Pará, sendo 11 para o Oeste do Pará (ANTAQ, 2016). Segundo a Secretaria Especial de Portos (SEP, 2016), entre as instalações portuárias “autorizadas” (até 18.07.2016) para o Oeste do Pará, estão: Cia. Norte de Navegação e Portos - CIANPORT (Itaituba), Hidrovias do Brasil S.A. (Itaituba), Bunge (Itaituba), Ipiranga Produtos de Petróleo (Itaituba), Transporte Bertolini (Juruti) e Base Belo Monte (Vitória do Xingu) (SEP, 2016). E o porto da Bunge já está operação e quatro portos que iniciarão a operar no primeiro semestre de 2017: CIANPORT, Hidrovias do Brasil, Cargill e Caramuru Alimentos (Figura 1 e 2)

Figura 1. Portos graneleiros à margem direita do rio Tapajós, Itaituba



Fonte: do autor do artigo, maio de 2016

e utilizada em embarque, desembarque e trânsito de passageiros, tripulantes e bagagens, de insumos para o provimento e abastecimento de embarcações de turismo. Definições calçadas na Lei nº 12.815/2013” (RODRIGUES, Jondison; RODRIGUES, Jovenildo, 2015b, p. 2).

Figura 2. Porto da Caramuru Alimentos, no Km 28 da Transamazônica, na margem esquerda do rio Tapajós, Itaituba



Fonte: do autor do artigo, 16 de outubro de 2016

O projeto Grupo Caramuru deverá investir R\$ 45 milhões, já que será também construído outro porto em Santana, no Amapá. A previsão é que estes portos estivessem concluídos em 2016.

A descoberta de Itaituba como centro logístico portuário deve-se a um conjunto de fatores, entre os quais: i) a distância mais curta em relação aos produtores de grãos do Mato Grosso, assim diminuindo o custo operacional; ii) melhor acesso portuário (de trânsito) em relação a Santos e Paranaguá, principais portos exportadores graneleiros do país; e iii) a não existência de filas de espera de navios para atracar (RODRIGUES, Jondison; RODRIGUES, Jovenildo, 2015b).

Rodrigues, Rodrigues e Castro (2014) enfatizam também que essa descoberta do Oeste do Pará, principalmente de Itaituba, deve-se ao fato de os agentes econômicos não possuírem competidores potenciais, mas cooperativos; e, ao aumento da eficiência portuária e dos fluxos de mercadorias desta localidade em relação ao mercado exterior, em virtude da economia nos custos de fretes terrestres/transporte, decorrentes da proximidade física com o mercado consumidor (sobretudo, com os EUA, a Europa e a China) e o pagamento de

seguro das mercadorias (RODRIGUES, Jondison; RODRIGUES, Jovenildo; CASTRO, 2014; CASTRO et al, 2014).

Considerando tal conjuntura de políticas públicas do governo federal e as solicitações de instalações portuárias no município de Itaituba, Oeste do Pará, o artigo busca: 1) identificar e analisar a política pública portuária desenvolvida no município de Itaituba, como forma de antecipação espacial e ordenamento territorial; 2) mostrar a relação entre as políticas públicas portuárias, municipal e federal, de maneira a evidenciar conexões ou sinergias entre as referidas políticas territoriais.

De um ponto de vista teórico, adotou-se o termo antecipação espacial proposta por Corrêa (1992), para quem, este conceito é compreendido como a reserva de território (atividade produtiva ou especulativa em um dado local, que, em um futuro próximo poderá ser valorizado, trazendo grandes lucros aos investidores), à espera de valorização à medida que a cidade passa pelo processo de (re)organização espacial (CORRÊA, 1992; 2007).

Já o conceito de ordenamento territorial, adotado nesta construção, é considerado como instrumento de planejamento, de organização e de ampliação da racionalidade espacial das ações do Estado (RÜCKERT, 2005, 2007; DOMINGUES, 2015), o que pressupõe pensar a articulação e interface entre as diversas políticas públicas tanto em escala federal quanto em escala municipal.

Os procedimentos metodológicos utilizados para a construção da referida pesquisa foram: análise do (documento) Diagnóstico Participativo; Plano Diretor; leis e decretos; discursos da prefeita de Itaituba (extraído do site da Prefeitura de Itaituba); discurso da presidenta Dilma Rousseff; e, finalmente, mas não menos importante, pesquisas de campo, realizadas em junho de 2014, e, em fevereiro e novembro de 2015.

A abordagem teórico-metodológica desta pesquisa pauta-se na análise crítica acerca das ações, relações e contradições inerentes ao movimento de transformações territoriais e de produção e reprodução capitalista (RODRIGUES, Jondison; RODRIGUES, Jovenildo, 2015b). Este caminho

teórico-metodológico possibilita analisar os processos econômicos, as representações e ideologias (CLAVAL, 2013), relacionando a acumulação do capital com a produção das estruturas espaciais (HARVEY, 2004, 2005) e políticas públicas.

A política pública adentra-se na perspectiva de que são intervenções de autoridades investidas de poder público e de legitimidade para afetar comportamentos, espaços de contestação, de colaboração e práticas em limites territoriais precisos (RODRIGUES, 2014). Além disso, as políticas públicas são ações abrangentes (não se limitam a leis e regras); mas a uma ação intencional (de longo ou curto prazo); que convergem e/ou dialogam com as múltiplas escalas espaciais e políticas, as dinâmicas macro e microeconômicas de uma política de Estado e lógicas econômicas capitalistas globais, as quais geram ou (re)alimentam os usos e desdobramentos espaciais de processos políticos.

1 ANTECIPAÇÃO ESPACIAL E ORDENAMENTO TERRITORIAL: IDENTIFICAÇÃO, ANÁLISE E RELAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA PORTUÁRIA DO MUNICÍPIO DE ITAITUBA

A maior preocupação tem sido preparar bem o município para esse novo momento em que já estamos vivenciando. Precisamos unir forças com todos os poderes, sociedade, associação comercial, e traçarmos metas importantes para ir preparando o município a curto, médio e a longo prazo. Continuamos de portas abertas para receber bem todos os empresários que visam investir na região e no município [discurso da prefeita de Itaituba, Eliene Nunes] (ITAITUBA, 2015).

O discurso da prefeita de Itaituba constitui expressão de um conjunto de estratégias e ações que vêm sendo adotadas pelo poder público municipal no sentido de promover o ordenamento territorial, planejamento territorial e “ordenação” das cidades (LUFT, 2010), expressa por meio do Plano Diretor de Itaituba. Há um conjunto de propostas para o futuro desenvolvimento socioeconômico e também a futura organização espacial dos usos do solo urbano, das redes de infraestrutura, de saúde, educação, habitação e saneamento (VILLAÇA, 1999; 2005), além da mediação de situações de conflito.

O plano diretor seria uma bússola para distribuição de benefícios e ações de redistribuição de recursos, com a clara intenção de diminuir desigualdades sociais e socioterritoriais em espaços desprovidos de infraestrutura e serviços públicos, além de promover justiça social (CORIOLANO; RODRIGUES; OLIVEIRA, 2013; DANTAS; TROLEIS; MORAIS, 2015). Assim, o plano diretor carrega também um *status* de política pública, pois adquire uma postura de prioridades e ações (CARVALHO, 2001). Alguns instrumentos legais, portanto jurídicos, são considerados, no plano diretor, inclusive até pontuados pelo Plano Diretor de Itaituba: 1) apropriação do solo - referente às ocupações de terra, usucapião, desapropriação de áreas que garantam a apropriação do solo para moradia de classes de renda mais baixa; 2) parcelamento do solo - referente à integração na malha urbana, previsão de diretrizes viárias, reserva de áreas para uso público e garantia de preservação e do meio ambiente da identidade cultural e histórica da cidade; 3) zoneamento - referente às normas e padrões de ocupação e utilização do solo urbano, em conformidade com atividades desenvolvidas, e previstas, controlando usos nocivos ou efeitos prejudiciais ao bem-estar da população (CARVALHO, 2001).

Terassi e Souza (2015) enfatizam que “o Plano Diretor deve ser um diagnóstico científico das realidades física, social, econômica, política e administrativa da cidade do município e de sua região, apresentaria um conjunto de propostas para o futuro e desenvolvimento socioeconômico e a futura organização espacial dos usos do solo urbano, das redes de infraestrutura e de elementos fundamentais da estrutura urbana, para a cidade e para o município. Principalmente, o Plano Diretor tem como papel orientar a política de desenvolvimento e ordenamento da expansão urbana do município, respeitando as especificidades locais, regionais e culturais” (TERASSI; SOUZA, 2015, p.123). Além disso, o plano diretor contribuiria para definição: a) de diretrizes para cumprimento da função social da propriedade; b) do perímetro urbano; c) da implantação de zonas especiais de interesse social (tipo de zonas, localização, acesso, regulamentação); d) do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU); e) da desapropriação com pagamentos em títulos e as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS); e, f) dos instrumentos de política fundiária (CORIOLANO; RODRIGUES; OLIVEIRA, 2013).

O Plano Diretor de Itaituba, como postura de prioridades e ações, não foi puramente “instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana” ou obrigatório para cidades que possuem mais de 20 mil habitantes, segundo a Constituição Federal - 1988 e o Estatuto da Cidade - 2001 (CARVALHO, 2001), mas constitui, sobretudo, resultado de “pressões” do grande do capital, do *agronegócio*, representada pela Associação dos Terminais Portuários e Estações de Transbordo de Cargas da Hidrovia do Tapajós (ATAP). Associação sediada em Belém, composta por seis empresas associadas - Bunge, Cargill, Hidrovias do Brasil, Unirios (*joint venture* da Fiagril e Agrosoja), Cianport e Chibatão Navegações. Além da Brick Logística, empresa-consultora que identifica terrenos na Amazônia e depois os estruturam para a transformação em portos (RODRIGUES, Jondison; RODRIGUES, Jovenildo, 2015b).

Tal afirmação, sobre a possível influência (pressões) da ATAP, decorre do fato de que o recurso financeiro para elaboração do Plano Diretor de Itaituba veio da própria ATAP, via convênio 008/2013, entre prefeitura e a associação empresarial (ITAITUBA, 2014; 2015d). Essa articulação permite inferir que o poder público municipal de Itaituba tem promovido alianças com os agentes econômicos do *agribusiness*, tomando decisões políticas no sentido de promover zoneamento, antecipação espacial e reorganização espacial na escala da cidade, mediante planejamento, controle do uso, parcelamento e ocupação do solo, com vistas a atender a demandas dos referidos agentes econômicos.

Essas alianças entre agentes econômicos do *agribusiness* e o Estado, para Harvey (2013), seria uma aliança de base territorial:

Facções de trabalho que têm, mediante a luta de um mar de exploração podem também correr para a causa da aliança. Além disso, se um compromisso entre capital e o trabalho é útil para acumulação local, então burguesia como todo pode apoiá-lo. A base é lançada para ascensão de uma aliança de base territorial entre várias facções do capital, o Estado local e até classes, em defesa dos processos de reprodução social (tanto de acumulação quanto a reprodução da força de trabalho) dentro de um território particular. Deve ser enfatizado que a base para a aliança se assenta na necessidade de imobilizar uma parte do capital para dar liberdade para se movimentar (HARVEY, 2013, p. 531).

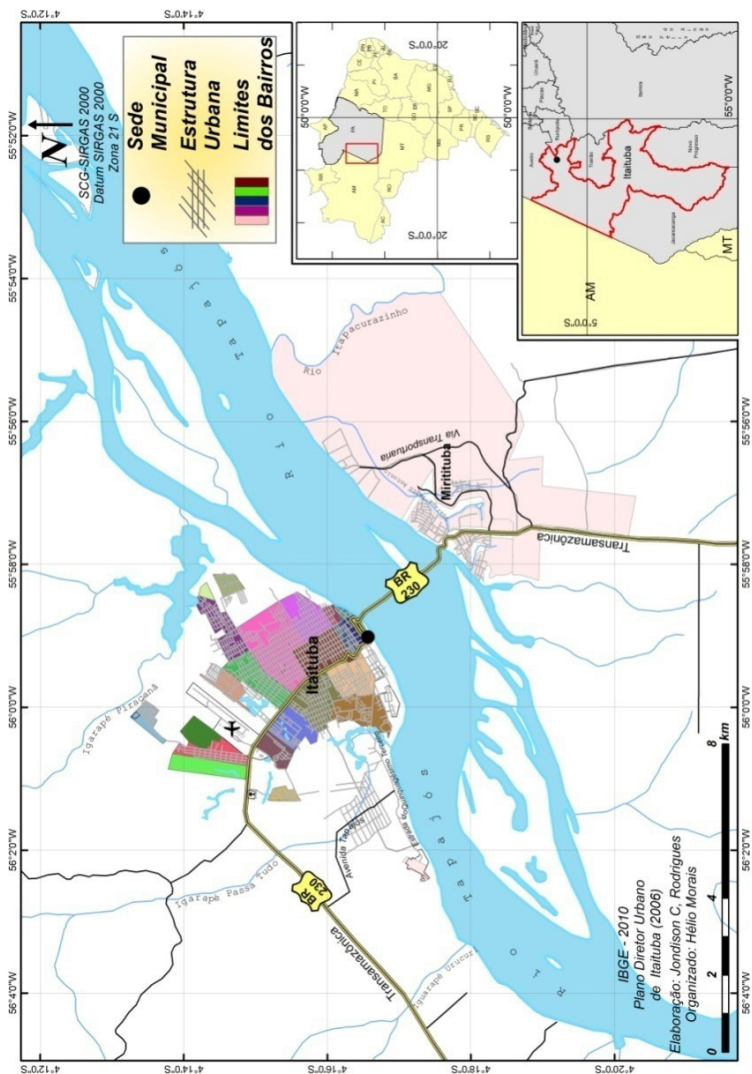
Dessa maneira, as ações convergem para o que enfatizam Barbero (2010) e BNDES (2012), segundo os quais o poder público precisa tomar decisões políticas capazes de empreender reformas nos aparatos jurídicos, como elaboração de um marco regulatório, como forma de capturar fluxos de capital. Marco regulatório que contribuiria para: eliminar as barreiras (para capturar fluxos econômicos) que impeçam o funcionamento dos mercados competitivos, fomentar a disciplina do mercado e as empresas reguladas (DEFILIPPI; FLOR, 2008) e reservar territórios à concessão ao setor privado portuário. Assim, a antecipação espacial efetuada pela política pública portuária de Itaituba tende a normatizar o uso privado do território, possibilitando a ação de novos agentes econômicos, na construção de portos no município de Itaituba (RODRIGUES, Jondison; RODRIGUES, Jovenildo, 2015b).

A Lei nº 2.308/2012, que cria as Zonas Comercial, Industrial e Portuária (ZCIP), o Distrito Municipal de Miritituba, apresentou-se como elemento que tende a contribuir para o processo de antecipação espacial em escala local.

Tal zoneamento passou a constar a partir da Lei nº 2.885/2015 – Zoneamento, uso e ocupação do solo urbano, no Capítulo IV (Das Zonas Urbanas Especiais), Art. 39 (As Zonas Urbanas Especiais), inciso II, Zona Industrial 2 – ZI 2: terrenos a serem utilizados com atividades e empreendimentos das categorias Médio Impacto e Alto Impacto. Nesse Capítulo, no Art. 66, nas Zonas Industriais não será permitida a implantação das atividades que integram a classificação de uso residencial. A Lei nº 2.885-2015 veio consubstanciar o Plano Diretor, de 2015 (Figura 3).

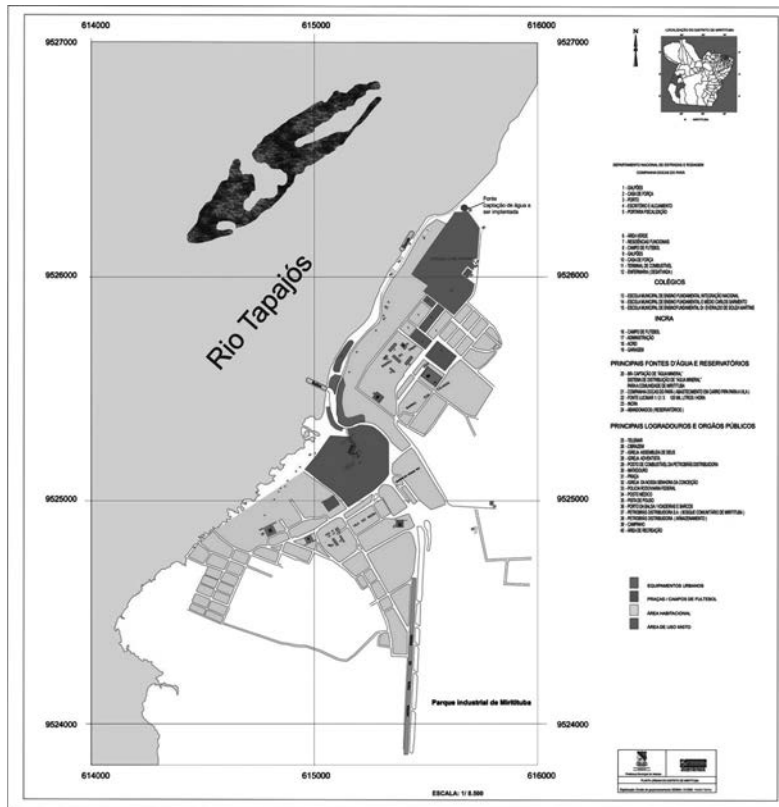
O mapa “apresenta” um ponto de análise interessante, da área Zoneada do Distrito de Miritituba. Esse ponto interessante é que o Distrito de Miritituba é zona rural, portanto só poderia ser zoneada por e com a anuência da União, por intermédio do INCRA, que é o ente responsável por efetuar o zoneamento das áreas rurais (CARVALHO, 2001). Isso faz quebrar a tese de que zoneamento e plano diretor desenvolver-se-iam de forma paralela e independente (VILLAÇA, 2005).

Figura 3. Mapa de localização de expansão urbana no Distrito de Miritituba e da área Zona Industrial no Município de Itaituba, Oeste do Pará – na margem direita do rio Tapajós



Outro ponto para destacar é que essa “reserva territorial” destinada (no plano diretor de 2015) a empreendimentos portuários eram considerados no plano diretor de 2006 de Itaituba como espaço de habitação, lazer e esporte (Figura 4).

Figura 4. Mapa do Plano Diretor de Itaituba, Oeste do Pará – Miritituba como espaço de habitação, lazer e esporte



Essa interdependência (zoneamento e plano diretor) ocorre primeiramente porque o Estado brasileiro é “ordenador jurídico político” e integrador do território (RÜCKERT, 2005; 2007); um agente da produção do espaço, um construtor dos grandes sistemas de engenharia, o guardião do patrimônio natural e gestor da ocupação do território (MORAES, 2005). Como também é um agente (ganhador-mediador-jogador) que participa do

setor portuário: 1) adotando práticas e estratégias para identificar e resolver os problemas territoriais, jurídico-institucionais e técnico-operacionais; 2) incentivando a ampliação, a modernização e a conexão eficiente de transportes e portos (RODRIGUES, Jondison; RODRIGUES, Jovenildo, 2015b), de maneira a capturar fluxos de capital (HARVEY, 2010).

Acompanhado do novo Plano Diretor de Itaituba, houve a aprovação na câmara municipal de leis que vieram amparar o plano diretor – 2015: 1) Lei nº 2.885-2015 – regulamenta o Zoneamento, uso e ocupação do solo urbano; 2) Lei nº 2.886-2015 – Discorre sobre o Parcelamento do solo urbano e condomínios; 3) Lei nº 2.887-2015 – Dispõe sobre a criação e delimitação dos bairros; 4) Lei nº 2.888-2015 – Dispõe sobre o código de obras do município de Itaituba e dá outras providências; 5) Lei nº 2.889-2015 – Regulamenta a outorga onerosa e a transferência do direito de construir, de acordo com o plano diretor participativo do município de Itaituba; 6) Lei nº 2.890-2015 – Regulamenta o estudo prévio de impacto de vizinhança; 7) Lei nº 2.891-2015 – Regulamenta o exercício do direito de preempção pelo poder público, de acordo com o plano diretor participativo do município de Itaituba; e, 8) Lei nº 2.892-2015 - Dispõe sobre a definição dos limites do perímetro urbano de Itaituba e dá outras providências.

Todas essas leis vêm ser um elemento legitimatório de ações, um arcabouço regulatório para assegurar a segurança jurídica (diminuindo o risco de investimentos dos capitais transnacionais) de diferentes formas de uso, ocupação e proteção do solo urbano e rural (RÜCKERT, 2007). Dessa maneira, as políticas públicas de antecipação espacial e o ordenamento territorial seriam uma maneira de criar condições para instalação de grandes infraestruturas portuárias (armazenagem/processamento/escoamento) no município de Itaituba, no Oeste do Pará; fato que contribuiria, por exemplo, para a definição de novos corredores de exportação no território (PEREIRA, 2009), para a expansão, acumulação e para reformas do processo de trabalho, necessárias à reprodução do capital (HARVEY, 2005) e à reprodução do agronegócio.

Esse incentivo à reprodução de agronegócio do município de Itaituba se conecta (de forma sinérgica) com a política pública federal. Essa conexão é sinalizada em SEP (2016), no qual há uma ênfase na viabilização do Projeto

Corredor Norte de Exportação, empreendimento que implantará um sistema de escoamento da produção de grãos, utilizando as bacias hidrográficas da Amazônia. O projeto será instalado em Miritituba (Itaituba, estado do Pará) e Vila do Conde (em Barcarena, estado do Pará). Investimento de R\$ 1,5 bilhão no projeto (SEP, 2016). Em entrevista, em 2016, o então ministro da Secretaria Especial de Portos, Helder Barbalho, ressaltou que: “O setor portuário do Pará ganha cada vez mais importância e assume o protagonismo, fazendo com que o nosso Estado se transforme em ponto estratégico para o escoamento da produção nacional” (SEP, 2016).

Esse protagonismo do estado Pará e da Amazônia é assinalado no discurso da presidente Dilma Rousseff, durante a inauguração do complexo portuário da Bunge, no Porto de Vila do Conde, município de Barcarena, estado do Pará, no dia 25 de abril de 2014:

Esse empreendimento, ele envolve não diretamente, mas de forma indireta, envolve esforços privados, esforços de parcerias público-privadas e esforços públicos para que nós possamos efetuar uma grande mudança na atual logística de escoamento da produção brasileira. [...] O governo da sua parte, vem realizando vários investimentos para implantar uma logística que vai desenvolver uma nova rota exportadora pelo Norte do país. [...] nós temos, para viabilizar o escoamento da nossa produção, de priorizar o modal hidroviário e o modal ferroviário. E, obviamente, a expansão dos portos (ROUSSEFF, 2014).

A formação desses novos corredores de exportação, fortemente (re)organizado e apoiado pelas políticas públicas municipais para “monopolização do território” (OLIVEIRA, 2015), a construção e a conectividade de redes de infraestrutura (MANDERSCHIED; RICHARDSON, 2011), (pelas grandes empresas de importação e exportação, principalmente Bunge e Cargill, ou a ATAP), acabam por contribuir ou promover uma diferenciação interna do uso do solo e da estrutura da propriedade. Além disso, instiga o aparecimento de novos acordos entre atores sociais, empresas e Estado, na construção de uma cultura política que se adapte às novas estruturas na conjuntura atual (CASTRO et al., 2014). Formação de corredores de exportação que se alinham (sintonizam-se) à política territorial federal, o Plano Nacional Logística Portuária (PNLP)

(que está imersão no Programa de Aceleração do Crescimento - PAC), como forma ou projeto que abriria “oportunidades de negócios, novos empregos e ampliação da capacidade de produção no Estado (do Pará), além de garantir competitividade e diminuição de custos” (SEP, 2016).

Essa conexão entre a política federal e municipal busca a diminuição de custos que é expressa na abertura do processo licitatório da pavimentação do contorno rodoviário da BR-230/PA promovido pelo governo federal, em janeiro de 2016. Percurso esse que dá acesso aos portos em Miritituba, no município de Itaituba (PA). Cabe destacar que os complexos portuários graneleiros ao longo do rio Tapajós (RODRIGUES, Jondison; RODRIGUES, Jovenildo, 2015a) faz parte do trajeto para o escoamento da produção agrícola (*commodities*) do Centro-Oeste pelo Arco Norte (SEP, 2016).

Um exemplo desses novos acordos de construção (de cultura) política que se adapta às novas estruturas na conjuntura atual, da política territorial federal, é a antecipação espacial, promovida pelo município de Itaituba, expressa no discurso da prefeita de Itaituba, Eliene Nunes:

em 2013, nós tivemos um cuidado muito grande juntamente a associação comercial e outros setores competentes com relação à regularização dos contribuintes fazendo a reforma tributária do município, quando criamos uma central de atendimento, e fomos um dos primeiros municípios no estado a implantar a nota fiscal eletrônica, e o alvará digital”, enfatizando que isso vai possibilitar o cumprimento do acordo “que fizemos com a as empresas, que é de fazerem suas compras aqui e isso só motiva as empresas a apostarem e investirem no município (ITAITUBA, 2015e).

A reforma tributária, enfatizada pela prefeita, foi ancorada na criação das Leis nº 2.716/2013 e nº 2.777/2014, que, respectivamente, dispõe de um sistema tributário do município de Itaituba e concessão de incentivo fiscal para regularização de licença de funcionamento. Além da criação da Coordenadoria Municipal de Tributos, em 2014.

Toda essa reforma e discurso sinaliza para o fato de que há relações diretas entre processos locais/nacionais e globais, em busca de conexões lógicas da globalização, cuja dinâmica principal se dá em um complexo mercado

transnacional, que definem ou buscam definir as ações de atores locais e a pressão sobre os recursos naturais na região (CASTRO et al., 2014; RODRIGUES, Jondison; RODRIGUES, Jovenildo; CASTRO, 2014). A busca de definições que perpassariam pela construção do discurso de que as medidas compensatórias (condicionantes) seriam capazes de promover o desenvolvimento social local. Compreensão pontuada na fala da prefeita de Itaituba:

nossa preocupação relacionada a esta questão foi sentar com as empresas e estabelecer as condicionantes para que elas possam nos ajudar na estruturação dessas localidades que serão diretamente atingidas, uma vez que a gente sabe que junto com o desenvolvimento vem também sérias questões sociais, como, por exemplo, a questão da exploração infantil, drogas etc. e essas são questões que tem que ser trabalhadas para que sejam evitados danos à população (ITAITUBA, 2015e).

O discurso da prefeita, ancorado na necessidade de parceria com os agentes econômicos e na conscientização do papel das empresas na promoção do desenvolvimento local - com vistas à amenização de problemas (por via de compensações) decorrentes dos impactos sociais da presença de tais empreendimentos-, constitui estratégia frágil: i) quando se considera o passivo social historicamente produzido pelas inúmeras empresas que “profetizaram” auxiliar no desenvolvimento local na região Amazônica, como a Vale, a Albrás, a Alcoa, a Imerys, a Cargill, a Suzano, a Bunge; e, ii) devido ao fato de que “o capital é compelido continuamente a aumentar seu espaço de acumulação e acelerar o ciclo de suas rotações, transformando tudo em mercadoria” (BENSAÏD, 2013), por exigências de rentabilidade e lucro rápido; iii) por se constituir em uma racionalidade (lógica) promotora de desigualdade social, destruidora do meio ambiente e principal responsável pelas mudanças bruscas do clima global (LOWY, 2013).

Assim, essa política de desenvolvimento é incapaz de estruturar localidades para que as mesmas combatam a exploração sexual infantil, o tráfico de drogas, a violência urbana, algo que emergiu com a mobilidade do capital e a implantação dessas infraestruturas portuárias, em Itaituba (evidenciada na pesquisa de campo). Isso porque esses “locais” passam a ser forjados sob a lógica de um conjunto de determinações econômico-políticas, pautadas

na racionalidade do mercado, isto é, na busca por forjar “novos sistemas de produção baseados em novas relações sociais em novas regiões” (HARVEY, 2013). Assim, transformando territórios em um ente fragmentado, um lugar, de usos cada vez mais divididos e privados; e, em lugares logísticos, descontínuos, espedaçados, um tecido logístico, com significado e uso específico para uma comunidade (LIMA JR., 2016).

Esses conjuntos de determinações econômico-políticas, baseadas na racionalidade do mercado, são um forte condutor da matriz do planejamento e da intervenção de antecipação espacial, principalmente no ordenamento territorial na Amazônia brasileira e em Itaituba, alinhada à política territorial federal: a) com ordenamento territorial pautado no ordenamento do tempo e espaço do território (CASTRO, 2012), um modelo de organização fundamentado no controle e domínio do espaço (DOMINGUES, 2015); b) composta de uma diversidade de lógicas e de racionalidades (CASTRO, 2007), nos quais são “banhadas” de preferências e interesses particulares.

Compreensão prática (evidenciada) muito distante do pensamento romântico e ingênuo de ordenamento territorial enquanto uma tecnologia participativa/governança territorial, formada e construída por uma gama de atores, incluindo, o Estado, o setor privado, as ONG e os atores locais (BALETTI, 2012; CARMO, 2014). Essa última perspectiva tende a reduzir/obscurecer as relações sociais, poderes políticos de grupos de interesse, esvaziar o debate de território, e promover a neutralização do espaço geográfico (OLIVEIRA; RIBEIRO, 2009).

O ordenamento territorial em Itaituba é um projeto político, uma política continuada e concreta que (supostamente), ancorou-se no Plano Diretor de Itaituba, para identificação e solução de problemas territoriais (ITAITUBA, 2014), contudo está conexas à política territorial federal que busca estimular investimentos em infraestrutura portuária para a captura de capitais, isto é, o aumento dos fluxos de mercadorias e a fluidez nas relações de trocas de maneira a obter divisas ao Estado-nação brasileiro e as prefeituras municipais (RODRIGUES, Jondison; RODRIGUES, Jovenildo; CASTRO, 2014). Essa lógica está ancorada nos “corredores de exportação”, eixos de rápida circulação destinados à economia externa, particularmente

da produção agrícola, que criaria um circuito espacial produtivo capaz de promover a ocupação territorial e o desenvolvimento local (MACEDO, 2015); no qual o território é objeto do Estado (CATAIA, 2011) que pode fazer e dispor da maneira que quiser o seu uso.

Assim, o objetivo prioritário da reorganização espacial e do ordenamento territorial em Itaituba não foi de atender às demandas da população local, posto que, sob o ponto de vista do diagnóstico participativo, as demandas da população eram saneamento básico, habitação, saúde, educação e regularização fundiária. Esta última, aliás, tem forte apoio do poder público municipal, de maneira a agilizar e promover a segurança jurídica, contudo para os agentes econômicos portuários se instalarem e terem maior “produtividade espacial” e rentabilidade (SANTOS, 2008). Assim, a participação popular que sustentou o plano diretor e a política de ordenamento territorial como todo se fincou no caráter meramente homologatório, negando a participação popular enquanto uma “participação deliberativa”, uma possibilidade de elencar e exigir do poder público as prioridades (e execuções) sociais (BAZOLLI; DELGADO, 2015).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste artigo, procurou-se demonstrar, ou, mais precisamente, identificar e analisar a política pública portuária desenvolvida no município de Itaituba, como forma de antecipação espacial e ordenamento territorial; além de mostrar a relação entre a política pública portuária, municipal e federal, de maneira a evidenciar conexões ou sinergia política territorial federal.

A relevância de tal artigo deve-se ao fato de que muitas pesquisas se concentram nas lógicas e estratégias de produção de complexos portuários no município de Itaituba, Oeste do Pará, particularmente conduzidas pelo governo federal. Tais pesquisas deixam de discutir a política pública portuária municipal, a antecipação espacial e ordenamento territorial, isto é, as condições propícias em diversos sentidos para atração de agentes econômicos.

A partir da pesquisa, pode-se evidenciar que a antecipação espacial e ordenamento territorial foram:

1) a elaboração da Lei nº 2.308/2012, no qual cria (reserva) a Zona Comercial, Industrial e Portuária (ZCIP), no distrito Miritituba, município de Itaituba;

2) revisão do plano diretor de Itaituba (aprovado em 2015, pela Lei Municipal nº 2.884/2015), elemento protagonista do planejamento territorial e ordenação das cidades, o qual tinha por objetivo a reserva de territórios à concessão ao setor privado portuário, já que houve apoio financeiro para elaboração do plano diretor da Associação dos Terminais Portuários e Estações de Transbordo de Cargas da Hidrovia do Tapajós (ATAP) (Bunge, Cargill, Hidrovias do Brasil, Unirios (*joint venture* da Fiagril e Agrosoja), Cianport, Chibatão Brick Logística);

3) leis para: zoneamento, uso e ocupação do solo urbano, parcelamento do solo urbano e condomínios; de criação e delimitação dos bairros; código de obras do município de Itaituba; regulamentação da outorga onerosa e a transferência do direito de construir; regulamentação do estudo prévio de impacto de vizinhança; regulamentação do exercício do direito de preempção pelo poder público, e definição dos limites do perímetro urbano de Itaituba e dá outras providências.

4) reforma tributária com a criação: i) da Coordenadoria Municipal de Tributos; ii) do sistema tributário do município de Itaituba; e, a iii) concessão de incentivo fiscal para regularização de licença de funcionamento.

Todas essas estruturações e reformas – política pública portuária no município de Itaituba – estão enviesadas e alinhadas às diretrizes da política de ordenamento territorial em escala federal. Estruturações e reformas essas também “enviesadas” de preferências e interesses particulares apresentam forte relação global e local/nacional, por meio de relações mercantis globalizadas.

Os elementos emblemáticos do alinhamento e da sinergia entre as diversas escalas de poder (local e nacional) e suas manifestações em escala local podem ser evidenciados por meio de ações adotadas pela gestão territorial no município de Itaituba (Plano diretor) e de estratégias de antecipação espacial e (re)organização espacial na cidade. Tudo isso no sentido de promover atração de capitais, convergindo com a política territorial federal, do Plano Nacional Logística Portuária (PNLP) (que está imersa no PAC), de formação de

“corredores de exportação”, assim permitindo a construção e a conectividade de redes de infraestrutura.

Com base nessa pesquisa, aponta-se para pesquisas posteriores: i) explorar as tensões e os conflitos decorrentes da reorganização territorial de Itaituba, principalmente associada à criação de zonas especiais para áreas portuárias; ii) analisar a contribuição das limitações de bairros (no discurso do poder público), particularmente em Miritituba, distrito de Itaituba (áreas destinadas à instalação de complexos portuários) como forma de combater a violência, a pobreza, a “exclusão”, a falta de oportunidade e a titulação de terras.

REFERÊNCIAS

ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários. *Requerimentos de autorização de instalação portuária*. Disponível em: <http://www.antaq.gov.br/Portal/Requerimentos_Terminais.asp>. Acesso em: 05 dez. de 2015.

BAIA JÚNIOR, P. C. *Entre o ouro e a biodiversidade: garimpos e unidades de conservação na região de Itaituba, Pará, Brasil*. 212f. 2014. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Socioambiental) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.

BALETTI, B. Ordenamento territorial: neo-developmentalism and the struggle for territory in the lower Brazilian Amazon. *The Journal of Peasant Studies*, v.39, n.2, p.573-598, 2012.

BARBERO, J. A. *A logística de cargas na América Latina e no Caribe: uma agenda para melhorar seu desempenho*. Nova Iorque: Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2010.

BAZOLLI, J. A.; DELGADO, C. M. N. Análise comparada da participação popular em planos de ordenamento do território: estudo empírico brasileiro e português. *Revista de Políticas Públicas*, v.19, n.2, p. 423-434, 2015.

BENSAÏD, D. *Marx, manual de instruções*. São Paulo: Boitempo, 2013.

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Análise e avaliação da Organização Institucional e da Eficiência de Gestão do Setor Portuário. São Paulo: Booz e Company, 2012.

BRITO, M. T. A.; SILVA, R. B.; PENA, H. W. A. análise da dinâmica da estrutura produtiva do município de Itaituba, Pará-Amazônia-Brasil. *Observatorio de la Economía Latinoamericana*, v. 194, p. 1-16, 2014.

- CARMO, F. Planos regionais de ordenamento do território e governança territorial: do discurso às evidências da prática. *Revista de Geografia e Ordenamento do Território*, n. 5, p. 41-65, 2014.
- CASTRO, E. M. R. Políticas de ordenamento territorial, desmatamento e dinâmicas de fronteira. *Revista Novos Cadernos NAEA*, v. 10, n. 2, p. 105-126, 2007.
- CASTRO, E. M. R. Políticas de Estado e atores sociais na Amazônia contemporânea. In: BOLLE, W.; CASTRO, E.; VEJMEJKA, M. (Org.). *Amazônia - região universal e teatro do mundo*. São Paulo/Belém: Globo, 2010. p.105-122.
- CASTRO, E. M. R. Expansão da fronteira, megaprojetos de infraestrutura e integração sul-americana. *Caderno CRH*, v. 23, n. 64, p. 45-61, 2012.
- CASTRO, E. M. R.; RODRIGUES, J. C.; HAZEU, M.; ALONSO, S. Megaprojetos e novos territórios do capital: infraestrutura de transporte e portuária na Amazônia. In: CASTRO, E.; FIGUEIREDO, S. (Org.). *Sociedade, campo social e espaço público*. Belém: NAEA, 2014. p.12-42.
- CARVALHO, S. N. Estatuto da cidade: aspectos políticos e técnicos do plano diretor. *São Paulo em Perspectiva*, v. 15, n. 4, p. 130-135, 2001.
- CATAIA, M. A. Território político: fundamento e fundação do Estado. *Sociedade e Natureza*, v. 23, n. 1, p. 115-125, 2011.
- CORIOLOANO, G. P.; RODRIGUES, W.; OLIVEIRA, A. F. Estatuto da cidade e seus instrumentos de combate às desigualdades socioterritoriais: o Plano Diretor Participativo de Palmas - TO. *Revista Brasileira de Gestão Urbana*, v. 5, n. 2, p. 131-145, 2013.
- CORREA, R. L. Corporação, práticas espaciais e gestão do território. *Anuário do Instituto de Geociências*, v. 15, p. 35-41, 1992.
- CORREA, R. L. Diferenciação sócio-espacial, escala e práticas espaciais. *Revista Cidades*, v. 4, n. 6, p. 62-72, 2007.
- CLAVAL, P. Marxismo e geografia econômica na obra de David Harvey. *Espaço e Economia*, v.2, n.3, p.1-14, 2013.
- DANTAS, E. M.; TROLEIS, A. L.; MORAIS, I. R. D. Plano diretor e ordenamento territorial: uma análise do espaço urbano de natal. *Novos Cadernos NAEA*, v. 18, n. 2, p. 217-230, 2015.
- DEFILIPPI, E.; FLOR, L. Regulation in a context of limited competition: A port case. *Transportation Research Part A*, n. 42, p. 762-773, 2008.

DOMINGUES, R. Ordenamento territorial, governança e a transposição de águas do São Francisco: uma perspectiva. *Revista de Geografia e Ordenamento do Território*, n. 8, p. 51-74, 2015.

FELIX-FILHO, J. *Amazônia: belezas e verdades dos rios*. São Paulo: All Print Editora, 2013.

FERREIRA, A. S. Instituições políticas locais versus instrumentos de planejamento e gestão urbana no município de Itaituba-PA. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v. 6, n. 3, p. 22-49, 2010.

HARVEY, D. Retrospect on the limits to capital. *Antipode*, v. 36, n. 3, p. 544-549, 2004.

HARVEY, D. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, D. *The enigma of capital and the crises of capitalism*. Londres: Profile Book, 2010.

HARVEY, D. *Os limites do capital*. São Paulo: Boitempo, 2013.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pará – Itaituba. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=150360>>. Acesso em: 27 dez. 2015

ITAITUBA – Diagnóstico – Plano Diretor Participativo de Itaituba. Itaituba, 2014.

ITAITUBA – Itaituba receberá mais uma estação de transbordo, a 33 km da sua sede!. Disponível em: <<http://itaituba.pa.gov.br/portal/?p=8124>>. Acesso em: 23 nov. 2015a.

ITAITUBA - A cidade. Disponível em: <http://itaituba.pa.gov.br/portal/?page_id=2734>. Acesso em: 11 dez. 2015b.

ITAITUBA - Prefeitura recebe grupo de investidores do CONJOVE. Disponível em: <<http://itaituba.pa.gov.br/portal/?p=7444>>. Acesso em: 24 dez. 2015c.

ITAITUBA - Convite: audiência pública do plano diretor. Disponível em: <<http://itaituba.pa.gov.br/portal/?p=4635>>. Acesso em: 20 dez. 2015d.

ITAITUBA – TV Tapajós entrevista a Prefeita de Itaituba. Disponível em: <<http://itaituba.pa.gov.br/portal/?p=7389>>. Acesso em: 27 dez. 2015e.

LIMA JR, O. F. Ensaio sobre os nós das redes logísticas. *Journal of Transport Literature*, v. 10, n. 4, p. 35-39, 2016.

LOWY, M. Crise ecológica, crise capitalista, crise de civilização: a alternativa ecossocialista. *Caderno CRH*, v. 26, n. 67, p. 79-86, 2013.

LUFT, R. M. Questões pontuais na elaboração do Plano Diretor: planejamento urbano e factibilidade ética. *Revista da Faculdade de Direito da UERJ*, v. 1, p. 1-18, 2010.

MACEDO, M. M. Fluidez territorial e logística: o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no Rio Grande do Norte. *Sociedade e Natureza*, v. 27, n. 2, p. 281-295, 2015.

MANDERSCHIED, K.; RICHARDSON, T. Planning inequality: social and economic spaces in National Spatial Planning. *European Planning Studies*, v. 19, n. 10, p. 1797-1815, 2011.

MORAES, A. C. R. Ordenamento territorial: uma conceituação para o planejamento estratégico. In: MELLO, N. A.; OLIVEIRA JÚNIOR, R. (Org.). *Para pensar uma política nacional de ordenamento territorial*. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2005. p. 43-47.

OLIVEIRA, L. D.; RIBEIRO, G. Notas teórico-metodológicas sobre o ordenamento territorial: um ensaio político a partir das experiências de Volta Redonda e Cabo Frio. *Revista Tamoios*, v. 5, n. 1 p. 3-17, 2009.

OLIVEIRA, A. U. A mundialização do capital e a crise do neoliberalismo: o lugar mundial da agricultura brasileira. *GEOUSP*, v. 19, n. 2, p. 229-245, 2015.

PEREIRA, M. F. V. Redes, sistemas de transportes e as novas dinâmicas do território no período atual: notas sobre o caso brasileiro. *Sociedade e Natureza*, v. 21, n. 1, p. 121-129, 2009.

RODRIGUES, J. N. Políticas públicas e Geografia: retomada de um debate. *GEOUSP*, v. 18, n. 1, p. 152-164, 2014.

RODRIGUES, Jondison; RODRIGUES, Jovenildo; CASTRO, E. M. R. Transporte hidroviário, portos e terminais interiores na Amazônia brasileira: uma análise sobre seus papéis na política pública territorial. *Geo UERJ*, v. 1, n. 25, p. 115-137, 2014.

RODRIGUES, Jovenildo; RODRIGUES Jondson, J. A produção de complexos portuários no município de Itaituba, Oeste do Pará: lógicas e contradições das políticas públicas. *Caminhos de Geografia*, v. 16, n. 56, p. 1-21, 2015a.

RODRIGUES, Jovenildo; RODRIGUES Jondson. Política Pública Portuária e ajuste fiscal de 2015 no Brasil. *Espacios* (Caracas), v. 36, n. 22, p. 1-20, 2015b.

RÜCKERT, A. A. Reforma do Estado, reestruturações territoriais, desenvolvimento e novas territorialidades. *GEOUSP*, v. 17, p. 79-94, 2005.

RÜCKERT, A. A. A Política Nacional de Ordenamento Territorial, Brasil. *Scripta Nova*, v. 11, p. 1-20, 2007.

ROUSSEFF, D. Dilma discursa na inauguração do Complexo portuário Miritituba-Barcarena. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=bemLnkgmGVk>>. Acesso em: 12 dez. 2014.

SANTOS, M. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. 2.ed. São Paulo: Edusp, 2008.

SCHUBER, E.S.M. *Influência da atividade garimpeira na dinâmica urbana das cidades amazônicas: o caso de Itaituba/PA*. 2019, 99f. Dissertação (Mestrado profissional em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

SEP - Secretaria Especial de Portos. Terminais de Uso Privado. Disponível em: <<http://www.portosdobrasil.gov.br/assuntos-1/investimentos/terminais-de-uso-privado>>. Acesso em: 5 dez. de 2015.

SEP - Secretaria Especial de Portos. Escoamento de grãos terá investimento de R\$ 1,5 bi. Disponível em: <<http://www.portosdobrasil.gov.br/home-1/noticias/escoamento-de-graos-tera-investimento-de-r-1-5-bi>>. Acesso em: 8 jan. 2015.

TERASSI, Paulo M. B.; SOUZA, Rodrigo V.B. Reflexões acerca do papel dos planos diretores: o Eldorado e a Mímese do Planejamento em Maringá - Paraná. *Geo UERJ*, v.27, p. 120-136, 2015.

VILLAÇA, F. J. M. Dilemas do plano diretor. In: CEPAM (Org.). *O município no século XXI: cenários e perspectivas*. São Paulo: Cepam, 1999. p.237-247.

VILLAÇA, F. J. M. *As ilusões do plano diretor*. São Paulo: Internet, 2005.

DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA? O PLANO BR-163 SUSTENTÁVEL DEZ ANOS DEPOIS

Rosane Brito¹

Edna Ramos de Castro²

INTRODUÇÃO

Dez anos após ter sido iniciada a implementação do “Plano para a Área de Influência da BR-163 - Rodovia Santarém-Cuiabá”, apresentado como um novo marco para o desenvolvimento socioeconômico e ambiental da Amazônia pelo governo federal brasileiro, propõe-se analisar os conflitos de interesse entre diferentes programas, investimentos e instrumentos em disputa atualmente, intrinsecamente ligados ao processo histórico da região e do país, assim como fortemente influenciados e submetidos às novas dinâmicas do capitalismo mundial.

A pesquisa³, iniciada em 2005, tem acompanhado a partir de então o acelerado processo de transformação por que passa aquela área da Amazônia, desde que a rodovia foi definida como eixo fundamental para o escoamento da produção de grãos e de outras *commodities* ao mercado externo. A área de influência da rodovia ocupa uma imensa parcela da Amazônia, constituída por

¹ Graduação em Administração. Mestre em Planejamento do Desenvolvimento pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/UFGA. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido/NEA/UFGA. Membro do Grupo de Pesquisa GETTAM.

² Doutora em Sociologia pela École des Hautes Études en Sciences Sociales (Paris), professora Doutora em Sociologia pela École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, França, professora dos Programas de PG em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/NAEA e do PPG em Sociologia e Antropologia/IFCH, da UFGA. Bolsista de Produtividade do CNPq. Líder do Grupo de Pesquisa Estado, Território, Trabalho e Mercados Globalizados/GETTAM. Atualmente é Diretora da SBS e Conselheira da SBPC.

³ A pesquisa é desenvolvida pelo Grupo de Pesquisa GETTAM, vinculado ao NAEA/UFGA e ao CNPq.

1.232 milhão de km², em que se localizam 73 municípios, sendo 28 no estado do Pará, 39 em Mato Grosso e 06 no Amazonas, o que corresponde a 14,47% do território nacional e abrange em torno de dois milhões de pessoas.

Os investimentos atuais do Estado, associados à iniciativa privada, e as pressões do mercado internacional são reveladores de que, para além do que está proposto formalmente no Plano para a BR-163, o projeto de desenvolvimento hegemônico em curso é o que prioriza a produção do agronegócio e o equilíbrio da balança comercial brasileira, mesmo que isso represente o avanço do extrativismo e o desinvestimento na indústria e na verticalização da produção, fortalecendo o que vem sendo identificado como um processo de reprimarização das economias de países ricos em matérias-primas, como o Brasil, para atender às demandas dos grandes conglomerados industriais do mundo.

A partir do asfaltamento de parte da rodovia, o processo de ocupação da região passou a ter novos e intensos fluxos de capital, de trabalhadores e de investimentos. As novas dinâmicas e interesses combinaram-se com questões historicamente identificadas na região exacerbando embates entre setores ligados à expansão da fronteira agrícola, em vista dos interesses econômicos articulados nacional e internacionalmente, e pequenos produtores; tráfico de metais preciosos; avanço ilegal sobre os estoques naturais da região, com desmatamento acima dos níveis definidos legalmente e invasão de áreas de preservação ambiental; desintegração e conflitos entre ações governamentais; grilagem de terras; precaríssimas políticas de ordenamento territorial, objeto de muitas disputas pela posse da terra e para ter acesso a políticas de crédito governamental; conflitos com etnias indígenas, em defesa de suas terras e culturas; atuação de movimentos sociais ambientalistas contrários à exploração predatória, entre tantos outros problemas. A esse quadro, somam-se a pobreza e a desigualdade social na região, que constam, formalmente, como objeto do diagnóstico e das políticas centrais do planejamento do governo federal para a imensa área abrangida pela rodovia.

A efetividade das políticas de Estado já vinha, muito antes da implementação do Plano BR-163 Sustentável, sendo exigida na região por parte de alguns agentes sociais organizados, inclusive internacionalmente, em

função da rápida degradação da floresta amazônica. Para outros agentes sociais, ligados aos setores produtivos extensivos, entretanto, a ineficácia das políticas públicas, no que concerne ao controle ambiental e de terras, assim como das instituições governamentais era conveniente e desejável, por facilitar a prática de ações ilegais, bem como a impunidade e os privilégios históricos da classe econômica dominante na região.

A pesquisa já apontava desde o início, por vários fatores estruturais e conjunturais, que havia muitas barreiras para que fossem alcançados os objetivos anunciados no discurso do Plano BR-163. O instrumento buscava obter adesão social e sustentação às políticas propostas, em especial aquelas voltadas aos pleitos das parcelas mais pobres e vulneráveis da população e aos setores ligados à pequena produção.

No epicentro das questões, identifica-se a disputa quanto ao modelo de desenvolvimento a ser priorizado para a Amazônia, inclusive entre as instituições do próprio Estado, como identificado entre os Ministérios do Meio Ambiente e o da Agricultura, para citar apenas um dos muitos exemplos. O discurso oficial comprometia-se com a conciliação entre crescimento econômico, justiça social e uso sustentável dos recursos naturais, o que fez eclodir as disputas pelo uso social do território, agudizando conflitos. Constata-se, desde o início, além da desarticulação entre os três níveis de governo na Amazônia, a precária institucionalização dos conflitos, evidenciada no insucesso de mecanismos como as audiências públicas e outros, visando produzir consensos.

Analisa-se neste trabalho as repercussões econômicas, sociais e ambientais, na última década, em municípios estratégicos ao longo do grande corredor multimodal que constitui hoje a rodovia Santarém-Cuiabá, bem como a dimensão e a complexidade das questões que subjazem ao crescimento econômico, apresentado como o grande triunfo desse processo. São considerados, então, os municípios de Santarém, Itaituba, Novo Progresso e Sinop, os três primeiros no Pará e o último no Mato Grosso, em vista dos vultosos investimentos e dinâmicas socioeconômicas por que têm passado.

A delimitação do foco da pesquisa nesses municípios implica também analisar as relações, interesses e conflitos mundiais que neles se estabelecem e exercem pressão, conforme reflexão de Milton Santos de que “cada lugar é, à

sua maneira, o mundo” (2010, p. 585), muito embora seja necessário também apreendê-lo naquilo pelo que se torna singular, em relação a todos os demais lugares, pelas condicionantes que lhe são próprias em dado momento histórico. Se o mundo está em toda parte, afirma o autor, é imprescindível, também, evitar a generalização cega dessa constatação, como se todos os fenômenos fossem determinados sempre por forças sociais globais. Tomando a perspectiva de Santos, busca-se investigar quanto há de “mundo” e de “exponencialmente diferente” naquela área da Amazônia, que possibilite entender a complexidade e os efeitos do processo desencadeado a partir de interesses que, além de regionais, são também nacionais e internacionais.

Situa-se, assim, em um primeiro momento, o Plano BR-163 Sustentável no contexto dos grandes projetos de infraestrutura na Amazônia, para avaliar pertinências e contrastes nas lógicas de construção desses instrumentos de planejamento, e dos investimentos e políticas públicas que deles decorrem, correlacionando-os com os outros que estão em curso atualmente, no caso, o PAC I e II e o PIL. No segundo momento, são analisados os dados demográficos, o desmatamento, a produção econômica e conflitos existentes, vinculando-os às unidades da federação a que pertencem os municípios.

A questão central em análise vincula-se ao desenvolvimento naquela área da Amazônia, refletindo sobre o discurso produzido no Plano BR-163 Sustentável quando confrontado com as prioridades de investimento do Estado e de grandes grupos empresariais nacionais e transnacionais, submetidos à lógica dominante que rege o processo de acumulação capitalista mundial.

Do ponto de vista metodológico, este trabalho baseia-se em dados e análises da pesquisa que vem sendo desenvolvida pelo grupo de pesquisa GETTAM, do NAEA/ UFPA, naquela região, envolvendo agentes sociais de diferentes setores, bem como em dados secundários produzidos por instituições do Estado - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), Ministério da Ciência e Tecnologia, entre outros. As reflexões são feitas à luz de referências teóricas de Pierre Bourdieu (1989; 2014), Bertha Becker (2001), Edna Castro (2004; 2007), Milton Santos (2006; 2010) e Philip Fearnside (2005; 2012).

1 O PLANO BR-163 E OS GRANDES PROJETOS DE INFRAESTRUTURA NA AMAZÔNIA

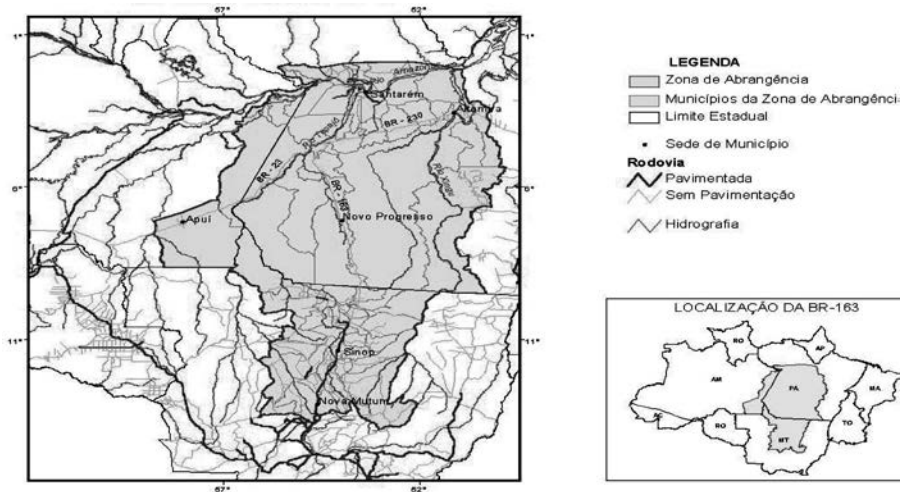
Os grandes projetos de integração no Brasil foram produzidos com base no discurso que associa a ideia de desenvolvimento à de fortalecimento da nação. Nesse sentido, Edna Castro (2007) identifica essa estratégia nos governos militares, décadas de 1960 e 1970, que definiram grandes projetos de integração para a Amazônia, representados especialmente pelas rodovias Transamazônica (BR-230), Manaus-Porto Velho (BR-364), Santarém-Cuiabá (BR-163) e Perimetral Norte (BR-210), muito embora desde o Estado Novo, nos anos 30 do século passado, Getúlio Vargas já tivesse definido o “Programa Marcha para o Oeste”. Identificado por muitos analistas como uma estratégia de dominação política e ideológica na região, esse programa foi seguido por outros, na década de 1970, como o Programa de Integração Nacional e o Polamazônia, sendo que em todos eles, como esclarece Castro, foi sempre reforçada a imagem da Amazônia como celeiro de recursos naturais inesgotáveis, em meio a um grande vazio, propícia à expansão do capital e ao acesso a esses estoques.

Elaborado neste século, o Plano BR-163 Sustentável segue a mesma lógica de implementação de planos a partir de grandes “eixos nacionais de integração e desenvolvimento”, o que na visão de Philip Fearnside (2012) confirma a antiga estratégia dos governos brasileiros, tal como ocorreu também com o Consórcio Brasiliana, nos anos 2000, entre outros. Esses grandes planos visam fomentar a atividade econômica em geral e, em função da amplitude das ações propostas e investimentos necessários, contam não apenas com recursos públicos, mas também privados, que passam a ter peso relevante, refletindo interesses e investimentos do grande capital na formulação dos Planos Plurianuais do país, um instrumento próprio do Estado. Os grandes eixos, como bem alerta o autor, não correspondem às unidades geográficas existentes, como os municípios, estados ou regiões, sobrepondo-se portanto aos interesses locais e regionais.

O mapa abaixo permite visualizar a área de abrangência da rodovia BR-163, bem como a posição estratégica que ocupa, por dar acesso aos portos localizados na região Norte do país, que possibilitam a exportação da produção brasileira a todos os demais continentes.

Por um lado, defendem os formuladores que os grandes projetos de integração propiciam a “quebra” de fronteiras geográficas rígidas, correspondendo, em tese, à ruptura de limites tradicionais de autoridade sobre os projetos governamentais e dos interesses particulares de grupos historicamente localizados, que muitas vezes impõem-se às majorias, de forma autoritária, aumentando a desigualdade interna e regional. Por outro lado, esses grandes eixos tentam criar imagens de novos arranjos territoriais que nem sempre obtêm adesão no imaginário social e político da sociedade, ao mesmo tempo em que passam a submeter as necessidades e prioridades definidas local e regionalmente a novas e poderosas articulações e interesses, não imunes a decisões que desconsideram o desenvolvimento social e econômico de grande parte do território por eles ocupados, ou sob sua influência.

Figura 1. Zona de abrangência da BR-316



Fonte: Plano de Desenvolvimento para a Área de Influência da Rodovia BR-163 (Cuiabá-Santarém)

Os grandes projetos de infraestrutura para o país, que passam a integrar os planos plurianuais do governo federal, em especial nos casos da BR-163 e da BR-319 (Manaus-Porto Velho), na Amazônia Legal, atenta Fearnside (2012), são encaminhados para execução e os efeitos deletérios são sempre tidos como sob o controle dos mecanismos de governança. Analisa o autor, entretanto, tomando o desmatamento como referência, que têm sido projetados na formulação desses projetos níveis de governança muito maiores do que se pode constatar na prática. A seu ver, essa realidade se tornou recorrente desde o Programa Brasil em Ação, sucedido pelo Programa Avança Brasil, depois pelo Plano Plurianual e, atualmente, pelo Plano de Aceleração do Crescimento (PAC).

De acordo com o balanço do PAC-2, apresentado em dezembro de 2014, o governo federal executou, entre 2011 e 2014, mais de R\$1 trilhão de investimentos nas áreas de infraestrutura social, urbana, logística e energética, sendo que desse valor 66,9 bilhões foram aplicados em transportes (rodovias, portos, ferrovias e aeroportos). No caso da BR-163, a projeção era que o asfaltamento total da rodovia fosse concluído até dezembro de 2016. Tal investimento, além de criar novas rotas que possibilitam a exportação da produção do país, gera empregos e fortalece diversas atividades econômicas, o que constitui também, como vem sendo amplamente noticiado, grande esforço para vencer o cenário de crise econômica, interna e mundial.

Insera-se, assim, a BR-163 na lógica dos corredores multimodais, que permitem a articulação entre diferentes redes de transporte, propiciando agilidade e eficácia no transbordo de cargas, com vistas principalmente à comercialização interna e exportação da produção do país, o que, segundo o Ministério do Planejamento, vem sendo possível por “meio de parcerias estratégicas com o setor privado, promovendo-se sinergias entre os modais rodoviário, ferroviário, hidroviário, portuário e aeroportuário”.

Integrando essa estratégia, o Ministério do Planejamento lançou, em junho de 2015, a segunda etapa do PIL, cuja fase inicial ocorreu em agosto de 2012, visando à modernização da infraestrutura de transportes no país, com a participação do setor privado, em que foram previstos R\$ 198,4 bilhões em

investimentos, sendo R\$ 69,2 bilhões entre 2015-2018 e R\$ 129,2 bilhões a partir de 2019. Do total, R\$ 66,1 bilhões destinam-se a rodovias, que escoam a produção agrícola e ampliam a trafegabilidade no país.

Tomando o oeste do Pará como exemplo das novas dinâmicas e vultosos investimentos que associam interesses do Estado ao grande capital, tem-se a dimensão da importância da BR-163, atualmente, para o escoamento da safra de grãos, em especial da soja. O Ministério dos Transportes em seus programas e investimentos afirma que a rodovia é de fato um canal estratégico e uma das principais rotas nacionais para acessar os portos, permitindo a exportação da produção agrícola do país pela região Norte.

Na distribuição espacial da produção brasileira, safra 2014-2015, dos 202,2 milhões de toneladas de grãos, novo recorde do país, mais de 85 milhões (42%) estão localizados na região Centro-Oeste, que poderão percorrer uma rota mais curta e lucrativa até os portos e estações de transbordo de cargas do estado do Pará.

De acordo com estudo realizado pela Confederação Nacional dos Transportes (CNT), entidade formada por federações e entidades nacionais que integram o sistema nacional de transporte, o preço do frete é decisivo na escolha modal. Citando o escoamento de dois produtos dos mais importantes da produção agrícola do país, a soja e o milho, o estudo refere que o custo do frete pode representar algo em torno de 50% do valor recebido por tonelada do milho e mais de 20% no caso da soja. Além disso, queixam-se os responsáveis pelo transporte que entre 2009 e 2014 os reajustes dos preços dos fretes ficaram cerca de 8% abaixo da inflação do período.

Assim, grandes *tradings* e operadoras logísticas que visam reduzir os custos de transporte das indústrias estão se instalando em Miritituba, distrito de Itaituba, às margens do rio Tapajós. Dado o volume da produção do Centro-Oeste, em especial de Mato Grosso, e o acesso possível pela BR-163, essas empresas e indústrias associarão a ampliação da distribuição aos mercados interno e externo à crescente lucratividade.

Seguindo o modelo de concessões de rodovias ao setor privado, por meio de licitação, o governo federal optou por realizar leilão para asfaltar a parte da

rodovia BR-163 ainda com problemas de trafegabilidade. Quanto aos portos, o PAC-2 prevê, na etapa de concessões portuárias, dois blocos de arrendamento, com 29 concessões no primeiro bloco, sendo 20 no Pará. Somente na região de Miritituba, em Itaituba, está planejada a implantação de 26 Estações de Transbordo de Carga (ETC) e em apenas oito dessas estações a CNT) em estudo feito em 2015 sobre transporte e desenvolvimento, menciona a previsão de ser gerado um fluxo de 100 mil carretas/mês na BR-163, no período de alta da safra de Mato Grosso.

O Plano BR-163 Sustentável, parte do planejamento federal para a Amazônia, preconiza expressamente entre seus objetivos que os gargalos de transporte, energia, armazenamento e outros serviços de infraestrutura devem visar diretamente os setores mais pobres, como os produtores familiares e as comunidades rurais. Frente aos investimentos feitos e projetados para atender à grande produção, e portanto ao grande capital, cabe questionar qual o destino que está reservado aos pequenos e médios produtores rurais da região no cenário de curto e médio prazo.

2 PRINCIPAIS DADOS E INDICADORES DOS MUNICÍPIOS

Foram tomados como referência os quatro municípios incluídos na pesquisa, bem como as repercussões nos estados em que se inserem, quanto as alterações demográficas, desmatamento e indicadores econômicos.

A análise dos dados funda-se, também, em questões que envolvem o poder por parte do Estado e dos agentes que representam os campos político e econômico, internos ou externos, com base no conceito de campo formulado por Pierre Bourdieu (1989), que define a importância de interpretar a sociedade a partir de relações de força entre os múltiplos agentes que lutam para obter a hegemonia no poder, ou para garantir as posições já conquistadas no campo.

Em perspectiva complementar, Milton Santos (2006) remete ao lugar, a ser apreendido a partir do sentido da luta social entre interesses divergentes. Por ser constituído por virtualidades de diferentes valores, o lugar tem o seu uso condicionado à força que os grupos sociais detêm sobre ele, sempre desigual,

por envolver a luta pelo poder entre dominantes e dominados. Nesse sentido, a divisão do trabalho, postula o autor, pressupõe a existência de conflitos, sendo alguns mais relevantes, como os que opõem o Estado e o mercado, que não são dois grandes blocos homogêneos em si mesmos, havendo distinções importantes no interior de cada um deles, conforme os interesses que os mobilizam e a força que cada grupo dispõe. As empresas têm, assim, maior ou menor poder de impor uma divisão do trabalho adequada aos seus interesses e competem com as diversas escalas do poder público pela organização e uso do território.

Por outro lado, compreender o que vem ocorrendo nos municípios em questão, mesmo não sendo estes os responsáveis pela definição dos investimentos e políticas locais priorizados na execução dos planos em curso, significa buscar nos lugares, cuja localização é estratégica para os interesses do grande capital, os impactos e as repercussões observados no território. A pesquisa demonstra que esses locais vêm sendo diretamente afetados pelas transformações socioterritoriais e econômicas provocadas pelas grandes obras e novas dinâmicas, porque é neles que as políticas se materializam, interferindo diretamente no uso social do território e na qualidade de vida das pessoas.

2.1 INTENSAS MUDANÇAS NO DINAMISMO E FLUXOS POPULACIONAIS

As dinâmicas econômicas no entorno da rodovia Santarém-Cuiabá a partir do início do Plano BR-163 levaram a um intenso dinamismo social, em especial quanto ao deslocamento da área rural para a área urbana.

Tomando os censos demográficos do IBGE dos anos 2000 e 2010 e a projeção da população residente em 2015, os municípios de Santarém e Sinop são os que apresentam maior variação na projeção de aumento populacional, entre 2000 e 2015, sendo de 11,42% em Santarém e de 73,61% em Sinop.

Tabela 1. Projeção demográfica da população residente nos municípios

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO RESIDENTE (hab.)			
	Ano 2000	Ano 2010	Projeção 2015	Varição % aprox. (2000-2015)
Itaituba	94.750	97.493	98.446	3,90
Novo Progresso	24.948	25.124	25.135	0,75
Santarém	262.538	294.580	292.520	11,42
Sinop	74.831	113.099	129.916	73,61
Total	457.067	530.296	546.017	

Fonte: IBGE – Censos Demográficos dos anos 2000 e 2010

Quanto ao deslocamento da população rural para a área urbana, no período 2000-2010, os censos demográficos do IBGE atestam um intenso fluxo de pessoas do campo para a cidade. Chama a atenção, em especial, o município de Novo Progresso, que registra uma redução de mais de 50% da população da área rural e o crescimento de 84,01% da população urbana, assim como Sinop que, diferentemente dos demais municípios aqui analisados, apresentou considerável elevação de sua população rural, em torno de 170%, e de sua população urbana (38%), no mesmo período.

Tabela 2. Variação demográfica nas áreas urbana e rural dos municípios (por habitante)

Censo Demográfico (hab)

Municípios	População rural			População da área urbana		
	Ano 2000	Ano 2010	Var. % aprox.	Ano 2000	Ano 2010	Var. % aprox.
Itaituba	30.624	26.811	(-) 12,45	64.486	70.682	(+) 9,60
Novo Progresso	15.320	7.407	(-) 51,65	9.628	17.717	(+) 84,01
Santarém	76.241	78.790	(+) 3,34	186.297	217.790	(+) 16,90
Sinop	7.125	19.346	(+) 171,52	67.706	93.753	(+) 38,47
Total	129.310	132.354	(+) 2,35	328.117	399.942	(+) 21,89

Fonte: IBGE – Censos demográficos dos anos 2000 e 2010

2.2 ÍNDICES DE DESMATAMENTO (AINDA) PREOCUPANTES

O desmatamento na Amazônia Legal continua a ser preocupante, no período de julho de 2014 a agosto de 2015, sendo que os estados do Amazonas (54%), Rondônia (41%) e Mato Grosso (40%) foram os que mais desmataram.

De acordo com o Projeto de Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite (PRODES), do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), vinculado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), que detecta exclusivamente desmatamentos tipo corte raso, houve redução de cerca de 80%, entre 2004 e 2014, também nos estados do Mato Grosso (91%) e Pará (78%). Os dados, portanto, revelam que o governo federal empreendeu à época, que coincide com o início das ações do Plano Amazônia Sustentável e do Plano BR-163 Sustentável, políticas e ações que se mostraram eficazes para a redução do desmatamento na Amazônia.

Dados mais recentes apresentados pelo Prodes, entretanto, revelam o quanto o desmatamento ainda é preocupante, tanto mais se considerado que as atividades altamente lucrativas, em torno das quais os vultosos investimentos governamentais e privados, produzem desmatamento e grandes danos ambientais. Conforme informações divulgadas em agosto de 2015, pelo Prodes, os desmatamentos do tipo corte raso na Amazônia Legal, entre agosto de 2013 e julho de 2014, corresponderam a 5.012 km², dos quais quase 60% encontravam-se localizados justamente nos estados do Pará e Mato Grosso alcançando 1.887 km² e 1.075 km², respectivamente.

O INPE registrou crescimento de mais de 800 km² do desmatamento na Amazônia Legal, que passou para 5.831 km², em 2015. A então ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, informou naquele momento que os três estados da Amazônia Legal em que houve recrudescimento do desmatamento receberam R\$200 milhões do governo federal para modernizar seus sistemas de licenciamento e de fiscalização.

A mudança no padrão do desmatamento das áreas, antes pulverizado e atualmente existente em grandes extensões, deve-se à expansão da pecuária e da agricultura naqueles estados. Na BR-163, ainda de acordo com o Ministério do Meio Ambiente, o agravamento da situação deve-se também ao fato de que

as áreas não consolidadas estão sendo convertidas com base em desembargos administrativos e judiciais, em Mato Grosso, embora o Código Florestal defina que somente as áreas consolidadas que tiveram sua destinação alterada antes de 2008, e ainda dependendo do caso, poderão ser liberadas de multas e embargos.

Segundo os dados do Sistema de Detecção de Desmatamento em Tempo Real (DETER), outro sistema de monitoramento do INPE, entre fevereiro de 2015 e janeiro de 2016, foram identificados 4832,31 km², incluindo corte raso e degradação florestal na Amazônia Legal, apesar da grande concentração de nuvens no período, o que impediu a observação de parte da região.

Exemplificam a realidade da região fatos como o noticiado no site do Ibama, em setembro de 2015, sobre a apreensão de mais de 8.500m³ de madeira retirada irregularmente, equivalentes a cerca de 300 caminhões carregados, no oeste do Pará, somente em uma ação da “Operação Manilkara”. Além da Madeireira Iller Ltda, outras sete empresas e proprietários foram autuados nessa operação, por armazenamento, comercialização e transporte de madeira sem licença, entre outros crimes.

No Plano BR-163 Sustentável, o desmatamento na região deveria ser reduzido ao mínimo, rompendo com o padrão extensivo de uso do solo que caracterizou a Amazônia ao longo de sua história, de modo a obter equilíbrio entre desenvolvimento econômico e conservação da floresta. O Macrozoneamento da Amazônia Legal (Decreto nº 7378/2010) foi elaborado pelo governo federal para orientar políticas públicas de desenvolvimento, ordenamento territorial e meio ambiente, assim como para “assegurar a sustentabilidade do desenvolvimento regional, indicando estratégias produtivas e de gestão ambiental e territorial em conformidade com a diversidade ecológica, econômica, cultural e social da Amazônia”. Foi definido nesse instrumento, entre as principais estratégias de produção e de gestão ambiental, que as frentes de expansão deveriam ser contidas com a implementação de áreas protegidas e de usos alternativos, além de que a área denominada como o “coração da floresta” deveria ser também defendida com atividades produtivas sustentáveis. Tais prioridades deveriam ser asseguradas também pela restrição de crédito rural e para a agroindústria, de modo a conter a expansão da pecuária e da monocultura. No MacroZEE admite-se que a fronteira agropecuária e

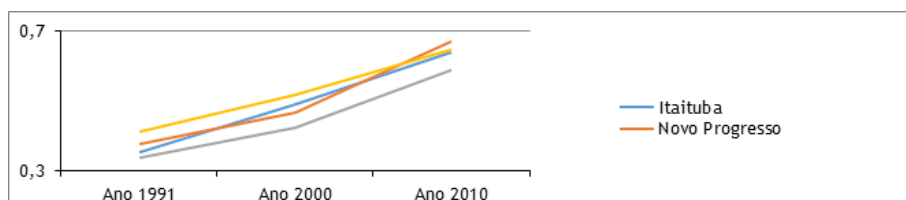
madeira localiza-se principalmente no sudoeste do Pará e no norte de Mato Grosso, avançando pela rodovia Santarém-Cuiabá, pela Terra do Meio e pelo sul do estado do Amazonas, a partir de Rondônia e do Acre.

2.3 DADOS SOBRE A ECONOMIA E INDICADORES DOS MUNICÍPIOS E REGIÕES

Conforme os censos realizados pelo IBGE, nos anos de 2000 e 2010, houve melhoria nos quatro municípios (Itaituba, Novo Progresso, Santarém e Sinop) em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), composto por três dimensões do desenvolvimento humano (longevidade, educação e renda). São as seguintes as variações no período, em cada um deles: Itaituba = 0,489 e 0,640; Novo Progresso = 0,466 e 0,673; Santarém = 0,555 e 0,691; e Sinop = 0,626 e 0,754, respectivamente.

Em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), comparando os valores do ano de 2006, logo após o início do Plano BR-163, com os do ano de 2012, bem como a posição dos estados do Pará e Mato Grosso e das regiões Norte e Centro-Oeste no PIB brasileiro, em 2011 e 2012, é possível chegar a algumas conclusões. Cabe esclarecer que o valor adicionado bruto a preços correntes é igual à produção menos o consumo intermediário, ou seja, os custos referentes aos insumos.

Figura 2. Índice de Desenvolvimento Humano – 1991 a 2010



Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)

Ao comparar o valor adicionado bruto a preços correntes da agropecuária, no período 2006-2012, em Itaituba e Santarém o aumento ficou na faixa de 80 a 90%, enquanto que em Novo Progresso cresceu em torno de 105% e em Sinop o crescimento ultrapassou 200%. Na indústria, comparando o valor

adicionado bruto a preços correntes, entre 2006-2012, a média de crescimento foi bem inferior em três dos municípios, em relação à produção agropecuária e ao setor de serviços, ficando na faixa de 14% em Novo Progresso, 33% em Santarém, 58% em Sinop e 71% em Itaituba.

Quanto ao setor de serviços, a comparação do valor adicionado bruto a preços correntes no período 2006-2012 indica que houve crescimento da ordem de 68% em Itaituba, 80% em Santarém e em Novo Progresso, e 160% em Sinop.

O PIB a preços correntes nos anos de 2006 e 2012 indica aumento na faixa dos 70% em Santarém e Itaituba, 83% em Novo Progresso e 140% em Sinop. É fato, portanto, que esses índices revelam que houve crescimento expressivo da economia desses municípios, no período.

É necessário, porém, observar alguns outros aspectos também revelados por esses dados e por outros sobre estados e regiões a que pertencem: o valor adicionado bruto referente à indústria, em dois dos municípios (Novo Progresso e Santarém), teve crescimento bem inferior, em relação aos outros dois setores (agropecuária e serviços); em Itaituba, o crescimento dos três setores apresenta uma equivalência percentual; enquanto que em Sinop o crescimento do valor adicionado relativo à indústria (58%), embora considerável, está bem aquém dos percentuais relativos à agropecuária (207%) e aos serviços (160%). Depreende-se, então, que a economia desses municípios segue a tendência do crescimento da região, concentrada nos setores primário e terciário, havendo menor investimento na indústria de transformação, responsável pela agregação de valor aos produtos dos setores agroextrativistas e mineral.

Por outro lado, a produção desses municípios embora apresentando crescimento considerável, não tem promovido alterações positivas relevantes que cheguem a alterar o PIB do Pará e de Mato Grosso, nem a posição desses estados em suas respectivas regiões e destas no PIB do país, até 2012. A participação do Pará no PIB do país foi de 2,1%, nos anos de 2011 e 2012, mantendo-se no 12º lugar no *ranking* do país. Mato Grosso apresentou discreto decréscimo no PIB de 2012 (1,8%), em relação a 2011 (1,7%), permanecendo no 14º lugar no *ranking* do país.

As regiões Norte e Centro-Oeste apresentaram pequenas variações na comparação do PIB dos anos de 2011 e 2012, entre as regiões brasileiras. A região Norte apresentou redução de 0,1% entre os dois anos, passando de 5,4% para 5,3%, no cenário nacional; enquanto que a região Centro-Oeste apresentou um acréscimo de 0,2% no PIB de 2011 (9,6%), em relação ao de 2012 (9,8%).

A pecuária, atividade extensiva por excelência, também se destaca entre as atividades econômicas de dois daqueles municípios, segundo dados do IBGE, valendo registrar que há discrepâncias consideráveis entre os dados desse Instituto e os divulgados pela Fundação Amazônia Paraense de Amparo à Pesquisa do Pará (FAPESPA). Tomando como referência os dados do IBGE, constata-se o crescimento considerável do rebanho bovino, o de maior peso naquela região, nos municípios de Itaituba e Novo Progresso, no período 2004-2014. No primeiro caso, houve aumento de 91,05% e em Novo Progresso foi registrado um crescimento de 55,92%.

2.4 O FINANCIAMENTO E O USO DA TERRA NA PRODUÇÃO DE GRÃOS

Dados de abril de 2016, publicados pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), ligada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, relativos ao 7º levantamento da safra brasileira, são importantes para identificar os produtos que têm obtido os maiores investimentos por parte do governo federal, por meio dos programas de financiamento da produção agrícola - Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor (PRONAMP) e do Programa Nacional de Fortalecimento à Agricultura Familiar (PRONAF) -, assim como por outros financiamentos sem vínculos específicos.

Na Tabela 3, estão identificadas as somas de recursos que financiaram a produção das cinco principais culturas da produção nacional, movimentadas por meio do Banco Central do Brasil: arroz, algodão, feijão, milho e soja. Tais produtos foram aqui priorizados em função de corresponderem, de acordo com o monitoramento da safra brasileira 2015-2016, a 96,56% da estimativa

de toda a produção de grãos do país nesse período, incluídas as culturas de verão e de inverno. Considerando que a BR-163 é de grande interesse para o transporte da produção agrícola, foram analisados os créditos destinados a esse setor, entre 2013 e 2015, nas regiões Norte e Centro-Oeste.

Tabela 3. Financiamento da produção de grãos – regiões Norte e Centro-Oeste - 2013 a 2015 (créditos em milhões)

PRODUTO	REGIÃO NORTE			REGIÃO CENTRO-OESTE		
	2013	2014	2015	2013	2014	2015
Milho	82,598	87,735	92,444	2.192,395	2.555,928	3.029,158
Soja	483,209	762,140	888,792	6.240,585	8.201,402	7.857,188
Arroz	70,746	92,852	90,487	49,346	59,280	35,427
Algodão	4,007	24,792	15,230	827,117	977,907	634,374
Feijão	3,725	5,086	7,162	100,318	86,849	57,331
TOTAL	644,285	972,605	1.094,115	9.409,761	11.881,366	11.613,478

Fonte: Bacen – jan. 2013 a fev. 2016

Observa-se que, à exceção da produção de arroz, o investimento para esse setor tem se concentrado muito mais fortemente na região Centro-Oeste do que na região Norte, com destaque para a soja e o milho em relação às outras culturas, ficando a produção de algodão como 3ª prioridade no financiamento da produção.

Ressalte-se que, ao levantar o tipo de financiamento-crédito, conforme dados do 7º Levantamento da CONAB, constata-se que a fonte “sem vínculo específico”, ou seja, não vinculada aos programas de financiamento da produção agrícola do governo federal (PRONAF e PRONAMP), apresenta investimentos por parte dos agentes econômicos da ordem de R\$14,6 bilhões para a soja e R\$4,9 bilhões para a cultura do milho, o que representa que 77,58% de todos os recursos investidos por essa fonte estão concentrados nessas duas culturas.

Tomando como referência os créditos federais (PRONAF e PRONAMP) destinados às cinco culturas principais da produção do país, em 2015, observa-se que, embora proporcionalmente muito menores do que os recursos “sem vínculo específico”, o financiamento federal da produção agrícola

também tem se concentrado na produção da soja e do milho, correspondendo a 86,89% do total investido por esses programas.

Quanto à estimativa das áreas plantadas das culturas de soja e milho, segundo a CONAB (safra 2015/2016 - abril), também comparativamente, ou seja, no conjunto das cinco principais culturas produzidas no país, quase 89% dos 54,6 milhões de hectares estão destinados às duas culturas, sendo que destes 60,60% à soja e 28,32% ao milho. Mesmo quando a relação inclui todas as culturas de verão e inverno, a destinação de áreas plantadas à soja fica em torno dos 55%.

Ao considerar a dinâmica atual do mercado internacional, que interfere diretamente nas definições econômicas para a região objeto da pesquisa, de acordo com os dados divulgados pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), em março de 2016, o Brasil constou como o maior exportador de soja do mundo. Para a safra 2015-2016 houve, segundo o USDA, um aumento das exportações brasileiras de soja, que passaram de 57 para 58 milhões de toneladas, sendo atribuído esse aumento às altas exportações ocorridas entre janeiro e março de 2016, em consequência da alta do dólar frente ao real, o que incentiva ainda mais o comércio internacional de grãos. Conforme o mesmo relatório, havia a estimativa de que a China aumentasse a importação de soja na safra 2015-2016, tendência essa de alta que deve se manter até a safra seguinte.

3 OUTROS PROJETOS E INTERESSES QUE REPERCUTEM NOS MUNICÍPIOS

3.1 INTERESSES EXTERNOS

Outros tantos projetos econômicos de peso estão sendo cogitados para a área de influência da rodovia Santarém-Cuiabá, como é o caso da construção de uma ferrovia ao longo de toda a BR-163, de interesse de grupos empresariais chineses, que vêm negociando com o governo federal, conforme informações do Ministério dos Transportes.

3.2 A PRODUÇÃO MINERAL NA ÁREA DE INFLUÊNCIA DA BR-163

Na região do Tapajós, município de Itaituba, há também a atividade de mineração e exploração de ouro, com reservas de grande potencial, como as minas Palito e São Chico, em que se implantaram recentemente novos projetos de interesse de empresas internacionais do ramo, que vêm negociando intensamente nesse mercado e estão em plena produção, como a Serabi Gold Mineradora, que tem sede em Londres.

Segundo o Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM), o estado do Pará ocupa o 2º lugar em arrecadação da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), ficando atrás apenas de Minas Gerais, conforme dados do período 2011-2013, com crescimento do índice de 29,95% para 33,38% da arrecadação dos *royalties* da mineração no Brasil. O município de Itaituba está no 9º lugar no *ranking* dos maiores arrecadadores da CFEM no Pará.

CONCLUSÕES

Ao analisar os modelos e cenários para a Amazônia no início da década passada, Bertha Becker (2001) já apontava a dificuldade de dirimir conflitos políticos e econômicos que estão na base de dois modelos distintos, como o que prioriza a construção de corredores multimodais para a exportação da produção agrícola, em especial da soja, e o que visa à produção da região com defesa da floresta em pé. Além disso, de acordo com a pesquisadora, muitos outros planos e programas elaborados em governos anteriores para a Amazônia, embora tenham criado recortes espaciais que tiveram forte impacto no imaginário social, não lograram êxito em sua materialização.

Afora a necessária legitimidade que o Estado precisa ter para concretizar os planos e as políticas determinados em nível federal, que se encontram permanentemente na arena das disputas sociais, é fundamental não perder de vista que no interior das estruturas do próprio Estado, permeando a condução das relações e definições políticas centrais, há a força de grupos de interesse e pressões externas. Nesse sentido, pode haver maior ou menor nível de dependência do

Estado em relação aos agentes externos, em função de compromissos e parcerias assumidos, também reveladores de interesses da elite política e econômica brasileira, presentes e atuantes nas instituições do próprio Estado.

As pressões externas também vêm da sociedade e a força para alterar as regras estabelecidas no jogo político depende da capacidade de organização e mobilização dos agentes sociais no campo político, que possibilite ou indique que parte das regras e das regularidades do jogo poderá vir a ser alterada no sentido de transformá-lo na direção de decisões que conciliem as pressões do mercado com a melhoria das condições de vida da população e a garantia da sustentabilidade da região.

A área de abrangência da BR-163 é um mosaico integrado por terras indígenas e unidades de conservação e por várias atividades econômicas, inclusive de um grande número de pequenos produtores. É preciso, então, que as políticas de desenvolvimento, que não se limitam ao crescimento econômico, nem a parcelas do território e da sociedade, passem a incluir atividades que respeitem a diversidade social, ambiental, cultural e econômica, muitas destas fora do âmbito das cadeias agropecuária e mineral que operam em grande escala e dos interesses articulados internacionalmente. Como reflete Bourdieu (2014), os processos de concentração e integração podem também significar desapossamento, quando os saberes e as competências locais passam a ser desqualificados, submetidos à lógica e ao poder dominantes.

Santos (2006), ao tratar sobre o global e o local e interpretar questões territoriais a partir das redes produtivas, de comércio, de transporte e de informação, afirma que são inseparáveis da questão do poder e cada vez mais globais. As situações de conflito que se estabelecem a partir de então, nas lutas pelo uso do espaço, inclusive por meio das redes, definem as posições dos dominantes e dos dominados, mas devem ser sempre reguladas, o que pode atenuar ou agravar os conflitos, dependendo das normas e instrumentos dos poderes nacional e locais, porque não é o “mundo” que os determina. Cabe ao Estado, mesmo em uma economia globalizada e submetido às fortes pressões externas, a regulação e a busca da solução para os conflitos. É possível, também, refere o autor, que os próprios conflitos e disputas levem ao fortalecimento de vínculos horizontais e promovam a coesão de outros interesses, que não os

dominantes, que sejam capazes de recolocar as questões sociais dos dominados em outras bases, forçando o reconhecimento político de suas reivindicações.

Os dominados pela lógica e poder dominantes quando não reagem nem se organizam, para disputar e buscar fazer valer seus interesses na arena política, continuam participando do jogo e se submetendo às suas regras e condições. Para Bourdieu, “a submissão e o desapossamento não são antagônicos à integração, mas têm a integração como condição” (2014, p. 304). Por isso, é importante entender o discurso e as estratégias de integração na região, que induzem a concluir que não aceitar o jogo proposto em toda a sua amplitude e com todas as consequências é aceitar ser excluído, pois, diz o autor, “temos o hábito de pensar a integração como o contrário da exclusão, que nos custa entender que, tanto para ser excluído como para ser dominado, é preciso estar integrado” (2014, p. 304).

Até o presente, os planos definidos para a Amazônia não demonstram a inversão das prioridades históricas que fortalecem o grande capital, mantêm as desigualdades sociais, levam à pilhagem dos recursos naturais e provocam gravíssimos danos sociais e ambientais. Ainda assim, a região continua sendo um enorme celeiro de riquezas, um dos mais ricos biomas do planeta e tendo um povo diverso, de múltiplas culturas e, espera-se, com capacidade de resistir!

REFERÊNCIAS

BECKER, Bertha. Modelos e cenários para a Amazônia: o papel da ciência. Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. *Revista Parcerias Estratégicas*, n. 12, set. 2001.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

_____. *Sobre o Estado*: Cursos no Collège de France (1989-92) – Pierre Bourdieu. Edição estabelecida por Patrick Champagne et al. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Decreto nº 6.290, de 06.12.2007. Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável para a Área de Influência da BR-163, no trecho Cuiabá/MT-Santarém/PA-Plano BR-163 Sustentável. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/D6290.htm>. Acesso em: 16 set. 2015.

BRASIL. Ministério da Agricultura. Plano agrícola e pecuário 2014-2015. Disponível em: <www.agricultura.gov.br>. Acesso em: 17 set. 2015.

BRASIL. Ministério do Planejamento. Programa de Aceleração do Crescimento. Disponível em: <www.planejamento.gov.br>. Acesso em: 17 set. 2015.

BRASIL. Ministério dos Transportes. Medidas para escoamento da safra de grãos 2014-2015. Disponível em: <www.transportes.gov.br>. Acesso em: 18 set. 2015.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Macrozoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia Legal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7378.htm>. Acesso em: 17 set. 2015.

CASTRO, Edna; MONTEIRO, Raimunda; CASTRO, Carlos Potiara. Dinâmica de atores, uso da terra e desmatamento na rodovia Cuiabá-Santarém. *Paper do NAEA*, n. 179. set. 2004.

CASTRO, Edna; MONTEIRO, Raimunda; CASTRO, Carlos Potiara. Atores sociais na fronteira mais avançada do Pará: São Félix do Xingu e a Terra do Meio. *Papers do Naea*, n. 180, out. 2004.

CASTRO, Edna. Políticas de ordenamento territorial, desmatamento e dinâmicas de fronteira. *Novos Cadernos NAEA*, v. 10, n. 2, p. 105-126, dez. 2007.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRANSPORTES. Transportes & desenvolvimento – Entraves logísticos ao escoamento de soja e milho. Disponível em: <http://www.cnt.org.br/Paginas/Pesquisas_Detalhes.aspx?p=15>. Acesso em: 16 set. 2015.

FEARNSIDE, P. M. Carga pesada: o custo ambiental de asfaltar um corredor de soja na Amazônia. In: TORRES, M. (Ed.) *Amazônia revelada: os descaminhos ao longo da BR-163*. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Brasília, DF, Brasil: 2005. p. 397-423.

_____. A tomada de decisão sobre grandes estradas amazônicas. p. 59-75. In: BAGER, A. (Ed.) *Ecologia de estradas: tendências e pesquisas*. Lavras: Editora da Universidade Federal de Lavras, 2012.

GOVERNO DO PARÁ. FAPESPA. Disponível em: <<http://www.idesp.pa.gov.br/i3geo/PAINEL/relatorio-economia-pecuaria1.php>>. Acesso em: 17 set. 2015.

GRUPO DE TRABALHO INTERMINISTERIAL. Plano de desenvolvimento regional sustentável para a área de influência da rodovia BR-163 - Cuiabá-Santarém. Brasília: Casa Civil da Presidência da República, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo 2000. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica>>. Acesso em: 15 abr.2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica>>. Acesso em: 15 abr.2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MINERAÇÃO (IBRAM). Informações sobre a Economia Mineral do Estado do Pará. Disponível em: <<http://www.ibram.org.br/sites/1300/1382/00004356.pdf>>. Acesso em: 16 set.2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. Monitoramento da Amazônia. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/>>. Acesso em: 15 set.2015.

MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Meio Ambiente, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia. Disponível em: <http://www.semade.ms.gov.br/wp-content/uploads/sites/20/2015/03/pib_municipal_2005_2012.pdf>. Acesso em: set. 2015.

MCTI. INPE. PRODES. Coordenação Geral de Observação da Terra (OBT). Disponível em: http://www.obt.inpe.br/prodes/prodes_1988_2014.htm. Acesso em: 17 set. 2015.

PARÁ. IDESP. Disponível em: <<http://www.idesp.pa.gov.br/index.php/series/pib-estadual>>. Acesso em: set. 2015.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

_____. O lugar e o cotidiano. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Org.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez: 2010. p. 584-602.

AS FERROVIAS COMO INSTRUMENTO DE TERRITORIALIZAÇÃO EMPRESARIAL EM COMUNIDADES RURAIS¹

Raifran Castro²

INTRODUÇÃO

O estudo da relação entre grandes empresas e comunidades rurais tem sido destaque nas pesquisas de cientistas das Ciências Humanas e Sociais que focalizam a Amazônia brasileira. Processo impulsionado principalmente devido aos recentes investimentos públicos e privados em grandes aparatos logísticos (rodovias e ferroviárias), e de matriz energética (hidrelétricas e monoculturas de dendê e de eucalipto). Entre os efeitos desta relação, há o destaque aos danos causados por esses investimentos.

Considerando as questões citadas, este texto tem como objetivo demonstrar como o uso de ferrovias pode influir no cotidiano de pequenas comunidades rurais. Para isso se utiliza o exemplo da relação entre a mineradora Vale S.A. e a comunidade do Assentamento Francisco Romão (Açailândia – MA); relação impulsionada pelas obras da duplicação da Estrada de Ferro Carajás (DEFC).

Após uma profunda análise desta relação, considerando a base teórico-metodológica de Bourdieu (2011; 2001; 1999; 1989; 1983a; 1983b), conclui-se que a empresa consegue se estabelecer numa posição de dominação. processo é possibilitado pelas estratégias adotadas pela equipe da empresa, principalmente na área de Responsabilidade Social Corporativa (RSC), como demonstram Castro e Rodrigues (2016). Mas identificou-se que a Vale tem

¹ Este texto faz parte dos resultados da tese de doutorado do autor, orientado pela professora Edna Maria Ramos de Castro (NAEA/UFPA).

² Graduação em Geografia. Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Pará. Doutorando em Desenvolvimento Socioambiental pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/NAEA/UFPA. Membro do Grupo de Pesquisa GETTAM.

conseguido ampliar seu poder no território comunitário, acarretando numa territorialização, por meio dos investimentos na alteração da representação da empresa.

Passou-se, portanto, a identificar e a caracterizar este processo de territorialização. A fundamentação teórico-metodológica segue a base de análise proposta por Haesbaert (2012; 2007; 2004), Teisserenc (2010), Girard (2008), Fernandes (2007), Haesbaert e Limonad (2007), Acsehrad (2004), Little (2002; 2001), Porto-Gonçalves (2002) e Raffestin (1993). Destacando-se que, para além da apropriação material do território, há a dimensão imaterial, ou como destacado neste texto, simbólica, que tem grande importância no estabelecimento do poder de um agente que busca realizar sua territorialização.

A respeito dos processos de representação utilizados pela empresa, foram consideradas as contribuições teórico-metodológicas de Sartre (2009), Costa (2007), Makowiechy (2003), Serbena (2003), Chartier (2002), Garcia (1994), Lefebvre (1983) e Pierce (1975). Portanto, foram analisados: quais os símbolos utilizados como referenciais de representação; como estes são utilizados para diferenciar os agentes envolvidos nas relações; e de como a empresa buscou influenciar nos processos de significação comunitários.

Foram realizadas entrevistas estruturadas, entrevistas não estruturadas (GIL, 1996) e focalizadas (MARCONI; LAKATOS, 2003) junto nos assentados, bem como com as lideranças da comunidade. No caso dos entrevistados da empresa, foram priorizados os funcionários diretamente relacionados com as ações de responsabilidade social e de relações com a comunidade. Utilizou-se ainda do processo de coleta e análise de narrativas, como demonstrado em Marin e Castro (1999).

2 BREVE HISTÓRICO DA RELAÇÃO ENTRE OS AGENTES

O histórico desta relação remonta ao Programa Grande Carajás (PGC) e aos primórdios do uso da Estrada de Ferro Carajás (EFC). Por isso é importante salientar que o PGC envolve outros três projetos específicos: o Projeto Carajás (PC), que tratou especificamente dos assuntos sobre a exploração da mina; o complexo de alumínio instalado em Barcarena (PA), que envolve a Albras/Alunorte; e a Alumar no Maranhão, voltada para o

beneficiamento de alumina-alumínio (SANTOS, 2009). No caso deste texto, inclui-se a EFC como meio de exportação do minério proveniente do PC.

Mas deve-se citar que, além de não gerar os expressivos ganhos econômicos e sociais propalados na época da implantação, o PGC ao ampliar a exploração dos recursos naturais do oeste maranhense, tornou a região em um “corredor de problemas sociais” com a construção da EFC, como destacam Palheta et al (2015, p. 291). E como retrato dessa realidade tem-se a constante emigração de maranhenses para a região de Parauapebas (PA), onde buscam vagas de empregos que não são oferecidas nos municípios maranhenses abrangidos pela EFC (SOUZA; ELD, 2013). E neste sentido, Brugaça e Sousa (2015) destacam ainda que

O PGC e a EFC refletiram um modelo de exploração voltada para a satisfação do mercado e para a exclusão da população local, incentivado por um aparato jurídico-administrativo sem o devido estudo, sem consulta e sem participação dos afetados, tal como foi observado na duplicação da ferrovia (BRUZAÇA; SOUSA, 2015, p. 167).

Sobre a questão da territorialidade da Vale, e dos seus investimentos na extração dos minérios do Pará, além do uso da EFC no Maranhão, Pantoja (2012, p. 42) destaca que “a questão territorial emerge e se torna central, principalmente quando a discussão abarca os efeitos regionais dos impactos do complexo”. Complementando, o autor cita ainda que esta empresa consegue “configurar novas territorialidades no espaço político-social, uma vez que age articulando indivíduos, movimentos sociais, instituições e recursos de maneira a lhe permitir que, logo depois, possa agir sozinha em busca de seus objetivos” (PANTOJA, 2012, p. 45).

A contextualização socioeconômica dos municípios abrangidos pela EFC fortalece o entendimento de uma região interligada no que tange à questão financeira. Traduz-se também no que seria a região economicamente mais próspera do estado do Maranhão, caracterizando-se inclusive como o processo da “mitificação do El Dorado” da Amazônia maranhense contemporânea, como apresenta Castro (2010). Isto se considerando também, que se relega às comunidades rurais apenas o direito da luta, como é o caso do Assentamento Francisco Romão.

Ao ocupar a sede da fazenda onde hoje se encontra a agrovila do assentamento, ainda em 2007, os trabalhadores começaram a perceber que a proximidade com a EFC poderia trazer riscos à comunidade. Mas não havia esclarecimento o bastante para identificar como eles avaliariam e como reivindicariam para que estes impactos fossem reduzidos, ou até extintos.

O trânsito dos trens passa a fazer parte do cotidiano dos trabalhadores rurais e estes não sabiam como lidar com a situação. Os lotes ainda não tinham sido distribuídos, mas a única forma de ter acesso à BR-222, e conseqüentemente às áreas urbanas mais próximas era, e ainda é atravessando a ferrovia.

No ano de 2009 o assentamento começa a receber a visita de uma representante da empresa, aqui denominada de Representante Vale 01 (R.V.01). Esta passa a realizar o trabalho de identificação das lideranças e das principais características sociais e econômicas da comunidade. No mesmo ano, outros funcionários da Vale, acompanhados da R.V. 01, iniciam um processo de conversas para informar aos moradores sobre as obras de duplicação da EFC.

O baixo esclarecimento dos trabalhadores sobre este tipo de ação fez com que informações importantes sobre o cotidiano da comunidade fossem repassadas. Além disto, a equipe passou a disseminar informações extremamente positivas sobre a DEFC. Fatores que passaram a fazer parte dos principais assuntos diários, e também das reuniões.

No ano de 2010 é iniciada a obra de DEFC nas proximidades da comunidade Novo Oriente, que fica distante em torno de 5 quilômetros da agrovila do Francisco Romão³. Para realizar a obra sem conflitos com as comunidades, a empresa Odebrecht⁴, em parceria com a Vale, inicia um processo de articulação dentro das comunidades para potencializar seu poder de adesão à obra.

Mesmo com as iniciativas das empresas, a comunidade passa a compreender os efeitos da proximidade com a ferrovia. Com isso os trabalhadores definem que um acompanhamento das ações da Vale será necessário. Principalmente quando ocorre a aproximação da obra da DEFC da

³ É possível observar a proximidade entre as comunidades na Figura 16.

⁴ A construtora Odebrecht é a contratada pela Vale para a execução da DEFC.

sede do assentamento. Com isso, passam a observar todos os movimentos da mineradora que visam instalar estruturas para essa obra.

Enquanto isso, eles analisam todos os procedimentos da Vale que objetivam reduzir a possibilidade de ocorrência de danos ao andamento da DEFC. Isto, pois a comunidade sabe que os representantes da empresa só estabelecem contato com a comunidade, por conta do receio de que esta atrapalhe o andamento da obra. Com isso, passam a identificar como a DEFC pode impactar seu cotidiano, e como podem solicitar que estes problemas sejam prevenidos, e, em último caso, ressarcidos.

No caso da relação com o AFR, aqui utilizado como exemplo para se entender as estratégias usadas pela Vale, o principal objetivo da empresa é fazer-se sempre presente na comunidade. O foco é destacar os ganhos que os assentados podem obter com os investimentos da mineradora.

Sempre se destaca que a DEFC faz parte de um grande projeto de investimentos para ampliar a capacidade de exportação. Busca-se interligar este crescimento nos negócios da empresa, à possibilidade de aumentar a destinação de recursos financeiros para projetos sociais, inclusive os das comunidades rurais.

Ao se afastar do cotidiano comunitário entre 2011 e início de 2012, a Vale possibilitou um grande crescimento da articulação no assentamento, pois não havia mais participação dela ou da Odebrecht que dividisse a comunidade. As lideranças do AFR e das comunidades circunvizinhas se veem fortalecidas e passam a dialogar para ampliar a pressão social sobre a mineradora. Estas lideranças passam a organizar reuniões que visavam avaliar estratégias e momentos de ação. Surge então a ideia de uma grande manifestação⁵.

Esta manifestação se trata da obstrução da principal estrada vicinal que permite o acesso tanto às comunidades quanto ao ponto de apoio da DEFC, que é utilizado pela empresa Odebrecht. Além dela, também utilizam esta vicinal as demais terceirizadas da Vale que fazem trabalhos de manutenção da ferrovia. Devido a esta importância, ela foi escolhida para a manifestação. Este ato das comunidades teve grande visibilidade na imprensa regional e nos meios

⁵ Esta manifestação ocorreu em 19 de janeiro de 2012, dia em que foi abstruída a principal vicinal que dá acesso às comunidades à obra da DEFC, e teve grande repercussão na região.

de comunicação voltados para os movimentos sociais, mas também meios de comunicação relacionados com as empresas.

Diante desse contexto conflituoso, no documento “Comunidades críticas: Novo Oriente – Açailândia” (VALE, 2013), de 20 de maio de 2013, cedido pela equipe da empresa, a Vale classificava a região como área crítica em termos de relacionamento. No mesmo documento se tem um “Plano de Ação” destinado às ações nas comunidades desta área. Tem-se que “A comunidade recebe impactos da Operação e Expansão. Em fevereiro de 2013 foi desinstalado um canteiro da Expansão EFC, que estava dentro da comunidade de Novo Oriente” (VALE, 2013, p. 3).

Em 2016 é inaugurado um poço artesiano⁶ e a distribuição da água proveniente desse na agrovila do AFR. No mesmo ano a comunidade cobrou um trator de esteira para viabilizar o uso da terra do assentamento para a agricultura. No contexto da Vale, esta solicitação foi enquadrada como parte do “Plano de Relacionamento com Comunidades (PRC)”, gerenciado pela Diretoria de Relacionamentos com Comunidades (DRC) situadas nas proximidades da EFC. No caso do poço, trata-se investimento que tem sido intensamente usado no processo de territorialização da empresa.

3 A TERRITORIALIZAÇÃO DA VALE NO ASSENTAMENTO FRANCISCO ROMÃO

3.1 OS REFERENCIAIS SIMBÓLICOS: RITOS, ELEMENTOS ARQUITETÔNICOS E IMAGENS

As estratégias utilizadas pela Vale no assentamento Francisco Romão são destacadas por seus representantes como ações sociais. São inclusive gerenciadas pelo setor de comunicação social com comunidades. Há um empenho deste setor em exponenciar os ganhos simbólicos dos investimentos financeiros realizados, por meio dos ritos, dos elementos arquitetônicos, e em certa medida, das imagens.

Os ritos se utilizam de diversos referenciais simbólicos para estabelecer

⁶ Esta obra é melhor explicitada no próximo capítulo.

suas regras. São utilizados gestos, palavras e objetos que se tornam os referenciais simbólicos. Em relação aos elementos arquitetônicos, são consideradas quaisquer construções que tenham como objetivo ampliar a percepção das ações, sejam elas positivas ou negativas; mas que primordialmente, tenham a capacidade de enfatizar o poder de um indivíduo, de um grupo ou de uma organização. Todos estes elementos contribuem para que certas percepções da realidade sejam enfatizadas, principalmente tratando-se de relações de poder, e poder utilizado para a representação do que se entende por ideal seja destacada.

No caso da Vale e sua relação com o Assentamento Francisco Romão devem ser considerados: o processo de início de relacionamento com a comunidade; os procedimentos adotados nos Comitês de Interlocação (CI); e as regras adotadas no contrato de perfuração do poço e da distribuição da água deste, bem como na realização destas ações.

3.1.1 O INÍCIO DAS RELAÇÕES DA EMPRESA COM A COMUNIDADE

Este texto tem como referência de tempo o período a partir do ano de 2010, quando a empresa começa a atuar diretamente nas proximidades do assentamento. Nas análises que indicam um processo de territorialização, é importante considerá-las como estratégias, pois além de ampliarem o poder empresarial na relação, resultam em um fortalecimento da capacidade da Vale em estabelecer novos mecanismos de representação nesta relação.

Como se sabe, a avaliação da maioria das comunidades rurais sobre a ação das grandes empresas mineradoras é extremamente negativa. Isto é conhecido pelos executivos destas, que têm buscado reverter tal situação. O maior receio dos representantes da empresa é que os conflitos com esta comunidade gerem danos financeiros, principalmente quando há danos às estruturas logísticas e industriais; e ainda quando a comunidade consegue relacionar a imagem da empresa aos possíveis danos socioambientais causados por ela.

Mas no caso aqui analisado, tem-se que depois de aplicadas diversas estratégias, a Vale conseguiu se situar como dominante, e tem investido seus capitais para manter-se nesta posição. Nesta posição privilegiada, e mesmo

sabendo que a comunidade ainda tem capacidade de reversão, na medida em que pode investir na reestruturação da sua rede de relações pretéritas, a empresa passa a investir no estabelecimento de novos referenciais simbólicos. Busca-se que estes possibilitem a sua territorialização no seio das comunidades.

Mesmo que neste texto o foco seja o momento da territorialização posterior ao estabelecimento da dominação empresarial, é importante destacar que as análises aqui realizadas consideram o início da relação. Isto se deve ao fato de que as ações realizadas neste momento também contribuem para que se entenda a eficácia dos referenciais simbólicos positivos, os quais influenciaram para que a empresa conseguisse instalar os Comitês de Interlocação (CI), além da construção, que é o poço.

Os representantes da empresa continuam sendo os mesmos desde que os resultados positivos das suas ações foram observados. O representante da Vale que obteve melhor resultado está em campo desde 2012⁷, aqui denominado de Representante Vale 02.

Neste sentido, e observando a atuação dos representantes empresariais em campo, bem como as falas dos comunitários sobre a ação destes, é importante considerar que a ação do representante da Vale é pautada numa interação carismática⁸.

Enfatizando a questão dos ritos, é importante salientar que ao selecionarem os representantes para atuarem na comunidade, certamente foi considerada a capacidade destes em ampliar uma avaliação positiva aos comunitários. O fato de a Vale selecionar uma pessoa mais experiente nesta questão reitera esta estratégia. Os resultados positivos obtidos confirmam o investimento como adequado às situações e aos objetivos empresariais.

Sabe-se que o principal objetivo de qualquer organização financeira é exponenciar seus lucros. Este êxito pode não ser alcançado nos seus níveis ideais se a imagem da empresa estiver relacionada com problemas socioambientais,

⁷ No fim de 2016, e com os problemas de relacionamento mais críticos já resolvidos, esta é transferida para atuar em outra região do Maranhão, mesmo que continue acompanhando a relação com a região do Novo Oriente.

⁸ Pesquisas como as de Freitas (1997) e D'Araújo (1996) demonstram como o carisma tem sido utilizado em diversos ramos de organizações, sejam elas empresariais ou políticas.

principalmente conflitos com comunidades das cercanias destas. Da necessidade de prevenção ou de uma resolução mais rápida que surgem os processos citados: demonstrar poder, seja ele financeiro ou simbólico, sem ampliar a visibilidade negativa, ou até reduzindo-a.

Ao se colocarem nas situações de instituição/organização, a empresa persegue o ideal de que seus representantes de fato estejam aptos a defendê-la. Além de que representem uma ampliação da visibilidade positiva. Ou seja, a ação dos seus representantes sempre é estratégica, e como tal, devem se tornar um referencial simbólico positivo de atuação.

Para a dominação busca-se, entre outras estratégias, cooptar e inculcar visões ideais da empresa. Já no processo de territorialização, em termos de referenciais simbólicos, visa-se estabelecer referenciais que possibilitem uma representação mais adequada aos objetivos da corporação.

Em termos de representação, os ritos fazem parte de um emaranhado de dispositivos usados. Em destaque estão os ritos utilizados no início do relacionamento com a comunidade. Isto por que se percebe que os assentados do Francisco Romão, apesar de não realizarem mais manifestações públicas contra a empresa, ainda têm receios sobre a ação da Vale. Não é explícito, mas pode haver ligação com os processos jurídicos da empresa contra as lideranças do assentamento.

O que de fato deve ser destacado é que a empresa se utilizou de ritos cuidadosamente pensados para que novas referências de ação fossem estabelecidas. Processo que ocorreu logrando êxito para a empresa.

Os ritos utilizados contribuíram para que a avaliação negativa da empresa fosse reduzida. Estes se tornaram referenciais simbólicos positivos para um novo momento da relação, além de contribuírem para que os comunitários realizassem processos de significação diferenciados, não mais enfatizando apenas referências negativas.

Ao tentar estabelecer como referências os procedimentos ditos democráticos, a Vale realizou reuniões para que os assentados selecionassem os investimentos que seriam realizados na agrovila. Além disso, estes ritos são estabelecidos nos CI.

3.1.2 O COMITÊ DE INTERLOCUÇÃO (VALE/FRANCISCO ROMÃO)

Como citado nas análises das estratégias para a dominação, a empresa estabeleceu mecanismos de relação com as comunidades. Neste caso, ele é originário de demandas da legislação ambiental para concessão de licenças, no caso do Comitê de Interlocução (CI).

No CI as regras não são estabelecidas pela empresa. As reuniões são realizadas para atender às exigências do IBAMA. São montadas atas e relatórios com fotografias e relações de presentes. A Vale os utiliza para que as demandas das comunidades sejam recebidas e “votadas”, seguindo os trâmites classificados como democráticos. Mesmo que os investimentos feitos pela Vale não sejam diretamente vinculados à obra da DEFC, estes são debatidos nestas reuniões.

Tem-se que o estabelecimento do CI se tornou o principal mecanismo de relacionamento entre a comunidade e a empresa. Estabelece-se assim mais um referencial simbólico. As reuniões são regulares e marcadas pelos representantes da empresa.

De acordo com o relatório do Programa de Comunicação Social – PCS (VALE, 2014a), que divulgou as ações realizadas entre abril e setembro de 2014, ocorreu uma reunião do CI no assentamento Francisco Romão em agosto de 2014⁹.

De acordo com o “Relatório de Atendimento às Condicionantes” (VALE, 2014b), referente à Licença de Instalação 752/2010, a própria empresa ressalta o CI como “instrumento de informação e diálogo sobre o empreendimento nas áreas de influência.” Tem-se ainda que este propõe como objetivo “compartilhar com as comunidades o andamento das obras do projeto no território, bem como entender necessidades, demandas, captar sugestões e construir em conjunto soluções sustentáveis” (VALE, 2014b, p. 18).

No cronograma de execução das ações a serem realizadas entre outubro de 2014 e abril de 2015 (VALE, 2014a, p. 15), tem-se entre as regras a serem seguidas nos CI, que as reuniões devem seguir uma periodicidade, e contar com

⁹ São citadas apenas as atas disponibilizadas pela comunidade ou pela empresa; ou as obtidas através do site do IBAMA.

pautas pré-estabelecidas. Cita-se que “nas quais se apresentem o cronograma de obras com as intervenções previstas por locação da EFC, e se discutam os aspectos relacionados às localidades afetadas” (VALE, 2014a, p. 15).

As reuniões são propostas pela equipe da Vale. A partir da análise das atas disponibilizadas, destacam-se como principais processos: o representante da empresa inicia as reuniões; apresenta as propostas de investimentos e os contextos burocráticos; os representantes das comunidades votam; o representante da empresa estabelece as regras a serem seguidas para concretização dos investimentos. Entre estas regras estão: a regularização das associações; regras para abertura das contas bancárias para recebimento dos recursos; além da obrigação de prestar contas à empresa de todo o recurso recebido.

Os documentos relacionados sempre tratam de “Temos de Cooperação”, no qual seriam estabelecidas parcerias entre a Vale, a Prefeitura Municipal de Açailândia e a associação do assentamento. Mas o que de fato ocorreu com o assentamento Francisco Romão foi a assinatura de um “Termo de doação com encargos”, onde foram estabelecidas apenas obrigações da empresa e da associação. Este documento é analisado no item a seguir, que trata dos elementos arquitetônicos.

Outro fator importante é a questão do uso dos CI para a divulgação das vagas de emprego na obra da DEFC. Mesmo que esporádicas estas vagas têm contribuído para a passividade da relação, ainda que estas sejam vinculadas às empresas terceirizadas.

Como se observa no relatório do Programa de Comunicação Social (PCS), a própria Vale cita que “divulgação das vagas é feita por meio de cartazes e das reuniões dos Comitês de Interlocação” (VALE, 2014b, p. 08).

Considerando as informações citadas, tem-se que os CI da Vale tornam-se referenciais simbólicos no processo de representação da empresa, pois: mesmo sendo uma exigência legal para concessão e/ou renovação das licenças ambientais, a Vale consegue utilizá-los como mecanismos de disseminação de poder, na medida em que elabora as pautas e os procedimentos a serem seguidos nas reuniões; as reuniões são transformadas em momentos de aproximação entre a empresa e a comunidade, visando estabelecer uma simbologia de empresa que dialoga e analisa as demandas comunitárias; além disso, torna-se um momento

valioso para que a empresa dissemine os ideais de desenvolvimento econômico, e de ampliação da capacidade de convencimento de que as obras da DEFC trazem desde benefícios socioeconômicos locais a nacionais.

A empresa busca desvincular suas ações como estratégicas, ou apenas com uma intenção de pacificar sua relação com as comunidades. Mas o fato é que a Vale destaca em seus relatórios que o CI tem sido um importante mecanismo de diálogo com a comunidade, buscando demonstrar-se favorável à participação comunitária em suas decisões.

Além disso, outras duas situações merecem destaque: o Programa de Fortalecimento da Organização Comunitária (PFOC) e o curso “Negócio Certo Rural” da relação entre a Vale e o assentamento.

O curso “Negócio Certo Rural”¹⁰ é um curso do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR). Em Açailândia ele é ministrado em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). A realização dele na região do Novo Oriente foi uma iniciativa da Vale, com a justificativa de ampliar a capacitação dos assentados da região para a produção e comercialização dos seus produtos. Mas apenas três pessoas do Francisco Romão participam, e sem uma frequência regular nos encontros.

O PFOC é um compromisso da Vale com o IBAMA, pois faz parte do seu processo de licenciamento. As reuniões são realizadas em Açailândia, com a participação de representantes das comunidades da Área de Influência Direta (AID). Não são disponibilizados dados sobre estas reuniões, mas a representante da empresa informou que não há participação dos representantes do Francisco Romão. Já os representantes da comunidade informam que estes decidiram não participar para não ampliar o conhecimento da Vale sobre o cotidiano do assentamento. Como se pode ver na citação abaixo, há grande intenção de estabelecer mecanismos de “organização” comunitária, pois os objetivos deste PFOC são:

¹⁰ “O programa ‘Negócio Certo Rural’, é voltado para pequenos produtores rurais e suas famílias. Com ferramentas simples de gestão eles aprendem a desenvolver e melhor administrar a pequena propriedade rural. O programa tem 46 horas, sendo 2 horas de consultoria na sala de aula e 4 horas de consultoria na propriedade (de forma individual). O Negócio Certo Rural também é oferecido na modalidade à distância, no portal EaD-SENAR” (SENAR s. d.).

Estimular a formação de lideranças comunitárias com vistas ao aprimoramento da compreensão acerca de seu papel no diálogo com a comunidade representada, poderes instituídos, organizações e sujeitos das diversas esferas sociais; Estimular o fortalecimento de lideranças e associações comunitárias das localidades integrantes da AID; Apoiar tecnicamente a constituição e/ou a regularização de organizações comunitárias de representação dos moradores onde essas não existirem, desde que se observe o exposto interesse e a vontade dos moradores e lideranças locais (VALE, 2014c).

O CI, apesar de não ter a função de referencial simbólico positivo explicitado pela empresa, acaba exercendo esta função, e resultando em ganhos simbólicos para a Vale. Se antes esta tinha uma simbologia negativa relacionada à falta do diálogo e da pouca participação no cotidiano da comunidade em tempos passados, agora, este mecanismo demonstra-se como uma importante ferramenta para a construção de uma representação positiva. Para complementar todo este processo, se tem os elementos arquitetônicos, que trazem uma visibilidade maior e perceptível desta nova representação buscada pela empresa.

3.1.3 ELEMENTOS ARQUITETÔNICOS: O POÇO NO FRANCISCO ROMÃO

Construída a visão de empresa parceira da comunidade, inicia-se o aprofundamento desta nova representação, por meio de mais elementos simbólicos positivos, que são os elementos arquitetônicos. É importante ressaltar que o poço integra não apenas a questão arquitetônica, mas também os ritos que são utilizados pelos representantes da empresa, para que esta construção seja realizada na comunidade. Tem-se o “Termo de doação com encargos” para o poço no Francisco Romão.

Há uma grande contribuição da construção como referencial simbólico positivo para a empresa. A falta de água em assentamentos rurais é conhecida de todos, e a simples viabilização de um poço artesiano já tem o potencial de contribuir para a redução dos conflitos da comunidade com o financiador de um poço.

Em relação ao poço do assentamento Francisco Romão, é importante considerar primeiramente, que todos os ritos estabelecidos na etapa prévia à perfuração deste já demonstravam a capacidade do investimento para o estabelecimento do poder empresarial na relação. Isto devido ao fato de que, para que fossem iniciados os trabalhos, a comunidade teve que seguir as regras estabelecidas pela empresa, como: regularização da associação para receber o recurso; abertura de conta bancária para movimentação dos investimentos da empresa; e assinatura de uma espécie de contrato, denominado neste caso de “Termo de doação com encargos”.

O termo assinado pelos representantes da Vale e por representantes da Associação dos Agricultores e Agricultoras do Assentamento Francisco Romão foi disponibilizado pelos representantes da empresa em meio digital. Assinado em outubro de 2014, teve como objetivo transferir recursos da Vale para a associação, visando à execução do “Projeto de instalação do poço comunitário e rede de distribuição de Água”.

O simples fato de ser um termo de doação com encargos já caracteriza o processo. Caso as regras estabelecidas pela empresa não sejam seguidas, este pode ser rescindido. Entre as principais regras tem-se que: o valor total do recurso é repassado em 4 parcelas iguais, de acordo com o cumprimento das etapas de execução das obras; a comunidade deve entregar relatórios sobre o andamento da obra, seguindo as orientações constantes no termo; caso ocorra alguma denúncia sobre a obra, a comunidade é obrigada a devolver os recursos recebidos. À Vale cabe apenas repassar o recurso, e fiscalizar a aplicação destes.

Esta descrição do termo utilizado para a liberação do recurso já demonstra um processo onde um agente dominante estabelece as regras a serem seguidas na relação com o agente dominado. Além disso, este poder estabelecido contribui para que a empresa, enquanto agente dominante amplie sua capacidade de uso dos referenciais simbólicos no processo de estabelecimento de uma nova representação sobre a relação. Principalmente com a perfuração do poço e sua consequente utilização.

Com a perfuração do poço, a representação que passa a ocorrer é caracterizada por: toda a estrutura de caixas de armazenamento de água situada

no centro da agrovila se torna um referencial simbólico extremamente positivo para a empresa; mesmo sem estar presente no cotidiano da comunidade por meio dos seus representantes, a Vale passa a estabelecer um novo referencial, agora permanente; a realidade da relação caracterizada como uma empresa degradadora que não traz benefícios à comunidade altera-se para uma relação onde a empresa dialoga e apoia as reivindicações do assentamento.

No poço do assentamento Francisco Romão é possível observar uma placa que foi fixada em 10 de junho de 2016. Esta é um exemplo importante para se compreender como a Vale se utiliza de palavras que se tornem símbolos da sua capacidade de articulação e de resolução dos problemas cotidianos das comunidades.

Três fatores merecem destaque: por saberem dos problemas do Estado em resolver os problemas de abastecimento da água em assentamentos, utiliza-se do “fazer acontecer”, colocando-a como um agente que consegue realizar as aspirações da comunidade; se utilizam do termo “parceria”, o que denota uma relação de reciprocidade entre ambos; além do símbolo das ações da Vale, que são as mãos dadas, acrescentando mais valor de coletividade, de relacionamento pacífico e de mútua colaboração entre ambos.

É importante salientar que, mesmo que tanto os ritos quanto os elementos arquitetônicos e as imagens sejam os principais referenciais simbólicos para uma nova representação da empresa, ainda existem comunitários que avaliam negativamente as ações desta. Ainda que os investimentos tenham se tornado elementos estratégicos na relação, há assentados que as percebem como danosas para suas respectivas comunidades.

A questão é que esses são levados a seguir dois caminhos: mesmo sabendo das estratégias empresariais, aceitam os recursos, pois vislumbram uma melhoria econômica; ou se afastam dos grupos que aceitam estes tipos de relações, tornando-se entes sem poder de decisão. Nos dois casos persistem os poderes financeiro e simbólico da empresa, o que acaba resultando em processos de significação favoráveis à Vale.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como observado neste texto, o uso das ferrovias pelas grandes empresas pode se tornar um grande potencial para que estas estabeleçam um considerável poder diante das comunidades localizadas nas cercanias. Ao se utilizarem dos seus capitais cultural, financeiro e principalmente simbólico, as corporações conseguem reverter representações negativas, e as ampliam para o estabelecimento das relações pacíficas.

Espera-se que se tenha contribuído com o debate sobre os grandes investimentos nas obras classificadas como de “desenvolvimento econômico”, na medida em que se apresenta a complexidade do aprofundamento das ações empresariais nos territórios comunitários. Enfatiza-se que o foco dos movimentos sociais do campo deve ser, ainda mais que antes, o esclarecimento constante sobre estes investimentos; e se deve continuar na luta frequente pela manutenção das redes de relações historicamente estabelecidas por estes movimentos.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, H. (Org.). *Conflitos ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004.
- BOURDIEU, P. O campo político. (Tradução de André Vilalobos). *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 5, p. 193-216, jan./jun. 2011. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-33522011000100008>. Acesso em: 12 nov. 2014.
- _____. O campo econômico. (Tradução de Suzana Cardoso e Cécile Raud-Mattedi). *Política e Sociedade*, Florianópolis, n. 6, p. 15 – 57, abr. 2005. Disponível em: <http://migre.me/vrJ6l>. Acesso em: 15 out. 2014.
- _____. *Meditações pascalianas*. (Tradução de Sérgio Miceli). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- _____. *Las formas de capital*. (Tradução de Rubén Urbizagástegui Alvarado). Editorial Piedra Azul, 1999.
- _____. *O poder simbólico*. (Tradução de Fernando Tomaz). Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 1989.

_____. Esboço de uma teoria da prática. (Tradução de Paula Monteiro e Alícia Auzmend). In: ORTIZ, R. (Org.). Pierre Bourdieu: *sociologia – coletânea*. São Paulo: Ática, 1983a.

_____. O campo científico. (Tradução de Paula Monteiro e Alícia Auzmend). In: ORTIZ, R. (Org.). Pierre Bourdieu: *sociologia – coletânea*. São Paulo: Ática, 1983b.

BRUZACA, R. D.; SOUSA, M. T. C. Conflitos socioambientais no contexto desenvolvimentista da Amazônia brasileira: proteção de direitos de comunidades quilombolas no Maranhão frente à duplicação da Estrada de Ferro Carajás. *Veredas do Direito*, Belo Horizonte, v. 12, n. 24, p. 147-173, jul./dez. 2015. Disponível em: <http://migre.me/vs1vQ>. Acesso em: 12 jun. 2016.

CASTRO, E. M. R. Políticas de Estado e atores sociais na Amazônia contemporânea. In: BOLLE, W.; CASTRO, E. M. R. VEJMEKKA, M. (Org.). *Amazônia: região universal, teatro do mundo*. São Paulo: Ed. Globo, 2010. p. 105-122.

CASTRO, R. A.; RODRIGUES, J. C. A Responsabilidade Social Corporativa e o relacionamento com as comunidades rurais: o caso da Suzano Papel e Celulose e da Vale, no estado do Maranhão, Nordeste do Brasil. *Enciclopédia Biosfera*, Goiânia, v. 13, n. 23, p. 1717-1731, maio. 2016. DOI: 10.18677/Enciclopedia_Biosfera_2016_138.

CHARTIER, R. Pierre Bourdieu e a história. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 4, p. 139-182, mar., 2002. Disponível em: <http://migre.me/vAg8J>. Acesso em: 15 abr. 2014.

COSTA, V. Representações sociais e semiótica: um território comum? *Caligrama*, São Paulo, v. 3, n. 3, p. 1 – 11, jul./ago., 2007. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1808-0820.cali.2007.67286>. Acesso em: 12 set. 2014.

FERNANDES, B. M. Questões teórico-metodológicas da pesquisa geográfica em assentamentos de reforma agrária. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, v. 1, n. 75, p. 83-129, jan./jun. 2007. Disponível em: <http://migre.me/vAf3l>. Acesso em: 22 jun. 2015.

GARCIA, R. W. D. Representações Sociais da Comida no Meio Urbano: algumas considerações para o estudo dos aspectos simbólicos da alimentação. *Cadernos de Debate*, Campinas, v. 2, p. 12-40, jul./ago. 1994. Disponível em: <http://migre.me/vAgfE>. Acesso em: 10 fev. 2016.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

GIRARDI, E. P. *Proposição Teórico-Metodológica de uma Cartografia Geográfica Crítica e sua Aplicação no Desenvolvimento do Atlas da Questão Agrária Brasileira*. 349f. 2008. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista. UNESP. Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente. 2008.

HAESBAERT, R. *O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade*. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

_____. Território e multiterritorialidade: um debate. *GEOgraphia*, Rio de Janeiro, Ano IX, n. 17, p. 19-46, jan./jun., 2007. Disponível em: <http://migre.me/vAgn9>. Acesso em: 28 mar. 2015.

_____. *O mito da desterritorialização*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. LIMONAD, E. O território em tempos de globalização. *Revista ETC...*, Salvador, n. 2, v. 1, p. 39 – 52, ago., 2007. Disponível em: <http://migre.me/vsN5I>. Acesso em: 20 jun. 2016.

LEFEBVRE, H. *La presencia y la ausencia: contribución a la teoría de la representaciones*. (Traducción de Óscar Barahona y Uxo Doyhanbure). México: Fondo de Cultura Economica, 1983.

LITTLE, P. E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. *Série Antropológica*, v. 322. Departamento de Antropologia Instituto de Ciências Sociais Universidade de Brasília, 2002.

_____. Os conflitos socioambientais: um campo de estudo e de ação política. In: BURSZTYN, Marcel (Org.). *A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais*. Rio de Janeiro: Geramond, 2001.

MAKOWIECHY, S. Representação: a palavra, a ideia, a coisa. *Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas*, Florianópolis, v. 4, n. 57, p. 2-25, dez., 2003. Disponível em: <http://migre.me/vAgrI>. Acesso em: 12 set. 2015.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. *Fundamentos de metodologia científica*. 5. ed. São Paulo: Editora Atlas. 2003.

MARIN, R. E. A.; CASTRO, E. M. R. Mobilização política de comunidades negras rurais. Domínio de um conhecimento praxiológico. *Novos Cadernos NAEA*, Belém, v. 2, n. 2, p. 73 – 106, jan./jun., 2009.

PALHETA, J. M.; SILVA, C. N.; MEDEIROS, G. N. Territórios com mineração na região sudeste do Pará-Norte do Brasil. *Revista da ANPEGE*, Uberlândia, v. 11, n. 15, p. 281-308, jan./jun., 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5418/RA2015.1115.0011>. Acesso em: 21 abr. 2016.

- PANTOJA, I. *Planejamento Privado Social: Práticas da CVRD (Vale S.A.) em municípios do Maranhão*. 128f. 2012. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - PGPUR/UFRJ. 2012.
- PEIRCE, C. S. *Semiótica*. (Tradução José Teixeira Coelho Neto). São Paulo: Perspectiva, 1977.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. Da geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades. In: CECEÑA, A. E.; SADER, E. (Org.). *La guerra infinita: hegemonía y terror mundial*. Buenos Aires: CLACSO, 2002, p. 217-256.
- RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. (Tradução Maria Cecília França) São Paulo: Editora Ática, 1993.
- SANTOS, R. L. O Projeto Grande Carajás – PGC e algumas consequências regionais. In: *Congresso Internacional de História*, IV., 2009, Maringá. Anais... Maringá: UEM. 2009. p. 922 – 932. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.4025/4cih.pphuem.110>. Acesso em: 30 jan. 2014.
- SARTRE, J. P. *A imaginação*. (Trad. Paulo Neves). Porto Alegre: L&M, 2009.
- SENAR. Serviço Nacional de Aprendizagem Rural. Negócio Certo Rural. Disponível em: <http://www.senar.org.br/programa/negocio-certo-rural>. Acesso em: 9 set. 2016.
- SERBENA, C. A. Imaginário, ideologia e representação social. *Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas*, Florianópolis, v. 4, n. 52, p. 2-13, dez. 2003. Disponível em: <http://migre.me/vAgW0>. Acesso em: 17 jun. 2015.
- SOUZA, A. S.; ELD, F. Migração de trabalhadores nordestinos a Parauapebas. *Revista Geonorte*, Manaus, v. 4, n. 12, p. 1582-1599, jan./jun. 2013. Disponível em: <http://migre.me/vAh6B>. Acesso em: 22 fev. 2015.
- TEISSERENC, P. Ambientalização e territorialização: situando o debate no contexto da Amazônia Brasileira. (Tradução de Maria José da Silva Aquino). *Antropolítica*, Niterói, n. 29, p. 153-179, ago./dez. 2010. Disponível em: <http://migre.me/vAhbK>. Acesso em: 17 out. 2014.
- VALE. Projeto de Expansão da Estrada de Ferro Carajás. Programa de Comunicação Social. 2014a. Disponível em: <http://goo.gl/U9OEB4>. Acesso em: 25 maio. 2016.
- _____. _____. Relatório Semestral de Atendimento às Condicionantes. Programa de Comunicação Social. 2014b. Disponível em: <http://goo.gl/67OvC6>. Acesso em: 25 maio 2016.

_____. _____. Programa de Fortalecimento da Organização Comunitária. 2014c. Disponível em: <http://migre.me/uWIPV>. Acesso em: 09 set. 2016.

_____. Diretoria de Relacionamento com Comunidades. Comunidades Críticas – Novo Oriente (Açailândia). 2013. (No prelo).



V
CIDADES

DIMENSÕES SOCIAIS DAS PRÁTICAS ALIMENTARES E DA SOCIOBIODIVERSIDADE COMO EXPRESSÃO AMAZÔNICA

Iraneide Souza Silva¹
Edna Ramos de Castro²

INTRODUÇÃO

As reflexões expostas neste ensaio pautam-se na formulação do objeto de pesquisa alinhado ao campo teórico-temático da alimentação como um fator essencial para a reprodução da vida, da cultura e da sociedade. Parte-se do pressuposto de que o universo da alimentação transcende o caráter fisiológico, e assume múltiplos significados no campo social, como traços determinantes da cultura alimentar, incorporando os saberes, os hábitos, as práticas alimentares e as interações entre grupos sociais em diferentes contextos históricos. Neste sentido, nos propomos a problematizar o que passaremos a chamar de cultura alimentar paraense, buscando compreender as dimensões sociais e simbólicas das práticas alimentares e da biodiversidade amazônica, considerando os bens culturais, os bens de consumo e os com valor de troca no mercado local.

Várias questões nos parecem relevantes sobre a especificidade da gastronomia paraense e, por conseguinte, o valor dos produtos da sociobiodiversidade na geração de renda de trabalhadores rurais e urbanos, tomando como referência as trocas comerciais e simbólicas articuladas nos mercados da cidade de Belém. Os Mercados são lugares particulares para observação, a exemplo da pesquisa realizada no Complexo Ver-o-Peso (SILVA,

¹ Socióloga, mestre em Ciências Ambientais pela Universidade Federal do Pará, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU), do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), da Universidade Federal do Pará (UFPA) e técnica do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG).

² Professora titular da Universidade Federal do Pará, atuando no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, e no PPG Sociologia e Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Doutora pela École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, e pesquisadora de produtividade do CNPq.

2012). Neste contexto, interessa observar como se realiza o trabalho, quem são os trabalhadores envolvidos no processo de produção de mantimentos, de transformação de alimentos e de sua comercialização, associados às sociabilidades e subjetividades das escolhas, dos desejos e prazeres referidos à cultura alimentar, podendo também evidenciar as intervenções ou impactos nas dinâmicas locais.

No cenário atual, o Ver-o-Peso configura-se como um território em disputa. Isto porque está em curso um processo de desterritorialização e/ou desestruturação social que tem levado a tensões, a relações de poder e a estratégias de resistência entre segmentos sociais com interesses distintos: de um lado, os consumidores e trabalhadores representam as forças de resistência em prol da cultura alimentar paraense; de outro, a intervenção de grupos hegemônicos (empresariais e políticos), com interesse em impor novas dinâmicas econômicas, diante da crescente demanda de produtos regionais no mercado gastronômico nacional e global.

Essa problemática abrange múltiplas categorias de análise no campo das Ciências Sociais, filiando-se aos estudos da sociologia da alimentação associando aportes da sociologia urbana e de outras áreas, numa perspectiva multidisciplinar, a partir de algumas questões que consideramos relevantes, tais como: Quais as referências culturais e as expectativas dos consumidores em relação as escolhas, desejos e prazeres associados à cultura alimentar paraense? Qual a disponibilidade em variedade e volume dos produtos/alimentos e qual a representação socioeconômica na renda mensal gerada pelos produtos comercializados? Como os trabalhadores reestruturam os processos de trabalho e quais as perspectivas de mudança impostas em função do interesse na expansão do mercado gastronômico local no âmbito nacional e global? Que formas de intervenção e correlação de forças estão presentes entre agentes e atores sociais envolvidos nas dinâmicas comerciais de produtos voltados ao mercado da gastronomia paraense? Neste sentido, a ideia é evidenciar as singularidades e as complexidades que configuram o universo da gastronomia paraense, na percepção dos trabalhadores e consumidores que atuam ou acessam esse espaço como referência do patrimônio cultural em Belém. Do ponto de vista sociocultural, pressupõe-se que essa dinâmica

vem impactando os padrões alimentares, provocando a perda das tradições históricas incorporadas à memória gustativa, olfativa e afetiva como expressão do patrimônio imaterial da região³.

No texto *Da natureza à mesa: trabalho e trocas materiais e interculturais em uma metrópole amazônica*, consideramos que a sociobiodiversidade expressa a inter-relação entre a diversidade biológica e a diversidade de sistemas socioculturais (SILVA, CASTRO: 2014). Os produtos são os bens e serviços (produtos finais, semi beneficiados e matérias-primas) gerados a partir de recursos da biodiversidade, voltados à formação de cadeias produtivas de interesse dos povos e comunidades tradicionais e de agricultores familiares, que promovam a manutenção e valorização de suas práticas e saberes, e assegurem os direitos decorrentes, gerando renda e promovendo a melhoria de sua qualidade de vida e do ambiente em que vivem. Nessa perspectiva adotada por Castro (2006), esses processos experimentados por povos e culturas diferentes têm elos históricos que remontam à ancestralidade da ocupação dos territórios, não suficientemente considerados nas pesquisas sobre a região, na perspectiva da interculturalidade a partir do trabalho.

1 DIMENSÕES SOCIAIS E SIMBÓLICAS DAS PRÁTICAS ALIMENTARES NA CIDADE DE BELÉM

Assim, procura-se desenvolver uma abordagem sobre essas questões entendendo que elas permeiam as dimensões sociais da alimentação, para além do valor universal atribuído ao alimento como uma necessidade biológica para sobrevivência humana. Na perspectiva sociológica, configura-se como um fenômeno social e um fator essencial para a reprodução da vida e da sociedade. O estuário amazônico é rico de biodiversidade e lugar de ocupação milenar da

³ A pesquisa alinha-se aos pressupostos da Sociologia da Alimentação, problematização da cultura alimentar paraense como expressão amazônica, buscando compreender suas dimensões sociais e simbólicas, nas formas de valorização das práticas alimentares tradicionais e da biodiversidade regional, como dos bens culturais que expressam os modos de vida e a interdependência entre grupos sociais e sua projeção socioeconômica como bens de consumo e de troca no mercado local, considerando produtos regionais que acionam as interações e interposições sociais tomando como referência as trocas materiais e simbólicas e as interações articuladas no Complexo Ver-o-Peso, em Belém.

floresta amazônica, com uma população indígena expressiva. Os legados sobre a alimentação nesse espaço foram transmitidos de geração em geração. São saberes que fazem parte de um conjunto expressivo de bens comuns, coletivos, cuja transmissão não pode se fazer fora do contexto da vida social e cultural. Os conhecimentos tradicionais sobre as práticas alimentares atravessam os tempos e as mulheres detêm esse saber sobre as plantas e animais que servem à alimentação, e aqueles indicados para curas de doenças e males do espírito, compondo um portfólio da medicina tradicional e holística (CASTRO, 2006).

A cidade de Belém inclui, na sua geografia, uma parte continental e outra parte fluvial composta por 39 ilhas que conformam o território municipal. Por isso, Belém se caracteriza pela relação histórica, estreita e incontornável, com a floresta e essa imensidão de água que a circunda (CASTRO, 2009). É importante, portanto, destacar os contatos e as interações urbano-rurais com as populações que mantêm o modo de vida ribeirinho, utilizando-se dos recursos florestais e aquáticos para a reprodução da vida, através de inúmeros processos de trabalho. A maioria das ilhas localiza-se em ecossistema de várzea, com inundações sazonais, por influência das marés. De antiga ocupação, seu território é marcado pela ancestral que acaba por determinar uma floresta com abundância de frutos e plantas reconhecidas na culinária e nos saberes medicinais. Em geral, são ainda áreas densamente florestadas e com menor presença populacional, o que favoreceu, até há pouco tempo, sua preservação ambiental. No entanto, as mudanças nas duas últimas décadas têm mostrado a alteração da paisagem, com perda de cobertura florestal e poluição de praias, áreas de várzea e cursos d'água (MEGAM, 2006; FAURE, PROST, CASTRO, 2006).

O vínculo historicamente construído nesse universo social teve a base nas conexões entre interior e cidade, e foi dinamizado por fatores sociais, econômicos e históricos, envolvendo o trabalho dos produtores – na pesca, na coleta, no extrativismo e em muitos outros serviços – movimento este que alimentou por séculos a demanda dos pequenos, médios e grandes centros regionais, destacando-se Belém como o centro do comércio e dos serviços, e locas de processos industriais que processam recursos naturais oriundos em parte do estuário amazônico.

Deve-se considerar o uso social da biodiversidade no bojo das discussões sobre o reconhecimento dos saberes produzidos ao longo do tempo sobre a própria biodiversidade, como as técnicas de plantio e associação, a influência de luas e marés nos plantios e nas colheitas, o movimento das chuvas e sua influência na pesca, na caça, na biologia de reprodução das espécies, os conhecimentos acumulados sobre a navegação considerando sua importância no complexo sistema de trocas sociais e econômicas.

Entendemos que seja relevante identificar os benefícios da sociobiodiversidade para além do âmbito rural, das comunidades ribeirinhas, do campesinato, dos pescadores, dos territórios quilombolas e seus processos de produção econômica. Isto porque a discussão sobre a floresta, as águas e a sua biodiversidade tem a ver, na Amazônia, com a vida urbana. Isto pode ser observado por vários pontos de vista, e alencaremos três: 1 - da cadeia alimentar pois a cidade consome, material e simbolicamente, os produtos da interação rural-urbano - espaços de distribuição dos produtos oriundos das ilhas de Belém e de várias localidades do interior do Pará; 2 - pelas trocas de saberes e tradições mantidas sobre um universo real-mágico, ou seja, espaço de interações que se estabelecem entre o urbano e o rural, permeadas por uma complexidade de relações e vínculos; 3 - pela geração de trabalho e renda a um grande contingente de trabalhadores envolvidos no comércio de produtos regionais, notadamente parte da cadeia de alimentação e de curas medicinais.

Na aproximação da sociobiodiversidade com o trabalho, o foco deste estudo volta-se às formas de organização das atividades comerciais, buscando conhecer, ainda, a disponibilidade de produtos regionais para o conjunto da cidade de Belém e para os atores sociais inseridos na comercialização realizada no ambiente urbano (SILVA; CASTRO: 2012).

A relevância da alimentação consiste tanto no valor biológico quanto nos fatores sociais determinantes dos padrões de consumo e das práticas alimentares como traços culturais de diferentes grupos sociais.

La supervivencia de un grupo humano exige por supuesto que su régimen alimenticio satisfaga las necesidades nutritivas. No obstante, el nivel de satisfacción de estas necesidades, cuya definición sigue siendo controvertida, varía cualitativa y cuantitativamente de una sociedad a

otra. También cambia en el interior de cada una según la categoría de edad, el sexo, el nivel económico y otros criterios (GARINE, 1987, p. 4 apud LIMA; FERREIRA NETO; FARIAS, 2015, p. 508).

Nessa concepção, as dimensões sociais da alimentação incorporam o valor material e imaterial das práticas alimentares a partir das trocas e interações sociais, como fatores determinantes da cultura alimentar, que expressa a ação natural e o comportamento específico de um determinado grupo social. Na visão de Lima, Ferreira Neto e Farias (2015):

Muito além de uma atitude biológica, a alimentação assume também um comportamento cultural. Biológica, por uma questão de sobrevivência, sendo um fator insubstituível para a manutenção da vida e condição *sine qua non* para todos os seres humanos. Relaciona-se diretamente à vitalidade do indivíduo, à necessidade fisiológica de ingerir nutrientes capazes de manter o corpo em funcionamento, sendo, sob esse aspecto, um comportamento relativo à natureza humana (LIMA; FERREIRA NETO; FARIAS, 2015, p. 508).

Segundo Zuin e Zuin (2009), a importância da alimentação vai além de suprir as necessidades humanas, incorporando novos significados no processo de formação da cultura, como reflexo da organização dos grupos sociais com interesse em gerar conhecimentos voltados a atender às necessidades de consumo e produção de alimentos, a exemplo da agricultura de subsistência. Para os autores, “Muito mais que alimentar-se para nutrir-se, os homens têm a necessidade de se relacionar com outros homens. Nesse sentido, foi por meio dos alimentos que os homens, em comunhão, se organizaram culturalmente e socialmente” (Ibid., p. 227).

A fundamentação do estudo sobre as dimensões sociais da alimentação suscita a articulação das referências históricas, econômicas, políticas e culturais da cidade de Belém e de sua relação com o território do entorno que é formado por um conjunto de pequenas cidades e de comunidades rurais e étnicas e que compõem um universo de relações sociais e da história dessa região, produzida ao longo do tempo (CASTRO, 2006, 2009). Certamente isso imprime os valores tradicionais e a noção de modernidade à cultura alimentar, associando inclusive o conceito em voga de gastronomia regional.

Esta temática envolve questões complexas, sobretudo a valorização econômica dos produtos da sociobiodiversidade no contexto atual da globalização do mercado gastronômico, com a crescente demanda por produtos regionais no mercado nacional e global. Entre os aspectos, busca-se conhecer os impactos gerados com a intervenção e dessas novas dinâmicas na expansão do mercado gastronômico local no âmbito nacional e global.

O mercado gastronômico vincula-se ao processo de globalização do capital à medida que promove transformações significativas nos mercados regionalizados, acirrando a disputa de interesses e a concorrência entre grandes grupos econômicos da indústria alimentícia, do setor de turismo, configurando-se o domínio do capital no campo da gastronomia, tanto em termos globais quanto regionais.

A problemática abrange múltiplas categorias de análise no campo das Ciências Sociais, filiando-se aos estudos da sociologia da alimentação e associando conceitos da sociologia urbana e de outras áreas, na perspectiva de abordagem multidisciplinar. De acordo com Santos (2011):

Trata-se de um campo de estudos sob múltiplas abordagens referentes à Cultura da Alimentação e as relações sociais ligadas ao ato de alimentar-se, como uma forma de reconstrução do passado, bem como a percepção cotidiana das novas cozinhas. Portanto, o saber culinário transmitido de geração a geração, traz consigo, entre outras, categorias de análises como a identidade, a tradição e a comensalidade (SANTOS, 2011, p. 121).

As especificidades da cultura alimentar fomentam a discussão sobre as dimensões sociais e simbólicas das práticas alimentares que fazem, em Belém, ser tão relevante o Mercado do Ver-o-Peso. Nele encontramos uma diversidade enorme de produtos provenientes da floresta e dos cursos d'água que contornam a cidade de Belém, e também que a atravessam com seus inúmeros igarapés, hoje quase todos transformados em canais. A biodiversidade faz parte da reprodução da vida nesses espaços, e toca nas dimensões sociais, econômicas, do trabalho e também simbólica. Ativa a memória pelos cheiros, pelo gosto das frutas, dos peixes, das farinhas, das raízes e sementes, pelo paladar e pela lembrança dos lugares.

Essa relação atualizada da cultura da alimentação paraense tem a ver e encontra sentido do território e por isso suscita inúmeros pontos que precisam ser aprofundados. Entre eles: referências culturais e expectativas dos consumidores em relação a escolhas, desejos e prazeres associados à cultura alimentar paraense; disponibilidade em variedade e volume dos produtos/alimentos; sua composição na renda mensal gerada pelos produtos comercializados; reestruturação dos processos de trabalho e perspectivas de mudança impostas em função do interesse na expansão do mercado gastronômico local no âmbito nacional e global; atores e agentes presentes na dinâmica comercial de produtos voltados ao mercado da gastronomia paraense. É relevante considerar a necessidade de dimensionar o valor material e imaterial atribuído aos produtos associados ao consumo regional.

A abordagem da cultura alimentar requer uma análise complexa, pois consiste em um “processo” histórico de construção e reconstrução das práticas alimentares, com suas dinâmicas específicas que refletem as transformações e continuidades na produção e consumo alimentar, tomando como referência as trocas comerciais e simbólicas observadas, por exemplo, no Complexo do Ver-o-Peso, no centro histórico de Belém.

Segundo Leitão (2010), no Ver-o-Peso é possível “identificar sociabilidades e princípios organizativos reconhecidos por aqueles que ali trabalham e circulam”. Essas interações fortalecem os vínculos com o ambiente ribeirinho, num espaço que, ao mesmo tempo, “encontra-se no coração de uma cidade de mais de um milhão de habitantes” e “recebe diariamente milhares de pessoas”, coexistindo traços da cultura e do modo de trabalho ribeirinho, que interage com o modo de vida tipicamente urbano (LEITÃO, 2010, p. 25).

Trata-se de um espaço emblemático e multifacetado, onde se encontra uma mostra significativa da biodiversidade amazônica, em torno da qual se dinamizam as atividades de trabalho e as interações sociais que expressam as subjetividades das escolhas, desejos e prazeres associados à cultura alimentar, podendo também evidenciar as intervenções ou impactos nas dinâmicas locais. Ao mesmo tempo, é um espaço socialmente constituído como local de trabalho de diversas categoriais que interagem com agentes públicos, fornecedores,

colaboradores e consumidores ou “fregueses”, numa rede de cooperação e interações grupos sociais distintos (NUNES, 2008).

No cenário atual, o Ver-o-Peso configura-se como um território em disputa, diante do processo de desterritorialização e/ou desestruturação social em curso, observando-se as e tensões, as relações de poder e as estratégias de resistência entre segmentos sociais com interesses distintos: de um lado, os consumidores e trabalhadores representam as forças de resistência em prol da cultura alimentar paraense; de outro, a intervenção de grupos hegemônicos (empresariais e políticos), com interesse em impor novas dinâmicas econômicas, diante da crescente demanda de produtos regionais no mercado gastronômico nacional e global.

2 INTERVENÇÕES, MUDANÇAS E TRANSFORMAÇÕES: DA HISTÓRIA E DA CULTURA

A alimentação como um fenômeno social, histórico e cultural, que incorpora os saberes, as práticas, as tradições, as influências e as mudanças ao longo do tempo no processo de criação e consolidação da cultura alimentar, como reflexo das dinâmicas sociais em diferentes contextos, pode ser interpretada como uma evolução ou como formas de intervenção.

As culturas alimentares, sejam quais forem os tempos e espaços, como descreve Santos (2011), estão postas em situações de confrontos que podem levar a certas rupturas, diante da implementação de novas técnicas, de novas formas de consumo, da introdução de novos produtos e do encontro e fusão destes, a partir da inovação e da criatividade. Estas novas transformações da cozinha acabam sendo absorvidas ou “digeridas” pela tradição, que em patamares seguintes cria novos modelos, adaptados aos modelos convencionais precedentes. Nesse sentido, a ruptura, ao provocar certa revolução culinária, traz em seu bojo os traços de novo modelo de transição, ainda que marcados pelo convencional e pelo tradicional (SANTOS, 2011, p. 107).

As transformações históricas no consumo e no comportamento alimentar provocaram mudanças significativas no convívio social, sobretudo

na esfera familiar. Com base em estudos sobre as práticas alimentares, Moreira (2010, p. 23) verifica que, no século XIX, “o comer representava um dos grandes momentos da vida familiar, e o ritual da refeição implicava a reunião de toda a família na sala de jantar à volta da mesa” (MOREIRA, 2010, p. 23).

Acredita-se que o isolamento do ato de comer seja concomitante ao enfraquecimento do espaço familiar como unidade social, sendo tal comportamento induzido pelo mercado, com o uso de embalagens e utensílios descartáveis e de métodos de oferta que os dispensem, permitindo comer vendo televisão ou na frente do computador, em pé ou até mesmo andando (DIEZ-GARCIA, 2003 apud MOREIRA, 2010, p. 23).

Essas mudanças estão relacionadas com as transformações sociais ocorridas no final do século XX (ZUNIN; ZUNIN, 2009; MOREIRA, 2010) e com os novos tipos de alimentos e que haviam já sido introduzidos durante e após a Segunda Guerra Mundial, provocando mudanças profundas nos hábitos alimentares e nos relacionamentos pessoais, como a inserção da mulher no mercado de trabalho, o avanço da indústria alimentícia e, simultaneamente, as migrações campo-cidade.

Em decorrência desses fatores, observa-se o surgimento de inúmeros tipos de *fast food* que podem servir como exemplo para demonstrar tais transformações. As mudanças econômicas e sociais, como a saída de casa da mulher para o mercado de trabalho contribuiu para que mudanças essenciais em termos de alimentação e de como se alimentar se fizessem, acabando (ou adormecendo) as antigas tradições pertencentes a esse âmbito. Como vimos é raro uma mulher, na faixa etária de 15 a 30, anos dos grandes centros urbanos, que saiba cozinhar, e sinta prazer nesse ato. (ZUNIN; ZUNIN, 2009, p. 235).

Moreira considera que esse comportamento tenha surgido junto com *drive thrus* nos Estados Unidos, a partir dos anos 1950, iniciados na Califórnia pelos irmãos McDonalds, que se expandiu rapidamente entre a juventude, incorporando o hábito do *fast food* e instituindo o hábito de comer fora. Apesar de tal comportamento, a casa ainda se mostra o espaço ideal nas referências alimentares, assim como o tempo ali situado (MOREIRA 2010).

Em sentido contrário a esta tendência, os autores referem-se ao movimento *slow food* surgido na Europa, com o objetivo de resgatar antigos

hábitos alimentares, tanto no modo de preparação quanto de consumo dos alimentos tradicionais (e regionais) associados a comportamentos e a rituais, a fim de se preservar a história de uma cultura, de uma região.

Para Corção (2012), desde o início do século XX, embora se experimentasse os efeitos da modernização no Brasil, sobretudo na década de 1950, intensificou-se a influência da modernização nos hábitos alimentares, consequência da expansão da indústria alimentícia em todo o mundo ocidental, através das campanhas de marketing. Por outro lado, também já havia discursos contrários à influência estrangeira nos hábitos alimentares, tanto em defesa da culinária tradicional quanto em defesa da organização de uma cozinha brasileira.

Vasconcelos (2016, p. 4) acrescenta que a partir das duas últimas décadas do século XX, com a globalização econômica, questões demográficas epidemiológica/alimentar/nutricional, avanço da obesidade e outras doenças, tem-se observado no Brasil e no contexto mundial, tanto no espaço acadêmico-científico como em outros espaços sociais, um movimento que procura discutir e resgatar a valorização da culinária e/ou das tradições culinárias.

Há todo um “saber fazer” presente na elaboração dos pratos que foram incorporados aos padrões de cada época e que receberam algumas alterações, em termos de acréscimos, substituições e abstrações. Desta forma, é possível perceber as resistências na História de determinadas tradições, seja em termos de escolha de alimentos, seja em relação à sua elaboração (SANTOS, 2011). Embora haja o interesse no resgate dos costumes e da valorização das comidas típicas de determinadas regiões como um fator de identidade social e cultural, há sempre a possibilidade de manter as tradições e criar espaços, ao mesmo tempo, para inventar novos sabores e combinações de práticas sociais, igualmente para o mundo da alimentação como cultura e, portanto, ação coletiva.

No Brasil, o resgate às tradições ainda caminha a passos curtos, contudo há várias regiões que ainda preservam os antigos costumes e os rituais das tradições passadas de geração em geração como algumas cidades do interior de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Bahia, entre outras (ZUNIN; ZUNIN, 2009, p. 235).

Na análise sobre a culinária regional no Brasil baseada na obra de Gilberto Freyre, Vasconcelos (2016) aponta que: No enfoque étnico-cultural, Freyre procurava demonstrar que foi a mistura das cozinhas (culinárias) das três raças (índio brasileiro, negro africano e branco português) que constituiu a cozinha mestiça, para ele a autêntica cozinha brasileira. No enfoque econômico-social, ele concebia que a cozinha brasileira, particularmente da zona da mata açucareira, foi produto do sistema econômico-social baseado na monocultura latifundiária escravocrata. E no enfoque geográfico, ele considerava que determinadas condições físico-geográficas, tais como solo, clima e pluviosidade, contribuíram para a formação da cozinha nacional (VASCONCELOS, 2016, p. 5).

Afirma, ainda, que instrumentos de políticas públicas de alimentação e nutrição e de promoção da saúde, divulgados nos últimos anos, “também têm enfatizado a relevância e recomendado a adoção de práticas e habilidades culinárias no cotidiano das pessoas como estratégias de reeducação alimentar e nutricional e adoção de estilos de vida saudáveis” (p. 5). Outro aspecto interessante refere-se ao fato de que “os países, cidades, regiões ou famílias que valorizam as antigas tradições alimentares, são aquelas eminentemente religiosas: “cujos princípios morais e éticos fazem parte do seu contexto social, pois a alimentação e o alimento em si não são vistos apenas como algo material, mas símbolos do encontro, partilha e comunhão” (BOFF apud ZUNIN; ZUNIN, 2009, p. 235).

Os ritos estão relacionados não somente ao tipo de alimento e bebida consumidos, mas também aos diferentes modos de seu preparo, de sua colheita e de seu cultivo. Nas nossas refeições diárias (café da manhã, almoço e jantar) estamos envoltos por rituais que se iniciam na preparação e escolha do tipo de alimento a ser consumido, bem como no uso dos utensílios a serem postos na mesa ou que foram empregados durante o seu preparo. Esses rituais variam de cultura para cultura, todavia eles não deixam de ser universais, já que em todas elas os rituais fazem parte do ato de se alimentar” (ZUNIN; ZUNIN, 2009, p. 237).

Em projeções futuras, Moreira (2010, p. 26) considera que a identidade alimentar regional tende a apresentar um padrão de consumo que mescla

alimentos da terra e alimentos característicos do *fast food*, tanto nas capitais quanto nas áreas rurais.

Neste estudo, a abordagem de questões que permeiam as dimensões sociais da alimentação supera o conceito universal do alimento como fenômeno biológico, convertendo-se em um fenômeno sociocultural, que se configura a partir das práticas alimentares, como traços da identidade e da cultura em todos os grupos sociais.

3 A CULTURA ALIMENTAR PARAENSE COMO EXPRESSÃO AMAZÔNICA

A cultura alimentar brasileira expressa a herança da culinária indígena, europeia e africana, e agrega outras referências e transformações ao longo do tempo que tem a ver com os diversos grupos, de países distintos e em ocasiões diversas, que migraram para o Brasil, a exemplo dos italianos, dos árabes e libaneses, dos japoneses, e também de outras composições étnicas da Europa, da África, da Ásia, inclusive de países da América Latina e do Caribe. Essa riqueza étnica e cultural pode se expressar de forma mais geral no campo da alimentação, no entanto é necessário levar em conta que a experiência social, coletiva, de inventar as práticas alimentares tem a ver com o território, logo com o lugar. Desta forma, os lugares, as regiões têm suas especificidades fundadas na experiência social, coletiva, e por isso são marcas identitárias e históricos com o território.

Na visão de Lody (2008), a gastronomia brasileira além de diversa, originária de nossa grande riqueza étnica e cultural, tem pratos produzidos pelos povos originários, locais ou pelos diversos grupos de migrantes (apud SANTOS 2011, p. 120).

Tanto na Amazônia quanto no Brasil, a diversidade gastronômica reflete as especificidades regionais, tanto na influência de diferentes matrizes étnicas e culturais quanto na variedade de produtos alimentícios disponíveis. A cultura alimentar paraense, como expressão da identidade regional, envolve os saberes, costumes e hábitos alimentares assimilados ou incorporados ao longo do

processo de colonização da Amazônia. Portanto, tem influência multiétnica, dos grupos sociais originários ou integrados à região em diferentes contextos históricos.

Entre os aspectos da cultura alimentar paraense, enfatiza-se a preservação das práticas alimentares tradicionais, em geral transmitidas de geração em geração como herança ancestral, por aqueles/as que detêm o conhecimento sobre os produtos alimentícios e os modos de preparo, cujas habilidades culinárias acentuam os sabores e aromas dos produtos, temperos, verduras, ervas, molhos e misturas que caracterizam os pratos típicos regionais. Somam-se a estes a diversidade de espécies amazônicas, sobretudo peixes, mariscos e as frutas regionais, destacando-se o açaí, cupuaçu, bacuri, graviola, além de castanhas, pimentas e outras.

Considerando que a herança culinária indígena é um dos aspectos significativos na concepção da cultura alimentar paraense, faz-se necessária uma pesquisa bibliográfica mais aprofundada em busca de fontes históricas e antropológicas, visto que foram identificados poucos trabalhos sobre o tema nesta primeira incursão. Entre estes, destaca-se a observação de Freyre sobre a região culinária do Extremo Norte. Assim se refere Vasconcelos (2016, p. 10) ao considerar que há uma predominância de influência indígena, caracterizada pelas preferências alimentares relacionadas aos complexos culinários da tartaruga, da castanha e do açaí. Leonardo (2009) destaca as características da culinária indígena e de sua influência no consumo.

os indígenas viviam exclusivamente da caça, pesca e da coleta de raízes, daí [...] o consumo de alimentos à base de amido e raízes, ricos em energia e calorias, tais como [...] mandioca, inhame, milho verde, batata doce, banana da terra e brotos, preparados numa culinária de fogo de chão (LEONARDO, 2009, p. 3).

A herança alimentar dos escravos africanos caracteriza-se pelas comidas misturadas na mesma panela: “o arroz com alguma coisa junto, o amendoim com outra coisa – o “cozido” junto nas panelas vem da culinária africana” (LEONARDO, 2009, p. 4). Para a autora, a influência da cultura africana refere-se à mudança do hábito de assar e cozinhar os alimentos e na “criatividade das cozinheiras escravas; a culinária melhorou pelo cozimento dos

produtos que o índio comia”, predominando o uso de fubá, farinha, rapadura, goma e polvilho, numa alimentação à base de carboidratos, cozidos, massas e caldos (LEONARDO, 2009, p. 4).

A influência da culinária portuguesa caracteriza-se pelo uso do azeite de oliva, gorduras, pastéis, massas e doces. A herança portuguesa trouxe os requintes da mesa e a preparação de pratos variados, como frango com quiabo e outros quitutes, além dos doces de leite e as compotas, “sendo a calda para conservar e o queijo para quebrar o doce das compotas, com alto teor de gordura e açúcar” (LEONARDO, 2009). Para a autora, a herança alimentar dos três povos e a mistura de seus hábitos formaram a deliciosa comida brasileira.

é a comida da mistura no mesmo prato. Gostamos de tudo junto e misturado: o feijão com arroz, o cozido, a peixada, a feijoada, a moqueca, a farofa, o tropeiro, o carreteiro, o pirão, as dobradinhas e papas, os guisados e mexidos (LEONARDO, 2009, p. 5).

No processo de formação da cultura alimentar, as escolhas alimentares estão relacionadas à disponibilidade de alimentos no ambiente e ao potencial técnico existente (GARINE, 1987). Neste sentido, a ação do homem sobre os recursos naturais vai além da busca de alimentos e reflete-se na relação entre natureza e cultura, que envolve o conhecimento de espécies comestíveis, o aprimoramento das técnicas de coleta e produção, como também as formas de consumo alimentar, o que Montanari (2008) define, ao ser destacado por Lima, Ferreira Neto e Farias (2015, p. 511), como “processos culturais que incorrem no domínio da natureza”, pois, ao aproveitar os alimentos básicos encontrados na natureza, os seres humanos, enquanto agentes, criam cultura de forma coletiva, pois os transformam em bens que entram na cadeia alimentar, através de processos técnicos, como o fogo e os instrumentos de trabalho. Entre as técnicas de manipulação dos recursos naturais, efetivamente o uso do fogo teve papel importantíssimo no processo de transformação dos alimentos.

Em consonância com a definição de Montanari, Moreira (2010, p. 23) também utiliza o termo “cozinha” para designar a produção ou preparo de alimentos por cocção, a partir do uso do fogo, há mais de 300 mil anos. A autora enfatiza a visão de Lévi-Strauss (2004, apud MOREIRA, 2010, p. 23), que considera a mudança do cru ao cozido “como o processo de passagem do

homem da condição biológica para a social” (LÉVI-STRAUSS, 2004 apud MOREIRA, 2010, p. 23). Ressalta, ainda, a influência do cozimento e das formas de consumo nas interações sociais.

O comportamento alimentar do homem não se diferenciou do biológico apenas pela invenção da cozinha, mas também pela comensalidade, ou seja, pela função social das refeições. A cocção do alimento adquiriu enorme importância nesse plano, por favorecer as interações sociais (MOREIRA, 2010, p. 23).

As escolhas alimentares são determinantes na formação dos hábitos alimentares e da cultura, agregando múltiplos significados socioculturais, visto que “não se atribui significado somente ao que se come, quanto se come e onde se come, mas também ao próprio ato de comer” conforme assinala Woortmann (2007). Os saberes que informam e dão sentido às práticas alimentares, experimentadas muitas vezes no reconhecimento da eficácia do *ensaio e erro*. Portanto, pode-se afirmar que comer é mais do que um ato de sobrevivência, pois ele está pleno de sentidos que são da ordem do simbólico e da cultura.

Na concepção de Canesqui (1988), os hábitos alimentares devem ser entendidos no conjunto de práticas dos grupos sociais, pois:

Elas remeteram particularmente aos aspectos materiais e não materiais, que envolvem a produção dos meios de sobrevivência e a reprodução da força de trabalho, na sua dimensão concreta e cotidiana, da qual a alimentação é componente fundamental (CANESQUI, 1988, p. 214).

Neste estudo, adota-se a orientação de Canesqui (1988) na abordagem da relação natureza/sociedade no embasamento da análise, porém, deve-se atentar para os hábitos alimentares em diferentes grupos, no sentido de “compreender os hábitos no conjunto das práticas dos grupos sociais, como se refere Canesqui (1988).

com o cuidado de não particularizá-los e isolá-los dos determinantes de ordem socioeconômica e de natureza ideológica que modulam a própria produção, distribuição e o consumo em nossa sociedade, comportando especificidades e heterogeneidades conforme se realiza concretamente o modo de produção capitalista (CANESQUI, 1988, p. 214).

Nesse aspecto, as práticas alimentares configuram-se como traços culturais a partir dos modos diferenciados de intervenção e transformação da natureza, incorporados aos alimentos ao longo do tempo. Para Garcia (1994) essa transformação é diária, considerando os procedimentos relacionados à preparação dos alimentos, em qualquer época, para poder se tornar bens de consumo, a subjetividade que inclui identidade cultural, condição social, religião, memória familiar, entre outras dimensões também importantes (GARCIA, 1994).

Sobre as representações simbólicas, “o jeito de comer define não só aquilo que é ingerido como também aquele que ingere”, conforme considera Da Matta, citado por Lima Ferreira Neto e Farias, 2015, p. 511. É importante também a referência de Contreras e Gracia (2011) ao afirmarem que “somos o que comemos”, tanto no aspecto fisiológico como psicossocial, ao “incorporar” os elementos culturais daquilo que ingerimos, ligados à espiritualidade ou à memória afetiva, assim, também “comemos o que somos”. Na visão dos autores:

Comemos aquilo que nos faz bem, ingerimos alimentos que são atrativos para os nossos sentidos e nos proporcionam prazer, enchemos a cesta de compras de produtos que estão no mercado, e na feira, e nos são permitidos por nosso orçamento, servimos ou nos são servidas refeições de acordo com nossas características: se somos homens ou mulheres, crianças ou adultos, pobres ou ricos. E escolhemos ou recusamos alimentos com base em nossas experiências diárias e em nossas ideias dietéticas, religiosas ou filosóficas (CONTRERAS; GRACIA, 2011, p. 16)

Woortmann (1985) define “comida” como sendo o oposto de mantimento, embora derive dele, pois a preparação da comida como cultura é a transformação do mantimento por meio da culinária. Neste sentido, a atribuição de status simbólico ao alimento e ao ato de comer estabelece a diferença entre “comida” e “alimento”. Lima, Ferreira Neto e Farias (2015) enfatizam essa distinção segundo a visão de diversos autores. Segundo Poulain (2013), “Para ser um alimento [...], um produto natural deve poder [...] tornar-se significativo, inscrever-se numa rede de comunicações, numa constelação imaginária, numa visão de mundo”. Para Da Matta, “toda substância nutritiva é um alimento, mas nem todo alimento é comida.

Alimento é universal e geral, é o que o indivíduo ingere para se manter vivo; já a comida ajuda a situar uma identidade e definir um grupo, uma classe, uma pessoa [...] Comida não é apenas uma substância alimentar, mas é também um modo, um estilo e um jeito de alimentar-se” (DaMATTA, 2001, p. 56 apud LIMA; FERREIRA NETO, FARIAS, 2015, p. 511).

Lévi Strauss (1968) faz uma analogia à linguagem verbal conferindo status de linguagem universal à comida: “assim como não existe sociedade sem linguagem, não existe nenhuma que, de um modo ou de outro, não cozinhe pelo menos alguns de seus alimentos” (apud LIMA; FERREIRA NETO; FARIAS, 2015, p. 512). Segundo Flandrin e Montanari, o uso do fogo permitiu ao homem alimentar-se em conjunto inicialmente ao seu redor em áreas externas, e, com o passar dos anos, com a criação do espaço social alimentar, nos ambientes domésticos (a cozinha e a sala de jantar) e, na sequência, com a criação de espaços externos às residências (restaurantes, lanchonetes etc.).

Assim, a alimentação assume a função agregadora, trazendo como significado a noção de “comensalidade”, que consiste na capacidade de estabelecer relações de sociabilidade importantes, pois implica reunir as pessoas em torno da mesa. Neste sentido, o ato de alimentar-se

é mais que ingerir um alimento, significa também as relações pessoais, sociais e culturais que estão envolvidas naquele ato. A cultura alimentar está diretamente ligada com a manifestação desta pessoa na sociedade (LEONARDO, 2009, p. 2).

Sobre essas representações sociais da alimentação, Leonardo (2009) afirma que a massificação da cultura alimentar se aplica na extensão da urbanização onde as pessoas se aglomeram, na industrialização dos produtos alimentares e em seu marketing de oferta, e na mídia imposta na implantação dos produtos ora colocados no mercado como obrigatoriedade de aquisição. No processo de massificação, todos são induzidos a adequarem à nova moda e onda proposta, e todos passam a fazer quase que em osmose o que está sendo proposto (LEONARDO, 2009, p. 1).

Diversos autores analisam criticamente a tendência contemporânea de homogeneização das práticas alimentares, sendo este talvez um caminho sem

volta. Segundo Lima, Ferreira Neto e Farias (2015), as inovações nos modos de vida tendem a propiciar mudanças nos hábitos alimentares e na produção de alimentos, nas relações de comensalidade e na identidade alimentar dos grupos sociais tanto no meio urbano quanto rural. Essa homogeneização igualaria os comedores dos tempos modernos sob a influência da globalização, que passariam rapidamente a ter hábitos e gostos alimentares muito semelhantes (Ibid., p. 519).

No direcionamento da pesquisa, considera-se relevante a discussão sobre os aspectos sociais, econômicos e políticos que contornam o processo de globalização da gastronomia na atualidade. Proença (2015, p. 43) destaca que na história atual “a preocupação constante com a busca/produção de alimentos vem passando por modificações tanto na forma de produzir quanto de distribuir os alimentos”, que incorre em mudanças espaciais e temporais na produção e no consumo de alimentos.

Nessa mesma linha, a autora indica que a demanda externa por determinados tipos de alimentos pode afetar o acesso e a disponibilidade desses produtos no mercado local, seja no volume da distribuição local ou no preço dos produtos. As alterações estendem-se a outros fatores na dinâmica econômica e social relacionados à importância da alimentação fora de casa na vida contemporânea, da possibilidade de massificação de cardápios, de novas formas de trabalhar com os alimentos.

Essa indução de novos comportamentos alimentares é reconhecida pela Organização Mundial de Saúde (OMS) no documento “Estratégia global para alimentação, atividade física e saúde”, citando os restaurantes comerciais e coletivos entre os seus parceiros preferenciais para a consecução dessa estratégia. Outro aspecto refere-se ao crescente interesse em novas culinárias, com destaque para a comida de etnias tradicionais. Segundo Proença (2015, p. 44), “essa tendência sempre ocorreu pelas migrações humanas; contudo, com as possibilidades da globalização, as modas gastronômicas vêm se repetindo com maior velocidade”.

Segundo a autora, vários autores discutem essa “ligação direta com a globalização, na medida em que as pessoas têm viajado mais, buscando na

alimentação uma forma de conhecer culturas diferentes”, podendo “passar pela internalização deste local através do consumo de alimentos reconhecidos como tradicionais” (PROENÇA, 2015). A autora destaca a relevância dos estudos sobre gastronomia, observando-se que a crescente procura por publicações e formação na área, são também significativas na busca por uma melhoria das relações entre as pessoas e os alimentos (Ibid., p. 46).

Em outra perspectiva, Gimenes-Minasse (2015) considera a alimentação um “objeto de estudo complexo, passível de múltiplas significações, interpretações e representações”. Como manifestação cultural, “é fundamental no contexto turístico, extrapolando o universo da oferta técnica e se consolidando como integrante da oferta original e diferencial de um destino” (GIMENES-MINASSE, 2015, p. 176). Para a autora, trata-se de um processo que incorpora os valores culturais dos grupos sociais, como também atribui novos significados e representações às práticas alimentares por outros sujeitos, como turistas e agentes de empresas turísticas. Neste aspecto, “

[...] observam-se diferentes objetivos, que incluem a questão da valorização cultural, mas também a geração de recursos econômicos e a possibilidade de uma mobilização, a partir da ampla divulgação, em prol da salvaguarda desses saberes-fazeres (GIMENES-MINASSE, 2015, p. 177-178).

Quanto à valorização das práticas alimentares como atrativo turístico, para a autora, o termo prato típico ou comida típica designa uma iguaria tradicionalmente preparada e degustada em uma região, estando associada à história e ao patrimônio cultural do grupo, “por reforçar a identidade de uma localidade e de seu povo, fato que ganha importância dentro do contexto turístico” (GIMENES-MINASSE, [2013]; 2015, p. 183). Na práticas regionais de alimentação, ou, em outras palavras, o que se come e como se come, coexistem padrões *tradicionais* que atravessam os tempos com pouca modificação, e dito com certo prazer como *original*, e o que é introduzido como inovação identificado como padrões *modernos*. Neste aspecto, a atividade turística pode contribuir tanto para a valorização das práticas tradicionais,

como elementos de distinção na cozinha regional. Isso significa não apenas a transformação de uma tradição alimentar em atrativo, mas segundo a autora citada, também um novo arranjo dos hábitos alimentares locais, diante da presença do “*outro*”.

Essas alterações interferem no preparo dos pratos (tipos de panelas, ingredientes, cozimento etc.), na forma de servir à mesa (utensílios) e no valor comercial dos produtos (adotados como *souvenir*) – a exemplo do açaí, que passa a ser vendido e consumido no Brasil e no exterior como símbolo da região, principalmente do Pará. Como efeito, tem-se o aumento no preço do produto, a ampliação dos pontos de venda e uma “estetização (no sentido de deixá-lo mais apresentável ou mais relacionado à localidade de origem)” (GIMENES-MINASSE, [2013]; 2015, p. 189).

A interpretação desses processos, a partir da teoria de campo de Bourdieu (2004), nos mostra que o campo é sempre um espaço social de disputa entre agentes pela dominação dos sentidos. Portanto, o campo da alimentação tem suas mudanças em função da dinâmica de agentes a cujos projetos e crenças são atribuídos sentidos diferentes. Manter ou alterar o tradicional e o moderno, e as agências que são acionadas, tem a ver com as tensões em um campo que, no momento, começa a ter novos interesses em jogo, seja pela área do turismo, seja pela concepção do planejamento urbano demarcado pelo pensamento único de cidade global, e de mercado. Portanto, produzir rupturas para esclarecer os processos de dominação e seus efeitos sobre a dinâmica alimentar e os fundamentos de sua integração com os conhecimentos coletivos sobre a biodiversidade nos parece essencial. Este é o sentido dado por Bourdieu (2004) ao escrever:

Uma das virtudes da teoria do campo é que ela permite romper com o conhecimento primeiro, necessariamente parcial e arbitrário – cada um vê o campo com uma certa lucidez, mas a partir de um ponto de vista dentro do campo, que ele próprio não vê –, e romper com as teorias semi-eruditas que só contêm, em estado explícito, um dos pontos de vista do campo (BOURDIEU, 2004, p. 43).

A cultura alimentar tradicional e singular, de uma região dada, justamente pela sua especificidade, bem como os símbolos e as imagens da cultura material local, são os primeiros pontos a serem objetos de desejo e apropriados, transformados e adaptados para uso privado do mercado. O conflito, como mostra Bourdieu (2002) está aí, nos processos de dominação que se instauram. No caso, especificamente, se trata de conflitos e de tensões entre bens e saberes comuns, coletivos, difusos, e a lógica da apropriação privado das práticas culturais alimentares, ou seja, do que se come e como se come, e das imagens a elas referidas - o gosto, o sabor, a qualidade de ser exótico, os atributos, o imaginário -, tudo isso entra para gerar efeitos e eficácia de lucro e de acumulação, pela lógica do mercado sempre ávido na apropriação do "outro".

O campo da cultura alimentar carrega essas tensões, e a literatura produzida sobre esse processos deve também ser objeto de observação. Essa é a perspectiva considerada na pesquisa sobre as dimensões sociais que permeiam o campo da gastronomia, na atualidade, sobretudo as práticas alimentares, as formas de consumo e comercialização de produtos regionais. Neste sentido, Proença (2015, p. 44) chama a atenção que “a busca de aproximação aos alimentos vem de iniciativas diversas de valorização de produtos locais e regionais ou oriundos de pequenos agricultores. Muitas vezes movidos por preocupações de sustentabilidade”, contrapondo-se à modernização e globalização da agricultura. Segundo Preiss e Marques (2015), apesar do crescimento da produção de alimentos nos últimos 20 anos,

esse modelo de agricultura gerou uma série de impactos sociais e ambientais, tais como: o aumento do desemprego e da desigualdade social, a desvalorização cultural das populações do campo, uma intensa migração para a cidade, a deterioração ambiental e a escassez de recursos (PREISS; MARQUES, 2015, p. 270).

Os hábitos alimentares são definidos pelas condições de obtenção ou consumo de alimentos a partir dos recursos naturais e da biodiversidade, de acordo com os modos de vida e as tradições culturais de diferentes grupos sociais, atribuindo múltiplos significados à alimentação em uma determinada sociedade. Na análise de Almeida, Gutierrez e Vilarta (2009):

Trata-se, portanto, de considerar todos os determinantes do consumo alimentar, a partir das relações estabelecidas entre os diferentes agentes sociais participantes da cadeia alimentar: produtores, distribuidores e consumidores. Dessa forma, as especificidades locais, inclusive culturais, também seriam levadas em conta no estudo dessas relações e na definição de estratégias no campo da alimentação (ALMEIDA; GUTIERREZ; VILARTA, 2009, p. 82).

Nesta temática, vislumbra-se a abordagem da questão alimentar como expressão da identidade e da biodiversidade regional, enquanto elemento dinamizador das interações sociais e das cadeias produtivas e comerciais no âmbito local, visando aprofundar os estudos sobre a cultura alimentar e a diversidade gastronômica no Brasil, tendo em vista a demanda crescente de pesquisas sobre o campo da alimentação em diversas áreas do conhecimento, sobretudo nas ciências sociais. Segundo Cassol e Schneider (2015):

No caso brasileiro, pouca atenção tem sido despendida à questão da alimentação e, menos ainda, do consumo de alimentos em uma perspectiva sociológica. O debate sobre a alimentação e suas distintas formas de organização tem se restringido ao papel desempenhado pelo assim chamado agronegócio e um pouco pela análise de (novas) experiências que aproximam produtores e consumidores. [...] Este é o caso, por exemplo, das tradicionais feiras livres da região Nordeste [...] assim como das recentes políticas públicas que vêm sendo implantadas no país (Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE), as quais são exemplos de formas diversificadas de mercados e organização alimentar, em que produtores e consumidores interagem (CASSOL; SCHNEIDER, 2015, p. 144).

No âmbito desta pesquisa, considera-se que as dimensões sociais da cultura alimentar evidenciam-se, notadamente, nos mercados (de carne e de peixe) e na feira livre do Complexo Ver-o-Peso, que reflete as singularidades de um campo específico, em que agentes ocupam posições distintas e agem no sentido modificar ou resistir às forças internas do campo, conforme os seus interesses individuais ou coletivos (BOURDIEU, 2002).

CONCLUSÕES

O estudo sobre a cultura alimentar suscita a articulação das matrizes históricas, naturais, econômicas, políticas e culturais que imprimem traços de tradição e modernidade à gastronomia a problematização enquanto fenômeno social, busca representações sociais e simbólicas.

Como procuramos demonstrar, a abordagem sobre a cultura alimentar visou dimensionar e/ou evidenciar subjetividades das representações sociais e simbólicas dos alimentos regionais, que engendram as relações socioeconômicas em torno das práticas alimentares e sociobiodiversidade que determinam as especificidades da gastronomia regional no contexto da globalização do mercado gastronômico. A complexidade do tema pressupõe a fundamentação das ciências sociais e análise à luz da sociologia da alimentação, estendendo-se a outros campos do conhecimento numa abordagem multidisciplinar.

Muito além de uma atitude biológica, a alimentação assume também um comportamento cultural. Biológica, por uma questão de sobrevivência, sendo um fator insubstituível para a manutenção da vida e condição *sine qua non* para todos os seres humanos. Relaciona-se diretamente à vitalidade do indivíduo, à necessidade fisiológica de ingerir nutrientes capazes de manter o corpo em funcionamento, sendo, sob esse aspecto, um comportamento relativo à natureza humana.

Em consonância com os objetivos do estudo de dimensionar a projeção socioeconômica dos produtos da sociobiodiversidade no mercado local, com a inserção nas dinâmicas comerciais no ambiente urbano – como espaço de reprodução do capital – os produtos configuram-se como bens de consumo e de troca, cujo valor comercial assegura composição da renda de talhadores rurais e urbanos. Por outro lado, podem se converter em objeto de disputa entre grupos econômicos, de acordo com a demanda de produtos regionais no mercado gastronômico em escala nacional e global, podendo evidenciar os impactos e tensões sociais diante das perspectivas de mudança nas dinâmicas do mercado local, com novas formas de consumo e comercialização impostas pela lógica do capital.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. A. B.; GUTIERREZ, G.; VILARTA, R. Comentários Sociológicos da Cultura Alimentar. In: MENDES, R. T.; VILARTA, R.; GUTIERREZ, G. L. (Org.). *Qualidade de Vida e Cultura Alimentar*. Campinas: IPES, 2009, v. 1, p. 59-68.
- BOURDIEU, P. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: UNESP, 2004. 86 p.
- BOURDIEU, P. A escola conservadora: As desigualdades frente à escola e à cultura (Gouveia, A. J., Trad.). In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (Org.). *Escritos e Educação*. Petrópolis, RJ: Vozes. 2002.
- CANESQUI, A. M. Antropologia e alimentação. *Revista de Saúde Pública*, S. Paulo, v. 22, p. 207-216, 1988.
- CASTRO, E. Urbanização, pluralidade e singularidades das cidades amazônicas. In: CASTRO, E. (Org.). *Cidades da Floresta*. 1ed. São Paulo: Annablume, 2009, v. 1, p. 13-39.
- CASTRO, E.; SANTOS, M. A. Belém de água e portos: ação do estado e modernização na superfície. In: CASTRO, E. (Org.). *Belém de águas e ilhas*. Belém. Cejup, 2006.
- CASSOL, A.; SCHNEIDER, S. Produção e consumo de alimentos: novas redes e atores. *Lua Nova*, São Paulo, 95: 143-177, 2015.
- CONTRERAS, J.; GRACIA, M. *Alimentação, sociedade e cultura*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2011. 496 p.
- CORÇÃO, M. *Bar Palácio: uma história de comida e sociabilidade em Curitiba*. Curitiba: Máquina de Escrever, 2012. CORÇÃO (2012).
- FAURE, J-F, PROST, T., CASTRO, E. Avaliação multitemporal da expansão urbana e de seus efeitos na Área Metropolitana de Belém e Região das Ilhas. In: CASTRO, E. (Org.). *Belém de águas e ilhas*. Belém, Cejup, 2006.
- GARCIA, R. W. D. Representações sociais da comida no meio urbano: algumas considerações para o estudo dos aspectos simbólicos da alimentação. *Cadernos de Debate*, Campinas, v. 2, p. 12-40, 1994.
- GARINE, I. Alimentación, cultura y sociedad. *El Correo UNESCO*; 40(5):4-7, 1987.
- GIMENES-MINASSE, M. H. S. G. Para turista ver (e provar): dos usos do patrimônio gastronômico no contexto do turismo. *Tessituras*, Pelotas, v. 3, n. 2, p. 175-194, jul./dez. 2015.

LEITÃO, W. M. (Org.). *Ver-o-Peso*. Estudos antropológicos no mercado de Belém. Belém: NAEA, 2010.

LEONARDO, M. Antropologia da alimentação. *Revista Antropos*, v. 3, n. 2, p. 1-6, dez., 2009.

LIMA, R. de S.; FERREIRA NETO, J. A.; FARIAS, R. de C. P. Alimentação, comida e cultura: o exercício da comensalidade. *Demetra*, v. 10, n. 3, p. 507-522, 2015. DOI: 10.12957/demetra.2015.16072.

MEGAM - Relatório de Pesquisa do Projeto MEGAM (Mudanças no Estuário Amazônico e Gerenciamento Ambiental/NAEA/UFPA/MPEG/FINEP/CNPq./F. FORD). Belém, NAEA, 2006.

MONTANARI, M. *Comida como cultura*. São Paulo: Senac, 2008. 207 p.

MOREIRA, S. A. Alimentação e comensalidade: aspectos históricos e antropológicos. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 62, n. 4, p. 23-26, oct. 2010.

NUNES, B. F. Interface entre urbano e o rural na Amazônia brasileira. In: CASTRO, E. (Org.). *Cidades na Floresta*. São Paulo: Annablume, 2008.

POULAIN, J. P. *Sociologias da alimentação: os comedores e o espaço social alimentar trad.* de Rossana Pacheco da Costa Proença, Carmen Sílvia Rial e Jaimir Conte. 2. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2013.

PREISS, P. V.; MARQUES, F. C. Tendências no movimento de re-localização alimentar brasileiro: uma análise de Iniciativas Colaborativas de Compras. *Tessituras*, Pelotas, v. 3, n. 2, p. 269-300, jul./dez. 2015.

PROENÇA, R. P. da C. Alimentação e globalização: algumas reflexões. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 67, n.2, p. 43-47, abr./jun. 2015.

SANTOS, C. A. A. Comida como Lugar de história: dimensões do gosto. *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 54, p. 103-124, jan./jun. 2011.

SILVA, I. S. *Trabalho e sociobiodiversidade: interações rural-urbano na orla de Belém do Pará*. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais). Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

SILVA, I. S.; CASTRO, E. M. R. Fluxos comerciais de produtos regionais e trabalho em feiras, mercados e portos de Belém. In: RODRIGUES, C. I.; SILVA, L. de J. D.; MARTINS, R. F. (Org.). *Mercados Populares em Belém: Produção de sociabilidades e identidades em espaço urbano*. 1ed. Belém: NAEA/UFPA, 2014, v. 1, p. 181-211.

SILVA, I. S.; CASTRO, E. Interações rural-urbano: a sociobiodiversidade e o trabalho em portos, feiras e mercados de Belém, Pará. *Novos Cadernos NAEA*, Belém, v. 16, n. 1, p. 109-126, jun. 2013. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/1453/1852>>. Acesso em: 15 dez. 2016. <<http://dx.doi.org/10.5801/ncn.v16i1.1453>>.

VASCONCELOS, F. de A. G. de. Culinária regional, nacional ou global: uma revisão narrativa do manifesto regionalista de 1926 escrito por Gilberto Freyre. *Demetra*, v. 11, n. 1, p. 3-26, 2016. DOI: 10.12957/demetra.2016.15053

WOORTMANN, E. F. Padrões tradicionais e modernização: comida e trabalho entre camponeses teutobrasileiros. In: MENASCHE, R. (Org.). *A agricultura familiar à mesa: saberes e práticas da alimentação no Vale do Taquari*. Porto Alegre: UFRGS, 2007. 198 p.

WOORTMANN, K. *A comida, a família e a construção de gênero*. Brasília: UNB; 1985. 43 p. Série Antropologia.

ZUIN, L. F. S.; ZUIN, P. B. Alimentação é cultura: aspectos históricos e culturais que envolvem a alimentação e o ato de se alimentar. *Nutrire Rev. Soc. Bras. Alim. Nutr. J. Brazilian Soc. Food Nutr.*, São Paulo, v. 34, n. 1, p. 225-241, abr. 2009.

A FINANCEIRIZAÇÃO DA CIDADE E O MERCADO IMOBILIÁRIO COMO ESPAÇOS DE REPRODUÇÃO E ACUMULAÇÃO DO CAPITAL

Welson de Sousa Cardoso¹

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é um recorte de uma pesquisa mais ampla sobre o mercado imobiliário e a verticalização como expressão da segregação socioespacial em Belém desenvolvida no âmbito do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Território e Trabalho na Amazônia (GETTAM) do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU) do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA/UFPA), cujo principal produto será uma tese de doutorado a ser defendida no referido programa.

Este artigo tem por objetivo fazer uma abordagem teórica sobre a consolidação do capital financeiro no processo de formação da cidade, para tanto irá tangenciar as principais perspectivas teóricas defendidas por Chesnais (1996) e Harvey (2011) inerentes à mundialização do capital, cujos efeitos ampliaram-se, na atualidade, subsequente ao fortalecimento do mercado de capitais, à criação de um sistema financeiro globalizado de produção do espaço construído, com destaque especial para a financeirização da cidade com clara tendência de consolidação da financeirização da habitação, esta última ao ser promovida ao *status* de mercadoria, é forçada a submeter-se as regras impostas pelos interesses do capital imobiliário, o que ocorre, principalmente, no âmbito das metrópoles com é o caso de Belém, capital do estado do Pará.

A contribuição de outros autores está inserida ao longo desta seção, tais como Rolnik (2015), Trindade Jr. (2000) e Royer (2009), entre outros aqui

¹ Estatístico. Especialista em Estatística pela Universidade Federal do Pará em Cooperação Interinstitucional com a Universidade de São Paulo. Mestre em Serviço Social pelo PPG em Serviço Social/ICSA/UFPA. Doutor em Ciências Socioambientais pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/NAEA/UFPA. Membro do Grupo de Pesquisa GETTAM.

referenciados. Certamente, há uma vasta produção literária que discute a problemática, porém, os limites desse trabalho se impõem.

Porquanto é possível alcançar em suas análises, especificamente, sobre a financeirização, cuja aplicabilidade teórica vem contribuindo na identificação seja no cenário internacional, ou no Brasil, particularmente em Belém, conforme consta em produções acadêmicas arroladas neste texto, nas quais a relação entre as crises cíclicas do capitalismo tidas como intrínsecas e a expansão do capital imobiliário ocupam a centralidade necessária ao fomento do debate com diferentes enfoques.

Cabe esclarecer que, embora muitos outros teóricos tenham se ocupado sobre a financeirização, a escolha pelo construto analítico de ambos reside em diversos argumentos, mas aqui, serão destacados apenas três. Primeiro, ambos tendem a subsidiar a discussão alicerçados na orientação marxista, logo comungam da mesma posição quanto ao papel da luta de classes, do fetichismo sobre a mercadoria - aqui conforme Marx afirma o homem é reificado, transformado em coisa, em mercadoria - pelo domínio das forças produtivas.

Em segundo lugar ambos argumentam de forma reflexiva sobre as categorias de análise, com enfoque especial dada por Harvey (1992) à categoria espaço. Além do que, ambos tecem profundas críticas ao neoliberalismo. Terceiro, acreditam que as transformações societárias deflagradas em decorrência da acumulação financeira, a partir de 1970, se não foram determinantes, em muito estabeleceram as condições em nível macro, seja nos Estados Unidos, na Europa ou na América Latina para desencadear a financeirização.

1 A CIDADE DO CAPITAL: FINANCEIRIZAÇÃO DA CIDADE E O CAPITAL IMOBILIÁRIO

A cidade desde sua constituição está intrinsecamente vinculada à conjuntura estrutural da sociedade capitalista onde os agentes do mercado imobiliário são determinantes na produção e reprodução de uma cidade marcada por fortes indicadores socioespaciais eminentemente segregadores, repercutindo na composição de um quadro de déficit habitacional grave ao

mesmo tempo em que oferta empreendimentos imobiliários de alto padrão destinados a adquirentes abastados inseridos na classe econômica privilegiada.

Nesta cidade do capital, por conta da incipiente ação do Estado em garantir acesso à moradia a estratos da população mais carente, restou aos trabalhadores o recuo em direção às áreas desprovidas de qualquer provisão de serviços urbanos, como os morros no Rio de Janeiro e as “baixadas” em Belém. Assim, a ocupação irregular foi gestada pelo próprio Estado.

Por outro lado, na contramão do déficit habitacional, estratos mais altos da população permanecem atendidos em suas demandas por moradia. Basta observar os empreendimentos imobiliários, em especial, as construções verticalizadas disponíveis nas áreas com maior valor comercial de Belém (bairros do Reduto, Umarizal, Campina, Nazaré e alguns localizados na avenida Augusto Montenegro) (TRINDADE Jr., 2000).

Talvez o contexto que se formou em Belém se aproxime da periferização - dicotomia centro e periferia – realidade recorrente nas metrópoles brasileiras, como bem explicam Santos (2011) e Trindade Jr. (2000). Esta periferização foi historicamente condicionada pela primazia do capital à revelia das necessidades de moradia e das posições ocupadas por diferentes grupos.

Partilhando de semelhante pensamento, Souza (2012), ao tratar dos problemas socioespaciais exponenciados na cidade, expõe preocupação também com o bairrismo, o elitismo e o racismo praticados pelos mais abastados. Desse modo, os espaços seriam então delimitados pelas exclusões e estigmatizações.

Em suas análises alude como subsequente a estes problemas a dificuldade desses grupos em se organizar para enfrentar e produzir os avanços necessários, com a devida apropriação das políticas públicas de habitação, visto se tratar de uma sociedade desigualitária e assimétrica como a brasileira, é preciso considerar que a posição que os diferentes grupos ocupam na esfera da produção se não determina, mas fragmenta ações de superação do problema, dificultando a conquista de um cenário urbano mais justo.

Tendo em vista ainda que embora tenhamos tido avanços com a retomada das políticas públicas de habitação, no Brasil, no âmbito federal, a partir de 2003, com a retomada dos investimentos em programas de habitação dedicados, agora de forma sistemática a estratos sociais diversos, esta retomada ainda carece de abrangência, tanto quanto de efeitos mais significativos.

A gênese da cidade do capital pode ser encontrada tomando como referência a análise teórica de Harvey e Rolnik. A consonância do pensamento entre esses autores apresenta os antecedentes necessários à compreensão sobre o fenômeno da produção da habitação, primeiramente no âmbito internacional, com destaque para a realidade nos Estados Unidos e em alguns países da Europa, isto porque estes lugares foram os epicentros germinadores da imbricada relação entre habitação, agentes de mercado e o Estado, mais tarde, mediatizada pelo ideário neoliberal que culminou em regulações, convenções, arranjos institucionais, privatizações e financeirização.

O capital financeiro há muito deixou de ter velados seus propósitos, mas não se engane quem pensa na exaustão de suas faces. Para isso basta observar de forma mais atenta a relação cambial (SOUZA, 2012) entre ele e o Estado, mesmo em tempos de tão intensa crise do capital.

Ainda mais relevante é esta análise, considerando o lapso histórico, ou seja, não há indícios de que houve simultaneidade entre a crise imobiliária no contexto internacional e a ocorrida no Brasil, em especial Belém, aqui, revestida de particularidades institucionais e mercadológicas próprias, considerando a primazia de instituições conservadoras, gestadas por representantes das elites locais, onde em sua maioria recorrente, a provisão dos serviços públicos arrolados na questão da habitação tende a ser enviesada por outros interesses. Cumpre ressaltar a existência de um inegável e não menos determinante nexo financeiro produzido pelo cenário internacional e a repercussão processada no ambiente local. É a partir dessa perspectiva que este trabalho pauta sua análise.

A provisão da habitação pelo Estado na Europa e na América do Norte, nos séculos XIX e XX, recebeu um impulso ao final da Segunda Guerra Mundial. Na Europa esta provisão integrava a política de bem-estar social, uma vez que os países foram profundamente afetados por cronológicos ataques a mecanismos legais que antes garantiam benefícios sociais vitais, como o acesso à moradia. Rolnik (2015) observa que havia expressivos mecanismos legais de acesso a moradia, ou seja, moradia enquanto direito constituía-se numa das prerrogativas sociais essenciais à manutenção do estado de bem-estar social nos países europeus.

Já nos Estados Unidos o percurso traçado pela financeirização tem na promulgação da Lei Nacional de Habitação de 1934 um marco regulatório da moderna e contraditória política habitacional, que foi bastante perspicaz ao conseguir gerar um exponencial mercado de hipotecas. Em ambos os casos, a perda de benefícios decorrentes de pacotes severos de cortes nos recursos destinados à habitação deram a tônica e introduziram outros agentes do mercado na provisão da habitação. Mais tarde ainda atingindo pelas restrições impostas pelo neoliberalismo. Entendemos que,

a redução drástica de recursos e programas de moradia social estaria supostamente alicerçada em dois pressupostos neoliberais: a necessidade de redução do gasto público e a retirada do Estado de áreas em que o mercado pode atuar (ROLNIK, 2015, p. 68).

Ainda em Rolnik (2015), temos um alerta que permite não nos desviarmos da lógica oculta neoliberal, haja vista que o Estado não se retirou por completo, longe disso, direcionou seu orçamento para atender à demanda das classes mais privilegiadas economicamente, cabe ressaltar responsáveis por monopolizar as grandes empresas construtoras, cujas atribuições não mais se restringem a construção dos empreendimentos em si, em vez dessa restrição, elas também dominam a comercialização - agentes do mercado imobiliário, muitas delas tornando-se incorporadoras.

No âmbito político os governos de Ronald Reagan e Margaret Thatcher empreenderam todo o seu artefato ideológico como poderio bélico para garantir o ideário neoliberal, segundo afirma Harvey o próprio Alan Budd, conselheiro-chefe econômico de Thatcher, teria admitido que “as políticas dos anos 1980 de ataque à inflação com o arrocho da economia e gastos públicos foram um disfarce para esmagar (grifo nosso) os trabalhadores” (HARVEY, 2011, p. 21).

Decorrentes desse ataque à política de habitação sofreu desregulações legais entre as quais a Lei da Moradia, de 1980, que nada mais era do que a indução à compra. “O crédito para a compra da casa própria tornou-se a principal ferramenta de política habitacional, o que conectou, cada vez mais, a moradia aos setores financeiros” (ROLNIK, 2015, p. 46).

Historicamente, a partir de 1970 se deve ter em conta que foram processadas intensas transformações na sociedade, onde o padrão societário estrutural deflagrado foi impactado pela ampliação da circulação do capital, do meio técnico informacional e sua realização no tempo e no espaço (SANTOS, 2005). Tais transformações incidiram diretamente sobre a habitação. Como será visto a seguir, esta abordagem reivindica a intrínseca relação entre as crises do capital e a financeirização da cidade apontando a expansão dos empreendimentos imobiliários, em especial, as chamadas “torres” como o exemplo de processos específicos de verticalização em curso em Belém.

As transformações do padrão de acumulação capitalista iniciado a partir dos anos 1970 continuam na atualidade impondo e aprofundando, principalmente nos países de economia periférica, mazelas sociais decorrentes da expansão material do sistema capitalista que nesta nova fase como assevera David Harvey (2009, p. 120), no novo regime de acumulação há uma predominância dos processos de acumulação por espoliação sobre a acumulação via reprodução ampliada do capital, quando afirma que elementos do que Karl Marx denominou de acumulação primitiva ainda persistem até hoje, pois,

todas as características da acumulação primitiva que Marx menciona permanecem fortemente presentes na geografia histórica do capitalismo até os nossos dias. A expulsão das populações camponesas e a formação de um proletariado sem-terra, tem se acelerado em países como o México e a Índia nas três últimas décadas; muitos recursos antes partilhados como a água, tem sido privatizados (com frequência por insistência do Banco Mundial) e inseridos na lógica capitalista da acumulação; formas alternativas (autóctones e mesmo, no caso dos Estados Unidos, mercadorias de fabricação caseira) de produção e consumo têm sido suprimidas. Indústrias nacionais tem sido privatizadas. O agronegócio substituiu a agropecuária familiar, e a escravidão não desapareceu (particularmente no comércio sexual) (HARVEY, 2009, p. 120).

A sobreacumulação é a categoria que sintetiza a tendência do capitalismo de gerar excedentes de capital e de força de trabalho combinado com a queda da taxa de lucro. Para a superação desta crise, o autor afirma que a solução encontrada pelo capital foi o ajustamento espaço-territorial, isto é, a expansão geográfica e a reorganização espacial do capital com ajustes temporais, uma

vez que a expansão geográfica requer, em grande medida, investimentos de longo prazo em infraestruturas físicas e sociais como rede de transportes, comunicações, educação e pesquisa, cujo valor leva muitos anos para se realizar por meio da atividade produtiva (HARVEY, 2009).

Neste sentido, a partir da década de 1970, com a crise deste período, ocorrem grandes transformações no sistema capitalista, iniciando a expansão financeira do sistema mundial, o Estado transfere para o mercado a sustentação financeira das políticas de bem-estar social para atendimento às demandas da classe trabalhadora (ROYER, 2009), o neoliberalismo na década de 1980 se efetiva nos países desenvolvidos, o capital busca novos espaços para sua reprodução e maximização de seu lucro, encontrando ambiente propício nos países do terceiro mundo, subdesenvolvidos ou em desenvolvimento.

2 A CIDADE FINANCEIRIZADA E A PRODUÇÃO DA SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL

Na periferia do sistema mundial, observadas as peculiaridades do capitalismo tardio e as dificuldades de formatação de um estado de bem-estar autossuficiente fora do centro do sistema, tal inflexão faz-se sentir de maneira bastante profunda no Brasil, onde as instituições que moldam a política habitacional refletem com muita consistência o padrão de modernização conservadora trilhado pelo país desde 1964. A crise de financiamento do Estado serviu de pretexto para conter as aspirações transformadoras embutidas na efetivação dos direitos sociais, especialmente no âmbito da Assembleia Nacional Constituinte, reduzindo o projeto nacional de desenvolvimento ao aperfeiçoamento das instituições de mercado e a inclusão seletiva de cidadãos no sistema de crédito direcionado (ROYER, 2009, p. 14).

Assim, o capital buscou durante toda década de 1980 preparar o ambiente regulatório nos estados da periferia econômica, com vistas à maximização do lucro, que alcança o cume da escalada com o Consenso de Washington, em 1989, quando os pressupostos do neoliberalismo chegam aos países de economia periférica.

A década de 1980 certamente, na abordagem de alguns autores, deveria sofrer uma verdadeira exorcização, considerando que a crise alinhavada ainda nos anos de 1970, irradiava em todos os segmentos da sociedade seus nefastos efeitos. Subjacente à crise, as agências de financiamento internacional, como o FMI, empreenderam um severo pacote de ajustes estruturais sob as economias periféricas, e na prática, a habitação foi duramente atingida,

em vários países do hemisfério sul, essas políticas interagiram fortemente com o padrão “tradicional” de provisão de habitação para os pobres – os assentamentos autoconstruídos - aprofundando e transformando as condições de pobreza e exclusão (ROLNIK, 2015, p.158).

A natureza ortodoxa desse ideário criou, induziu e legitimou as condições ideais aos ajustes exigidos para a sobrevivência do capitalismo, inaugurando um novo ciclo. Ante os desdobramentos neoliberais, os problemas derivados do enfraquecimento dos sindicatos, da fragmentação da classe trabalhadora e do empobrecimento dos movimentos sociais, logo o ataque a classe trabalhadora foi ancorado no perverso delinear do capitalismo. Somam-se ao déficit habitacional que assola esses trabalhadores. A segregação residencial está portanto diretamente vinculada às manifestações mais gerais decretadas pelo capital. Consequentemente, se confirma o que Rolnik (2015) substancia em suas análises, ou seja, os efeitos da financeirização.

Como uma das muitas consequências, “a contrarrevolução neoliberal que então ocorreu não só veio para quebrar o poder do trabalho, mas também, para estabelecer as leis coercitivas da concorrência como “executoras” das leis de acumulação sem fim do capitalismo” (HARVEY, 2011, p. 96). Em outras palavras, o capital monopolista não pode ser suposto como coadjuvante, mas sim inseparável ao desenvolvimento da economia capitalista, porquanto as sociedades de economia periférica, num imbricado processo contraditório de uma suposta industrialização, foram imputadas à subserviência econômica, política e social, agudizado por ainda ter seu potencial de matérias-primas saqueado, isto foi uma situação recorrente na Região Amazônica, em especial no estado do Pará.

A formação desse sistema conformou, induziu, manipulou e subjugou os processos históricos desencadeados sobre os estados que formam a Amazônia

ainda no seu período de colônia, vista apenas como uma região com recursos a serem cooptados para atender às necessidades históricas da acumulação capitalista (CASTRO, 2001). Forjando, nos dias atuais, rebatimentos da crise capitalista contemporânea sobre a constituição histórica e social de um déficit habitacional, cujos elementos estruturais particularizam a questão urbana em Belém de forma única.

Segundo David Harvey, a principal realização do neoliberalismo nos últimos trinta anos foi a redistribuição da riqueza e da renda para os grupos de alta classe capitalista, processo que o autor denominou de acumulação por espoliação.

Amparados em Rolnik (2015), podemos entender como o neoliberalismo incidiu perversamente sobre a morfologia da cidade, usando pretensamente o Estado para alavancar o que a autora chamou de “empreendedorismo municipal” uma tentativa de contra-atacar os ajustes impostos à esfera local decorrentes da reestruturação produtiva, que significou para a habitação um lastro,

De um lado, as cidades foram envolvidas por um ambiente geoeconômico marcado por caos monetário, movimentos especulativos do capital financeiro, estratégias globais de localização de corporações multinacionais e intensificação da competição entre localidades. Ao mesmo tempo, o retraimento dos regimes de bem-estar e de transferências intergovernamentais impôs limites ao financiamento das políticas urbanas (ROLNIK, 2015, p. 225).

A acumulação por espoliação é a continuidade do processo denominado por Marx como acumulação primitiva de capital, sendo responsável pelo padrão da apropriação da riqueza na fase atual de organização do modo de produção capitalista (ROYER, 2009).

Harvey exemplifica esta fase atual do capitalismo com um conjunto de práticas que compõem um processo que vai metamorfoseando o modo de produção capitalista, quais sejam, a privatização da terra, a conversão de formas estatais e coletivas de propriedade em propriedade privada de ativos (como os recursos naturais), além do uso do sistema de crédito como meio de apropriação privada do excedente econômico (HARVEY, 2005, p. 171).

Neste contexto, a acumulação por espoliação tem estado como um agente ativo na criação das condições históricas para acumulação do capital e apropriação privada do excedente.

Segundo Harvey (2014), a acumulação por espoliação tem quatro características principais: Primeira: privatização e mercadificação são características emblemáticas do neoliberalismo e da acumulação por espoliação, pois se trata da privatização de ativos até então públicos, cujo objetivo é abrir à acumulação a setores antes não incluídos no horizonte do lucro capitalista. A segunda característica é a “financiarização por financiarização”. Harvey (2014) comenta sobre a forte onda instaurada a partir da década de 1980 que tem como marca um estilo especulativo e predatório.

A terceira característica mencionada por Harvey, é a administração e manipulação de crises. O autor considera que, para além das bolhas especulativas que caracterizam em grande medida a manipulação neoliberal, existe um processo que exige lançar a “rede da dívida” como recurso primordial da acumulação por espoliação, conduzida pelo tesouro dos Estados Unidos-Wall Street-FMI,

A criação, a administração e a manipulação de crises no cenário mundial evoluíram para uma sofisticada arte de redistribuição deliberada de riquezas de países pobres para países ricos. [...] Crises da dívida em países isolados, incomuns na década de 1960, tornaram-se frequentes nas de 1980 e 1990. Raríssimos foram os países não atingidos, e em alguns casos, como na América Latina, as crises assumiram um caráter endêmico. Trata-se de crises orquestradas, administradas e controladas tanto para racionalizar o sistema como para redistribuir ativos, calcula-se que, a partir de 1980, mais de 50 Planos Marshall (mais de 4,6 trilhões de dólares) foram remetidos pelos povos da periferia aos seus credores do centro (HARVEY, 2014, p. 174-175).

Na quarta característica, redistribuições via Estado, finalmente Harvey aponta o Estado como principal agente fomentador do neoliberalismo, por meio de políticas redistributivas, revertendo o fluxo que vai das classes altas para as baixas (fluxo típico das economias de bem-estar social). Harvey aponta o Estado neoliberal como,

Ele o faz antes de tudo promovendo esquemas de privatização e cortes de gastos públicos que sustentam o salário social. Mesmo quando a privatização parece favorável às classes baixas, seus efeitos de longo prazo podem ser negativos. Por exemplo, numa primeira impressão, o programa thatcheriano de privatização da habitação social na Inglaterra pareceu uma bênção para as classes sociais baixas, cujos os membros poderiam a partir de então passar do aluguel à casa própria a custos relativamente baixos, obter o controle de um valioso ativo e aumentar sua riqueza. Mas uma vez feita a transferência, a especulação com moradias assumiu o controle, particularmente em áreas nobres, acabando por expulsar as populações de baixa renda, via propina ou pela força, para periferia das cidades como Londres, transformando propriedades antes destinadas à moradia da classe trabalhadora em centros de intensa “gentrificação”. A perda de residências financeiramente acessíveis em áreas centrais produziu certo contingente de sem-teto e longas horas de deslocamentos para pessoas cujos empregos pagavam baixos salários (HARVEY, 2014, p. 176-177).

Situação idêntica é observada nos grandes centros urbanos do Brasil, bem como no caso de Belém, uma metrópole que vem passando por grandes transformações, especialmente a partir da década de 1980, quando a cidade passou a sofrer profundas alterações na sua estrutura urbanística, paisagística, econômica e social, a partir do planejamento estratégico que visava transformá-la em cidade competitiva para o mercado imobiliário.

Planejamento esse pautado na consecução de grandes projetos de renovação urbana que têm como objetivo lançar um conceito de cidade privilegiada e dotada de infraestrutura. Contudo, os que realmente são beneficiados por este novo padrão de cidade, são os que antes habitavam nas áreas centrais e com infraestrutura da cidade que com o processo de gentrificação, executado na antiga área degradada, ocupam estes novos espaços, que ao fim e ao cabo, foram moldados para esta classe social. Na realidade de Belém, a assertiva teórica que fundamenta este trabalho se evidencia, pois,

em tempos de capitalismo financeirizado, em que a extração de renda sobrepõe-se ao mais-valor do capital produtivo, terras urbanas e rurais tornaram-se ativos altamente disputados. Isso tem produzido

consequências dramáticas, especialmente – mas não exclusivamente - nas economias emergentes. As dinâmicas que acompanham a liberalização dos mercados de terras estão aumentando a pressão do mercado sobre os territórios controlados por comunidades de baixa renda. Isso ocorre num contexto global em que a terra urbanizada não está disponível para os grupos mais pobres. Comunidades ficam, então, sob a constante ameaça de espoliação de seus ativos territoriais (ROLNIK, 2015, p. 152).

Um exemplo disso é o projeto Programa de Macrodrenagem da Bacia da Estrada Nova (PROMABEN), que tem como objetivo reestruturar a bacia da Estrada Nova, com drenagem, infraestrutura viária e sanitária, com vistas à assegurar a sustentabilidade social dos bairros que compõem a Estrada Nova: Cidade Velha, Condor, Cremação, Jurunas e Guamá. Assim, o projeto buscava imprimir o embelezamento das áreas de baixada a custo da realocação da população para outras áreas bem mais distantes que as áreas revitalizadas pelo PROMABEN.

Segundo Cruz (2012), observa-se que outra grande dificuldade encontrada é o modo de deslocamento compulsório da população dos bairros que compõem a bacia hidrográfica no qual o projeto intervém em que os conjuntos habitacionais não são planejados segundo as necessidades da população, sendo estas remanejadas mesmo antes dos conjuntos habitacionais terem suas obras concluídas. De acordo com Ultramari (2006), os projetos causam impactos relevantes, contudo as intervenções são meramente pontuais e o grande objetivo é revitalizar as áreas para fins turísticos projetando uma imagem ao sabor do mercado e do consumo (ULTRAMARI, 2006, p. 13).

Neste sentido, os grandes projetos de renovação urbanística que têm como mote a solução de problemas de infraestrutura urbana localizadas em áreas precárias onde vivem grandes parcelas das populações empobrecidas, têm na realidade como objetivo final transformar esses espaços reconfigurados em lugares propícios à expansão do capital via mercado imobiliário. Assim, por dentro destes projetos, ou paralelos a estes, se instala um sistema de financiamento habitacional que não se constitui como um sistema de promoção de direitos sociais, mas que “reduz o direito à moradia ao acesso privado a

uma mercadoria livremente negociada no mercado”. Expressando a tendência à mercadificação do regime de acumulação observado nos últimos quarenta anos tendo o mercado como protagonista na promoção das políticas do setor (ROYER, 2009, p. 25).

CONCLUSÃO

A redução do direito à moradia à simples garantia do acesso privado a uma mercadoria faz do crédito o principal instrumento na execução das políticas habitacionais, circunscrevendo a questão política à definição dos limites do subsídio estatal aos financiamentos tomados pelos mutuários. O cidadão beneficiário de um direito transforma-se em um cliente do sistema bancário, incluído ou excluído das modalidades de financiamento. O risco financiamento, as garantias pessoais e reais oferecidas, o nome limpo na praça viram um problema de quem demanda a mercadoria (ROYER, 2009, p. 25).

Outra marca da acumulação por espoliação apontada por Royer (2009), se materializa no que a autora classifica como “nova arquitetura do financiamento da habitação” referindo-se exatamente ao que Harvey chama de financeirização.

Assim, é possível observar que na arquitetura dos novos modelos de financiamento da habitação a quarta característica da acumulação por espoliação apontada por Harvey – a redistribuição via Estado, porquanto o modelo de financiamento que tem por lastro a captação de recursos pelos mercados de capitais seja nos mercados primários ou secundários não prescinde do fundo público como afirma a autora em comentário,

Praticamente não há experiência no mundo, em especial na periferia do capitalismo, de uma captação de recursos que não tenha contado com o apoio dos fundos estatais, seja pelo aporte direto de recursos orçamentários, seja pela concessão de garantias, seja pela concessão de isenções e vantagens tributárias que garantem a competitividade aos fundos de investimentos. O próprio Banco Mundial, sempre um militante do protagonismo do mercado, é um defensor da participação ativa do Estado na criação das condições efetivas para o desenvolvimento do financiamento imobiliário (p. 26-27).

Neste contexto, os sistemas de crédito capitaneado pelo mercado, em certa medida, apresentam uma dependência do Estado para estimular a acumulação de capital, contribuindo para apropriação privada da riqueza e da renda pelos agentes econômicos desses sistemas como assevera Harvey quando argumenta a quarta característica da acumulação por espoliação, a redistribuição via Estado, de modo que a política habitacional, constitui-se em materialidade da acumulação por espoliação, uma vez que não se constitui somente da efetividade social da produção moradias, mas por possibilitar que os agentes privados envolvidos sejam os grandes beneficiários e o processo de acumulação de capital se reproduza em plenitude.

Não há pretensão em esgotar, após os argumentos acima, os antecedentes estruturais do processo de financeirização, até mesmo pelo seu caráter mais abrangente, mas simplesmente com base nos conceitos apresentados trazer alguns elementos para reflexão sobre a financeirização da cidade.

REFERÊNCIAS

CASTRO, Edna Ramos de, Estado e Políticas Públicas na Amazônia em Face da Globalização e da Integração de Mercados In: COELHO, Maria Célia (Org.). *Estado e Políticas Públicas na Amazônia. Gestão do Desenvolvimento Regional*. Belém: Cejup, 2001.

CHENAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

CRUZ, Sandra Helena Ribeiro. *Grandes projetos urbanos, segregação social e condições de moradia em Belém e Manaus*. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da UFPA, Belém, 2012.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1993.

_____. *O enigma do capital: e as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. *O neoliberalismo: histórias e implicações*. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

ROLNIK, Raquel. *O que é cidade*. São Paulo: Coleção Primeiros Passos, 1995.

_____. *Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. São Paulo: Boitempo, 2015.

ROYER, Luciana de Oliveira. *Financeirização da política habitacional: limites e perspectivas. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.*

SANTOS, Milton. *A Urbanização Brasileira*. 5. ed. São Paulo: EDUSP, 2005.

_____. *Economia espacial: críticas e alternativas*. São Paulo: EDUSP, 2011.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *O Desafio metropolitano: um estudo sobre a Problemática Socioespacial nas Metrôpoles*. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

TRINDADE Jr., Saint-Clair Cordeiro da. A natureza da urbanização na Amazônia e sua expressão metropolitana. *Geografares*, Vitória, v. 1, n. 1, jun/2000.

DESAFIOS DOS GOVERNOS SUBNACIONAIS AMAZÔNICOS NA GOVERNANÇA DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS: EXPERIÊNCIAS DO PARÁ, DO ACRE E DO AMAZONAS¹

Alberto Teixeira da Silva²

William Monteiro Rocha³

Brenda Thainá Cardoso de Castro⁴

INTRODUÇÃO

As primeiras discussões acerca do meio ambiente internacional foram iniciadas nos países mais desenvolvidos, onde os efeitos negativos da devastação ambiental começaram a serem sentidos primeiro. O dinamismo da Era Industrial introduziu radicais mudanças no meio ambiente e tais transformações implicaram a formação de novos conceitos sobre o ambiente e o seu uso. Carvalho (2003) aponta que “a revolução industrial, que teve início no século XVIII, alicerçou-se, até as primeiras décadas do século XX, nos três fatores básicos de produção: a natureza, o capital e o trabalho.” Porém, desde meados do século XX, um novo, dinâmico e revolucionário fator foi acrescentado: a tecnologia. Esse elemento novo provocou um salto, qualitativo e quantitativo, nos fatores resultantes do processo industrial. Passou-se a

¹ O presente trabalho é resultado de análises dentro do projeto de pesquisa “Geopolítica das Mudanças Climáticas e Políticas Públicas Subnacionais: a atuação dos governos estaduais da Amazônia”, financiado pelo CNPq, no âmbito da Chamada pública MCTI/CNPq nº 14/2013-Universal e desenvolvido na Universidade Federal do Pará (UFPA).

² Graduação em Ciências Sociais. Mestre em Planejamento do Desenvolvimento, pelo NAEA/UFPA. Doutor em Ciências Sociais, pela Universidade Estadual de Campinas/ UNICAMP.

³ Graduação em Relações Internacionais pela Universidade da Amazônia (UNAMA). Mestre em Planejamento do Desenvolvimento Sustentável, pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos NAEA/UFPA. Membro do Grupo de Pesquisa GETTAM.

⁴ Graduação em Relações Internacionais pela Universidade da Amazônia (UNAMA). Mestre em Ciência Política pelo PPGCP/UFPA. Doutoranda do PPG de Sociologia e Antropologia/ IFCH/UFPA.

gerar bens industriais numa quantidade e numa brevidade de tempo antes impensáveis. “Tal circunstância, naturalmente, não se deu sem graves prejuízos à sanidade ambiental” (CARVALHO, 2003, p. 11). Com o suporte da comunidade científica internacional, os países passaram então a direcionar devida atenção às questões ambientais dadas a interconexão de problemas como o efeito estufa, a poluição, a perda da biodiversidade e as mudanças climáticas, que acarretavam dentro e fora das realidades nacionais.

A retomada do crescimento econômico com o final da Segunda Guerra Mundial na esteira da reestruturação do sistema capitalista mundial demandou a exploração de recursos naturais e aproveitamento de fontes energéticas vitais para a expansão do modelo de desenvolvimento ocidental. A emergência de tais problemáticas ambientais motivaram, principalmente, desde a década de 1980, uma crescente e constante preocupação com as florestas tropicais, e a Amazônia brasileira (por sua dimensão continental, rica biodiversidade e importância geopolítica) tornou-se centro das atenções da comunidade internacional, uma vez que a devastação da maior floresta tropical do mundo poderia levar a um desequilíbrio ecológico global (SILVA, 2015).

Sem dúvida, as mudanças climáticas são um dos desafios mais complexos deste jovem século, onde nenhum país está imune, mas tem no enfrentamento de tais desafios o suporte da cooperação internacional. Dito isso, é importante ressaltar que o presente trabalho parte da premissa que as mudanças climáticas são uma realidade que vem impactando a Terra e que cada vez mais se mostram mais drásticas, incisivas e frequentes não apenas em um país ou continente, e sim, no globo como um todo. Logo, negar tal realidade (o ceticismo climático) é adiar e prolongar debates, como o de qualidade de vida e desenvolvimento sustentável, que, principalmente na Amazônia, se tivessem sido melhor realizados décadas atrás, a realidade da região poderia ser diferente em muitos aspectos.

As estratégias de mitigação do clima já são realidade na Amazônia, como objetos de estudo do presente trabalho. No Pará, as ações empreendidas como o “Programa Municípios Verdes”, ICMS Verde, os TAC (termos de ajuste de conduta) em diversos setores entre outros. No Acre, as iniciativas do Programa ISA Carbono e no Amazonas, o Programa Bolsa Floresta. A região

amazônica está sendo fortemente impactada pelos eventos climáticos extremos como secas, queimadas, enchentes, inundações e ondas de calor, afetando o estoque de recursos hídricos e biodiversidade, além dos contínuos problemas relacionados à infraestrutura, saúde pública e mobilidade, causando prejuízos econômicos e riscos a qualidade de vida da população amazônica. Nesse cenário, Nobre (2014, p. 12) alerta que o futuro climático da Amazônia já chegou. Dessa forma, não pensar em formas sustentáveis de desenvolvimento é ir ao encontro do inevitável: as mudanças climáticas. Possivelmente mais severas e mais rápidas.

A construção de pontes de cooperação, entre a mitigação do clima e a sustentabilidade da região, aponta para a formação de agendas de negociação e implementação de acordos, programas e estratégias de conservação e preservação ambiental, todavia os desafios das mudanças climáticas são complexos e multidimensionais, pois implicam necessariamente profundas relações no campo da economia, da sociedade, do desenvolvimento e primordialmente, do meio ambiente. Mas de que forma são estabelecidos, pensados e efetivados tais iniciativas, projetos e políticas? Até que ponto contemplam as reais necessidades da região e consideram as especificidades da mesma? São questionamentos recorrentes nessas agendas de mudanças climáticas na Amazônia, onde muitos são os interesses e atores externos envolvidos. Apontamentos serão discutidos no decorrer do presente trabalho.

1 RISCOS GLOBAIS, MUDANÇAS CLIMÁTICAS E AMAZÔNIA

No cenário da sociedade global de risco (BECK, 2006), o problema das mudanças climáticas representa uma fronteira planetária fundamental para demarcar um espaço seguro da Humanidade (ROCKSTRÖM, 2009). Infelizmente esta fronteira já foi ultrapassada e o que se observa com grande preocupação são consequências desastrosas em termos de destruição ambiental, prejuízos econômicos e perdas humanas, derivados da intensificação de eventos climáticos extremos. Na verdade, “os sinais perturbadores da biosfera devido à ação antrópica são claros e inequívocos, e as sociedades atuais já entraram

num perverso e irreversível ciclo de desequilíbrios e catástrofes” (SILVA; CASTRO; ROCHA, 2016).

As mudanças climáticas e suas respectivas catástrofes ambientais anunciadas preocupam e afetam os países de maneira indiscriminada; não é à toa que as agendas políticas têm priorizado as questões do meio ambiente e que adequar os modelos desenvolvimento aos padrões sustentáveis consiste em um dos maiores desafios governamentais deste século. Mas, quais “modelos”? Qual “desenvolvimento”? E quais “padrões”, as políticas voltadas à sustentabilidade devem almejar?

Tendo em vista tais questionamentos, observa-se que a mitigação das mudanças climáticas e os desafios da sustentabilidade começam muito antes das execuções dos projetos e estão para além do equilíbrio das demandas econômicas, ambientais e sociais. Isso porque toda prática pressupõe teoria, e detrás de toda política pública elaborada e implementada, há um complexo e vasto arranjo de governança. É notório que as mudanças climáticas se tratam de uma temática complexa, cuja minimização dos impactos, de acordo com Motta et al. (2011, p. 180), requer um esforço conjunto global, apesar de não haver consenso sobre como operacionalizá-lo de fato. Os autores associam esse cenário à “tragédia dos comuns”, termo cunhado em 1968 por Garrett Hardin, ao se referir a uma situação em que a falta de cooperação entre ações individuais culmina numa situação desastrosa para a coletividade.

Nesse sentido, as mudanças climáticas - que são resultado do processo cumulativo de gases poluentes causadores do efeito estufa na atmosfera em decorrência do processo acelerado de desenvolvimento, da queima de combustíveis fósseis, e também do desmatamento das florestas, representam bem o conflito envolvendo interesses individuais, o bem comum, e o uso de recursos finitos.

O reconhecimento da necessidade de gerir os recursos naturais de modo sustentável e evitar a degradação ambiental, não é suficiente para que os governos sejam politicamente eficazes na mitigação das mudanças climáticas. Esse fato pode ser analisado tanto na perspectiva de regimes, quanto na perspectiva de políticas públicas¹, isso porque os interesses divergentes irão

sempre influenciar no comportamento dos atores e nas suas decisões entre coordenar, ou não, suas ações.

Tratando-se de uma temática complexa e que exige coalizões globais, nacionais e locais, as mudanças do clima e todas as discussões paralelas adentraram a agenda de governança ambiental global. Todavia, ainda que os efeitos de tais mudanças já sejam sentidos em todo o globo terrestre, as estratégias em nível global não são exitosas e somente casos nacionais e/ou locais é que acabam tendo efetividade na mitigação de tais mudanças. Uma vez que o regime de mudanças climáticas é mais um caso em que a cooperação entre os atores internacionais, se faz urgente para tentar diminuir os efeitos do processo global.

Entende-se que as mudanças climáticas são resultado do processo do acúmulo de gases poluentes causadores do efeito estufa na atmosfera, em decorrência do processo acelerado de desenvolvimento, da queima de combustíveis fósseis e também do desmatamento das florestas. Esses gases podem ficar acumulados na atmosfera por séculos, o que implica uma mudança climática paulatina, conforme já se vivencia e aos poucos fica mais latente.

Buscando cumprir a agenda global ambiental e com base nas informações do IPCC (Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas), órgão da ONU criado em 1988 que fornece informações científicas, técnicas e propõe opções de mitigação e/ou adaptação em relação as mudanças do clima; tal como na realização das COP (Conferência das Partes), é que alguns cientistas e governos vêm trabalhando em mecanismos e estratégia para mitigar os impactos advindos do aquecimento global. Mas como lidar com a complexidade da temática, suas variáveis e principalmente com as interlocuções do meio ambiente com a economia? Pode-se dizer que as mudanças climáticas integram um desafio de “governança multinível” que incluem diretrizes e premissas globais do IPCC, do UNFCCC (Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas), dos Objetivos Globais para o Desenvolvimento Sustentável etc., em contrapartida ao conhecimento, acompanhamento, planejamento e implementação de projetos em nível local, onde se subdividem interesses e agendas de entes

governamentais e privados (como será abordado posteriormente no presente trabalho, evidenciando a dinâmica diferenciada de cada estado).

Mas o que viria ser então governança e como ela se manifestaria nas relações internacionais contemporâneas? O próprio James Rosenau com Ernst-Otto Czempiel, anos depois, cunharam um conceito muito utilizado e que ganhou força na década de 1990, a partir da obra “Governança sem governo”. Para os autores, governança consiste em “um sistema de ordenação que depende de sentidos intersubjetivos, mas também de constituições e estatutos formalmente instituídos” (ROSENAU; CZEMPIEL, 2000, p. 12).

Enquanto sistema de ordenação, é natural que o tal conceito interaja com a noção de ordem e sociedade internacional propostas por Hedley Bull, algo que para Rosenau e Czempiel é uma consequência interativa entre ordem e governança, que se expressa sem hierarquia. De forma mais clara, a governança não se encontra fixada em uma autoridade formal como o governo; esse novo conceito, por sua vez, pressupõe a atuação de distintos centros de autoridade, que para além da incorporação de iniciativas governamentais, possui também mecanismos informais e não governamentais.

É notório e quase consensual que desde as últimas duas décadas até o cenário atual, ocorrerá uma ênfase da denominada Era de interdependência com fortes descentralizações no campo político-institucional, tal como uma multiplicação de agendas globais. A ênfase na governança global, não faz da temática algo sem grandes discussões ou controvérsias. Para Barros-Platiau et al. (2004, p. 11), por exemplo, nem ao menos existe uma definição ideal para governança, uma vez que esta própria palavra pode ser considerada um ideal. De todo o modo, é de comum acordo entre os autores, que o surgimento de novos espaços de governança se caracteriza pelo surgimento de novas esferas de poder e autoridade no sistema internacional, bem como que o surgimento da governança e dos regimes internacionais tem contribuído, de modo complementar, para a estabilização política das relações internacionais.

Tal perspectiva muito se assemelha à de Young (1994, p. 15), cuja definição se refere à “criação e ao funcionamento de instituições sociais capazes de solucionar conflitos, facilitando a cooperação, ou, mais genericamente, aliviando problemas de ação em um mundo constituído por

atores interdependentes”. Deste modo, a condição de existência da governança consiste nos interesses comuns que necessitam ser coletivamente solucionados, e não na formalização de governos; ademais, as discussões de governança são próprias do contexto de globalização e interdependência, onde indivíduos e instituições buscam coordenar suas ações em meio ao “vácuo de poder” que tende a existir quando há atores ou interesses transnacionais envolvidos em um determinado sistema que não depende de hierarquia ou rigidez institucional.

Resumidamente, a governança é aqui entendida enquanto “a totalidade das diversas maneiras pelas quais os indivíduos e as instituições, públicas e privadas, administram os seus problemas comuns” (Comissão sobre Governança Global, 1996, p. 2) em outras palavras, se refere à coordenação da ação coletiva, aos meios e aos processos políticos de tomada de decisão, em prol da garantia de resultados coletivamente esperados. Dito isso, no momento em que o uso sustentável dos recursos naturais e a mitigação das mudanças climáticas passaram a ser interesse comum entre os Estados e instituições, e à medida em que os atores precisaram gerir ações políticas potencialmente capazes de solucionar o problema, foram sendo estabelecidas as condições de existência da governança ambiental, que surge em âmbito global e se desdobra para o plano nacional e na Amazônia principalmente, no âmbito local, com as devidas influências e interações do público, privado e internacional.

Bulkeley and Newell (2010) apud Inoue (2012) finalizam:

Bulkeley and Newell (2010, 2–3) consider alternative means through which the global nature of climate change could be understood. For instance, they consider the global processes through which emissions of GHG are generated, or the other scales of decision-making, which shape the trajectories of GHG emissions and the potential to adapt to climate change. Thus, they remind that many scholars suggest that climate change needs to be considered a multilevel problem that encompasses different levels of decision-making – local, regional, national, and international – and new spheres and arenas of governance that cut across such boundaries. All of these are involved in creating and addressing climate change (INOUE, 2012, p. 172)

A Amazônia se insere de forma paradoxal na agenda das mudanças climáticas. De um lado, possui um papel estratégico no ciclo do carbono

planetário, através da conservação de florestas e serviços ambientais. No entanto, é também considerada uma das regiões mais vulneráveis do ponto de vista dos eventos climáticos extremos e dos riscos de savanização (NOBRE et al., 2007). No contexto do Antropoceno e da grande aceleração da história a partir da segunda metade do século XXI, mais precisamente a partir da década de 1960, a Amazônia foi inserida num processo de desenvolvimento regional predatório, envolta numa política de integração forçada e a visão de progresso via destruição florestal, alterando de forma radical a ocupação regional, que produziu formas diversas de degradação da natureza, desequilíbrios ecossistêmicos e desordens territoriais. A intensificação dessas dinâmicas, resultaram na emergência de eventos climáticos extremos – secas prolongadas, enchentes e inundações cada vez mais frequentes e intensas.

Um dos desafios mais importantes assumidos pelo governo brasileiro na Conferência das Partes realizada em Paris em 2015 (COP-21), foi o compromisso com o desmatamento zero até 2030 na Amazônia, mostrando que a agressão da natureza e a perda de biodiversidade, não somente contribui para o aquecimento global, mas também inviabiliza um modelo de desenvolvimento responsável e equilibrado para as populações locais da Amazônia e da nação brasileira. Na COP-23 que está sendo realizada na Alemanha neste ano de 2017, a participação dos Estados da Amazônia Legal Brasileira é bastante oportuna para apresentação de resultados dos esforços gerenciados pelos governos subnacionais para garantir a proteção florestal, e com isso garantir financiamento internacional para a promoção do desenvolvimento sustentável regional e global.

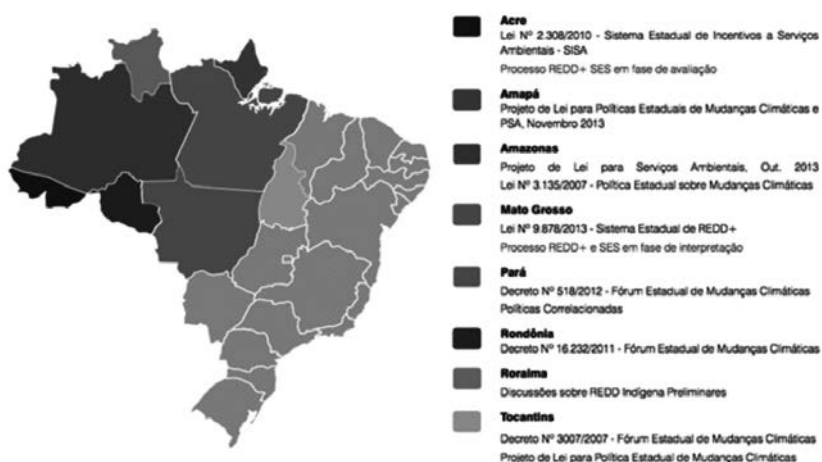
Com a amplificação das interdependências ecológicas, econômicas e políticas, a gestão dos problemas ambientais globais, antes centrados quase que exclusivamente nas unidades estatais nacionais, estão dando espaço para articulações entre atores estatais e não estatais e coalizões transnacionais diversas, que envolvem múltiplas arenas de governança multinível, impactando agendas multilaterais e subnacionais, definindo novas abordagens e estratégias de combate às mudanças climáticas. Portanto, pela sua extraordinária diversidade ecossistêmica, cultural e social, a Amazônia possui uma relação

direta e emblemática com o fenômeno das mudanças climáticas globais, o que tem colocado em ação uma diversidade de atores e iniciativas de governança multinível em prol de políticas climáticas, notadamente governos subnacionais amazônicos. Estes governos se pautam na necessidade de definição e execução de políticas públicas territoriais adequadas.

2 OS GOVERNOS SUBNACIONAIS AMAZÔNICOS E A MITIGAÇÃO DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS: CASOS DO PARÁ, ACRE E AMAZONAS

Na Amazônia, evidenciam-se distintos cenários e atuações de diversos atores em torno da temática da mitigação dos efeitos das mudanças climáticas. O que corrobora a discussão em torno de uma governança acerca de tais temáticas. Algo muito evidente também, é que a complexidade e ao mesmo tempo nível de interesse dessa agenda para diversos atores em níveis variados de atuação. A Figura 1 mostra as agendas políticas de todos os estados amazônicos em relação às mudanças climáticas.

Figura 1. Agenda política dos Estados Amazônicos em relação às mudanças climáticas, pagamento de serviços ambientais e REDD+



Fonte: IMAFLORA (2015, p. 24)

2.1 O ESTADO DO PARÁ: UMA POLÍTICA TRANSVERSAL

A política de mudanças climáticas do estado do Pará é coordenada pela Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS), e está sendo construída dentro de uma visão de política pública transversal, visto que os problemas relacionados às mudanças climáticas estão ligados a diversas esferas e instituições estaduais, federais e organismos internacionais. Isso corrobora uma tendência de muitos estados brasileiros, que estão implantando suas políticas climáticas com base numa perspectiva multissetorial de governança climática através da criação de um colegiado multitemático de conselhos ou espaços de articulação setorial, que envolve várias secretarias e diferentes atores de diversos segmentos da sociedade, sendo a questão das mudanças climáticas transversal às ações (BARBI, 2015).

A Política Estadual sobre Mudança do Clima no Pará, conforme o documento organizado pelo Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON) intitulado “Recomendações para uma agenda de mitigação e adaptação às mudanças climáticas no Estado do Pará”, que prevê as seguintes ações: Num primeiro plano, temos o Plano Estadual de Prevenção, Controle e Alternativas ao Desmatamento do Estado do Pará (PPCAD), lançado em 2009, é um exemplo de política que tem um peso considerável na mitigação de mudanças climáticas no território paraense. Outro exemplo de ação em andamento no Pará visando a redução do desmatamento e de emissões de GEE é o Programa Municípios Verdes (PMV), lançado em março de 2011, com o objetivo de auxiliar no combate ao desmatamento e fortalecimento da produção rural sustentável. Hoje o Cadastro Ambiental Rural (CAR) já está com 68% das áreas cadastráveis, muito à frente de outros Estados. Outras ações importantes são o Plano Agricultura de Baixo Carbono (ABC) do Estado do Pará, o ICMS Verde, e acordos multi-institucionais, como o TAC da Pecuária, a Moratória da Soja e o TAC da Madeira (SOUSA et al., 2015).

Embora com um histórico de desmatamento, o Estado do Pará está situado no maior corredor de florestas protegidas do mundo. São cerca de 21 milhões de hectares gerenciados pelo Governo do Pará, distribuídos em

nove áreas de proteção integral e 16 de uso sustentável. O Estado do Pará desenvolve atividades ligadas à mitigação das mudanças climáticas desde 2008, principalmente relacionadas à REDD e REDD+. Desde o envolvimento com a formação da Força Tarefa dos governadores para o Clima e Floresta (GCF, do inglês Task Force Governors' Climate and Forest) e da criação do próprio Fórum Paraense de Mudanças Climáticas, em 2009.

Em 2011, o governo do estado do Pará lançou o Programa Municípios Verdes (PMV), enquanto uma das iniciativas mitigadoras do avanço das mudanças climáticas no Estado e, que tratava de uma iniciativa desenvolvida em parceria com municípios, sociedade civil, setor privado, Ministério Público Federal (MPF) e fontes internacionais, com o objetivo fundante de auxiliar no combate ao desmatamento e fortalecimento da produção rural sustentável. Os principais segmentos de atuação foram realizados a partir de pactos locais nos municípios, monitoramento do desmatamento, fortalecimento da gestão ambiental municipal, ações estratégicas de ordenamento ambiental e territorial. Possui projeto aprovado no Fundo Amazônia⁵, cujas principais ações se voltam à regularização ambiental no campo e ao fortalecimento da gestão ambiental em nível municipal. O mesmo foi inspirado na experiência bem sucedida do município de Paragominas, que adotou procedimentos para a regularização ambiental em resposta à sua inclusão na lista do Ministério do Meio Ambiente, que relaciona os municípios prioritários para ações de prevenção, monitoramento e controle do desmatamento.

A premissa do projeto tem como objetivo apoiar a implementação do cadastro ambiental rural (CAR) em grandes proporções, tal como, fortalecer a gestão ambiental municipal, de modo a contribuir para o combate ao desmatamento e a degradação florestal no estado. Como estratégias paralelas, mas ainda no âmbito do PMV, estão sendo desenvolvidos mecanismos de incentivo à adesão ao programa, como exemplo a estruturação do ICMS verde no estado, em que a distribuição dos recursos oriundos deste imposto ao

⁵ O Fundo Amazônia tem por finalidade captar doações para investimentos não-reembolsáveis em ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento, e de promoção da conservação e do uso sustentável da Amazônia Legal, nos termos do Decreto nº 6.527, de 1º de agosto de 2008. Fundo esse, que conta com significativo aporte financeiro internacional, por meio de doações milionárias dos governos da Noruega e Alemanha.

município considera, entre outras variáveis, o desempenho do município em termos de adesão ao CAR.

No âmbito do PMV, os atores envolvidos partem desde o apoio para a concepção e acompanhamento do desenvolvimento das Bases de Dados e site do Programa Municípios Verdes através do projeto entre *Climate and Land Use Alliance* (CLUA) e Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (IMAIZON) e parceria com a *Skoll Foundation*. Até no nível do acompanhamento e implementação técnica desenvolvida em conjunto com a ONG The Nature Conservancy (TNC) e apoio financeiro da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) por meio do Projeto “*Preparando o Brasil para REDD+: apoio ao Pará e Mato Grosso*”.

Na estrutura de governança da agenda política para mudanças climáticas, temos o Estado do Pará como principal ator, todavia, rodeado de fundos, instituições e organismos de cunho não-governamental e internacional, principalmente, articulando e possibilitando aportes financeiros substanciais em tal agenda.

2.2 O ESTADO DO ACRE: SISA, O PROGRAMA ISA CARBONO E A EXPERIÊNCIA ACREANANO CONTEXTO CULTURAL DA FLORESTA COMO ALIADA

O estado do Acre é reconhecido tanto por suas políticas de cunho ambiental, como também por um contexto histórico de lutas e resistências no tocante a modos de exploração da floresta e de seus recursos naturais, o que, como destaca Allegretti (2002) em sua tese a partir do movimento dos seringueiros, contribuiu para o desenvolvimento de políticas ambientais no estado.

Dizer isso não significa premeditar que o processo de criação de leis ambientais no estado tenha sido passivo ou pacífico, mas sim destacar um ponto que muito é citado tanto por moradores de Rio Branco quanto por funcionários ligados⁶ aos órgãos responsáveis por implementar as políticas, a

⁶ A pesquisa de campo se deu no período entre 7 e 14 de junho de 2016 na cidade de Rio Branco, Acre, onde foram entrevistados funcionários do Instituto de Mudanças Climáticas (IMC) e da Companhia de Desenvolvimento de Serviços Ambientais (CDSA).

relação de importância e participação das populações envolvidas e a questão cultural de relação com o meio ambiente historicamente.

Aqui, acompanha-se o desenvolvimento do Sistema de Incentivos de Serviços Ambientais (SISA) a partir do contexto histórico do estado do Acre, culminando em sua criação no ano de 2010, contando com uma grande rede de cooperação em nível local, nacional e internacional já consolidada e com a criação de um órgão próprio em 2011 responsável pela coordenação das políticas associadas ao SISA: o Instituto de Mudanças Climáticas (IMC).

A primeira lei acreana que trata da questão ambiental data de 1968 com a instituição do Dia da Amazônia (Lei nº 243, de 4 de dezembro de 1968), percorrendo por outras leis que deram providências a questões de terra, de pequenos produtores, de povos indígenas, da extração de recursos naturais e criação de diversos órgãos responsáveis pelo tema.

Destas, é importante destacar a Lei nº 1.117, de 26 de janeiro de 1994, a qual dispõe sobre a Política Ambiental do Estado do Acre, dois anos após o encontro da Eco-92. Enquanto já com ênfase em políticas voltadas para a mitigação de mudanças climáticas, tem-se a partir de 2001 diversas fases da consolidação do que seria o SISA (IMC, 2014): em 2001 o Zoneamento Ecológico-Econômico, entre 2003 e 2006 os primeiros estudos de Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA); em 2007 os primeiros estudos sobre mitigação das mudanças climáticas em cooperação com a Agência Alemã de Cooperação Internacional (GTZ/GIZ); em 2008 a política de valorização de ativos ambientais e os estudos sobre entendimento do REDD; em 2009 a criação de um Plano de Trabalho para Desenvolver o REDD e o início do processo de consulta pública; em 2010 a finalização do processo de consulta pública, a criação do Programa Estadual de Reflorestamento e a aprovação da Lei do SISA (Lei nº 2.308, de 22 de outubro de 2010); em seguida, a institucionalização do ISA, do IMC e a elaboração do Programa Carbono; por fim, em 2012, a criação da Companhia de Desenvolvimento de Serviços Ambientais (CDSA) e do Grupo de Trabalho Indígena.

Uma publicação de apresentação do SISA do Governo do Acre no ano da aprovação da lei que criava o sistema assim o descreve em relação ao contexto histórico e cultural do Acre:

O SISA, assim, não se constitui em um espasmo eventual de uma moda ambientalista, mas lança âncora em um processo histórico e cultural de longa data, o que lhe confere características únicas as quais permitem sustentar o potencial de sucesso do projeto, o qual inclui a possibilidade de incentivos a serviços ambientais nas suas mais diversas formas: carbono florestal nas vertentes de redução de emissões de gases de efeito estufa por desmatamento evitado (REDD) ou por reflorestamento [...], recursos hídricos, beleza cênica, regulação do clima, conservação dos solos, entre outros (GOVERNO DO ACRE, 2010, p. 2).

O SISA não é interpretado como um fim em si, mas como parte da Política do Clima do Acre, a qual é acoplada a uma visão antiga da floresta como aliada. Conforme destacado em entrevistas, a dinâmica de governança entre os parceiros⁷ locais da sociedade civil, nacionais e internacionais, assim como os institutos de pesquisa e as ONG.

Inserido no SISA se dá o Programa ISA Carbono, o Carbono Floresta, o primeiro programa do SISA a ser implementado, o qual “tem por objetivo geral promover a redução progressiva, consistente e de longo prazo das emissões de gases de efeito estufa” (WWF, 2013, p. 37), abrangendo toda a área do estado e visando beneficiar “mais de 30 mil estabelecimentos rurais” (id.), tendo como foco dois principais grupos socioeconômicos: assentados e proprietários de terras que diminuam o impacto sobre as florestas; e, povos indígenas e populações tradicionais que já viviam de modo compatível com os serviços ambientais.

As parcerias entre instituições públicas e privadas, assim como a governança envolvendo beneficiários são pontos destacados como importantes para o sucesso do programa, tal qual a emissão de Reduções Certificadas de Emissões (RCE) após auditoria independente.

O Programa ISA Carbono tem se destacado como um exemplo bem sucedido entre os muitos casos oriundos da Política Ambiental do Acre, ao inserir o reconhecimento e valorização dos serviços ambientais de modos

⁷ Os principais parceiros do Governo do Acre na execução do SISA e do Programa ISA Carbono são: GCF Task Force, Global Canopy Programme (GCP), IPAM Amazônia, Embrapa, Forest Trends, WWF, KfW, IDESAM, Sos Amazônia, GIZ, Earth Innovation Institute, Environmental Defense Fund (EDF), Centro dos Trabalhadores da Amazônia (CTA), Comissão Pró-Índio Acre (CPI-Acre e UFAC).

de vida cultural, econômica e historicamente aliados à floresta, o que para seus envolvidos foi elemento básico para que as políticas pudessem ser implementadas, além do apoio e de articulação com atores internacionais seja pela cooperação técnica ou financeira, demonstrando também o potencial da cooperação subnacional para os estados amazônicos, que compartilham de um cenário díspar das demais regiões brasileiras, possibilitando que interesses e desafios relacionados ao contexto local sejam mais bem desenrolados e mais eficazes em comparação muitas vezes a políticas nacionais.

2.3 O ESTADO DO AMAZONAS: O PROGRAMA BOLSA FLORESTA

Amazonas é o maior estado da Amazônia Brasileira e foi pioneiro em diversas ações, políticas e estratégias relacionadas ao contexto das mudanças climáticas e serviços ecossistêmicos. Aprovou a primeira Política Estadual de Mudanças Climáticas do país, que estabeleceu o Programa Bolsa Floresta, primeiro programa de Pagamento de Serviços Ambientais (PSA) voltado à temática do desmatamento na Amazônia. É também um dos atores do primeiro projeto de REDD+ da Amazônia a ser aprovado e colocado em prática (tal como a Bolsa Floresta) em parceria público-privada e internacional com a Fundação Amazonas Sustentável (FAS), o Projeto de REDD da RDS do Juma.

Em 2007, foi aprovado no estado a Política Estadual de Mudanças Climáticas (PEMC), que permitiu a estrutura legal que permitiria ao Estado implementar, entre outras, iniciativas de REDD+ nas Unidades de Conservação estaduais. Por ter sido iniciada tão antecipadamente, a PEMC deixou de abordar alguns temas relacionados a serviços ambientais, assim, em 2010, foi iniciada a construção da Política Estadual de Serviços Ambientais (PESA), no âmbito do Fórum Amazonense de Mudanças Climáticas (FAMC). Esta política visa complementar a lei anterior e prevê a criação do “Sistema de Gestão de Serviços Ambientais do Estado do Amazonas”.

O estado do Amazonas foi precursor no desenvolvimento e implementação de benefícios financeiros para atores e envolvidos na conservação da floresta e serviços ecossistêmicos, desde a implantação do Programa Bolsa

Floresta em 2007. A implementação do Bolsa Floresta foi feita inicialmente pela então Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SDS), em setembro de 2007, e passou a ser realizada posteriormente em 2008 pela Fundação Amazonas Sustentável (FAS), importante interlocutor entre os governos (estadual e municipais), a iniciativa privada nacional e internacional. Viana (2008, p. 4) define:

O Programa Bolsa Floresta é uma compensação financeira para os serviços prestados pelas populações tradicionais e indígenas do Amazonas: a conservação das florestas. Com a Bolsa Floresta estamos reconhecendo que a conservação das florestas é resultado das atitudes das pessoas, especialmente daqueles que vivem nos beiradões e no interior de nossas florestas: os guardiões da floresta. O Bolsa Floresta tem como ponto de partida o termo de compromisso assinado pela FAS e pelas populações que conservam as florestas do Amazonas. As comunidades assumem o compromisso de desmatamento zero (para áreas de floresta primária) e a FAS assume o compromisso de implementar os quatro componentes do Programa Bolsa Floresta. Inicialmente, o Programa Bolsa Floresta está direcionado para as populações residentes nas unidades de conservação estaduais. A razão é simples: nessas áreas já existe definida a base legal para os “produtos ambientais” e os “serviços ambientais”. Numa segunda etapa, pretende-se alcançar outras áreas do Amazonas (VIANA, 2008, p. 4).

O PBF atua por meio de quatro componentes: renda, social, familiar e associativo. A partir do engajamento das famílias dentro e no entorno de unidades de conservação estaduais, os componentes lhes asseguram ganhos diretos, benefícios sociais em nível comunitário, apoio às associações, atividades produtivas e de geração de renda sustentável. A adesão ao programa é voluntária e requer interação e participação em oficinas, capacitação acerca de mudanças climáticas e serviços ambientais, a não abertura de novas áreas de roçado em áreas de florestas primárias (manter apenas as roças já existentes) e um mecanismo fundamental que é o ingresso ou permanência dos filhos na escola e com boas médias. O PBF direciona o apoio e o incentivo de populações ribeirinhas das UC (unidades de conservação) estaduais do Amazonas, com o *slogan* de que a floresta vale mais em pé, do que derrubada.

Sobre o PBF e suas dimensões de atuação, Viana (2008, p. 7) descreve:

<p>Bolsa Floresta Familiar (BFF) – O primeiro componente, Bolsa Floresta Familiar, inclui o pagamento de uma recompensa mensal de R\$50 às mães de famílias residentes nas unidades de conservação e que estejam dispostas a assumir um compromisso de desmatamento zero (em matas primárias). É permitido o desmatamento de capoeiras, que é parte dos sistemas tradicionais de produção. É um importante mecanismo para envolver a população nas atividades de combate ao desmatamento. O BFF não pretende ser a principal fonte de renda das famílias, mas um complemento de renda pago a título de recompensa pela conservação da floresta e investimento na cadeia produtiva de serviços ambientais.</p>
<p>Bolsa Floresta Associação (BFA) – O segundo componente é o Bolsa Floresta Associação, destinado às associações dos moradores das Unidades de Conservação (UC) do Estado. Equivale a 10% da soma de todas as BFF. Sua função é fortalecer a organização e o controle social do programa. Esse é um dos programas mais importantes da história da Amazônia, quanto ao fortalecimento das organizações de base comunitária. O BFA estimula o controle social do PBF, visando ao cumprimento de suas regras e termos de compromisso.</p>
<p>Bolsa Floresta Renda (BFR) – O terceiro componente é o Bolsa Floresta Renda, no valor médio de R\$ 4 mil por comunidade por ano, considerando em cada comunidade uma média de 11,4 famílias. Esse componente é destinado ao apoio à produção sustentável: peixe, óleos vegetais, frutas, madeira manejada, mel etc. São elegíveis todas as atividades que não produzam desmatamento e que estejam legalizadas.</p>
<p>Bolsa Floresta Social (BFS) – O quarto componente é o Bolsa Floresta Social, no valor médio de R\$ 4 mil por comunidade por ano. Esse componente é destinado à melhoria de educação, saúde, comunicação e transporte, componentes básicos para a construção da cidadania dos guardiões da floresta. As ações serão desenvolvidas em colaboração com os órgãos governamentais responsáveis e instituições parceiras.</p>

Fonte: Viana (2008, p. 7, adaptado pelos autores)

No *background* de governança do estado do Amazonas, temos o governo estadual como importante interlocutor juntamente a liderança subnacional da cidade de Manaus. Entretanto, boa parte da agenda de mudanças climáticas é liderada pela Fundação Amazonas Sustentável e seus significativos aportes financeiros e parcerias com bancos, hotéis internacionais e empresas

multinacionais. O que torna as estratégias de gestão e governança a diferentes níveis de atuação, valores e interesses. Onde cada um, tem e define a real importância da floresta em pé, seja para o desenvolvimento local sustentável, para ações de responsabilidade socioambiental corporativa ou ainda para eficácia de políticas públicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do agravamento das mudanças climáticas no cenário mundial e intensificação de eventos climáticos extremos, sobretudo em regiões mais vulneráveis no Brasil, como é o caso da Amazônia, os governos subnacionais estão sendo responsabilizados e pressionados a reagir, tendo em vista a gravidade dos problemas trazidos pelas enchentes, inundações, secas; enfim, um conjunto de fenômenos que acarretam prejuízos, desconfortos e estragos consideráveis, sobretudo nas cidades ribeirinhas que compõem o bioma amazônico.

Embora de forma não satisfatória e insuficiente para reagir aos impactos dramáticos das mudanças climáticas na Amazônia e contribuir para uma ação concertada e agressiva na redução de emissões de gases estufa no contexto das emissões brasileiras, é importante reconhecer os esforços e iniciativas dos governos estaduais do Pará, do Acre e do Amazonas, nas diversas agendas de mitigação às mudanças climáticas. Estratégias diferenciadas estão sendo experimentadas por estes governos subnacionais, por meio de políticas domésticas e redes e coalizões regionais, nacionais e transnacionais, na tentativa de fincar políticas de efetivo combate aos efeitos do aquecimento global.

É importante considerar que estas ações governamentais - por mais bem intencionadas - têm um caráter limitado e compensatório, diante das contradições do modelo de desenvolvimento predatório que tem se perpetuado na Amazônia, ou seja, as políticas públicas acabam servindo como contrapartida no jogo que coloca a Amazônia num cenário desvantajoso onde prevalece e se reproduz sua condição histórica de “colônia” frente aos interesses hegemônicos do capitalismo na maior fronteira de recursos naturais do planeta.

REFERÊNCIAS

ACRE, Procuradoria Geral do Estado. *Coletânea de Normas Ambientais do Estado do Acre*. Rodrigo Neves (Org.). Procuradoria Especializada do Meio Ambiente, 2a ed. Rio Branco: PGEAC, 2009. Disponível em: <http://www.ac.gov.br/wps/wcm/connect/6007d48043b6885b80148c58119a6522/CartilhaFinal-Com-index.pdf?MOD=AJPERES>. Acesso em 24. jan. 2017.

ALLEGRETTI, Mary Helena. *A construção social de políticas ambientais: Chico Mendes e o Movimento dos Seringueiros*. 2002. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília, Centro de Desenvolvimento Sustentável. Brasília: UnB-CDS, 2002. Disponível em: http://www.cta-acre.org/download/tese%20mary_helena_allegretti.pdf. Acesso em: 20. jan. 2017.

BARBI, Fabiana. *Mudanças climáticas e respostas políticas nas cidades*. Campinas- SP: Editora da Unicamp, 2015.

BARROS-PLATIAU, Ana Flávia; VARELLA, Marcelo Dias; SCHLEICHER, Rafael T. Meio ambiente e relações internacionais: perspectivas teóricas, respostas institucionais e novas dimensões de debate. *Rev. bras. polít. int.*, Brasília, v. 47, n. 2, p. 100-130, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292004000200004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 11 jul. 2015.

BECK, Ulrich. *La sociedad del riesgo global*. Madrid: Siglo XXI, 2006.

COMISSÃO SOBRE GOVERNANÇA GLOBAL. *Nossa comunidade global*. O Relatório da Comissão sobre Governança Global. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

GOVERNO DO ACRE. *Sistema de Incentivo a Serviços Ambientais*. 2010. Disponível em: <http://www.ac.gov.br/wps/wcm/connect/fc02fb0047d011498a7bdb9c939a56dd/publica%C3%A7%C3%A3o_lei_2308_ling_PT.pdf?MOD=AJPERES>. Acesso em: 11/02/2016.

IMC - Instituto de Mudanças Climáticas. Disponível em: <<http://imc.ac.gov.br/wp/>>. Acesso em: 1 fev. 2017.

IMC. *SISA: Sistema Estadual de Incentivos aos Serviços Ambientais*. 2014. Disponível em: <<http://confap.org.br/news/wp-content/uploads/2014/07/programa-isa-carbono.pdf>>. Acesso em: 2 fev. 2017.

IMAFLORES. *REDD⁺ no Brasil: status das salvaguardas socioambientais em políticas públicas e projetos privados* / Bruno Brazil, Junia Karst, Marina Piatto, Mauricio Voivodic – Piracicaba, SP/ Imaflores, 2015. 83 p.

INOUE, Cristina. Governance of global climate change in the Brazilian Amazon: the case of Amazonian municipalities of Brazil. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 55, special edition, p. 170-189, 2012.

MOTTA, R. S. da et al. *Mudança do clima no Brasil: aspectos econômicos, sociais e regulatórios*. Brasília: IPEA, 2011.

NOBRE, Antonio Donato. *O futuro climático da Amazônia: relatório de avaliação científica*. São José dos Campos-SP: ARA: CCST-INPE: INPA, 2014.

NOBRE, Carlos et al. Mudanças climáticas e Amazônia. *Ciência & Cultura*, São Paulo, v. 59, n. 3, 2007. Acesso em: 10 fev. 2008.

ROCKSTRÖM, J. et al. Planetary boundaries: exploring the safe operating space for humanity. *Ecology and Society*, v. 14, n. 2, art. 32, 2009. Disponível em: <http://www.ecologyandsociety.org/vol14/iss2/art32>. Acesso em: 10 out. 2015.

ROSENAU, James N.; CZEMPIEL, Ernst-Otto (Org.) *Governança sem governo: ordem e transformação na política mundial*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2000.

SOUSA, Antonio José da Silva et al. *Recomendações para uma agenda de mitigação e adaptação às mudanças climáticas no estado do Pará*. Belém: IMAZON, 2015.

SILVA, Alberto Teixeira da. *Amazônia na agenda ambiental global*. Belém: NUMA/UFPA, 2015.

SILVA, Alberto Teixeira da; CASTRO, Brenda Thainá Cardoso de; ROCHA, William Monteiro. Mudanças climáticas na agenda global. *Mundorama*, v. 2, p. 1-2, 2016.

VIANA, Virgílio M. Bolsa Floresta: um instrumento inovador para a promoção da saúde em comunidades tradicionais na Amazônia. *Estud. av.*, São Paulo, v. 22, n. 64, p. 143-153, dez. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142008000300009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 11 nov. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142008000300009>.

WWF. *O Sistema de Incentivos por Serviços Ambientais do Estado do Acre, Brasil: lições para políticas, programas e estratégias de REDD jurisdicional*. 2013. Disponível em: https://d3nehc6yl9qzo4.cloudfront.net/downloads/wwf_sisa.pdf. Acesso em: 02. fev. 2017



VI
EXPERIÊNCIA EXTENSIONISTA

BARCARENA LIVRE: RESISTÊNCIA E LUTAS DE COMUNIDADES TRADICIONAIS FRENTE AOS DESASTRES SOCIOAMBIENTAIS DA MINERAÇÃO

Eunápio do Carmo¹

Marcel Theodoor Hazeu²

Nádia Socorro Fialho Nascimento³

Solange Maria Gayoso da Costa⁴

INTRODUÇÃO

Este artigo visa contextualizar a formação do movimento social “Barcarena Livre” em Barcarena, município Paraense a 30 quilômetros do capital Belém, onde indústrias e portos disputam o espaço com comunidades locais. A emergência deste movimento é analisada dentro das atividades de extensão e pesquisa da Universidade Federal do Pará e no contexto das lutas sócias em Barcarena desde a década de 1970.

Uma universidade pública, gratuita, autônoma, democrática, laica, de qualidade e socialmente referenciada baseia-se nos princípios construídos

¹ Graduação em Administração, Mestre em Planejamento do Desenvolvimento do NAEA/UFPA, Doutor em Ciências da Educação pela PUC/RJ, Pós-Doutor em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido/NAEA/UFPA e Professor do Centro Universitário do Estado do Pará/CESUPA. Membro do Grupo de Pesquisa GETTAM.

² Cientista Ambiental, Doutor em Ciências Socioambientais pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido/NAEA/UFPA. Professor da Faculdade de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/ICSA/UFPA. Membro do Grupo de Pesquisa GETTAM.

³ Graduação em Serviço Social. Doutora em Serviço Social pelo Programa de Pós Graduação da Escola de Serviço Social da UFRJ. Professora da Faculdade de Serviço Social e do Programa de Pós Graduação em Serviço Social /ICSA//UFPA.

⁴ Graduação em Serviço Social. Doutora em Ciências Socioambientais pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido/(NAEA/UFPA. Professora da Faculdade de Serviço Social e do Programa de Pós Graduação em Serviço Social do ICSA/ /UFPA.

historicamente e materializados hoje na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Esses princípios arduamente defendidos pelos movimentos sociais sofreram ameaças constantes, porém, nos últimos anos, vêm sofrendo ataques diante dos retrocessos políticos e econômicos experimentados pela sociedade brasileira que afetam também as universidades. A crescente mercantilização da educação tem produzido impactos sobre todos os espaços da vida acadêmica e vem corroendo, inclusive, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, pilares da universidade brasileira. A diminuição dos recursos obriga as universidades, por exemplo, a abrir mão da sua autonomia e buscar as chamadas parcerias com a iniciativa privada. Enquanto na área da pesquisa as multinacionais entram com recursos e as universidades com o pessoal qualificado, na área da extensão surge a questão: quem financia atividades de extensão que objetivam uma perspectiva de transformação? Quem financia uma extensão universitária que trabalha, por exemplo, com povos tradicionais que lutam pela garantia de seus direitos frente às ações do grande capital?

Segundo o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão Universitária (2005) a extensão universitária, como processo educativo, cultural e científico, é uma via de mão dupla que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. A troca de saberes no confronto com a realidade brasileira e regional é condição para a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade. Em tempos de cortes de recursos e mesmo da privatização exacerbada as experiências de extensão universitária ainda se mantêm, embora algumas delas se constituam em espaços de reprodução do assistencialismo, enquanto que outras cumprindo a função social da universidade constituem-se em espaços de resistência onde se busca construir conhecimentos junto àqueles segmentos excluídos do acesso aos bens e serviços produzidos socialmente.

Uma extensão universitária voltada para aqueles segmentos econômica, política e culturalmente marginalizados e que recusa uma prática assistencialista, requer uma postura de investigação que, ao deparar-se com o real, produza conhecimentos inteligíveis que captam a processualidade contraditória dos fenômenos e que se constitui no próprio ponto de partida do conhecimento

(LUCKESI, 1994). O princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão que fundamenta a universidade brasileira deve garantir a esta a “produção de conhecimento inovador e crítico, que respeite a diversidade e o pluralismo, contribuindo para a transformação da sociedade” (ANDES, 2013, p. 17). A extensão demanda a pesquisa e esta produz o conhecimento, que é colocado a serviço de segmentos sociais excluídos, materializa aquela indissociabilidade preconizada pela LDB.

A proposta de extensão que, aliada à pesquisa, produza aquele conhecimento que se coloca à disposição de segmentos sociais marginalizados diferencia-se radicalmente daquela que foi difundida durante os governos militares que, na década de 1960 criaram ações de extensão rural através da promoção cultural, artística, cívica e desportiva de estudantes. À essa época foram criados os Centros Rurais Universitários de Treinamento e Ação Comunitária (CRUTACs) cujo objetivo era, no geral, o de favorecer a interiorização da universidade através da participação de estudantes na sociedade. Essa aproximação da academia com a sociedade provocou, contraditoriamente, a constatação de que a universidade encontrava-se distante dos problemas enfrentados pelas comunidades no mundo real o que produziu, “naquele momento histórico, severas críticas de alunos e professores à postura elitista das universidades até então” (LEITE e NUNES, 2009, p. 434).

Na Universidade Federal do Pará (UFPA) o CRUTAC foi instituído no ano de 1972 e, após uma reflexão crítica dos interesses e resultados imediatistas da experiência por um grupo de profissionais que o integrava, foi assumida uma postura crítica que buscou superar a prática assistencialista até então realizada. Um dos municípios paraenses lócus das ações do CRUTAC foi Barcarena que, a partir da década de 1980 passou a sediar um grande empreendimento metalúrgico denominado ALBAS/ALUNORTE. A presença da UFPA naquele município suscitou a realização de estudos sobre as transformações sociais oriundas da implantação do complexo da Albras/Alunorte no município de Barcarena dando origem, no período de 1983 a 1985 à pesquisa, de caráter interdisciplinar, intitulada “O Impacto da modernização econômica sobre uma área de economia tradicional de subsistência – o caso do complexo industrial de Barcarena”. Coordenada pelo professor/pesquisador do Curso de Economia

da UFPA, economista Aluizio Lins Leal, a pesquisa contou com a participação das professoras/pesquisadoras Joaquina Barata Teixeira, Edelweiss Falcão de Oliveira e Maria da Paz Araújo Cardoso todas pertencentes, à época, ao curso de Serviço Social da UFPA, além de outros professores/pesquisadores de História e Antropologia da mesma instituição. No ano de 1986 foi realizada nova pesquisa, dessa vez coordenada pela professora Maria da Paz Araújo Cardoso e intitulada “Magistério de 1ª a 4ª série numa área de ruptura das relações sociais tradicionais: a questão da formação profissional”. Tendo como referência estas pesquisas e a inserção de profissionais de Serviço Social em Barcarena, o curso de Serviço Social da UFPA passou a desenvolver ações extensionistas no município, contribuindo para a aproximação do alunado à problemática social na Amazônia. Esta aproximação se fazia sentir não apenas nos espaços rurais, mas chegava até a própria universidade através dos bairros periféricos de Belém, que circundam a própria UFPA e onde habitavam (e habitam), expressivos segmentos oriundos da área rural, demandantes de todo tipo de serviços, inclusive assessorias aos movimentos sociais. Segundo Yamamoto (1992) é necessário responder as demandas feitas à profissão e “reconhecer e conquistar novas e potenciais alternativas de atuação” (p. 163).

A presença da UFPA no município de Barcarena suscitou a criação, no início da década de 1990, de um projeto de extensão intitulado “Assessoria às Organizações Sindicais e Comunitárias Rurais no município de Barcarena/Pa” vinculado ao curso de Serviço Social da universidade e que se constituiu em campo de estágio curricular obrigatório do curso. O referido projeto de extensão materializava a parceria entre a academia e as entidades da sociedade civil, no caso o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barcarena (STRB) e associações locais de moradores, com destaque para a Associação de Trabalhadores Rurais do Curuperé (ATRC).

Na atualidade a UFPA continua presente no referido município com pesquisas sendo desenvolvidas por pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento, assim como, também com a extensão através do curso de Serviço Social e do NAEA envolvendo professores/pesquisadores, alunos de pós-graduação e graduação.

Nesse contexto, de afirmação do papel social da universidade pública na produção de conhecimento comprometido com as lutas dos movimentos sociais, é que se propõe o presente artigo no qual se faz uma reflexão sobre a organização dos movimentos sociais, no enfrentamento aos efeitos devastadores provocados pela instalação da indústria minero-metalúrgica e infraestrutura portuária no município de Barcarena. O artigo está estruturado em três seções. Na primeira seção é feita um resgate histórico e analítico da atuação dos movimentos sociais na Amazônia Oriental, com ênfase ao processo histórico da organização sociopolítica dos grupos sociais e trabalhadores em Barcarena. Na seção dois, analisa-se o surgimento do Movimento Barcarena Livre, seus antecedentes vindos de outros movimentos de luta correlatos, sua constituição forjada na afirmação do direito à terra, bem como suas estratégias de avanço e formação permanente frente à disputa territorial e aos desastres socioambientais. E nas Considerações Finais, enfatiza-se o processo de afirmação do movimento na quadra histórica que aponta desafios inerentes às grandes batalhas políticas e de ideias.

1 MOVIMENTOS SOCIAIS, LUTAS NA AMAZÔNIA ORIENTAL: resistência e mobilização política no município de Barcarena.

A organização da resistência e mobilização dos agentes sociais atingidos com a implantação dos complexos industriais e de infraestrutura logística no município de Barcarena está inserida numa dinâmica mais geral dos movimentos sociais na América Latina. A partir da década de 1980, identifica-se o surgimento de uma diversidade de formas de lutas protagonizados por “novos” sujeitos políticos que emergem na cena política/pública organizados em grupos sociais denominados ou autodenominados povos originários ou “povos/comunidades tradicionais”.

No Brasil e especialmente na Amazônia, Almeida (2004) identifica a existência desse processo desde meados de 1988 a partir da aglutinação de grupos sociais diferenciados, que têm se organizado em “unidades de

mobilização”⁵, em todo o país, com elevado grau de coesão em suas práticas. Tais “unidades de mobilização” compõem-se a partir de critérios diferenciados e objetivam garantir o controle sobre determinados “domínios representados como territórios fundamentais à sua identidade e, inclusive para alguns, à sua afirmação étnica”. (ALMEIDA, 2004, p. 23 -24).

Diversos grupos sociais encontram-se em processo de construção e reconhecimento de suas territorialidades e identidades coletivas fazendo uso de formas de luta diferenciadas daquelas prevalecentes nas décadas de 1970 e 1980, evidenciando estratégias num contexto de redefinição dos padrões de relação política e seus correspondentes processos de territorialização, registrados seja nas cidades ou nas áreas rurais. Almeida aponta o ano de 1989 como o ano em que inúmeros “encontros” e iniciativas, deram origem ou evidenciaram as diversas formas de movimentos sociais, associações e grupos que lutam por interesses dos povos e comunidades tradicionais-

A partir desse período observa-se então um processo intenso na Amazônia de emergência de diferentes movimentos sociais - protagonizados por indígenas, quilombolas, ribeirinhos, pequenos agricultores, seringueiros, quebradeiras de coco, etc. - que lutam pela afirmação de suas identidades e defesa de seus territórios e modos de vida, num movimento contínuo de organização e resistência contra os agentes sociais que ameaçam sua existência como povos tradicionais. Nessa perspectiva ultrapassam “o sentido estreito de uma organização sindical, incorporando fatores étnicos e critérios ecológicos, de gênero e de autodefinição coletiva” (ALMEIDA, 2004).

Continuando suas reflexões, o autor destaca como materialização desse processo as associações voluntárias e as entidades da sociedade civil que estão se tornando força social, tais como: União das Nações Indígenas (UNI); Coordenação Indígena da Amazônia Brasileira (COIAB) e a rede de entidades indígenas vinculadas, que alcança cerca de sessenta; Movimento Interestadual

⁵ O conceito de “unidades de mobilização” é proposto por Almeida e refere-se “à aglutinação de interesses específicos de grupos sociais não necessariamente homogêneos, que são aproximados circunstancialmente pelo poder nivelador da intervenção do Estado – através de políticas desenvolvimentistas, ambientais e agrárias – ou das ações por ele incentivadas ou empreendidas, tais como as chamadas obras de infraestrutura que requerem deslocamentos compulsórios”. (Almeida, 2006, p. 25)

das Quebradeiras de Coco-Babaçu (MIQCB); Conselho Nacional dos Seringueiros; Movimento Nacional dos Pescadores (MONAPE); Movimento dos Atingidos de Barragens (MAB); Associação Nacional das Comunidades Remanescentes de Quilombo e a rede de entidades a ela vinculada no Maranhão – Associação das Comunidades Negras Quilombolas do Maranhão (ACONERUQ) – e no Pará – Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná (ARQMO); Associação dos Ribeirinhos da Amazônia, entre outras.

É nesse contexto geral que podemos falar da organização dos movimentos sociais em Barcarena, de sua história de enfrentamento de lutas contra os efeitos da implantação do complexo industrial na vida cotidiana das comunidades tradicionais e dos trabalhadores migrantes e não migrantes que passaram a fazer parte do quadro funcional das empresas que lá se instalaram.

1.1 CONTEXTUALIZANDO A ORGANIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS EM BARCARENA

O surgimento e formação dos movimentos sociais em Barcarena estão intrinsecamente ligados à instalação das grandes empresas e portos em Barcarena que ao invadir a vida das populações provocaram mudanças que se fizeram sentir em todos os campos, no modo de vida, do modo de produção e de trabalho e nas formas de relação social que prevaleciam nas comunidades (PALHETA, 2005). No processo de constituição dos movimentos sociais em Barcarena que se organizaram na luta frente as desapropriações de suas terras é necessário considerar a presença de assessorias internas e externas ao município, como a igreja católica, sindicato dos trabalhadores rurais, Universidade Federal do Pará, o Ministério Público Estadual e Federal e algumas Organizações Não Governamentais (ONGs) nacionais como o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) e o Instituto Internacional de Educação no Brasil (IEB).

Historicamente, as empresas têm investido em centros comunitários e associações de moradoras com projetos de geração de renda, capacitações e pequenos benefícios para as comunidades, gerando dependências das

empresas, certa fidelidade às mesmas e limitada expressão de luta e resistência. Os sindicatos dos trabalhadores vinculados à construção civil e na operação das indústrias e portos foram movimentos expressivos de luta por direitos trabalhistas durante as primeiras décadas da implementação do complexo industrial portuário mas, no decorrer do tempo, muitos sindicatos sofreram intervenções nas eleições organizadas pelas empresas, com raras exceções. As lutas sociais se restringiram geralmente a comunidades específicas, atingidas por alguma intervenção do grande capital e que levaram, em alguns casos, a importantes formas de luta, mas não a amplas articulações. Em vez de ampliação das lutas tem surgido conflitos entre grupos que reivindicam e disputam a posse de áreas entre si, envolvendo novos moradores, federações de agricultores e comunidades tradicionais. Estimulado pelo Ministério Público Estadual (MPE) a partir do desastre ambiental com Caulim da empresa Pará Pigmentos em 2008 se iniciou a formação de uma articulação mais ampla, com novas contradições. O surgimento do movimento “Barcarena Livre”, que será apresentado daqui adiante, deve ser compreendido dentro desta história de mobilização e organização das comunidades e trabalhadores no território agora chamado Barcarena.

A formação de movimentos sociais de resistência data desde a época colonial e segue até os dias de hoje. Vale lembrar para entender a gênese dos movimentos sociais a fuga dos indígenas e africanos escravizados na região do Baixo Tocantins e a formação de mocambos na época colonial (ANGELO-MENEZES; GUERRA, 1998) e a participação ativa dos pequenos proprietários, escravos, quilombolas, indígenas, “tapuias” ou “cabocos” na revolução cabana (PEREIRA, 2011; PAOLO, 1990).

A partir da década 1970, com as grandes transformações no território de Barcarena, com a violenta chegada e implementação do complexo portuário-industrial-logístico e urbanístico nasceram novas formas e lógicas de organização da resistência. A formação dessas organizações ocorreu dentro de um campo de forças envolvendo agentes com interesses e estratégias muito diversas. O Estado, através de instituições federais e estaduais como a por exemplo, a Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Pará (CDI) e Companhia do Desenvolvimento de Barcarena (CODEBAR)

coordenou a implantação e funcionamento das indústrias e portos, assumindo a negociação e pressão junto às comunidades, sem existência na época de políticas sociais para ser acionadas, atuando, negociando e pressionando diretamente os moradores.

A regularização fundiária foi imposta para poder des-re-apropriar os territórios dos moradores e estimulou-se a organização de associações de moradores para facilitar as negociações e registros. As empresas visaram à implantação e ao funcionamento mais eficiente e lucrativo possível, dentro de estratégias de contenção da tendência à queda da baixa de lucros na sociedade do capital e investiram em relações com as comunidades através serviços, projetos e favores oferecidos, inclusive a fundação de certos centros comunitários e sua manutenção. Este investimento visava tanto à organização de produção subsidiária, como de roupas e alimentos para os trabalhadores nas empresas, por parte das comunidades para o funcionamento das empresas quanto a pacificação de possíveis resistências. O controle das resistências por parte das empresas se baseia, portanto, na repressão do Estado, quanto com a intervenção direta na criação e gestão de associações de moradores, centros comunitários e sindicatos.

1.2 COMUNIDADES, ASSOCIAÇÕES E CENTROS COMUNITÁRIOS: TERRITÓRIO E POLUIÇÃO

Ainda na década de 1970 a organização social nas comunidades em Barcarena se apresentava dentro de dinâmicas de relações familiares e territoriais que se expressaram através de atividades coletivas (mutirão) e participação em igrejas, o que garantia de certa organicidade entre os moradores. Não se tratava de movimentos sociais ou associações, formalmente registrada ou institucionalizada (MAIA, MOURA, 1989).

Esta forma de organização mudou no início da década de 1980, ainda em plena ditadura militar, pela implantação das obras de construção do porto da Vila do Conde, Alunorte, Eletronorte, Vila dos Cabanos e posteriormente as demais empresas. Mais de 500 famílias foram forçadas a sair dos seus territórios, perdendo os laços da organização comunitária e sendo dispersadas para outros

locais de moradia. Este movimento levou a uma reação daqueles moradores tradicionais através da fundação em 1984 da Associação dos Desapropriados de Barcarena (ADEBAR), junto com o Sindicato de Trabalhadores Rurais para renegociar os termos de desapropriação, deslocamentos forçados, reassentamentos e indenizações, “com o objetivo principal de recuperar o valor justo de suas benfeitorias, congregar os expropriados e repassar as experiências para outros moradores que se sentem ameaçados por novas invasões nos sítios existentes no município” (PALHETA, 2005, p. 55). A ADEBAR impulsionou o fortalecimento de outros movimentos:

[...] devido ao temor de novas expropriações no município, fazendo surgir outras associações, foi o caso do Centro Agrícola Integral Comunitário de Barcarena (CAICB), com sede em Arienga, uma localidade que fica no Km 21 da rodovia PA-151 que liga Barcarena a Abaetetuba. O projeto é parte de um programa social da Diocese de Abaetetuba da onde se origina todo o movimento crítico aos grandes projetos e envolve a Paróquia e o Sindicato rural de Barcarena (PALHETA, 2005, p. 55).

Forçadas a sair, algumas famílias tradicionais permaneceram em suas terras, sendo constantemente expulsas, e outras, mesmo tendo sido deslocadas “continuavam realizando seus roçados, fazendo sua farinha e “batendo” o seu açaí (proveniente de seu território) por muitas vezes às escondidas (PALHETA, 2005).

Nos “novos lugares” para onde as pessoas eram deslocadas, como os bairros de Laranjal e Vila Nova, os moradores formaram centros comunitários, enquanto o mesmo acontecia em comunidades ameaçadas com desapropriações e deslocamentos forçados, como a comunidade São Lourenço.

Além da atuação do Estado, as empresas também se fizeram ativamente presentes nas desapropriações e nos centros comunitários e associações, como mostrou Vasconcelos (1996) sobre a ação da Alunorte no Centro Comunitário de São Lourenço onde se direcionavam as atividades a oferecimento de cursos, trabalhos coletivos (mutirões) e intermediação de serviços entre comunidade e empresas, sem assumir um papel mais reivindicatório e combatente: “O controle que a fábrica Albrás/Alunorte exerce sobre o Centro, através do trabalho que realiza junto à sua diretoria, sempre procurando direcionar as

reivindicações para atender a seus interesses” (VASCONCELOS, 1996, p. 43) e até através de inserção direta de pessoas vinculadas à empresa na própria diretoria.

Teixeira e Oliveira (1995) identificaram esta estratégia direta das empresas nas comunidades através dos seus centros comunitários. Havia diversos interesses, como a hegemonia no contexto das lutas e organização dos trabalhadores; diminuição do seu custo global de produção, isenção de imposto, transferência de responsabilidades de impactos ambientais, recaindo sobre as microempresas comunitárias; além de diminuir o seu custo global de produção ao ter atendido a sua demanda por determinados serviços necessários ao conjunto de atividades dos empreendimentos.

Nesta formação de associações nas novas e velhas comunidades, com maior ou menor grau de interferência do poder público e Estado, uma experiência de resistência ao deslocamento e desagregação forçados se tornou uma referência para as demais lutas. Nos anos 1990, com a chegada de novas empresas⁶ a comunidade tradicional da Montanha, situada na beira do rio Pará, foi forçada a sair do lugar pela empresa Pará Pigmentos. Sabendo dos impactos que os moradores de outras comunidades sofreram nos deslocamentos, a comunidade se organizou para garantir reassentamento coletivo com garantia de direitos num novo lugar chamado Curuperé, como acompanharam e analisaram Fialho Nascimento (1999) e Carmo (2010). Organizaram-se na Associação dos Trabalhadores Rurais de Curuperé (ASTRC) em 1991 com o apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barcarena (STRB) e as assessorias da Comissão Pastoral da Terra (CTP) e Universidade Federal do Pará (UFPA)/Curso de Serviço Social:

[...] através de um projeto de extensão do curso de Serviço Social que desenvolveu ações que suscitem a participação e o esclarecimento dos moradores como cursos, oficinas e palestras, além de apoio para questões

⁶ Além do beneficiamento da bauxita pela Albras/Alunorte e do caulim pelas empresas IMERYS Rio Capim Caulim e Pará Pigmentos, o município passou a sediar a VOTORANTIM na fabricação de cimento, a USIPAR na produção do ferro gusa, a ALUBAR na fabricação de cabos de alumínio, a BUNGE na fabricação de adubos, a BURUTIRAMA, na fabricação de lingotes de manganês, a TECOP, na produção de coque de petróleo e os mais recentes portos da TERFRON e da HIDROVIAS DO BRASIL para exportação de soja (FIALHO NASCIMENTO; HAZEU, 2015)

cotidianas dos associados como elaboração de pautas de reivindicação; de abaixo-assinados entre outros (PALHETA, 2005, p. 72)

Mesmo organizado, as famílias sofreram novo deslocamento (coletivo) do lugar (Curupéré) onde foram reassentados até um novo lugar (Vida Nova). A negociação sobre este novo deslocamento dividiu a comunidade e deixou novas marcas e traumas profundos. A formação da resistência por parte das famílias da Montanha se pautou num processo necessário e forçado de aprendizagem na prática do deslocamento, como mostra Carmo (2010), em seu estudo da comunidade deslocada duas vezes seguidas, da Montanha para Curupéré e de Curupéré para as comunidades Nova Vida e Massarapó. Ele chama esta aprendizagem de “pedagogia do deslocamento”, com dimensões de *luta por direito, solidariedade e compreensão do mundo*:

Nos deslocamentos – são produzidos e partilhados saberes e fazeres. Trata-se de uma pedagogia que produziu competências – organizar, resistir, perceber criticamente sua condição, e enfrentar luta por direitos, mesmo diante da desestruturação das relações sociais em comunidade. Dito de uma outra maneira, os deslocamentos são formas de resistência da comunidade, que promoveram o aprendizado pelo impacto e o impacto pelo aprendizado (CARMO, 2010, p.191)⁷.

Os sentidos dados aos deslocamentos são diversos. Entre as perdas, a dor e a lamentação, o deslocamento é também uma possibilidade de mudança e aprendizado. Mas é um aprendizado que mantém a sombra permanente da insegurança, revelada na pergunta de Miqueias, morador de Nova Vida: “Quando nós vamos parar em um local definitivo?” (CARMO, 2010b, p. 193).

No decorrer das décadas seguintes muitas novas empresas se instalaram e muitas famílias foram deslocadas através de processos violentos, desrespeitosos e traumatizantes. Hazeu (2015) registra que 2.582 famílias/titulares ou cerca de 10 mil pessoas, foram deslocadas entre 1979 a 2015. As bases de sustentação das comunidades foram abaladas, a pesca, agricultura, pequena produção e as relações de solidariedade e trocas sofreram duros golpes.

⁷ O espaço pedagógico é o vivido na prática da conscientização, para que o indivíduo se torne sujeito político da sua história. Ao se (re)apropriar do território, os seus membros tomam consciência das implicações do seu uso e das disputas a enfrentar para continuar mantendo a sua territorialidade (CARMO, 2010, p. 192).

Não todos estes processos têm levado a novas resistências. A disputa mais emblemática ocorre neste momento no chamado Distrito Industrial, criado para instalação de novas empresas e do qual já muitas famílias foram deslocados, mas onde ainda permanecem mais que 1500 famílias, ameaçadas por novos empreendimentos e sofrendo com a poluição. Esta permanente ameaça, poluição e deslocamentos levaram a formação de um grupo de trabalho com algumas lideranças e fortes divergências dentro das comunidades e até entre as famílias sobre os rumos e formas de luta. Alguns moradores envolvidos nesta luta se inseriram em Barcarena Livre, buscando sua afirmação como moradores tradicionais e numa luta além de indenizações.

Além das comunidades tradicionais e deslocadas, outras comunidades de famílias não originárias também se formaram, em busca de terra e casa. Elas disputam áreas dentro e fora do núcleo urbano da Vila dos Cabanos. Espontâneo ou sob liderança de grupos específicos (como a Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar -Fetraf), elas têm ocupado algumas dessas áreas (como as comunidades Murucupi e Fazendinha). Os grupos estão em conflito e em negociação com o Estado, responsável pela questão fundiária das áreas, e ocorrem conflitos entre os diferentes grupos.

Com o funcionamento da indústria e portos, a ocorrência de dezenas de desastres ambientais e a poluição diária, os centros comunitários e novas organizações não governamentais (como o Instituto Barcarena Socioambiental) tem se mobilizado, pontualmente, com manifestações contra os acidentes e ações na justiça por indenizações. Este movimento tem levado a alguns ganhos isolados (por pessoas e certas associações), sem aglutinar as forças, ou até criado desconfianças e divisões.

1.3 SINDICATOS: DIREITOS TRABALHISTAS E RELAÇÃO COM AS COMUNIDADES

Na década de 1980 chegou um grande número de trabalhadores para a construção do complexo portuário-industrial-urbanístico, Alunorte, Porto da Vila do Conde e Eletronorte. Estes trabalhadores formaram uma associação que se transformou posteriormente em sindicato, como o ex-presidente do

Sindicato dos Trabalhadores da indústria da Construção e do Mobiliário de Barcarena e Abaetetuba (Sinticomba), Petronilo Alves (2015), explica:

Eu cheguei em Barcarena em oitenta e três e criei logo uma associação. Nesse tempo antes da Constituição de mil novecentos e oitenta e oito para se fazer sindicato tinha que passar por um processo de associação profissional, trabalhadores profissionais, pra depois entrar com o processo e se passava cinco, seis anos pra poder transformar em sindicato.

Na década em 1985, inaugurada a fábrica de Alumínio, Albras, cujos trabalhadores eram ligados ao Sindicato dos Metalúrgicos (SIMETAL) que, depois de ter sido presidido por décadas por uma “diretoria do pelego Paulo Menezes” (SANTIAGO, 2007, p. 227), se inseriu no “novo sindicalismo”, vinculado naquele momento ao em 1983 fundado Central Único de Trabalhadores. Sob o “comando do SIMETAL, com uma diretoria comprometida com o que de mais avançado havia no sindicalismo brasileiro” (Idem, 228), iniciaram-se greves maciças por melhores salários e condições de trabalho.

É o período em que as greves crescem numa proporção nunca vista antes, a tal ponto que em 1987, ocorreram 2.259 paralisações, e em 1989, o recorde de todos os anos, antes da onda neoliberal, 3.164 greves.

É nesse período que os operários da ALBRAS vivenciarão as lutas mais importantes da história do movimento sindical no Pará, principalmente a greve de agosto de 1990, onde conquistarão direitos econômicos e sociais importantíssimos, *com* piquetes de greve, assembléias democráticas, apoio dos familiares e solidariedade de sindicatos *versus* intransigência do Estado e dos patrões capitalistas

Bem perto dos operários da ALBRAS acontecia uma greve dos trabalhadores da construção civil, responsáveis pela ampliação das instalações do complexo Albras-Alunorte. (SANTIAGO, 2007, p. 201, 202)

O sindicato dos Metalúrgicos do Estado do Pará vinha passando na década 1990 por uma transformação de rumo. A linha “aguerrida” do primeiro momento foi substituída, pouco a pouco, por uma linha da negociação com a empresa, a tal ponto de se transformar em um “sindicalismo de resultados”.

A nova história do Sindicato começa em 1994 com apoio a eleição do Almir Gabriel do PSDB e completa o seu ciclo com a filiação ao Central de “direita”, como Antunes (1995b) havia caracterizado a Força Sindical. (SANTIADGO, 2007, p. 231). Em 2006 se fundou o Sindicato dos Metalúrgicos de Barcarena (SIMEB), ligado a confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos, da Força Sindical.

Outro sindicato, o Sindicato dos Químicos de Barcarena, foi fundado no dia 26 de junho de 1998, como iniciativa política de sindicalistas ligados à CUT e que teve o apoio de vários sindicatos Estaduais. Este sindicato representa os trabalhadores do Alunorte. Segundo Gilvandro Santa Brígida, atual presidente do sindicato e vice-presidente do sindicato em 2006, foi uma necessidade política, visto que o Sindicato Estadual dos Químicos era atrelado a Força Sindical e se manifestava apenas nos momentos de fechar o acordo coletivo dos operários químicos, sem participar das grandes discussões na base (SANTIAGO, 2007).

Devido à força dos sindicatos evidenciados nas décadas 1980 e 1990, tanto os sindicatos se tornaram alvo de forças conservadores (Força Sindical), como sofreram com interferências diretas por parte das empresas, influenciando nas eleições no sindicato e nas decisões internas. Os sindicatos, além de representar os interesses dos trabalhadores, em muitas ocasiões, foram solidários e atuaram junto com as associações de moradores na sua luta contra as empresas e contra o Estado em relação às desapropriações e reivindicações sociais

1.4 FÓRUM INTERSETORIAL DE BARCARENA: LIMITAÇÕES DA RESPONSABILIDADE SOCIAL

No fim dos anos 2000 e nos primeiros anos da década 2010 um novo espaço de resistência se constituiu em Barcarena, caracterizado por uma experiência de formação de lideranças de comunidades, movimentos e ONGs combinado com um diálogo institucionalizado entre empresas, poder público e sociedade civil.

Depois de (mais) um desastre socioambiental provocado pela empresa Imerys Rio Capim Caulim S/A, o MPE convidou, em 2008, no âmbito de um

Termo de Ajuste de Conduta - TAC, o Instituto Internacional de Educação no Brasil - IEB⁸ para apresentar um Projeto de Fortalecimento Institucional e também o Instituto Evandro Chagas para realizar pesquisas em Barcarena.

Durante oito anos foram realizadas atividades de “fortalecimento da sociedade civil” e a formação de um Fórum Intersetorial de diálogo com representantes de empresas privadas, organizações da sociedade civil e diferentes esferas de governo. O fortalecimento foi estruturado em torno de processos formativos, com oficinas e cursos temáticos, diagnóstico sobre a situação legal das organizações da sociedade civil e levantamentos e mapeamentos (MORAES; SILVA, 2013).

A experiência do Fórum Intersetorial trouxe ganhos significativos na formação e capacitação de lideranças e representantes da sociedade civil (comunidades, associações, sindicatos, movimentos) e possibilitou uma aproximação e articulação entre as diferentes comunidades e pessoas.

Um aprendizado e reflexões em relação ao processo de formação do Fórum podem ajudar entender a situação atual no qual o movimento Barcarena Livre nasceu. Das 70 organizações inicialmente envolvidas, durante o processo de capacitações e formação do Fórum, a participação tem diminuído. Evidenciou-se a complexidade da organização da sociedade civil em Barcarena, cujas contradições e conflitos internos precisam ser foco de reflexão e estratégias de articulação.

Nas estratégias da sociedade civil em relação aos conflitos socioambientais um Fórum com modelo de diálogo se torna automaticamente um campo de disputas e foco de estratégias de cada participante. Uma análise destes atores e correlação de forças é importante. A presença das empresas no Fórum, por exemplo, é dominada pela empresa norueguesa Hydro através de suas subunidades (Albrás, Alunorte, ABC), e se faz presentes através de representantes profissionais de comunicação e relação com a comunidade.

⁸ O IEB é uma ONG nacional, que se identifica como “terceiro setor” e que institucionalmente aposta no diálogo entre empresas, governo e sociedade civil para a conservação dos recursos naturais, com “compromisso com a sustentabilidade, o respeito à pluralidade e à diversidade, a justiça e a equidade social” (IEB, 2017).

Outras empresas são praticamente ausentes. Esta presença monolítica e profissional da empresa tende a submeter o Fórum a um funcionamento dentro dos limites postos pela Hydro.

A representação do poder público se restringe a presença factual de representantes do governo municipal, enquanto outros atores cruciais, como o Governo do Estado e da União não fazem parte do Fórum.

Um debate fundamental em relação ao Fórum é a sua própria essência de existência: um espaço de diálogo para provocar transformações sociais e ambientais no município. Com uma presença minoritária da sociedade civil na coordenação, da Hydro como maior empresa existente em Barcarena e somente representantes do Governo Municipal, pode-se falar num diálogo entre desiguais, em termos de força, representação e interesses. No boletim do IEB, representante da Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG), Aldalice Otterloo formulou esta questão assim: “O diálogo como forma de luta social tem crescido muito. Porém, é necessário monitorar os desdobramentos dos acordos celebrados no Espaço Público.” (IEB, 2011, p. 2). Vale ressaltar que muitas lideranças em Barcarena se fortaleceram e adquiriram conhecimento e força política dentro deste projeto e algumas delas fazem parte também do Movimento Barcarena Livre.

1.5 RETOMADA DE TERRITÓRIOS TRADICIONAIS

Outro movimento, mais independente e com importante contribuição da Universidade Federal do Pará e do Ministério Público Federal, é formado por comunidades tradicionais que começam, a partir da primeira experiência de luta e conquista da comunidade quilombola Burajuba, organizar-se de forma articulada, para lutar pelo reconhecimento de suas comunidades como comunidade tradicional e conseguir a certificação e titulação. Segundo Maia e Marin (2015) os quilombolas de Burajuba esboçam uma força política no município, por meio de sua associação uma “unidade de mobilização” que aglutina por laços de solidariedade grupos em situações sociais diferenciadas de Barcarena. Nas sucessivas ações de expulsão praticadas pela CODEBAR, a comunidade liderava as manifestações nas vias públicas, enfrentava polícia, e a associação conseguia

aglutinar pessoas de outras comunidades para engrossar o movimento.

Depois da Buruajuba, os quilombolas indígenas dos sítios São João, Conceição, Cupuaçu e Gebrie de São Lourenço retornaram às terras às margens do rio Murucupi na década de 2000. Este movimento conseguiu garantir em 2016 o Certidão de Autodefinição da Fundação Palmares para todas estas comunidades, que enfrentam ainda muitos desafios, desde a sua coesão e organização interna dentro das comunidades, a afirmação legal de todos seus direitos e as constantes ameaças de invasão de seus territórios. Novas/tradicionais comunidades estão ensaiando repetir este movimento:

Este processo de “resistente existência” se dá por meio de suas lutas pelo território e condições de reprodução social. Coser (1961) defende que o conflito serve para estabelecer e conservar a identidade e as linhas de fronteira com relação ao mundo social. A função do conflito é manter e estabelecer a identidade do grupo, que se estende a análise da questão da consciência e da identidade de classe (MAIA, MARIN, 2015, p. 11).

Neste contexto nasce Barcarena Livre. Não composto por representantes, mas por ativistas, militantes, moradores que procuram novas formas de mobilização e ação dentro de um coletivo de pessoas que primam pela independência, solidariedade, oposição ao modelo de desenvolvimento capitalista e dependente imposto no município.

2 BARCARENA LIVRE: A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DO NOVO MOVIMENTO SOCIAL

O Movimento Barcarena Livre se constituiu pela defesa dos direitos de grupos sociais e comunidades tradicionais à terra e à preservação do ecossistema da floresta via confronto aos outros interesses ligados às empresas mineradoras e de infraestrutura logística. Sua gênese é a organização sistemática do enfrentamento, produtor de antagonismo que consiga desestabilizar a agenda de expansão do capital produtivo e financeiro em Barcarena, como projeto hegemônico e inexorável com vistas à transformação social. Por essa razão, o mosaico de lutas e organização social, resgatados nas seções anteriores, estão alinhados e foram inspiradores para a formação deste novo movimento social

em Barcarena.

Barcarena Livre é o fruto de uma mobilização complexa de dois grupos da Universidade Federal do Pará, nos quais pesquisadores com histórica atuação de pesquisa e extensão no município de Barcarena se juntaram com movimentos sociais. Estes pesquisadores, ao organizar um seminário sobre desastres da mineração como resposta ao desastre em Minas Gerais em novembro de 2015, visaram abrir um debate sobre a lógica da mineração capitalista e seus inerentes efeitos desastrosos para as comunidades e o meio ambiente. Os pesquisadores visitaram várias comunidades em Barcarena e conversaram com representantes e moradores, tanto para convidá-los para o seminário quanto para colher sugestões para a programação e sua disposição para contribuir como palestrantes no seminário. Um grupo destes moradores das comunidades expressou o desejo de aprender usar ferramentas de comunicação para poder fortalecer suas lutas e pediu para realizar, juntos, um seminário sobre desastres da mineração no próprio município de Barcarena.

Na oficina de comunicação ministrada por doutorandos do NAEA, realizada em Barcarena com cerca de 15 pessoas das comunidades construíram um site e a estratégia de sua alimentação, um grupo no *whatsapp* e ideias para a mobilização das comunidades para o seminário sobre desastres da mineração em Barcarena. Nasceu naquele momento um novo movimento, independente de influências de ONGs externas, de partidos políticos, das grandes empresas e do poder público. O movimento que se chamou “Barcarena Livre”, livre da dominação pelo grande capital, livre para poder decidir sobre seu próprio destino.

A crescente mobilidade do capital em Barcarena e as formas de resistência existentes tem reconfigurado o campo político do município, pois se de um lado é verdade que as empresas mineradoras estão mais articuladas ao processo de produção e comercialização exigidos pela globalização economia, por outro lado, é sintomático a crescente consciência política, forjada na histórica daqueles que são vítimas de um processo de exclusão socioespacial, cuja a tônica é: garantir a diversidade das identidades na unidade da luta e investir em conhecimento para produzir containformação. Neste sentido, os conflitos territoriais, as injustiças sociais, o racismo ambiental e os desastres socioambientais sentidos historicamente no município não podem ser considerados inexoráveis, pois

na dinâmica dialética da história há contra-movimentos que emergem e vêm esses episódios como energia para a organização social e política.

O movimento Barcarena Livre e seu vínculo com as demandas históricas materializam a perspectiva de classe e a demarcação do campo democrático-popular que atua, associando-se às linhas de investigação de grupos de pesquisa que também se propõe a refletir sobre os processos de destruição e exclusão socioespacial presentes no município. Os avanços e grande penetração dos processos de produção mineral associado ao domínio sobre a terra provocam reações, mobilizações e resistências.

As primeiras inserções do Movimento Barcarena parecem indicar a formação de um movimento de intervenção social que combina objetivos de afirmação de identidade tradicional, organização social para conquista de direitos, capacitação organizativa e formação política e ideológica, procurando desenvolver conhecimentos, competências e métodos necessários para a produção da luta social. Pode-se dizer que as circunstâncias históricas requerem processos de sistematização que organizam fatos e memórias e ordenam ideias a fim de ampliar as estratégias e as táticas de reivindicação, como forma de trabalhar coletivamente o aprendizado e dialeticamente concebida, numa perspectiva do confronto com o já estabelecido, gerando contra-hegemonia no pensar, dizer e criar. Por isso, livre, forte e coletivo são princípios vividos e concebidos nas práticas do movimento. O enfrentamento com contra-informações e conteúdo são formas de se fazer notar e incomodar a estrutura. Assim aconteceu nas audiências no Plano Diretor, nas reuniões com o Ministério Público Federal, nos fóruns das Secretarias Municipais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em que pese os tempos e espaços diferenciados, a organização e as lutas dos movimentos sociais em Barcarena estão ligados à denúncia da violência e destruição causada pelo capital e às estratégias de continuarem (re)existindo nos seus espaços em disputa territorial. Foi neste contexto de avanço da reestruturação produtiva que o protagonismo de grupos sociais, comunidades tradicionais e populações nativas que surgiram estratégias de resistência e

formação de grandes experiências de mobilização que já duram quatro décadas. O papel político e estratégico do novo movimento social Barcarena Livre está ligado àquelas práticas históricas na medida em que enfrenta o controle político e a dominação/apropriação do território, reatualizando formas, conteúdos e métodos de luta, inclusive com alcance nas esferas regional e federal.

Aliado a isso, os grupos de pesquisa que acompanham e assessoram o Movimento Barcarena Livre têm feito um esforço teórico-prático fundamental para ressignificar pesquisas e metodologias de extensão, sendo ganho na formação mais ampliada e efetiva de profissionais das áreas de humanas. A conduta de atuação é pela valorização da diversidade do movimento em sua composição por entender que a natureza das identidades reflete a própria história dos grupos sociais excluídos na Amazônia. Entende-se também que a transformação de novas realidades a partir da atuação de movimentos de resistência no município, como o Movimento Barcarena Livre, torna imperativa a necessária argumentação e a proposição na medida em que os grupos sociais têm o que dizer e propor para mudança social.

Por essa razão, houve uma linha orientadora de ação-reflexão com o movimento Barcarena Livre que foi: ampla expressão do que sentem e a garantia da enunciação da palavra daqueles que lutam. As narrativas que buscam identificar e descrever percursos históricos e as experiências e vivências com seus antecedentes e conteúdos compõem o quadro das contradições e avanços são a matriz formativa e informativa desenvolvida coletivamente pelo Movimento, tendo como foco principal as relações históricas e sociais em que grupos sociais se encontram nas estruturas de dominação do capital no município. Nesse percurso denso e tenso, marcado por *indisocrasias, apenas uma permanência e constância: a vontade e disposição histórica e social de dotar Barcarena de um outro projeto de cidade, desta vez, livre e humana.*

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de. Terras tradicionalmente ocupadas – processos de territorialização e movimentos sociais. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*. V. 6, n. 1. ANPUR. 2004, p. 9-32

ANDES. Proposta do Andes-SN para a Universidade Brasileira. *Cadernos ANDES*, n. 2, jan./2013. Brasília/DF.

BRASIL. PLANO NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA.

CARMO, E.D. *O Território educa e politiza na(s) Amazônia(s): os processos socioculturais da comunidade nova vida e as dinâmicas de expansão industrial em Barcarena*. 230 f. 2010. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

FIALHO NASCIMENTO, N.S. *O Destino de uma comunidade “caboca” frente a um projeto (o caso Montanha/Curupeté)*. 1999. 177 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Centro Sócio Econômico, Universidade Federal do Pará, Belém, 1999.

FIALHO NASCIMENTO, Nadia Socorro; HAZEU, Marcel Theodoor. Grandes empreendimentos e contradições sociais na Amazônia: a degradação da vida no município de Barcarena/Pará. *Argumentum* (Vitória), v. 7, p. 288, 301, 2015.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS – FORPROEX. *Indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão e a flexibilização curricular: uma visão da extensão*. Porto Alegre: UFRGS; Brasília: MEX/SESu, 2005.

HAZEU, M.T. *O NÃO-LUGAR DO OUTRO: sistemas migratórios e transformações sociais em Barcarena*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2015.

IAMAMOTO, Marilda Villela. *Renovação e conservadorismo no Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1992.

IEB. *Boletim Informativo dos Projetos de Fortalecimento Institucional de Barcarena*. Edição III, julho a outubro de 2011.

IEB. *Relatórios de auditoria (2008-2014)*. IEB, Disponível em <<http://www.iieb.org.br/index.php/o-ieb/transparencia/>>. Acesso em: 23. jan. 2016.

LEITE, Maria da Trindade Ferreira; NUNES, Benevina Maria Vilar Teixeira. Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária – um resgate histórico 1975-1986. *Revista Texto Contexto Enfermagem*. Florianópolis, 2009 jul.-set., 18(3): 427-35.

LUCKESI, Cipriano Carlos. *Filosofia da Educação*. São Paulo: Cortez, 1994.

MAIA, M.L.S.; MOURA, E. A reorganização do espaço de trabalho e do espaço doméstico da família de *Barcarena*. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, p. 81-90, 1989. Disponível em: <<http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/viewFile/1428/1405>>. Acesso em: 20 set. 2014.

MAIA, R.O.M, MARIN, R.E.A. A arte da resistência de comunidades tradicionais em Barcarena (Pará) face à ordem do progresso industrial. *Anais... 38 Encontro Anual da ANPOCS*, 2014.

MORAES, M. R. L. NETO, S.F.; SILVA, J.G.C. (Org.). *Fortalecimento institucional e criação de espaço público: sistematização da experiência em Barcarena, Pará*. Belém: Instituto Internacional de Educação do Brasil, 2013.

PALHETA, Rosiane Pinheiro. *Movimentos sociais e reivindicações populares em torno das empresas de transformação mineral em Barcarena: um estudo da atuação das associações de moradores e trabalhadores rurais*. 140f: Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Belém, 2005.

PETRONILO – Entrevistas realizadas em 2015 por Rosane Maia e por Marcel Hazeu. SANTIAGO, João Carlos da Silva. *Trabalho e Capital na Amazônia Oriental: Movimento Operário versus reestruturação produtiva no Complexo Albrás-Alunorte 1990 a 2005*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais, PPGCS/CFCH/UFGA, março/2007.

TEXEIRA, J. B.; OLIVEIRA, E. E. A política social da Albrás destinada às populações ribeirinhas. In: Castro, E.; Moura, E.; Maia, M. (Org.). *Industrialização e grandes projetos: desorganização e reorganização do espaço*. Belém: UFPA, 1995. p. 261-284.

VASCONCELOS, A.M. de A. *Transformações sociais e lutas cotidianas no Laranjal em Barcarena*. Belém: Unama, 1996.

COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA DIGITAL COM *SOFTWARE* LIVRE PARA OS MOVIMENTOS SOCIAIS DE BARGARENA: UMA PROPOSTA EXTENSIONISTA PARA O CAMPO DA MINERAÇÃO

*Jader Gama*¹

*Larissa Carreira*²

*Jondison Rodrigues*³

INTRODUÇÃO

O município de Barcarena está localizado na mesorregião Baixo Tocantins, cuja população estimada, em 2015, é de 115.779 habitantes e população residente de 99.859. Possui 1.310,588 km² de unidade territorial e densidade demográfica de 76,21 hab/km² (IBGE, 2016). Ao mesmo tempo “goza” de: um dos piores Índices de Desenvolvimento Humano Municipal - 2010 do estado do Pará, 0,662; uma desigualdade de renda absolutamente assimétrica, de R\$ 278,00 de rendimento nominal mediano mensal per capita dos domicílios particulares permanentes – rurais, e, dos domicílios urbanos, de R\$ 300,00 (IBGE, 2016). Contudo, detém o maior volume de transações comerciais da RI Tocantins⁴,

¹ Graduação em Processamento de Dados pela UFPA. Especialista em Tecnologias em Educação pela PUC-RJ (2010). Mestre em Planejamento do Desenvolvimento e doutorando do PPG em Desenvolvimento Sustentável do Tópico Úmido do NAEA/UFPA. Membro do Grupo de Pesquisa GETTAM.

² Graduação em Comunicação Social pela FACOM/UFPA. Mestre em Planejamento do Desenvolvimento e doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido/NAEA/UFPA. Membro do Grupo de Pesquisa GETTAM.

³ Licenciado em Ciências Naturais. Especialista em Educação Ambiental e Uso Sustentável dos Recursos Naturais pela UFPA. Mestre em Ciências Ambientais pela UFPA. Doutorando em Ciências Socioambientais pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/NAEA/UFPA. Membro do Grupo de Pesquisa GETTAM.

⁴ A Região de Integração (RI) congrega: Barcarena, Abaetetuba, Acará, Baião, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba, Moju, Oeiras do Pará e Tailândia (FAPESPA, 2016).

que giram torno de US\$ 2.257.864.998, em exportação⁵ (FAPESPA, 2016).

Essa localização de Barcarena, banhada por rios, aponta sua formação histórica e socioeconômica, ligada a dinâmica das marés e das populações tradicionais e ribeirinhas, particularmente tribos indígenas e, posteriormente, aos caboclos (CARMO, 2010). Segundo o IBGE (2016), os primeiros habitantes foram os índios Aruans⁶, os mesmos que durante a Colônia foram catequizados pelos padres jesuítas, elevando, posteriormente, o povoado à categoria de freguesia, sob a invocação de São Francisco Xavier de Barcarena, no ano de 1758.

Antes de 1709, as terras, hoje ocupadas pelo município de Barcarena, eram conhecidas pelo nome de Fazenda Geribirié e, mais tarde, como Missão Geribirié, de propriedade dos padres jesuítas, antes de se converter em Freguesia de São Francisco Xavier de Barcarena⁷. Até o município ser elevado à categoria de município, com a denominação de Barcarena, pelo decreto-lei estadual nº 4505, de 30.12.1943, desmembrado de Belém (IBGE, 2016) havia transcorrido um processo marcado pela

colonização, dominação, escravatura e resistências, foram construídas novas identidades, novos territórios (relação política e cultural com o espaço vivido) e novas relações sociais. Além do alto grau de exploração, do avanço da dominação dos colonizadores sobre o espaço e das pessoas disputando entre si, o movimento de resistência a esta dinâmica de ocupação promoveu a fuga e a constituição de novas comunidades de indígenas, africanos e caboclos (“indígenas destribilizados”), quilombolas ou mocambos, novas territorializações, novas mobilidades e uma outra dinâmica migratória “rebelde”, dentro do sistema migratório que caracterizava este período (HAZEU, 2015, p.75).

⁵ Os principais produtos exportados são a alumina (53%) e o alumínio (30%). Destaque também para a exportação de boi vivo (14%) e de caulim (7%) (FAPESPA, 2016).

⁶ Os povos indígenas que moravam na região de Barcarena na época da chegada dos jesuítas, eram os Aruãs e Martiguras.

⁷ Segundo o IBGE (2016), o nome desse município se originou da presença, no assentamento populacional, de uma grande embarcação que havia sido batizada como Arena, e à qual os habitantes do lugar chamavam de barca. A junção das duas palavras fez com que a localidade ficasse conhecida com Barcarena.

Esse processo de acumulação por espoliação (violação de direitos, violência simbólica, racismo ambiental) (HARVEY, 2014) intensificou-se em Barcarena, de um ordenamento territorial e modernização para chegada de grandes agentes econômicos, no qual o Estado brasileiro segundo Nahum (2008) assume, então, papel de avalista da internalização dos interesses externos, representados na Amazônia, entre outros, pelos grandes projetos e empreendimentos minero-metalúrgicos e hidroelétricos (NAHUM, 2008). Ainda segundo Nahum o governo federal ofereceu aos empreendedores da ALBRAS/ALUNORTE⁸ uma série de incentivos visando atrair para a região a planta industrial de alumínio. Entre esses incentivos estava a oferta de energia, com a construção de usinas hidrelétricas, no qual incluía a Usina Hidrelétrica de Tucuruí, que seria a fornecedora de energia aos grandes projetos de produção minero-metalúrgicos.

O Estado brasileiro foi financiando e criando as condições infraestruturais e normativas para viabilizar a ALBRAS - Alumínio Brasileiro S.A. Com isso, provocou:

A desterritorialização do colono, a expropriação da sua terra, destruiu a unidade familiar de produção e os laços sociais alicerçados começam a romper-se. Os sítios foram eliminados da fração do território onde estão o complexo ALBRAS/ALUNORTE e outras empresas que posteriormente chegaram, deixam de ser a unidade produtiva predominante na economia barcarenense. A unidade de produção familiar foi quebrada, política e territorialmente, para que a força de trabalho aí disponível e a migrante fossem utilizadas e empreendessem a edificação dos sistemas de objetos necessários à produção e circulação de alumínio primário (NAHUM, 2008, p. 71).

⁸ Segundo Nahum (2008, p. 73): “Empresa produtora de alumínio primário, a Albrás possui, atualmente, a maior capacidade instalada do Brasil. Ela foi implantada, no final dos anos 70, resultado de um acordo binacional entre os governos do Brasil e do Japão. Ela tem como acionistas a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) com 51% do capital, representada por sua subsidiária Vale do Rio Doce Alumínio - S/A ALUVALE- à época a CVRD não era totalmente privatizada, o que ocorreria em 1997; e a Nippon Amazon Aluminium Co. Ltda (NAAC), uma associação de 32 empresas japonesas, com 49% do capital. O investimento total para implantação da Albrás foi de US\$ 1,5 bilhão. A área definida para a instalação do complexo industrial produtor de alumínio em Barcarena, localizado a 7 km da sede do município [...]”.

Com isso veio se suprimindo o território enquanto um espaço de abrigo, produção, cultura, aprendizagem, identidade, relações afetivas e histórias de muitas gerações (CARMO, 2010). Acompanhado disso os movimentos sociais de Barcarena começaram de forma truncada a fortalecer-se e desfortalecer-se. Segundo Hazeu (2015), as primeiras formas de resistência organizada foram iniciadas entre as famílias deslocadas nos anos 1980, ao questionar os valores e até o não pagamento das indenizações. Ainda segundo Hazeu, as negociações se aprimoraram e algumas comunidades se politizaram, principalmente aquelas que contavam com uma organização interna consistente (via igreja, sindicato ou centro comunitário). Para as comunidades, os resultados da resistência ficaram aquém do esperado e desejado, causando decepção, frustração e traumas que levaram ao desânimo, desarticulação e ao enfraquecimento das mobilizações, das lutas e dos movimentos sociais (HAZEU, 2015).

Para Carmo (2010) e também Hazeu (2015) a resistência e a mudança de lugar trouxeram aprendizagens para a comunidade e as pessoas diretamente atingidas. Essas aprendizagens forçadas ajudaram a entender o funcionamento do Estado, o significado de direitos constitucionais, as contradições do mundo “moderno” e a importância de educação, formação, aliança e organização.

As reflexões de Carmo e Hazeu são pertinentes, contudo, os autores não realizaram uma reflexão, formação e/ou debateram as divergências (que separam) políticas, ideológicas e até religiosas dentro dos movimentos sociais. Acreditamos⁹ que para avançar e integrar as multiplicidades ideológicas, precisamos ir ou partir da radix (raiz), isto é, é preciso identificar o que os separa, como forma de unir esforços em ações contra-hegemônicas. Além disso, precisamos nos convencer que os conflitos estão imersos (são comuns) no campo de luta dos movimentos sociais (BOURDIEU, 1999).

Assim o objetivo do artigo é mostrar a experiência desenvolvida junto aos movimentos sociais e lideranças de Barcarena, a partir de formações sobre comunicação e cultura digital, cuja importância é a busca de unir a diversidade

⁹ Nossa crença não se pauta em convicção de cunho pessoal, mas a partir de pesquisas, principalmente no Oeste do Pará, no qual acontecem exatamente esses conflitos entre esses movimentos sociais.

ou divergências ideológicas e políticas dos movimentos sociais e a inserção em outra esfera de luta, que é a rede global de fluxos de informações e resistências.

As oficinas tiveram início em 08 de abril de 2016, com o título: I Oficina de Comunicação Comunitária e Cultura Digital em Barcarena-PA. A iniciativa fez parte de uma série de ações propostas, sobretudo pelos movimentos sociais de Barcarena, durante o Seminário Desastres da Mineração: Pará e Minas (25 e 26 de fevereiro de 2016), realizado nas dependências da Universidade Federal do Pará e organizado pelo GETTAM/NAEA (Grupo de Estudo sobre Estado, Território, Trabalho e Mercados Globalizados na Amazônia) e o LABPSAM/ICSA (Laboratório de Pesquisa e Práticas Sociais na Amazônia) e iBASE.

A oficina teve o objetivo de promover a instrumentalização e apropriação de ferramentas tecnológicas de comunicação digitais livres por parte dos movimentos sociais. Tudo como forma desse campo usarem/utilizarem-se como estratégias (coesão e articulação em rede) contra-hegemônicas. Estratégias ancoradas na produção colaborativa entre pares (SILVEIRA, 2014a).

Nesse contexto foram utilizadas “novas” (propostas) formas de organização na chamada era digital, no qual foram realizadas atividades práticas concernentes à produção e publicação de conteúdos digitais, entre elas destacam-se os seguintes conteúdos: i) redes sociais, tecnologias da informação e comunicação; ii) edição de conteúdos multimodais (edição de áudio, edição de vídeo, edição de imagens e gerenciadores de conteúdo para web); iii) além de *softwares* livres de mensagens instantâneas criptografadas, tudo como forma de “Hemos traído la apuesta hacker, como un movimiento que al margen, en los límites, nos proporciona algunas ideas de creación y al mismo tiempo de resistencia en el ámbito de la cibercultura” (RUEDA-ORTIZ, 2004, p. 70) e das contradições e desigualdades produzidas pelo capitalismo e a expansão do capital (HARVEY, 2014).

Além disso, há um forte debate político e geopolítico sobre Barcarena no contexto de integração desse “território” (SILVA, 2003) a redes produtivas e logísticas – fornecedores, transportadores, distribuidores e clientes (MONIÉ, 2011), isto é, ao eixo de articulação global de fluxos materiais e imateriais

intra/extraescalar (RODRIGUES, Jondison; RODRIGUES, Jovenildo; CASTRO, 2014). Em síntese há uma macrologística ou logística global de mundialização de trocas altamente conectadas e financeirizadas (CHESNAIS, 2003), pautada na organização espacial de atividades de uma empresa ou de grupo de empresas através de cadeias logísticas que se entrecruzam no tempo e no espaço em um sistema de redes (SILVEIRA, 2011).

1 ESFERA PÚBLICA MUDIATIZADA E CIDADANIA VIRTUOSA (HABERMAS – ESFERA PÚBLICA E DELIBERAÇÃO)

A característica deliberativa da esfera pública se constitui pela discussão de pessoas, grupos de pessoas ou instituições com o objetivo de se alcançar o entendimento e consenso por meio da argumentação. Segundo Habermas (1984), a origem da esfera pública estaria relacionada com o desenvolvimento do capitalismo mercantil do século XVII nos países da Europa; constituir-se-ia em um novo espaço que não estaria nem na esfera do Estado e nem na esfera privada, sendo um espaço público, ou seja, acessível a qualquer indivíduo, onde as pessoas poderiam discutir de forma racional e livre, e chegar a um “consenso” através da argumentação, sendo a “esfera das pessoas privadas reunidas em um público” (HABERMAS, 1984, p. 42), que resultaria na opinião pública.

Esse modelo de esfera pública pretendia tornar públicas as reivindicações dos indivíduos e grupos junto no poder estatal. Para isso, algumas características são fundamentais para efetivar o processo de discussão racional, a exemplo da comunicação, que permite aos indivíduos e grupos manifestarem as suas demandas e pedidos individuais e coletivos, para que por meio da argumentação cheguem a um “consenso” sobre determinado assunto, tornando possível assim à legitimidade da opinião pública (HABERMAS, 1993). É importante ressaltar que as transformações ocorridas mediante a inserção dos meios de comunicação nas sociedades industriais transformou-as de “sociedade dos meios” a “sociedade midiática”, sendo a primeira aquela em que os meios de comunicação de massa foram progressivamente instalados, a exemplo do rádio e da televisão, e a segunda em que a presença das mídias transformou em profundidade as práticas sociais e institucionais (VERÓN, 2004).

Essa passagem das sociedades midiáticas para as midiaticizadas expressas “a adaptação das instituições das democracias industriais às mídias, tornando-se estas últimas as intermediárias incontornáveis da gestão social” (VERÓN, 2004, p. 278). Essas mudanças são base para a compreensão da relação do “campo” midiático no processo comunicacional das empresas (mineradoras) e dos movimentos sociais, bem como da enunciação de discursos na esfera pública contemporânea. Isso é imprescindível, para que não se cometa o erro de “estreitamento ético dos discursos políticos” (HABERMAS, 1995, p. 44), isto é, é necessário que se compreenda que (fazer) a política constitui (ou, aliás, não se deve constituir) de meras questões relativas à autocompreensão ética dos grupos sociais, mas, sobretudo pela ação interligada e coerente entre agentes sociais produtores de transformações.

Essa política vem constituindo, infelizmente, as estratégias das empresas responsáveis por essas atividades econômicas na região barcarenense, no qual é produzido um considerável volume de informações acerca dos projetos e das suas ações. Essa produção de comunicação empresarial é veiculada para a população local, bem como para o público regional, por meio de comunicação corporativa, e dispersada na capital paraense e barcarenense, e também para outros países, a exemplo do site das empresas (IMERYYS e ALBRAS/ALUNORTE) que é traduzido para o inglês e alemão.

Todos os grandes investimentos que estas e outras multinacionais fazem na área da comunicação buscam consolidar uma imagem positiva nos seus públicos. Tais ações resultam na criação de uma imagem de “uma empresa pró-ativa, que trabalha com o desenvolvimento sustentável, que se preocupa com o meio ambiente e a responsabilidade social, ganhando público devido à estratégia de comunicação estruturada das empresas” (PRESLLER, 2004, p. 126).

No entanto, a imagem e o discurso, criados pelas mineradoras de Barcarena, nem sempre condizem com a realidade dos fatos e com o contexto percebido pelos moradores, a exemplo do ocorrido na comunidade Burajuba após a implantação da ALBRAS-ALUNORTE em 1980, no qual ocorreu um intenso conflito entre as empresas e os comunitários, advindos, sobretudo das desapropriações e indenizações baixíssimas (HAZEU, 2015).

Já os movimentos sociais organizados de Barcarena e a população em geral afetada pelos impactos sociais e ambientais causados pelas mineradoras, mesmo com insatisfação e prejuízo financeiro e muitas vezes de saúde, não conseguem produzir e divulgar as suas informações de forma equiparada às empresas. Isso se deve à desproporcionalidade do poder de produção de comunicação, as articulações políticas e apropriações instrumentais tecnológicas, que “captam os ecos dos problemas sociais que ressoam nas esferas privadas, condensam-nos e os transmitem, a seguir, para a esfera pública política” (HABERMAS, 1997, p. 99).

Portanto, o capital comunicacional (MATOS; NOBRE, 2013) está distribuído de forma desigual no campo do conflito, resultando na exacerbação das produções feitas pelas mineradoras, em detrimento às informações pautadas pela população organizada. A hegemonia do capital comunicacional e a possibilidade de fazer circular a informação contribuem para influenciar diretamente na constituição da opinião pública. Em suma, a concepção do exercício do poder é fundamental para a análise do nosso objeto, a tecnologia social de formação em comunicação comunitária e cultura digital com os movimentos sociais de Barcarena.

Consideramos que é mais importante a busca pela apropriação da tecnologia social de formação, para o entendimento de como os processos de sujeição se estabelecem, ou seja, como os processos que determinam os gestos, os comportamentos e como as práticas se constituem possibilitando o exercício do poder de determinado sujeito, em vez de nos focarmos na motivação que o leva a “dominar” (BOURDIEU, 1989). “Em outras palavras, ao invés de perguntar como o soberano aparece no topo, tentar saber como foram constituídos, pouco a pouco, progressivamente, realmente e materialmente os súditos, a partir da multiplicidade dos corpos, das forças, das energias” (FOUCAULT, 2007, p. 102).

A análise do poder deve ser considerada como fenômeno real que só se exerce em cadeia, em rede, estando sempre os indivíduos suscetíveis a exercerem e a sofrerem a ação do poder, ou seja, o poder passa pelos indivíduos em vez de ser aplicado neles (IBID, 2007). Cabe ressaltar ainda que para Foucault, a análise do poder deve considerar as “técnicas e táticas da dominação” (IBID,

p. 103), referente a aparelhos de saber que são postos em circulação para garantir o exercício do poder (BOURDIEU, 1989).

Temos então que a apropriação, por parte dos movimentos sociais, de ferramentas tecnológicas e metodologias de comunicação comunitária e cultura digital¹⁰, gere a produção e circulação de informações contra-hegemônicas àquelas que são produzidas pelas empresas, criando bases para a disputa de poder simbólico (BOURDIEU, 1989) na esfera pública de comunicação, mesmo que ainda com grande desproporcionalidade.

Assim, as implantações de metodologias autogestionadas de comunicação por meio das tecnologias sociais fomentam o exercício da cidadania de maneira virtuosa, na qual existe um estímulo aos comportamentos e virtudes cívicas da população de determinada cidade, em oposição à visão liberal de cidadania voltada para a intitulação de direitos (RAMOS, 2006).

A busca por uma cidadania ao serem realizadas ações formativas com movimentos sociais, visa à reaproximação dos pares (SILVEIRA, 2014), o reagrupamento de pessoas com interesses comuns e o fomento da colaboração, seguindo os princípios da ética hacker como a colaboração, participação responsável, paixão e liberdade (PRETTO, 2010). Assim, a implementação de ações formativas, na área de comunicação e tecnologia, está inserida no fomento e motivação de cidadãos virtuosos que possuem uma consciência crítica e virtudes cívicas.

2 TECNOLOGIA SOCIAL DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DIGITAL

A experiência da comunicação comunitária digital com os movimentos sociais e lideranças de Barcarena está ligada à tecnologia social, denominada Produtora Colaborativa Livre. Tecnologia social que transforma espaços

¹⁰ Segundo Gilberto Gil (2004), ex-ministro da cultura do Brasil: “cultura digital é um conceito novo. Parte da ideia de que a revolução das tecnologias digitais é, em essência, cultural. O que está implicado aqui é que o uso de tecnologia digital muda os comportamentos. O uso pleno da Internet e do software livre cria fantásticas possibilidades de democratizar os acessos à informação e ao conhecimento, maximizar os potenciais dos bens e serviços culturais, amplificar os valores que formam o nosso repertório comum e, portanto, a nossa cultura, e potencializar também a produção cultural, criando inclusive novas formas de arte”.

de inclusão digital em empreendimentos solidários de produção cultural e formação em cultura digital, como forma de “ocupar os espaços públicos, sejam eles físicos ou virtuais, é uma demanda premente àqueles que desejam conduzir suas vidas com autonomia e tentam resistir ao avassalador poder do capital financeiro” (FALCÃO LUNA; FERREIRA FILHO, 2014, p.85). Por tanto, um ciberativismo: seria uma espécie de desobediência civil eletrônica e o “hacktivismo”, isto é, um conjunto de práticas em defesa de causas políticas, socioambientais, sociotecnológicas e culturais, realizadas nas redes cibernéticas, principalmente na Internet (SILVEIRA, 2010)¹¹.

Contudo, a iniciativa fez parte de uma série de ações propostas, sobretudo pelos movimentos sociais de Barcarena, durante o Seminário Desastres da Mineração: Pará e Minas (25 e 26 de fevereiro de 2016), realizado nas dependências da Universidade Federal do Pará e organizado pelo GETTAM/NAEA e o LABPSAM/ICSA e iBASE.

A partir do desastre¹² minerário de proporção regional ocorrido em Mariana-MG, e os sistemáticos desastres em Barcarena, advindos de duas grandes indústrias de transformação de minério (Caulim/Imerys e Alumínio/Albrás e Alunorte) (Quadro 1). Cabe destacar que o Seminário se inseria (e estava entrelaçado) no contexto do maior acidente ambiental/desastre ambiental do Brasil, ocorrido em Mariana-MG (no dia 5 de novembro de 2015), como também nos sistemáticos e constantes desastres (rejeitos de

¹¹ Um dos precursores desse ciberativismo foi o grupo autodenominado *Electronic Disturbance Theatre*. Esse grupo lançou uma série de ações de desobediência civil eletrônica contra o governo mexicano, em apoio ao movimento zapatista. Cercado e isolado pelos *mass media*, o subcomandante Marcos, utilizando a Internet, rompe o cerco e se torna o primeiro movimento de comunidades tradicionais a utilizar as redes digitais para sensibilizar a opinião pública internacional. O ciberzapatismo foi um dos movimentos que inspirou um conjunto de protestos antiglobalização de Seattle, como também contribuiu para o surgimento do Fórum Social Mundial.

¹² “Teoria dos desastres surge em grande medida como esforço do campo disciplinar sociológico e como uma alternativa à teoria dos *hazards*, tratando os desastres como um tipo específico de problema social que revela as singularidades dos modos de conflito e coesão social que afloram nesse contexto de crise. Além disso, esse campo também reconhece que os desastres desvelam a estrutura social existente e, assim, tornam mais visíveis as conexões entre as injustiças sociais precedentes e os grupos mais expostos aos perigos, bem como revelam o tipo diferenciado de exposição e de medida recuperativa adotada pelo ente público” (VALÊNCIO, 204, p. 3633).

Caulim/Imerys e Lama vermelha/Hydro) despejados em Igarapés e rios, em Barcarena-PA. O quadro 1 abaixo expressa os inúmeros e sucessivos casos de acidentes ambientais/desastres desde 2003, em Barcarena-PA.

Quadro 1. Cronologia dos principais acidentes ambientais em Barcarena desde 2003

Ano	Empresa	Danos ambientais
2003	Alunorte	Carreamento de lama vermelha para o rio Murucupi.
2003	Alunorte	Morte de peixes na praia de Itupanema, carreamento de efluentes.
2004	Alunorte	Nuvem de fuligem sobre Vila do Conde (resíduos de combustão de hidrocarbonetos lançados na atmosfera).
2006		Floração de algas no igarapé Mucuruça e na praia de Caripi
2006	Imerys	Contaminação de poços do bairro industrial por efluentes do processo de beneficiamento do caulim.
2006	Imerys	Lançamento excessivo de fuligem das chaminés da Imerys, atingindo o bairro industrial.
2007	Imerys	Carreamento de efluentes ácidos para os igarapés Curuperé e Dendê, atingindo o rio Pará.
2009	Alunorte	Carreamento de lama vermelha para o rio Murucupi
2010	Imerys	Nuvem de fuligem sobre o bairro industrial.
2011	Imerys	Rompimento de duto com efluentes ácidos, atingindo os igarapés Curuperé e Dendê.
2012	Imerys	Vazamento de caulim por uma fissura na tubulação que transporta polpa de caulim entre o porto e a planta da empresa, atingindo o igarapé Maricá.
2014	Imerys	Vazamento de caulim das bacias.

Fonte: Hazeu (2015, p. 116)

Além desses desastres há outras bacias de rejeitos sendo construídas, aliás, dentro de áreas de nascentes de rios e área de proteção ambiental. Construções essas que são produções de outros riscos e desastres. Como consequência desses desastres em Barcarena e em Mariana, Minas Gerais, e, sobretudo após a realização do primeiro Seminário Desastres da Mineração, foi deliberadas uma série encaminhamentos. Para fins deste artigo, vale destacar dois dos muitos pleitos solicitados:

- A realização de um segundo Seminário Desastres da Mineração em Barcarena-PA; e,

- Oficinas/cursos de formação sobre tecnologias da informação e comunicação para as lideranças comunitárias que atuam na região tanto urbana quanto rural de Barcarena.

Várias reuniões entre o GETTAM e o LABPSAM foram realizadas, e chegou-se à conclusão que o melhor caminho para a realização de um segundo seminário sobre desastres minenários em Barcarena, seria o envolvimento de todos os grupos locais interessados no debate resistência e embates em redes (SILVEIRA, 2014b).

Primeiramente foi feita uma formação de nivelamento entre os dois grupos de pesquisa, com o intuito de instrumentalizar alunos da graduação do curso de Serviço Social, a estarem aptos a ministrar as formações para os comunitários. No entanto, a adesão ficou muito abaixo do esperado, primeiro pela grande demanda de atividades que os discentes abarcam por conta das disciplinas e, em segundo, pelo baixo recurso financeiro para execução das ações de extensão.

Apesar da pouca adesão, foram realizadas duas visitas prévias para diagnóstico dos grupos interessados e apontamento dos principais problemas levantados pelas lideranças e organizações que atuam naquela área. Após isso, foram “eleitos” como público-alvo das formações, as chamadas populações tradicionais: ribeirinhos, quilombolas e indígenas. Em seguida foi escolhido o espaço físico propício para a realização das oficinas (Figura 1, cartaz da Oficina), com disponibilidade de computadores conectados à internet. O espaço escolhido foi a Universidade Aberta do Brasil (UAB), em Barcarena.

As formações foram ministradas em duas frentes, a primeira foi focada em rodas de conversa, que foram realizadas a partir de um mapa mental coletivo (Figura 2), com origem na palavra COMUNICAÇÃO, a partir desse desenho de ideias, foi realizado um debate sobre os aspectos geopolíticos que envolvem Barcarena. As estratégias utilizadas pelas corporações para se estabelecerem no território, as potencialidades e pontos fracos dos movimentos sociais frente

aos desafios impostos pelo poder econômico e quais as estratégias de luta e resistência que poderiam ser organizadas pelas populações tradicionais.

Figura 1. Cartaz da I Oficina de Comunicação Comunitária e Cultura Digital em Barcarena-PA



Fonte: Autores do artigo

Figura 2. Mapa mental produzido pelos movimentos sociais e lideranças de Barcarena acerca da relação e do sentido da comunicação.



Fonte: Autores do artigo

A partir desse nivelamento, foram apresentadas algumas categorias que seriam utilizadas nas formações: comunicação comunitária, cultura digital, *software* livre, ética *hacker* e guerrilha midiática. Vários textos foram disponibilizados por meios digitais para que os participantes se apropriassem destes conceitos. E a partir do estudo dos princípios da ética hacker (conhecimento, colaboração e liberdade) os comunitários conseguiram fazer uma relação entre o modo de vida em suas comunidades e as tecnologias digitais baseadas no desenvolvimento e uso de *software* livre.

Apesar das dificuldades iniciais, por conta do perfil escolar dos participantes e diferenças de idade (o grupo que constituiu os estudos é bastante heterogêneo), a partir de técnicas de comunicação comunitária e linguagem popular, pode-se dizer que a partir do discurso dos participantes, que de fato houve uma apropriação do conteúdo compartilhado.

No segundo momento da formação, buscou-se a partir de atividades práticas promover a instrumentalização de ferramentas digitais de produção e difusão de conteúdos por parte dos participantes. A tecnologia social das Produtoras Colaborativas pressupõe o uso de *softwares* livres, que foram apresentados aos participantes, como por exemplo, *softwares* de edição de imagens (GIMP), edição de áudio (AUDACITY), edição de vídeo (KDENLIVE, CINELEERRA), edição vetorial (INKSCAPE), editor eletrônico (SCRIBUS) e gerenciadores de conteúdo para web (Joomla, DRUPAL e WORDPRESS). Também foram compartilhados conhecimentos básicos de metareciclagem e instalação de sistemas operacionais livres, além de métodos de elaboração de textos jornalísticos para sites e blogs.

Todas essas informações buscaram sempre concatenar a formação técnica com as categorias já mencionadas, especialmente cultura digital e cidadania virtuosa, pois os pesquisadores sabiam da necessidade de cultivar um sentimento de pertencimento e união para o grupo em questão. Uma vez que por conta de uma estratégia utilizada pelos grandes grupos econômicos que atuam naquele território, o tecido social ligado aos movimentos populares encontrava-se bastante disperso, inclusive estabelecendo conflitos entre eles.

Os três pesquisadores responsáveis pelas formações são oriundos dos cursos de Comunicação, Computação e Química, com mestrado

interdisciplinar em Planejamento do Desenvolvimento, com experiência na área de formação comunitária e projetos extensionistas, o que ajudou bastante na instrumentalização tecnológica do grupo.

Foi dada uma grande ênfase na importância dos participantes se apropriarem dos ditos CMS (Gerenciadores de Conteúdo para Web). De maneira especial do *software* livre Wordpress. Isso por duas questões, de um lado o aprendizado desta ferramenta pode gerar renda para o grupo por meio do desenvolvimento de *websites*. E por outro, coletivamente eles poderiam criar uma plataforma de comunicação digital capaz de incidir na agenda de desenvolvimento municipal, e disputar a opinião dos cidadãos na esfera pública interconectada¹³ por meio do uso de blogs, redes sociais e softwares de mensagens rápidas. De maneira a viabilizar e articular de redes de comunicação, que “não só instalam o controle em um terreno que aparenta resistir ativamente a ele, mas, na verdade, vão além, criando o mais controlado meio de comunicação de massa até então conhecido” (GALLOWAY, 2004, p. 147).

Tão logo as formações foram iniciadas, já durante a parte teórica, fazendo uma alusão à ética *hacker*, *software* livre e cidadania virtuosa, as lideranças deram início a um movimento denominado Barcarena Livre, a partir desta articulação de pessoas e organizações populares e da instrumentalização das ferramentas de comunicação digital por parte dos comunitários.

A partir das formações e da criação destes meios de comunicação instantânea, é que foi organizado, em parceria entre lideranças comunitárias e acadêmicos, no município de Barcarena, uma série de eventos, sendo que o primeiro foi I Seminário Comunidades Tradicionais Quilombolas e Indígenas – Barcarena/PA e o segundo II Seminário Desastres da Mineração: Barcarena-PA, que aconteceram em 05 e 06 de maio de 2016, no Salão Paroquial da Igreja Católica.

Segundo a liderança indígena Mário Santos, “as formações foram fundamentais para recuperar nossa autoestima, ver que somos capazes de nos organizar e enfrentar nossos problemas comuns, agora precisamos dar continuidade a nossas lutas e desafios comuns, com o apoio da UFPA é claro”.

¹³ Silva (2010, p.20): “[...] é o conceito adotado nesta pesquisa para caracterizar uma nova esfera pública, mediada pela rede, em oposição àquela mediada pelos meios de comunicação de massa [...]”.

Já a índia Sandra Amorin destacou a atuação em parceria dos comunitários e acadêmicos: “foram momentos de muito aprendizado, fiquei muito feliz, pois nunca tinha visto os universitários se juntarem conosco na luta, muitos vinham só tirar foto, filmar, fazer entrevistas, mas estes amigos do NAEA vieram para meter a mão na massa”.

Também chamou a atenção a participação de jovens, que foram fundamentais na mobilização, documentação e cobertura jornalística digital das oficinas e seminários (fotografia, editoração eletrônica, publicação de matérias no site, redes sociais e ferramentas de mensagem instantânea). Inclusive todo material publicitário como cartazes, banners, faixas, certificados, memes, foram elaborados pelos membros do movimento Barcarena Livre, a partir dos conhecimentos adquiridos durante as oficinas e encontros de formação.

Ações como essas de trabalho colaborativo, utilizando as ferramentas de comunicação digital, fazem toda diferença quando se pensa em implementar um projeto de extensão que vise à autonomia dos atores locais envolvidos no processo.

O projeto de transferência da tecnologia social de comunicação comunitária digital, baseado nas Produtoras Colaborativas Livres, encontra-se em andamento, a perspectiva é que dentro de 10 a 12 meses, o movimento Barcarena Livre seja capaz de se organizar no sentido de alcançar uma autonomia política, econômica e técnica capaz de viabilizar sua sustentabilidade enquanto instrumento capaz de transformar para melhor as condições de vida das populações tradicionais do município de Barcarena-PA. Autonomia que entrou em movimento (em inércia), a um estado em que o corpo sofre sim a ação de forças sociais e simbólicas, contudo com sinergia e integração por/para lutar e desfigurar assimetrias/desigualdades sociais e políticas no território barcarenense.

CONCLUSÕES

Corpo consciente (consciência intencionada ao mundo, à realidade), o homem atua, pensa e fala sobre esta realidade, que é a mediação entre ele e outros homens, que também atuam, pensam e falam (FREIRE, 1983, p.44).

O artigo buscou de maneira propositiva apresentar um projeto interventivo acadêmico (que certamente continuará), como forma não só de mostrar a “formação do Estado Moderno brasileiro em ação em Barcarena” (as origens das contradições e das estruturas desiguais que conformam o legado e as heranças de classes) (CASTRO, 2014), e suas múltiplas tramas geopolíticas e econômicas que estão imersas no território barcarenense, mas, sobretudo promover uma instrumentação da resistência das margens (movimentos sociais e lideranças), isto é, promover apropriação de ferramentas tecnológicas de comunicação digital livre.

As intervenções acadêmicas com objetivo que os movimentos sociais usem como estratégias (coesão e articulação em rede) contra-hegemônicos, principalmente no contexto “chegada” de outros agentes econômicos em Barcarena: como a empresa Alloys Pará (empresa que fabricará rodas de veículos e motos, portas, janelas, perfis de alumínio), Russian e Monteiro (RAM), Louis Dreyfus Company (LDC), China Railway Construction Corporation Limited e Cevital.

A citação de Freire acima faz-nos refletir não sob nossa atuação como agentes de mediação e apoio nessa luta, mas, sobretudo o papel da universidade e dos “intelectuais” acadêmicos. “Intelectuais” esses, principalmente da UFPA, vem assessorando, realizando consultas, fazendo *lobby* ou apoio ativo a capitalistas, por meio de pareceres positivos a construção de megaobras de infraestrutura, como um porto graneleiro dentro de uma área de proteção ambiental e berçário de múltiplas espécies de peixes em Santarém. Portanto, transformando-se em “porta-vozes autorizados” (BOURDIEU, 1999): de dispersar (de maneira apologética) a dita “sustentabilidade” do capitalismo perverso e conseqüentemente seu *modus* produtivo *operandi*.

O intelectual tem de ser aquele que não se silencia e nem se retira do embate, nem tão pouco defende ou advoga para atores ou sistemas opressores, e que não se “prostitu el 'intelligence sur le marche des produits média formatés” (DURAND, 2007, p. 61). Os “intelectuais” não podem ser um “experto, [que] ingresa en el mundo de la economía y las finanzas, asesora a los partidos y a los gobiernos, luego se presenta en los medios de comunicación para analizar la crisis económica que no había visto venir” (TRAVERSO, 2013).

Como isso tentar ou pelo menos reverter:

a figura do intelectual 'engajado' entra em declínio e fala-se cada vez menos de intelectuais 'orgânicos', das 'classes' trabalhadoras, de 'militantes' e de educadores populares" (Semeraro, 2006, p.382). A crise do intelectual popular acontece segundo Semeraro (Op.cit, p.383) "não apenas devido à 'revolução tecnológica', mas também pela dissolução dos 'sujeitos coletivos', pela relativização dos valores públicos, pela derrota do comunismo, pela indistinção entre esquerda e direita e pelo revisionismo imposto às revoluções. Cada vez mais os 'intelectuais' acabam sucumbindo a 'sociedade do conhecimento', da informação *'just in time'*, na época do 'capital cultural', na qual o saber deve ser servido como mercadoria nas formas folhetinescas para garantir a atração do 'grande público' (Op.cit), e assim conquistariam um grande capital simbólico (reconhecimento) (RODRIGUES, 2014, p. 411).

REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- BOURDIEU, P. *Contrafuegos: reflexiones para servir a la resistencia contra a la invasión neoliberal*. Barcelona: Editora Anagrama, 1999.
- CHESNAIS, F. La teoría del régimen de acumulación financiarizado: contenido, alcance e interrogantes. *Revista de Economía Crítica*, n. 1, p. 37-72, 2003.
- FAPESPA – Fundação Amazônia de Amparo de Estudos e Pesquisas. *Perfil Região de Integração do Lago de Tucuruí e Tocantins*. Disponível em: <<http://www.fapespa.pa.gov.br/produto/diagnosticos/88?&mes=8&ano=2015>>. Acesso em: 29 maio 2016.
- FALCÃO LUNA, C. E.; FERREIRA FILHO, I. F. Práticas colaborativas em torno do comum: estudo de caso do movimento Concha Ativa. *Revista Lugar Comum*, n. 43, p. 85-95, 2014.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2007.
- GALLOWAY, A. *Protocol: how control exists after decentralization*. Cambridge: The MIT Press, 2004.
- GIL, G. *Cultura digital*. 2004. Disponível em: <<http://www2.cultura.gov.br/culturaviva/category/cultura-e-cidadania/cultura-digital/>>. Acesso em: 20 maio 2016.

- HABERMAS, J. *La esfera de lo público*. 1993. Disponível em: <<http://www.methesis.fcs.ucr.ac.cr/blogs/pmalavassi/wp-content/uploads/2015/08/habermas-la-esfera-de-lo-publico.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2016.
- HABERMAS, J. Três modelos normativos de democracia. *Lua Nova*, n. 36, p. 39-53, 1995.
- HABERMAS, J. *Direito e democracia: entre facticidade e validade*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.
- HARVEY, D. *Diecisiete contradicciones y el fin del capitalismo*. Quito: Editorial IAEN, 2014.
- HAZEU, M. T. O não-lugar do outro: sistemas migratórios e transformações sociais em Barcarena. 2015. 337f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Socioambiental) – Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2015.
- MATOS, H. E; NOBRE G. F. Comunicação pública e comunicação política: por uma interação entre cidadania e democracia. *Revista Organicom*, v.10, n.19, p. 16-28, 2013.
- MONIÉ, F. Globalização, modernização do sistema portuário e relações cidade-porto no Brasil. In: SILVEIRA, M. R. (Org.). *Circulação, transportes e logística: diferentes perspectivas*. São Paulo: Outras Expressões, 2011. p. 299-330.
- NAHUM, J. S. Usos do território, modernização e ações políticas conservadoras em Barcarena-PA. *Geosul*, v. 23, p. 65-84, 2008.
- PRESLLER, N. Da ação social à relação social: estudo das práticas de comunicação no complexo industrial de Barcarena. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2005.
- PRETTO, N. Redes colaborativas, ética hacker e educação. *Educ. rev.* Belo Horizonte, v. 26, n. 3, dez. 2010
- RAMOS, C. A. A cidadania como intitulação de direitos ou atribuição de virtudes cívicas: liberalismo ou republicanismo?. *Síntese Nova Fase*, v. 33, n. 105, p. 77-115, 2006.
- RODRIGUES, Jondison; RODRIGUES, Jovenildo; CASTRO, E. M. R. Transporte hidroviário, portos e terminais interiores na Amazônia brasileira: uma análise sobre seus papéis na política pública territorial. *Geo UERJ* (2007), v.1, n. 25, p. 115-137, 2014.

RUEDA-ORTIZ, R. Tecnocultura y sujeto cyborg: esbozos de una tecnopolítica educativa. *NÔMADAS*, n.21, p.70-81, 2004.

SILVA, G. Logística e território: implicações para as políticas públicas de desenvolvimento. In: MONIÉ, F.; SILVA, G. *A mobilização produtiva dos territórios: instituições e logísticas do desenvolvimento local*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 81-98.

SILVA, D. B. *Transparência na esfera pública interconectada*. São Paulo, 2010. 114 p. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Comunicação, Faculdade Cásper Líbero, 1992.

SILVA FILHO, E. B.; ALVES, M. C. M.; DA MOTTA, M. *Lama vermelha da indústria de beneficiamento de alumina: produção, características, disposição e aplicações alternativas*. *Revista Matéria*, v. 12, n. 2, p. 322-338, 2007.

SILVEIRA, M. R. *Geografia da circulação, transportes e logística: construção epistemológica e perspectivas*. In: SILVEIRA, M. R. (Org.). *Circulação, transportes e logística: diferentes perspectivas*. São Paulo: Outras Expressões, 2011a. p.21-67.

SILVEIRA, S. A. *Ciberativismo, cultura hacker e o individualismo colaborativo*. *Revista USP*, São Paulo, v. 1, p. 28-39, 2010.

SILVEIRA, S. A. *Coletivos tecnológicos e a produção colaborativa entre pares*. In: MARINHO, M. G. S. M. C. et al (Org.). *Abordagens em ciência, tecnologia e sociedade*. Santo André: UFABC, 2014a. p. 251-262.

SILVEIRA, S. A. *O Embate das Redes*. *Em Debate*, Belo Horizonte, v. 6, n.7, p. 28-34, 2014b.

VALENCIO, N. F. L. S. *Desastres: tecnicismo e sofrimento social*. *Ciência e Saúde Coletiva*, v. 19, n.9, p. 3631-3644, 2014.

VÉRON, E. *Fragmentos de um tecido*. São Leopoldo: Unisinos, 2004.

GIL, G. *Cultura digital*. 2004. Disponível em: <<http://www2.cultura.gov.br/culturaviva/category/cultura-e-cidadania/cultura-digital/>>. Acesso em: 20 maio 2016.

AUTORES

Edna Castro (org.)
Alberto Teixeira da Silva
Arley Silveira da Costa
Brenda Cardoso de Castro
Eunápio Dutra do Carmo
Ireneide Souza Silva
Jader Ribeiro Gama
Jondison Cardoso Rodrigues
Larissa Carreira da Cunha
Marcel Hazeu
Marília Silva Lobato
Nádia Fialho
Pedro Loureiro de Bragança
Raifran Castro
Rosane Brito
Sabrina do Nascimento
Simy de Almeida Corrêa
Solange Gayoso
Suely Rodrigues Alves
Welson de Sousa Cardoso
William Monteiro Rocha



ISBN 978-85-7143-155-3



9 788571 431553